História do Romantismo em Portugal – II
de Teófilo Braga

ÍNDICE

LIVRO II

ALEXANDRE HERCULANO
(1810-1877)

1. (De 1810 a 1830)
2. (De 1832 a 1846)
3. (De 1846 a 1866)

LIVRO III

A. F. DE CASTILHO
(1800-1875)

1. (De 1800 a 1834)
2. (De 1834 a 1854)
3. (De 1865 a 1872)

LIVRO II

ALEXANDRE HERCULANO
(1810-1877)

Quando um dia a geração moderna procurou relacionar Portugal com o movimento estrangeiro, dando-lhe a conhecer as questões fundamentais do nosso século na ciência, na política, na literatura e na história, e se organizaram as Conferências Democráticas, um ministro constitucional violou o exercício da liberdade do pensamento, mandando por uma portaria fundada sobre uma consulta do procurador-geral da Coroa, e por intimação policial, proibir essas Conferências. Aqueles que pensavam que a circulação das ideias é o estímulo vital de todo o progresso em uma sociedade, e que explicavam a decadência e o atraso da sua pátria como consequência da apatia mental, protestaram mas não foram ouvidos. O Parlamento estava fechado, e a imprensa jornalística na expectativa de uma política de expedientes, deixou passar sem reparo esse ultraje à dignidade de um povo livre. Havia em Portugal um homem que era ouvido como um oráculo; Herculano era considerado como uma consciência inquebrantável, e a sua voz acostumada à energia do protesto, quando se pronunciava fortalecia-se com o assentimento dos espíritos. Nunca ninguém exerceu um poder tão grande, na forma a mais espontaneamente reconhecida; as opiniões entregavam-se à sua afirmação, como um povo se entrega a um salvador. Tinha o *poder espiritual* sobre a nação. Aqueles que foram violados no seu direito consultaram-no, apelaram para ele em tamanha iniquidade. Alexandre Herculano ao cabo de muito tempo publicou uma carta, em que dizia que as grandes questões do tempo eram o infalibilismo e o marianismo! que para ele a democracia eram os miguelistas do cerco do Porto, quando andavam munidos de sacos para o momento em que pudessem entrar na cidade.

Desde esse dia em diante Herculano rompeu com a geração nova do seu país, e a esta competia retirar-lhe o poder espiritual, fazendo o processo crítico da inteligência e da missão do grande homem.[1] Herculano ainda teve conhecimento do espírito de severidade que o chamava perante a crítica, irias a morte eliminou esse factor social, que pela sua imensa autoridade e pelo estacionamento em que se deixara ficar começava a exercer uma acção negativa. Hoje, que os que o idolatraram em vida se esqueceram do fetiche quando os convidaram para a subscrição de um monumento, hoje sem paixões, nem violências de combate, deve-se revisar a obra de Herculano com justiça e trazer à verdade o homem legendário.

---

[1] Foi este o pensamento do nosso artigo da *Bibliografia Crítica*, p. 193 a 203; cumprimos um dever moral a despeito das admirações inconscientes, que nos brindaram com a frase: «Pedras atiradas à janela de Herculano.»

1. – (De 1810 a 1830.) Estado de espírito público desde o princípio do século até à Revolução de 1820. – Hereditariedade e atavismo de Herculano. – Primeira educação no Mosteiro das Necessidades. – O curso de comércio na Academia Real de Marinha. – Herculano decide-se pelo governo absoluto em 1828. – Versos contra a Carta Constitucional. – Os caceteiros miguelistas e a anedota do gilvaz. – A expedição francesa ao Tejo em 1831, e a revolta de Infantaria 4 a favor dos liberais. – Herculano acha-se envolvido nesse movimento; refugia-se na esquadra francesa, e parte depois para Plymouth. – O embarque de Belle-Isle. – Como estes sucessos influíram no seu carácter e talento literário.

O tipo de Herculano indicava a sua naturalidade; havia na sua fisionomia e no trato pessoal a secura do *saloio.* Nasceu em Lisboa a 28 de Março de 1810, filho de Teodoro Cândido de Araújo, recebedor da antiga Junta de Juros. Isto não foi sem influência na educação que recebeu na Academia Real de Marinha *com destino para a aula de Comércio.* O pai de Herculano ficou totalmente desconhecido, mas em um manuscrito de versos do século XVIII, que pertenceu à livraria do bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva,[2] acha-se uma epístola dedicada a Teodoro Cândido de Carvalho por um fraco poeta José Peixoto do Vale, em que se exaltam as suas virtudes como dignas da eternidade. A epístola é realmente extraordinária, e alguma coisa daquela honradez tradicional se conservou na independência de carácter do filho. A hereditariedade moral é um dos fenómenos que mais deve interessar a crítica moderna, sobretudo quando as biografias são consideradas por Maudsley como um dos mais importantes subsídios da psicologia.[3] O avô de Herculano, Jorge Rodrigues de Carvalho, era pedreiro e mestre-

---

[2] *Catálogo,* nº 1803.

[3] Ao Sr. Teodoro Cândido de Carvalho*

EPÍSTOLA

Não são heróis, Carvalho, os que na guerra
Cerrados esquadrões rompem, assolam,
Vertendo o sangue humano: os seus triunfos
No meio do terror e da carnagem
São bárbaros, atrozes, desumanos.
Não é herói o avaro que faminto
Em seu tesouro ceva a vil cobiça,
E em sórdida ambição sempre inquieto
Dorme sobressaltado em montes de ouro,
Sem dar um real de esmola ao pobre aflito.
Não é herói aquele que cercado
De dourada baixela em lauta mesa,
Vivendo entre grandezas e gozando
Dos bens que não merece, só procura
Aumentar quanto pode, a dura sorte
Do desgraçado que duma só vez se compadeça
Dos gemidos, dos ais, do pranto acerbo
Do triste órgão, da tímida donzela.
Não são heróis, Carvalho, esses tiranos
Que na Hircânia ou no Cáucaso criados
Nunca cessam de obrar acções infames,
Que desonram a terna humanidade.
Herói é só aquele que a virtude
A difícil virtude segue honrado,
Que um só passo não torce na carreira
Da majestosa estrada da alta glória.
Este o carácter teu, Carvalho ilustre,
Estas as qualidades que te adornam:

de-obras da casa real; como escritor Herculano conservou sempre uma predilecção pela terminologia arquitectónica, inspirou-se do amor da arquitectura do pequeno romance *A Abóbada,* e foi o primeiro a protestar nos seus artigos de *O Panorama,* no *Brado a Favor dos Monumentos,* contra a indiferença do governo constitucional que deixava expostos à demolição os mosteiros e colegiadas secularizadas pela lei que extinguiu as ordens religiosas em 1834. O valimento de Herculano no paço e a sua simpatia pela família dos Braganças tinha raízes nas antigas funções de seu avô; e a oscilação do seu espírito entre a causa de D. Miguel ou a de D. Pedro era o resultado de uma afeição indistinta, que a violência dos acontecimentos e a pressão dos partidos obrigou a definir.

Ao determinar a data do nascimento de Herculano em 1810, fica-se conhecendo o desgraçado meio moral em que foi orientado o seu espírito. Vivia-se na incerteza, no jugo do protectorado de Inglaterra, aspirava-se à liberdade em uma constituinte, sofismava-se essa aspiração com uma monarquia parlamentar para tornar a cair no absolutismo crasso. Geraram-se as naturezas descontentes, os tipos azedos e mal-humorados; a luta do constitucionalismo com o despotismo foi ferrenha e canibalesca; propagavam-se as ideias à *cacetada,* calavam-se os descontentamentos com a forca, e era normal o confisco dos bens dos que seguiam princípios opostos aos dos que usavam do poder. A nação, depois da entrada dos Franceses, que saquearam o país, e depois da fuga de D. João VI, que levara consigo para o Brasil todos os dinheiros dos cofres públicos, estava na mais insondável miséria, entregue a uma Junta que governava em nome do monarca que abandonou o seu povo ao inimigo recomendando-lhe obediência cega. D. João VI entregue a preocupação de organizar a capela real mandando ensinar música aos pretos, de vez em quando enviava para Portugal uma carta régia, para não desacostumar o povo da sua paternal soberania. As ordens religiosas, absorvendo cada vez mais a riqueza territorial pelas doações do fanatismo, apoderavam-se das inteligências educando-as no sentido das doutrinas que mais convinham à sua associação egoísta. Reinava a mediocridade nos espíritos e a estupidez nas multidões. Os Ingleses, infiltravam-se no país, e iam introduzindo nos comandos militares oficiais exclusivamente ingleses, e, a um leve golpe de mão provocado pelas circunstâncias, Beresford, convertia Portugal em uma feitoria de Inglaterra. O espírito de revolta que precipitou Gomes Freire, existia na nação contra os Ingleses que nos tratavam pior do que os exércitos de Napoleão, e em Herculano no seu escrito *De Jersey a Granville,* conserva-se essa nota de patriótica hostilidade; o mesmo contra Byron e o *Child Harold.*

O povo português sabe pouco ou nada da sua História, mas com um instinto de

---

Estes os dotes teus, os teus costumes,
Costumes sãos da idade de Saturno.
Em teu formoso peito se agasalham
As virtudes gentis do Eterno filhas:
A Justiça, a Razão, a Honra e o Brio.
Um'a alma benfazeja o céu benigno
Em ti depositou: tenção brilhante
De a todos fazer, de amar a todos.
Esta é a lei, Carvalho, que te guia bem,
Que rege os passas teus e que preside
A todas as acções que tu praticas,
E que devem gravar teu grande nome
Em níveo jaspe, a par da eternidade.

José Peixoto do Vale
(Inédito – *Ms. de Poesias Várias,* p. 397. Cat. nº 1803.)
* Pai de Alexandre Herculano. (Nota de Inocêncio.)

verdade deixou retratado este período de degradação em um pasquim, abafado pela Intendência da Polícia:

– Quem perde Portugal? «O Marechal.»
– Quem sanciona a lei?
«O Rei.»
– Quem são os executores?
«Os Governadores.»

Para o Marechal? Um punhal.
Para o Rei? A Lei.
Para os Governadores? Os Executores. [4]

Os estudos de Herculano foram incompletos, mas isto longe de prejudicá-lo causou-lhe a autonomia da inteligência, e um grande rigor de crítica e de método. Depois de Pombal ter expulso os Jesuítas o ensino público ficou a cargo de outras ordens religiosas; os Padres do Oratório, inimigos dos Jesuítas no fervor pedagógico, acharam nas reformas de Pombal o ensejo de desenvolverem a sua actividade. Floresceram acreditados como mestres; e ao Oratório pertenciam o gramático António Pereira de Figueiredo, autor do *Novo Método,* e o padre Teodoro de Almeida, o da *Recreação Filosófica* e do *insulso romance de O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna.* Este regime conservou-se até à abolição dos conventos; todos passavam na sua educação pela fieira dos frades. Quem escapava ao prurido da sedução da vida claustral, ficava para toda a vida eivado de uma erudição teológica e casuísta. Assim aconteceu a Herculano, que se mostrou sempre versado no conhecimento dos concílios, das bulas, despendendo o seu vigor nas questões clericais da concordata sobre o padroado do Oriente, sobre a irmãs da caridade e sobre o casamento civil. Ele frequentara até aos catorze anos as aulas dos Padres do Espírito Santo no Mosteiro das Necessidades, cursando as disciplinas da Gramática Latina, da Lógica de Genuense, e da Retórica de Quintiliano.[5] Isto bastava para cair em um pedantismo invencível, se um dia a emigração para França não pusesse Herculano em contacto com a ciência e com a evolução do espírito moderno; ficou-lhe contudo essa feição autoritária, que a educação católica pela leitura da Bíblia amoldou a um tom parabólico, e com a ênfase do salmo.

De 1825 a 1826, frequentou o primeiro ano do curso matemático da Academia Real de Marinha, sendo aprovado segundo a classificação desse tempo, *com destino para a aula de Comércio,* o que equivalia a ter de repetir o ano caso quisesse prosseguir no curso de Matemática; seguiu a direcção em que o impeliram, e feito o exame do segundo ano obteve da Junta de Comércio uma espécie de diploma. Entre os seus estudos regulares cita-se também a frequência da aula de Diplomática na Torre do Tombo, dirigida pelo paleógrafo Francisco Ribeiro Guimarães.

Estava-se nessa terrível época de indecisão política, em que o sofisma do constitucionalismo pela liga do partido monástico com o absolutismo se via exposto a um acto de violência; D. João VI regressara sem pudor a Portugal, e a nação ainda mais degradada recebeu-o com festas; o estilo das modinhas brasileiras era aplicado aos hinos em louvor do monarca pela Constituição que jurara.

E tudo assim; D. João VI, espécie de Vitélio levado em triunfo, estava por tudo;

---

[4] Arquivo da Intendência da Polícia, Liv. XVI, fl. 271, de 15 de Janeiro de 1817.

[5] No prólogo da edição dos *Anais de D. João III,* de Frei Luís de Sousa, publicados por Alexandre Herculano, lêem-se estas palavras autobiográficas: «Essa congregação célebre, a quem as letras portuguesas tanto devem, *e a quem nós mesmos devemos parte da nossa educação literária*.» p. IX.

tanto se lhe dava ser constitucional, despótico ou simples presidente de República, contanto que o deixassem reinar. Deu-se a Vila-Francada; o povo compreendeu o perjúrio do monarca, espalhando o pasquim:

Alerta! alerta!
Que o rei deserta.

A nobreza exigiu que D. João VI rasgasse a Constituição e se proclamasse absoluto; foram buscá-lo a Vila Franca de Xira, e para manifestação de adesão entranhável à pessoa do monarca, a nobreza tirou os cavalos do coche real e puxou-o até Lisboa. Foi uma honra inaudita; durante semanas muitos titulares e militares de altas graduações reclamaram pela imprensa o serem incluídos na lista dos que haviam puxado o coche real. Quem se achar num meio assim degradado, antes de ter constituído o seu carácter, se não é uma natureza moralmente robusta, fica perdido. O homem é também alguma coisa feito pelos acontecimentos. Herculano tinha então quinze anos; e por isso não nos admira que, em uma época em que era forçosa a decisão por um partido, ele pendesse, como se diz na frase vulgar, *para a banda do arrocho.* Herculano seguiu primeiramente o absolutismo; quem ousará culpar uma criança saída da escola dos Padres das Necessidades, sem outros conhecimentos além de umas vagas *humanidades?* A corrente era para o absolutismo e na aula do Comércio os alunos açulados pelos que se sentiam despeitados com o desterro de D. Miguel em Viena de Áustria, gritavam pelo Terreiro do Paço: «Viva D. Miguel, rei absoluto de Portugal.»

Em 1828, a 22 de Fevereiro, chegou D. Miguel a Lisboa; cantavam-se hinos exaltados e paródias picarescas:

D. Miguel chegou à barra,
Sua mãe lhe deu a mão:
– Vem cá filho da minha alma,
Não jures Constituição.

Acompanhava-se cada copla desenxabida com um retornelo estridente, cantado ao compasso de cacetadas, e como uma réplica ao *trágala, perro,* do hino constitucional espanhol:

Rei chegou,
Rei chegou,
Em Belém
Desembarcou...

Logo que D. Miguel chegou a Lisboa, sua irmã Isabel Maria, que ocupava a regência, declinou nele os seus poderes, e começou então o regime do terror. A torpe Carlota Joaquina, para tornar o filho um instrumento passivo da reacção absolutista, revelou-lhe que ele não era filho de D. João VI, e que se lhe não obedecesse em tudo o desautorava declarando o seu adultério à nação! Os liberais viam no estouvado Miguel apenas o filho do feitor da Quinta do Ramalhão. Não existe na nossa História uma época de maior degradação e insensatez; o facto da independência do Brasil, por D. Pedro, que se fizera patrono da causa liberal, lançou muitos homens sinceros e ingénuos patriotas na usurpação miguelista; as violências dos caceteiros, as prisões por denúncias secretas e os enforcamentos converteram muitos pretendidos legitimistas em liberais. Vacilava-se na onda dos acontecimentos, sem uma clara noção da independência civil;

os partidos, à falta de ideias que os delimitassem, distinguiam-se por afrontosas alcunhas. Os que pretendiam uma Carta Constitucional como base dos direitos políticos eram os *Malhados*;[6] os que só reconheciam a soberania na pessoa do rei por investidura divina, eram chamados os *Realistas,* os *Corcundas,* os *Caipiras,* os *Orelhudos,* os *Burros,* ou *Miguelistas.* Vieram ainda azedar mais o conflito civil as insígnias de cores distintivas, azul e branco para os liberais, azul e vermelho para os absolutistas, e as cantigas provocadoras, de parte a parte como:

Os Malhados não queriam
D. Miguel por general,
Pois agora aí o têm
Feito rei de Portugal.

Oh Braga fiel,
Oh Porto ladrão,
Vila Nova jura
A Constituição.

Efectivamente, logo a 13 de Março de 1828 dissolveu a Câmara dos Deputados, e a 3 de Maio D. Miguel investiu-se da soberania convocando as cortes a antiga, com o clero, a nobreza e o povo, que em 11 de Julho o declararam único rei legítimo de Portugal. Apenas a cidade do Porto reagiu contra esta monstruosidade, fomentada pelo fanatismo das ordens monacais e pela imbecilidade das casas aristocráticas. Os municípios fizeram manifestações de adesão ao monarca absoluto, e no meio da estupidez pública entendia-se que Portugal só podia existir entregando-se à liga do *trono e do altar;* a liberdade era considerada como uma desmoralização do século, e como tendo já feito perder a Portugal a sua colónia mais rica. Desde a proclamação de D. Miguel, começou o sistema de propaganda absolutista pelo espancamento pelas ruas. Os mais alucinados partidários do trono e do altar formavam ranchos de *caceteiros,* percorrendo as ruas a todas as horas do dia, cantando o estribilho:

Fora, Malhado!
Chucha/Judeu.
Acabou-se a guerra
D. Miguel é rei.

Onde encontravam um liberal conhecido, ou que *tinha cara de ser malhado,* derrubavam-no à cacetada, aos gritos: «Viva el-rei D. Miguel I, nosso senhor!» Quem não correspondia a este salve era amachucado.

Alexandre Herculano, com os seus dezoito anos estava então no vigor da idade, e não contente de exaltar o rei absoluto como seu senhor, em odes e sonetos enfáticos, que lhe ia depositar nas reais mãos a Queluz, filiou-se também num bando de caceteiros. Esta fase da sua vida seria completamente desconhecida, se lhe não ficasse, impressa na

---

[6] Nome tirado dos cavalos que viraram a carruagem em que andava D. Miguel, a cujo desastre se fez esta cantiga:

Quereis ver o vosso rei,
Ide vê-lo a Queluz,
Que lá está embalsamado
Para sempre, amen Jesus.

face uma cicatriz, cuja história se repete oralmente. Todos o biógrafos de Herculano guardaram um silêncio sistemático sobre esta fase da sua vida; apenas em uma biografia que apareceu na *Actualidade,* se alude à cicatriz, conhecida pelo nome de gilvaz da Feira das Amoreiras.[7]

Conta-se que a cena se passara por ocasião da Festa do Espírito Santo, na feira anual das Amoreiras, às Águas Livres; ali se encontravam os ranchos dos caceteiros miguelistas, e se batiam com outros também alentados do campo constitucional. Insultavam-se com ditos: «Fora, Malhado! Fora, corcunda!» E em seguida: «Trabalha o cacete», como se dizia na linguagem do tempo. Alexandre Herculano pertencia a um grupo de rapazes que andava de rixa com outro pequeno grupo de estudantes liberais; era valente e destemido, e foi por isso que, quando vieram às mãos ao anoitecer, lhe atiraram a segurar, dando-lhe uma navalhada no rosto. Dizia-se que lha dera um oficial da Marinha, o Galhardo, de quem veio a ser parente e amigo. Foi talvez por esta circunstância de haver na sua mocidade pertencido ao partido do absolutismo, que Herculano nunca escreveu a história desse heróico cerco do Porto, de que ele foi testemunha, e cujos heróis conhecia.

Os talentos literários de Herculano achavam-se também atrofiados pela persistência das formas arcádicas; se ele não se visse um dia forçado a seguir o caminho da emigração, seria como Costa e Silva, ou como Castilho, não exerceria uma acção tão profunda na renovação da literatura portuguesa da época do romantismo. No seu fervor reaccionário, Herculano incensou o atrabiliário Miguel com vários sonetos, cujas cópias ainda se conservam por mãos de curiosos; D. Miguel dava audiências às quintas-feiras no paços de Queluz, e os poetastros iam ali em caravana oferecer-lhe as suas odes e epístolas, trazendo em remuneração cédulas de mil e duzentos e dois mil e quatrocentos réis em papel. Inocêncio Francisco da Silva mostrou-nos por letra de Herculano uma destas epístolas, que ele levava ao beija-mão de Queluz, e Sousa Monteiro, antigo legitimista também conservava outras peças desta fase literária bem como o curioso bibliófilo Rodrigo José de Lima Felner. Ainda se repetem de memória alguns versos de uma virulenta sátira intitulada *Os Pedreiros,* em que se apodavam os liberais da ruína da pátria, e se atacava a Carta:

A Carta maldita, infame e danada,
Que em Março qual burro, já foi tosquiada...

Referia-se ao acto de 13 de Março de 1828, em que D. Miguel dissolveu o Parlamento e se tornou absoluto. Nessa sátira fazia Herculano a história da Carta Constitucional, trazida do Rio de Janeiro, onde ficara D. Pedro, por

Stuart brejeiro, patife da marca,
Jurado inimigo do nosso monarca,
Que já nos fizera perder o Brasil
Por mão de um tratado vergonhoso e vil...

Referia-se a Lorde Charles Stuart, que negociou o tratado da independência do Brasil, e que em Lisboa mandou copiar o célebre *Cancioneiro do Colégio dos Nobres,*

---

[7] «Alexandre Herculano tinha na face uma cicatriz, resultado de um ferimento em 1828 por um indivíduo com quem tivera uma contenda por causa de uma questão nascida de divergência de princípios políticos. Diz-se que o grande escritor fora nos primeiros anos da vida ardente defensor dos princípios por que se regia a antiga monarquia, e acrescenta-se que o autor desse ferimento – um oficial de Marinha – foi depois seu companheiro de emigração e seu intimo amigo.» *(Actualidade,* Setembro de 1877.)

que publicou em Paris quando ali esteve por embaixador; a sua biblioteca era extremamente rica das mais preciosas raridades da bibliografia portuguesa.

Este período da vida de Alexandre Herculano servindo para caracterizar o meio social anterior ao cerco do Porto, meio deprimente em que as inteligências mais robustas mal se podiam elevar acima dos preconceitos mantidos pela educação monacal, este período tem a particularidade de nos explicar o homem em grande parte da sua ulterior actividade.[8] Por ele se vê que Herculano seguia em literatura as velhas pautas académicas, e seria um continuador de José Agostinho de Macedo, porque estava em acordo de doutrinas. Como venceu Herculano este meio deprimente? Eis a base deste estudo literário.

Uma grande parte da vida moral da mocidade de Alexandre Herculano acha-se esboçada como reminiscência nos seus versos; e essas composições, que reuniu com *A Harpa do Crente,* são a prova de que era um espírito profundamente poético, que desabrochou aos primeiros sofrimentos pela liberdade.

A Harpa do Crente, publicada em três fascículos na primeira edição de 1838, encerra curiosas revelações omitidas nas edições subsequentes em oitavo. O poemeto lírico *A Semana Santa,* dedicado ao «marquês de Resende em testemunho de amizade e veneração», traz algumas notas de valor autobiográfico: «Eis o poema da minha mocidade: são os únicos versos que conservo desse tempo, em que nada neste mundo deixava para mim de respirar poesia. Se hoje me dissessem: 'Fazei um poema de quinhentos versos acerca da Semana Santa', eu olharia ao primeiro aspecto esta proposição como um absurdo; entretanto eu mesmo há nove anos realizei este absurdo. Não é esta a primeira das minhas contradições, e espero em Deus e na minha sincera consciência, que não seja a última. Quando eu compus estes versos, ainda possuía toda a vigorosa ignorância da juventude; ainda queria conceber toda a magnificência do grande drama do cristianismo, e que a minha harpa estava afinada para cantar um tal objecto. Enganava-me: *A Semana Santa* do poeta não saiu semelhante à Semana Santa da religião.» Em seguida, tomando os mitos do sacrifício como o maior facto do universo, diz que só houve no mundo um Klopstock, e que até à consumação dos séculos talvez não apareça outro: «Porque, pois, não acompanharam estes versos os outros da primeira mocidade no caminho da fogueira? Porque publico um poema falho na mesmíssima essência da sua concepção? Porque tenho a consciência de que aí há poesia; e porque não há poeta, que, tendo essa consciência, consinta de bom grado em deixar nas trevas o fruto das suas vigílias.»[9] Determinada pelo próprio Herculano esta composição de 1829, vê-se que o cristianismo idealizado foi uma orientação prematura do seu espírito, e que as suas tentativas de tradução da *Messiada* eram os restos de uma preocupação da mocidade.

Herculano era inteligente e novo, amoroso e honrado, e por isso não podia deixar de sacrificar-se pela causa da justiça. Na sublime poesia *Vitória e Piedade,* exclama, até certo ponto em contradição com os factos, mas cheio de dignidade:

Eu nunca fiz soar meus pobres cantos
Nos paços dos senhores!
Eu jamais consagrei hino mentido
Da terra aos opressores.

Era uma ilusão do sentimento, porque mais tarde o soldado do cerco do Porto declara que na sua amizade por D. Pedro V o ia tornando no seu ânimo um rei absoluto,

---

[8] Adiante veremos como destruiu estes seus primeiros ensaios.
[9] *A Harpa do Crente,* primeira série, p. 32. Ed. de 1838.

que o seria em todo o país, para salvação deste, se chegasse aos trinta anos.

Outras recordações da mocidade vigorosa de Herculano transparecem nas suas *Poesias,* que animam o seu passado com uma luz simpática. Na bela composição lírica *Mocidade e Morte,* uma das jóias da poesia portuguesa, descreve-se essa grave crise patológica, que se liga à febre traumática resultante da aventura da Feira das Amoreiras:

Solevantado o corpo, os olhos fitos,
As magras mãos cruzadas sobre o peito,
Vede-o, tão moço, velador de angústias,
Pela alta noite em solitário leito.

Por essas faces pálidas, cavadas,
Olhai, em fio as lágrimas deslizam,
E com o pulso, que apressado bate,
Do coração os estos harmonizam.

É que nas veias lhe circula a febre;
É que a fronte lhe alaga o suor frio;
É que lá dentro à dor que o vai roendo,
Responde horrível, íntimo ciclo... [10]

Desta crise resultou uma transformação intelectual, e surgiu um homem novo. Herculano amara, como todos os portugueses, prematuramente, e esses primeiros amores foram também cheios de decepção, dando mais relevo à sensibilidade do poeta, e maior poder de realidade à expressão subjectiva do sentimento. Na poesia *A Felicidade* retrata esse primeiro desalento e desorientação da sua vida:

Triste o dom do poeta! No seio
Tem vulcão que as entranhas lhe acende;
E a mulher que vestiu de seus sonhos
Nem sequer um olhar lhe compreende!

E traído, e passado de angústias,
Ao amor este peito cerrara,
E, quebrada, no tronco do cedro
A minha harpa infeliz pendurara.

Um véu negro cobriu-me a existência,
Que gelada, que inútil corria;
Meu engenho tornou-se um mistério
Que ninguém neste mundo entendia.

Estes versos são uma revelação fundamental do carácter de Herculano; lidos isoladamente podem tornar-se como uma rajada à Manfredo, de um romântico incompreendido, mas aproximados de outros despeitos, vê-se que Herculano precisava de um pretexto imaginário, uma catástrofe moral, para justificar as suas queixas de desalento, e as mudanças nos seus planos de trabalho. Aos vinte anos, foi um *véu negro,* um amor traído que lhe cobriu a existência; aos trinta e dois anos foi o seu baixel ou

---

[10] *Poesias,* p. 63, 2ª edição.

esquife, que esteve a afundar-se nos parcéis da política, devendo a D. Fernando o acolher-se a porto seguro; finalmente aos quarenta e quatro anos, o véu negro e o esquife foram substituídos por uma outra coisa, o *truncarem a sua carreira* histórica, deixando a glória literária, a única ambição de sua existência, como ele próprio confessa. A transformação destes motivos mostra a tendência melancólica do carácter, que um dia havia de levá-lo ao isolamento (na quinta de Vale de Lobos) e ao tédio (motivo da publicação dos *Opúsculos.)* Voltemos ao período do primeiro desalento.

Essa poesia é datada de Maio de 1837, como se vê *n'A Ilustração*,[11] mas as recordações mais antigas de que trata é que nos interessam.

Após essas quadras tão cheias de espontaneidade, segue-se uma estrofe em que explica a turbulência dos seus primeiros anos como quem procurou aturdir-se da desesperança:

E embrenhei-me por entre os deleites
Mas tocando-o, fugia-me o gozo;
Se o colhia, durava um momento;
Após vinha o remorso amargoso; etc. [12]

Como forte, Herculano era de uma índole ao mesmo tempo amorável e rancorosa; revelou-o sempre na complacência com que aturou Bulhão Pato e Silva Túlio, e como permaneceu irreconciliável com Castilho! Essa brandura revela-se nos hábitos da sua mocidade; era apaixonado pelas flores, e quando se deixava impressionar pelos desalentos da emigração, eram para as flores as suas primeiras saudades. Um dia esse amor da mocidade havia de apoderar-se do velho, e deixaria tudo, os amigos, os livros, a admiração, para seguir através de uma ilusão antiga, para ir fazer-se trabalhador da terra, proprietário rural na quinta de Vale de Lobos. Na poesia tão repassada de melancolia e de verdade, *Tristezas do Desterro,* Herculano alude às suas afeições que vieram com a idade a tornar-se absorventes:

Arvores, flores, que eu amava tanto,
Como viveis sem mim? Nas longas vias,
Que vou seguindo, peregrino e pobre,
Sob este rude céu, entre o ruído,
Dos odiosos folgares do Sicambro,
Do monótono som da língua sua,
Pelas horas da tarde, em várzea extensa
E às bordas do ribeiro que murmura,
Diviso às vezes, em distância um bosque
De arvoredo onde bate o sol cadente,
E vem-me à ideia o laranjal viçoso,
E os perfumes de Abril que ele derrama,
E as brancas flores, e os dourados frutos,
E iludo-me: essa várzea é do meu rio,
Esse bosque o pomar da minha terra.
Aproximo-me; o sonho de um momento
Então se troca em acordar bem triste,
.....
.....

[11] P. 51.
[12] *Poesias,* p. 218.

Ai pobres flores, que eu amava tanto,
Por certo não viveis! O sol pendeu-vos,
Mirradas folhas para o chão fervente;
Ninguém se condoeu: secou-se a seiva,
E morrestes. Morrestes sobre a terra,
Que por cuidados meus vos educara.
E eu? talvez nestes campos estrangeiros
Minha existência, afogo da desdita
Faça pender, murchar, ir-se mirrando,
Sem que torne a ver mais esses que amava,
Sem que torne a abraçar a árvore anosa,
Que se pendura sobre a linfa clara
Lá no meu Portugal ..... [13]

Em outra poesia *A Volta do Proscrito,* igualmente bela pela realidade do sentimento, torna a aludir a essa paixão pelas flores que cultivava:

Conta-me que o seu amor fora traído,
E que mirrado achou de amor o mirto,
Que deixara viçoso, e que saudara
Desde além do oceano em seu delírio. [14]

Ou o arbusto que outrora plantara,
Que por mim cultivado crescera,
Que entre angústias já mais esquecera... [15]

Uma das paixões mais prematuras de Herculano foi a aspiração literária: ele o revelou com toda a franqueza no prólogo da terceira edição da *História de Portugal,* mas já nos seus versos escritos no período da emigração faz vibrar com eloquência esse sentimento, que era o resultado de uma vocação que se definia. Assim na *Mocidade e Morte* exclama:

Oh, tu, sede de um nome glorioso,
Que tão fogueiras sonhos me tecias,
Fugiste, e só me resta a pobre herança
De ver a luz do sol mais alguns dias...

Eu que existo, e que penso, e falo e vivo,
Irei tão cedo repousar na terra?
Oh meu Deus, oh meu Deus! um ano ao menos;
Um louro só... e meu sepulcro cerra!...

Dizer posso: Existi; que a dor conheço!
Do gozo a taça só provei por horas;
E serei teu, calado cemitério,
Que engenho, glória, amor, tudo devoras!

---

[13] *Poesias,* p. 175.
[14] *Ibidem,* p. 207.
[15] *Ibidem,* p. 204.

Só faltava um impulso para que esta vocação abafada pela acção deprimente do meio em que se achava, pudesse desabrochar; esse impulso foi a necessidade forçada da emigração para Inglaterra e França. Adiante explicaremos essas circunstâncias em que se achou envolvido. A par da glória literária sorria-lhe também a glória militar; as tradições heróicas da resistência de Portugal contra as hostes napoleónicas, incendiavam-lhe a imaginação e inspiravam-lhe o sentimento nacional, que era uma das expressões de verdade na sua poesia.

Na ode *A Felicidade,* descreve esta fase ideal da sua juventude:

Era belo esse tempo da vida,
Em que esta harpa falava de amores;
Era belo quando o estro acendiam
Em minha alma da guerra os terrores.

Na poesia *A Cruz Mutilada,* retrata com toques tão vivos esse tipo do veterano das guerras peninsulares desde a luta desarrazoada contra os exércitos da República Francesa até ao triunfo dos exércitos imperiais; era esse um ideal da sua velhice:

Cansado, o ancião guerreiro, que a existência
Desgastou no volver de cem combates,
Ao ver, que enfim, o seu pais querido
Já não ousam calcar os pés de estranhos,
Vem assentar-se à luz meiga da tarde,
Na tarde do viver, junto do teixo
Da montanha natal. Na fronte calva,
Que o sol tostou e que enrugaram anos,
Há um como fulgor sereno e santo.
Da aldeia semideus, devem-lhe todos
O tecto, a liberdade, a honra e vida.
Ao perpassar do veterano, os velhos
A mão que os protegeu apertam gratos;
Com amorosa timidez os moços
Saúdam-no qual pai
..... Assim do velho
Pelejador, os derradeiros dias
Derivam para o túmulo suaves
Rodeados de afectos .....[16]

Quando um dia este sentimento nacional se fortificasse com o desenvolvimento da razão, o poeta tornar-se-ia espontaneamente historiador. Assim aconteceu. Mas esse desenvolvimento foi mais tarde paralisado pela tendência contemplativa de uma exagerada educação católica.

Assim como nos escritores da Renascença italiana em Portugal existem vestígios da sua antiga adesão à escola espanhola, ou dos versos de redondilha, assim também nos dois chefes do movimento romântico se conservam os sinais da sua maneira arcádica, donde se desprenderam pelo facto de assistirem no tempo da emigração à renovação das literaturas românticas. Garrett precipitou-se no vigor dos anos e contra o sentimento da sua família no movimento liberal; Herculano, como não tinha em volta de

[16] *Poesias,* p. 125.

si o estímulo dessa geração entusiástica da Universidade de Coimbra, não compreendeu logo a verdade das doutrinas políticas que mais tarde veio a seguir. Herculano conservou até ao fim da vida um certo despeito contra esta marcha dos primeiros passos políticos, e à medida que os anos o faziam estacionar, voltava instintivamente para a preconização do regime absoluto, revelando-se como uma natureza descontente; umas vezes escrevia: «Esta geração vai perdida»[17] e mostrava-se partidário das velhas ideias, outras vezes avivava o passado com uma saudade irreflectida: «Nós, que assistimos à supressão de uma parte dos velhos mosteiros do Minho, e que vimos as lágrimas do povo, que neles encontrava os socorros da doença e o pão na decrepitude, não sabemos se aquelas lágrimas mentiam, se mentem as teorias dos políticos que escrevem no silêncio do seu gabinete...»[18] Este ficou o tipo do sentimentalismo de Herculano; a educação fradesca reflectiu-se em todas as suas obras. A compreensão da liberdade nunca se elevou no seu espírito acima de uma causa de grande perigo social, e para o homem que em Portugal propagou as formas da literatura romântica, essa renovação era a consequência de uma desorganização moral: «A ânsia de liberdade descomedida, a misantropia, os crimes, a incredulidade dos monstros de Byron são o transunto medonho e sublime desse século de exageração e de renovação social.»[19] Sem este passado de Herculano não se poderia compreender a situação de espírito do literato, nem o retraimento e despeito contra o seu tempo, nem a incapacidade de dirigir a geração moderna que lhe concedeu o maior poder espiritual que se tem concentrado em um homem. É assim que se tornam explicáveis todas as contradições daquele carácter, aliás sempre sincero.[20]

Não devemos terminar esta época da vida de Herculano sem explicar as circunstâncias que determinaram uma revolução fundamental na sua vida – a conversão aos princípios ou ao partido liberal. A causa de D. Miguel, patrocinada pelos governos reaccionários de Inglaterra, França e Áustria, parecia radicar-se, por isso que fora possível ao governo absolutista contratar um empréstimo no estrangeiro. Em fins de 1830 e começo de 1831 criaram-se em Lisboa uns regimentos e terços chamados *Ordenanças,* espécie de tropa de terceira linha, a que nas províncias correspondiam os *Milicianos;* Herculano foi nomeado tenente de um desses terços, sem soldo, apenas com o direito de usar uma farda verde e chapéu de bicos. A medida que se organizava a resistência dos liberais na ilha Terceira, onde se instalou o Conselho de Regência, em 3 de Março de 1830, o governo absolutista de D. Miguel redobrava de barbaridade, atropelando com uma incrível imbecilidade os princípios mais intuitivos do direito internacional. A queda do gabinete de Wellington e o advento ao poder de um ministério liberal, em Inglaterra, deram à resistência liberal novas condições de vigor;

---

[17] *O Panorama,* vol. III, p. 66 (1836)

[18] *Ibidem,* vol. I, p. 212: *O Minho Romântico.*

[19] *Ibidem,* vol. II, p. 123: *Novelas de Cavalaria.*

[20] O absolutismo dos primeiros anos de Herculano não é tradicional; o seu espírito veio com o tempo a essa orientação primeira. No seu opúsculo *O Clero Português,* publicado em 1841, explica ele assim a missão histórica da monarquia absoluta: «veio o século XVI: com ele veio a monarquia absoluta – essa grande civilizadora e moralizadora das nações modernas: –a nobreza e o clero modificaram-se pelo seu influxo – civilizaram-se – e como a civilização nada mais é que a fórmula profana do cristianismo, o clero começou a ser verdadeiramente cristão» (p. 3). A monarquia absoluta, a grande moralizadora das nações modernas! As monarquias de D. Manuel, Carlos v, Filipe II, Henrique VII,, Luís XIV e Luís XV, de Leopoldo, com a nobreza da prostituição palaciana e com o clero do queimadeiro, a civilizarem a Europa? isto só por uma fascinação pelo principio do direito divino. Não nos admirará encontrar no fim da vida Herculano julgando a democracia moderna como um bando de ladrões, como se lê no prólogo que pôs n'*A Voz do Profeta;* assim fechou a rotação do seu espírito.

Este período da vida de Herculano andava biografado por Inocêncio Francisco da Silva em um caderno manuscrito com o titulo de *Aleixo Fagundes Bezerro,* que ele mostrava secretamente aos amigos.

por outro lado a reclamação da França contra o atentado de que foram vítimas Saurinet e Bonhomme, acabara de desacreditar perante a Europa o governo absolutista, que se havia rebaixado pelas mais estupendas atrocidades.[21] Ou pelo trabalho gratuito e forçado das Ordenanças, ou pela repugnância dos assassinatos contra os liberais, que se exacerbaram entre 6 de Fevereiro e 16 de Março de 1831, Herculano entendeu deve abandonar a causa que estava perdida perante a moral e a humanidade. Herculano achou-se envolvido no pronunciamento militar de 21 de Agosto de 1831, donde resultou o ter de emigrar escondidamente de Portugal. Esta circunstância da sua vida não anda bem explicada, e por isso insistiremos nela.

Às 9 horas da noite de 21 de Agosto de 1831, revoltou-se o Regimento de Infantaria nº 4, aquartelado no Campo de Ourique, desfilando pelas ruas da cidade de Lisboa, ao som de músicas marciais e gritando: «Viva a Carta Constitucional! Viva D. Pedro IV e D. Maria II.» Herculano morava então em uma casa próximo do Largo do Rato, (num pátio à direita da Rua de S. Bento, como averiguou o Sr. Moutinho de Sousa, em comunicação ao *Diário de Notícias*) e saiu para ver a passagem do Regimento de Infantaria nº 4; envolvido na onda de povo que acompanhava o regimento, foi correndo as ruas da cidade; ao chegarem ao Rossio, pela uma hora da madrugada, o regimento foi atacado por outras forças absolutistas que saíram para abafar o movimento, resultando mortes e prisões numerosas. Herculano conseguiu evadir-se, indo bater à porta do antigo amigo de Bocage, Francisco de Paula Cardoso, também poeta de gosto arcádico e conhecido na literatura do primeiro quartel deste século pelo nome de Morgado de Assentis; morava ele em uma casa contígua ao chafariz da Mãe d'Água, à Praça da Alegria. Em casa de Assentis também se escondera nessa noite o liberal Galhardo, com quem Herculano tivera o conflito na Feira das Amoreiras. Ali ficaram ambos escondidos, até poderem transportar-se para bordo da esquadra francesa do almirante Roussin, que tinha o Tejo bloqueado em virtude de uma reclamação do governo francês. A intimação do governo francês fora feita em 9 de Julho de 1831, e o acto inconsiderado do visconde de Santarém, recusando-se a todas as explicações, determinou o bombardeamento no dia seguinte à uma hora da tarde. O prestígio do governo absoluto de D. Miguel desfazia-se pelas provas manifestas da insensatez; e a esta orientação dos espíritos se deve atribuir a revolta de Infantaria nº 4, e essa curiosidade que levou Herculano a segui-la até ao Rossio. No Paço da Ajuda corria entre as damas e açafatas que as infantas, Isabel Maria, Ana de Jesus, e Maria da Assunção seriam levadas para bordo da esquadra francesa como reféns; e as infantas pulavam de contentes, porque esperavam continuar os idílios das quintas reais de Queluz e de Caxias com a oficialidade francesa. A esquadra constava dos baixéis *Le Suffren, Le Trident, La Marengo, L'Algesiras, La Ville de Marseille, L'Alger*; e das fragatas *Melpomene, Pallas, Didon*; das corvetas *Perle, Egle,* e dos brigues *Endymion* e *Dragon.* Foi a bordo da fragata *Melpomene,* que Alexandre Herculano se refugiou do partido que servira e com quem se achava em casual hostilidade. De bordo da *Melpomene,* que recebia todos os que quisessem emigrar de Lisboa, passou Herculano para um paquete inglês com o lente da Academia de Marinha Albino de Figueiredo, que conhecera nos seus primeiros estudos, com o capitão de cavalaria Cristóvão Bravo, e com o então já seu amigo Joaquim Rodrigues Galhardo, que veio a morrer com a patente de general reformado.

---

[21] Nestes tempos as noticias da resistência liberal na ilha Terceira acirraram a selvajaria miguelina, que o povo resumiu no anexim:

Chegou o paquete;
Trabalha o cacete!

Envolvido na corrente da emigração portuguesa começada em 1824 e continuada em 1828 e 1831, Herculano tomou parte nesta terceira fase, quando já as agonias do desterro se achavam temperadas pela protecção a uma causa moralmente triunfante; desembarcou em Plymouth, vindo depois para Jersey, arribando a Granville; esta peripécia da sua vida tratou-a ele em um pequeno escrito das *Lendas e Narrativas;* de Granville transportou-se a Remes, onde se demorou até 1832 em que tomou parte na expedição de Belle-Isle, que se dirigia para a ilha Terceira, onde era o foco da resistência dos liberais. Logo que desembarcou na ilha Terceira alistou-se como voluntário da rainha, circunstância a que alude na sua prosa poética *A Velhice.*[22] Como o governo de D. Miguel era ludibriado pelo senso comum europeu, pode ver-se em uma carta do grande compositor alemão Mendelssohn, datada de Paris de 11 de Janeiro de 1832;[23] tudo impelia Herculano para abraçar os princípios políticos, que a civilização de Inglaterra e França, observadas de perto, lhe impunham à consciência, que era a primeira a protestar contra o passado. Pelo menos assim se caracterizou a si próprio: «Louvado Deus, que entre tantas qualidades ruins de que a natureza não foi escassa comigo, tenho algumas excelentes, e tal é, além doutras, a de uma consciência de tão fino tacto e tão sem-cerimónia, que apenas digo ou faço uma parvoíce, a sente e expõe com uma admirável clareza e convincente lógica, de modo que sempre tem a habilidade de me fazer titubear e quase sempre a de me fazer confessar com exemplar humildade, que sou um soleníssimo tolo.»[24]

A emigração foi para Herculano uma transfiguração da inteligência; surgiu um homem novo. Nas amarguras do desterro o sentimento foi estimulado pela realidade da vida, e ei-lo que surge um grande poeta. Em verdade Herculano e um grande poeta; os que o cercaram de admirações como historiador, desconheceram ineptamente a alta superioridade do autor da *Mocidade e Morte* e da *Vitória e Piedade,* e por isso não puderam explicar porque é que Herculano nunca escreveu senão prosa poética quer na

---

[22] *O Panorama,* vol. IV, p. 243.

[23] Mendelssohn, caracterizando o género literário do *vaudeville,* diz: «Não sei de nada mais prosaico, e contudo o efeito é absorvente. A peça nova que mantém a voga ao Ginásio é *O Guitarrista de Lisboa; é* as delícias do público. O cartaz anuncia um personagem desconhecido, mas apenas ele entra em cena, todos riem e aplaudem, e percebe-se que o actor imita até à ilusão D. Miguel nas suas maneiras, nos hábitos e em todos os seus gestos; demais a mais dá a entender que é rei, por mais de um sinal, e eis aqui a peça. Quanto mais o desconhecido procede de uma maneira estúpida, ignóbil e bárbara, maior é a alegria do público, que não deixa escapar nem um gesto, nenhuma palavra. Uma revolta forçou-o a refugiar-se em casa deste guitarrista, que é o realista mais dedicado possível, mas que tem a desgraça de ser marido de uma mulher bonita. Um dos favoritos de D. Miguel forçou esta mulher a encontrar-se com ele na próxima noite, e pede ao rei, que chegou no meio deste arranjo, a auxiliá-lo e a mandar cortar a cabeça ao marido: «Com toda a vontade!», responde-lhe D. Miguel, enquanto o guitarrista conhece que tem em casa D. Miguel, e cheio de júbilo se lança aos pés dele, o rei assina a sentença de morte, deste desgraçado, e assina também a do favorito, porque quer para si a mulher e ficar em lugar dele. A cada nova barbaridade que comete, nós aplaudimos, nós rimos, e este estúpido D. Miguel de teatro causa-nos o maior prazer. Assim acaba o primeiro acto. No segundo acto, é meia-noite; a mulher bonita está sozinha, bastante inquieta: D. Miguel introduz-se em casa dela pela janela, e emprega mil recursos, em pleno teatro, para captar-lhe o amor. Fá-la dançar, cantar diante dele; a mulher não o pode aturar, pede-lhe de joelhos que a deixe, até que D. Miguel lhe bota as mãos, e arrasta-a bastantes vezes de um a outro lado da cena. Se a mulher não agarrasse uma faca, e se neste momento não batessem à porta, as coisas poderiam sair-lhe mais desagradáveis. No desenlace o guitarrista salva ainda uma vez o rei dos soldados franceses que acabam de chegar, e de que D. Miguel tem um terrível medo por causa da sua bravura e do seu amor pela liberdade, Assim se termina a peça com geral satisfação.» *Lettres de Mendelssohn,* p. 308 (lettre I) trad. franc. de Rolland.

Como se vê esta composição do *Luthier de Lisbonne* versava sobre os sucessos que motivaram a expedição francesa de 1831; é natural que os emigrados portugueses que se achavam em Paris assistissem a esta representação que atraía uma concorrência continua ao Ginásio.

[24] *O Panorama,* vol. IV, p. 242.

história crítica, quer na polémica política, e como sendo este o lado impressionável com que se impôs ao público, é também este o sinal da sua falta de disciplina filosófica. As *Poesias* de Herculano trazem impressas as emoções novas da situação em que se achava ao sair de Portugal escravo, e isto bastava para que a sua bela organização poética se desligasse para sempre do convencionalismo arcádico. O conhecimento dos poemas de Ossian, que tanto impressionaram Garrett, das canções de Beranger, dos versos de Lamartine e de Casimir Delavigne, ensinaram-lhe a tentar novas formas estróficas; mas uma coisa ficou profundamente portuguesa, a linguagem da saudade esse sentimento exclusivo com que nos tornamos conhecidos na Europa. Uma coisa nos surpreende na leitura dos versos soltos de Herculano, é a íntima analogia que têm com os do poema *Camões,* de Garrett; há neles o mesmo ritmo, o mesmo arranjo de frase, a mesma vaga saudade; o *Camões* de Garrett fora escrito em 1824, e bem podia ser um dos estímulos da sua nova idealização. Mas um facto nos revela que ambos estudaram essa versificação difícil em uma fonte comum: os arcaísmos, que às vezes dão tanto relevo poético à frase, e que Herculano empregou sempre nas suas reconstruções poéticas do passado no romance histórico, foram adoptados no estudo sempre profícuo das obras de Filinto Elísio. Garrett e Herculano, que inauguraram entre nós as formas literárias do romantismo, acharam no estudo de Filinto, que no fim da vida traduziu o *Oberon* de Wieland, as indicações do espírito clássico para a transformação evolutiva da literatura moderna. No poemeto subjectivo *Tristezas do Desterro,* em que se reconhece a cadência garrettiana, descreve Herculano as primeiras emoções ao deixar a pátria, a saudade que o devorava em Inglaterra, o tédio do desalento em França, e a impressão nova dos fenómenos vulcânicos das ilhas dos Açores, quando foi reunir-se ao exército liberal na Terceira. Esses versos têm a beleza do que é vivo:

Terra cara da pátria, eu te hei saudado,
Dentre as dores do exílio. Pelas ondas
Do irrequieto mar mandei-te o choro
Da saudade longínqua. Sobre as águas
Que de Albion nas ribas escabrosas
Vem marulhando branquear de escuma
A negra rocha em promontório erguido
Donde o insulano audaz contempla o imenso
Império seu, o abismo, aos olhos turvas
Não sentida uma lágrima fugiu-me,
E devorou-a o mar. A vaga incerta,
Que rola livre, peregrina eterna,
Mais que os homens piedosa, irá depô-la,
Minha terra natal, nas praias tuas.
Essa lágrima aceita: é quanto pode
Do desterro enviar-te um pobre filho.

Como vimos, a revolta militar em que Herculano se achou comprometido foi em 21 de Agosto de 1831, e ainda em fins desse mês seguiu caminho da emigração para Inglaterra; Herculano deixa entrever esta circunstância:

Já se acercava o tenebroso Inverno;
Vinha fugindo a rápida andorinha,
Para um abrigo te ir pedir, oh pátria,
Em cujos vales nunca alveja a neve:

Junto de mim passou. em suas asas
Também mandei o filial suspiro.

Pelo dorso das vagas rugidoras
Eu corri além mar por estas plagas.
Pelas antenas, em nublada noite
Ouvi o vento sul, *que assobiava*
E de ouvi-lo folguei. Da pátria vinha:
Seu rijo sopro refrescou-me as veias.
..... Quem, nunca, esquece
O tecto paternal, embora adeje
Ao redor dele o medo dos tiranos?

A nostalgia da sua natureza de meridional é expressa com uma comovente ansiedade:

..... Oh, dai-me um vale
Onde haja o sol da minha pátria, e a brisa
Matutina e da tarde, e a vinha e o cedro
E a laranjeira em flor, e as harmonias
Que a natureza em vozes mil murmura
Na terra em que nasci ..... (p. 169.)

A pátria era para ele então um éden; a saudade dos seus torna-se uma paixão que lhe dá mais intensidade subjectiva à linguagem:

Eu, profugo, como ele, o éden nativo
Perdi; e perdi mais. Despedaçados
os afectos de irmão, de amante e filho,
restam-me na alma qual buída frecha,
Que no peito ao cravar-se, estala e deixa,
Caindo, o ferro na ferida oculto...

Oh meu pai, oh meu pai, como a memória
Me reflecte, alta noite, a tua imagem,
Por entre um véu de involuntário pranto!
Quão triste cogitar em mim desperta
A imagem cara! A noite, o bom do velho

As bênçãos paternais de Deus co'as bênçãos
Sobre minha cabeça derramava,
E ao começar o dia; e elas desciam
A um coração isento de remorsos
Onde encontravam filial piedade.

E agora! *É-lhe mistério o meu destino,*
Qual o seu, para mim o exílio oculta
Saciado talvez de dor e afrontas
Dorme já sob a campa o sono eterno?
.....

Ah se um dia raiar fiara o proscrito
O suspirado alvor do sol da pátria,
E se entre nós de um ímpio as mãos ergueram
A barreira da morte, ai dele! ai dele! [25]

No pequeno escrito *De Jersey a Granville,* Herculano descreve com certa graça e humorismo, a que não estava acostumada a língua portuguesa, os dias terríveis da emigração de 1831. Eis o quadro da sua vida de emigrado em Plymouth: «Miss Parker, de Plymouth, era uma donzela de sessenta anos; excelente criatura que nos dera cama e luz por dois meses naquela cidade, mediante a bagatela de três xelins semanais por cabeça. A Inglaterra, como todos sabem, é o país da franca e sincera hospitalidade. Éramos aí nove portugueses, em seis camas e três aposentos, o que dava certo ar pitagórico e misterioso à família, que, dirigida por Miss Parker, pedia servir de modelo às outras ninhadas de emigrados que ainda viviam em Plymouth. Ninguém tinha uma patroa como nós, e os seus *lodgings* eram a pérola das albergarias de Plymouth. A princípio, havia-se encarregado de nos preparar a comida; mas poucos dias pudemos resistir aos abomináveis temperos do país. Miss Parker foi o único fôlego vivo da Grã-Bretanha a quem, na minha estada em Inglaterra, devi um beneficio: quando partimos para Jersey, deu-nos um cabazinho, em que levássemos a nossa matalotagem, e derramou algumas lágrimas ao despedir-se de nós.»[26] «Abandonámos enfim o solo de Inglaterra. Seria pela volta do meio-dia quando saltámos no *chasse-marée* que devia conduzir-nos de Jersey a Saint-Malo, atravessando aquela estreita porção do canal que nos separava da França. Cómoda ou incómoda, era necessário aproveitar aquela detestável jangada para passarmos à França, e isto por duas razões urgentíssimas: a primeira, porque nenhuma outra embarcação havia no porto de Saint-Hélier com destino imediato para a costa fronteira; a segunda, porque o preço da passagem era apenas uma libra esterlina, e uma libra esterlina era o fôlego maior que podia sair da boca das nossas bolsas... Nós seguimos, pouco mais ou menos, o rumo do Sul, e a mudança do vento, posto que ameaçadora, tinha momentaneamente uma vantagem de comodidade: o *chasse-marée* corria à bolina, e por isso o seu arfar se tornava mais suave. No horizonte, quase pela popa, divisávamos ainda o promontório de Noirmont, e pela nossa esquerda prolongavam-se quase imperceptivelmente as costas de França, como uma linha negra lançada ao través dos mares. O *chasse-marée* havia-se posto a capa. O vento não consentia já que surdíssemos avante, e o arrais, depois de breve conferência à proa com o seu companheiro, veio declarar-nos que seria impossível seguir o rumo de Saint-Malo; que era necessário pôr a proa nas costas da Normandia, e dirigirmo-nos a Granville; que finalmente aí poderíamos tocar em terra na manhã seguinte. O *chasse-marée,* destinado a transportar gado de França para as ilhas do Canal, ia em lastro, e o lastro era de areia. Se não fossem os terríveis balanços da embarcação, a pocilga em que nos achávamos poderia passar ao tacto, único sentido de utilidade naquela situação, por uma praia deserta. Depois de apalparmos por longo tempo em volta de nós, achámos por fim uma vela e alguns cabos, lançados para uma extremidade do areal flutuante. Ao menos tínhamos um leito, senão macio, mais enxuto que esse com que contávamos. Uma pouca de areia húmida por pavimento, algumas braças de lona por leito, e por agasalho e cobertura a tolda de um miserável barco, eram, com as trevas que nos rodeavam nesse

---

[25] *Poesias,* p. 173.

[26] *Lendas e Narrativas,* II, p. 288, 4ª edição. Durante a permanência em Plymouth Herculano entregava-se à poesia, e aí escreveu em Setembro de 1831 o hirto intitulado *Deus,* transcrito em todas as selectas das escolas.

momento, toda a nossa consolação e abrigo.» No meio de uma borrasca nocturna foram lançados por cima de restingas «no recife de um ilhéu, vizinho das costas de Normandia»; a saída foi extremamente difícil, como a entrada havia sido extraordinária; dali partiram já com o Sol alto, e em poucas horas aportaram a Granville.

Para todos os emigrados era incerta a sorte dos parentes sob o regime canibalesco de D. Miguel; e esta situação moral agravava mais o desalento dos emigrados portugueses. Como Garrett, Herculano também designou os Franceses, onde ambos se refugiaram, com o nome étnico de Sicambros:

Sob este rude céu, entre o ruído
Dos odiosos folgares do sicambro
Do monótono som da língua sua...

Os folgares odiosos, como se sabe pela carta de Mendelssohn, que já citámos, eram os *vaudevilles* políticos, cheios de *couplets* engraçadíssimos, e de alusões satíricas aos ministros da Restauração. A saudade da pátria era para o poeta desterrado a preocupação absoluta; mas de repente saiu da sua prostração nostálgica, e perguntou a si mesmo se uma terra escrava podia ser pátria do poeta:

Terra infame! de servos aprisco,
Mais chamar-te teu filho não sei:
Desterrado, mendigo serei;
De outra terra meus ossos serão!
Mas a escravo, que pugna por ferros,
Que herdará desonrada memória,
Renegando da terra sem glória,
Nunca mais darei nome de irmão.'[27]

São vigoríssimas estas estrofes da poesia *O Soldado;* o coração do rapaz de vinte e dois anos palpitava com verdade: «Onde é livre tem pátria o poeta»; se um dia Herculano incensou a tirania, esse facto foi uma fatalidade imposta pelo meio social à inconsciência dos dezoito anos. Na bela ode *Vitória e Piedade,* descreve outra vez o motivo do desterro forçado, e o embarque na expedição para a ilha Terceira em 1832:

No despontar da vida, do infortúnio
Murchou-me o sopro ardente;
E saudades curti em longas terras
Da minha terra ausente.
O solo do desterro, ai, quanto ingrato
É para o foragido,
Enevoado o céu, árido o prado,
O rio adormecido!
Eu lá chorei, na idade da esperança
Da pátria a sua sorte:
Esta alma encaneceu; e antes de tempo
Ergueu hinos à morte... [28]

Que alento nessas estrofes com que descreve o alistamento dos voluntários, e o

[27] *Poesias,* p. 104.
[28] *Ibidem,* p. 112.

embarque em Belle-Isle, a 2 de Fevereiro de 1832, e no dia 10 a partida da armada, para a expedição da ilha Terceira, e 6 começo da campanha liberal! Pela primeira vez a literatura portuguesa se inspirava dos conflitos da vida nacional:

Mas quando o pranto me sulcava as faces,
Pranto de atroz saudade,
Deus escutou do vagabundo as preces,
Dele teve piedade.
«Armas!», bradaram no desterro os fortes,
Como bradar de um só:
Erguem-se, voam, cingem ferros; cinge-os
Indissolúvel nó.

Com seus irmãos as sacrossantas juras
Beijando a cruz da espada,
Repetiu a poeta: «Eia, partamos!
Ao mar!» Partia a armada.

Pelas ondas azuis, correndo afoitos
As praias demandámos
Do velho Portugal, e o balsão negro
Da guerra despregámos;
Da guerra, em que era infâmia o ser piedoso,
Nobreza o ser cruel,
E em que o golpe mortal descia envolto
Das maldições no fel. [29]

Os nossos líricos modernos, que pensam ter feito esquecer Herculano como poeta, nunca temperaram na realidade da vida as suas tintas impressionistas, e por isso procuram o vigor da estrofe na violência das antíteses e no relevo das imagens. Herculano tira as imagens das impressões novas que vai recebendo; a natureza vulcânica das ilhas dos Açores assombra-o, e ao desembarcar na ilha Terceira os restos dos vulcões extintos dão-lhe a imagem com que retrata o estado da sua alma:

Eu já vi numa ilha arremessada
Às solidões do mar, entre os dois mundos,
Vestígios de vulcões que hão sido extintos
Em não sabidos séculos. Cintilam
Aqui e ali, nos areentos plainos,
Onde espinhosas sarças só vegetem,
Restos informes de metais fundidos
Pelas chamas do abismo, entre afumadas
Pedras que em parte amarelece o enxofre,
Que a lava em rios dispersou, deixando
Só dele a cor em lascas arrancadas
Das entranhas dos montes penhascosos.
A natureza é morta em todo o espaço
Que ele correu, no dia em que, rugindo,

---

[29] *Poesias,* p. 113.

Da cratera fervente, à voz do Eterno,
Desceu ao mar turbado, e ele, escumando,
A engoliu e passou, qual sumiria
De soçobrada nau celeuma inútil.
Tal é meu coração. Bem como a lava
É o desterro ao trovador. [30]

As viagens para Inglaterra e França, para os Açores e para as costas de Portugal foram para o talento poético de Herculano o mesmo que a viagem do Oriente para Camões e Bocage; deram-lhe um grande poder descritivo. Na ode bem enérgica *A Tempestade,* converte o terror da morte em uma esperança:

Oh morte, amiga morte! é sobre as vagas,
Entre escarcéus erguidos,
Que eu te invoco, pedindo-te feneçam
Meus dias aborridos:
Quebra duras prisões, que a natureza
Lançou a esta alma ardente;
Que ela possa voar, por entre os orbes,
Aos pés do Omnipotente,
Sobre a nau, que me estreita, a prenhe nuvem
Desça, e estourando a esmague,
E a grossa proa, dos tufões ludíbrio,
Solta, sem rumo vague.
.....
E eu que velo a vida, e já não sonho
Nem glória, nem ventura;
Eu, que esgotei tão cedo até às fezes
O cálice da amargura:
Eu, vagabundo e pobre, e aos pés calcado
De quanto há vil no mundo,
Santas inspirações morrer sentindo
Do coração no fundo,
Sem achar no desterro uma harmonia
De alma, que a minha entenda,
Porque seguir, curvado ante a desgraça
Esta espinhosa senda?[31]

Na primeira edição de *A Harpa do Crente,* esta poesia traz a seguinte nota: «A bordo *da Juno,* na baia da Biscaia. Março de 1832.»

Era uma alma de Tirteu que se interrogava; no fragor da metralha não podia deixar de ser um valente soldado. Herculano foi um dos sete mil e quinhentos bravos desembarcados no Mindelo, e teve a sua parte nessa epopeia do cerco do Porto.

---

[30] *Ibidem,* p. 177.
[31] *Poesias,* p. 89, 91.

2. – (De 1832 a 1846.) – Durante o cerco do Porto: Bernardino António Gomes, António Fortunato Martins da Cruz e José Carneiro da Silva. –*Boleto.* – Alexandre Herculano nomeado em 1833, segundo bibliotecário da Biblioteca do Porto. – Lugar que ocupa até 1836: Trabalhos depois do cerco: *Repositório Literário.* – Sociedade de Jurisprudência. – Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras (Lisboa 1836). – O cerco do Porto nos versos de Herculano: *A Harpa do Crente.* – A revolução setembrista: 1836. Passos Manuel. – *A Voz do Profeta.* – Vinda de Herculano para Lisboa em 1836; redacção do *Diário do Governo.* – Nomeado bibliotecário da Ajuda e das Necessidades. – Fundação de *O Panorama.* Missão deste jornal. – Os romances históricos (Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.) –1840 deputado pelo Porto. – Conflito das ambições políticas; não o fazem ministro da Instrução Pública, e retira-se da política. – Impressão produzida pelos seus romances históricos. – Relações com Garrett e Castilho, e sua dissidência. – Dependência da casa real e seus estudos históricos de *O Panorama,* como base da *História de Portugal.* – Cartas sobre a *História de Portugal,* à maneira de Thierry, na *Revista Universal Lisbonense.* – Época brilhante de Herculano. – Entra para a Academia das Ciências de Lisboa.

A luta pela liberdade inaugurada na ilha Terceira, embora dirigida pelos interesses dinásticos de D. Pedro IV, e coadjuvada por uma parte da aristocracia despeitada, tem o quer que seja de grandioso pelo motivo inicial. Se do lado absolutista o povo era fanatizado para praticar as carnificinas, do lado liberal esses espectáculos de degradação humana da Justiça das Alçadas, faziam com que os mais obscuros ainda se portassem como heróis. O arquipélago dos Açores foi o primeiro núcleo da resistência dos poucos homens livres que usavam o nome de portugueses, e é essa uma condição mesológica de todas as ilhas, em que predomina o espírito de independência. D. Pedro IV aproveitou esse primeiro núcleo e dirigiu-se de Belle-Isle para os Açores a 10 de Fevereiro de 1832; a expedição chegou à ilha de S. Miguel a 22, e desembarcou na ilha Terceira a 3 de Março desse mesmo ano. No meio dos grandes combates e da falta de recursos, havia a anarquia das opiniões; uns queriam, depois da adesão do arquipélago ao regime liberal, que saíssem em expedição para a ilha da Madeira, mas D. Pedro IV quis que se dirigissem para o continente do reino. Foi isso a vista do génio; o Porto tinha em 1829 ficado abandonado às atrocidades do governo insensato de D. Miguel, e existiam aí profundas feridas, que insurgiam mais do que todas as proclamações. D. Pedro, que havia mudado a sede do governo da ilha Terceira para S. Miguel a 26 de Abril de 1832, ali organizou a expedição com que projectava fazer o desembarque no continente; reuniu as tropas na planície do Relvão, procedendo ao embarque às duas horas da tarde do dia 27 de Junho. Garrett alude a esta despedida solene dos amigos da ilha de S. Miguel, e do abandono ali dos seus manuscritos. Herculano, que pertencia ao batalhão dos voluntários, ainda não tinha manuscritos, contava vinte e dois anos, e já admirava o autor do *Camões.*

Por um motivo estratégico, perfeitamente explicado por Agostinho José Freire, a armada dirigiu-se para as costas do Norte de Portugal; avistaram terra entre Viana e Vila do Conde em 7 de Julho, e depois de uma intimação inútil ao comandante das tropas absolutistas da província, começou o desembarque na praia do Mindelo, que se fez em menos de quatro horas, no dia 8 de Julho. Foi sobre a praia que D. Pedro IV entregou ao batalhão de voluntários a bandeira que lhe fora oferecida pelas senhoras da ilha do Faial. Na madrugada do dia 9 entraram no Porto os soldados liberais, e o povo arrancou imediatamente as forcas da Praça Nova, que funcionavam havia quatro anos para manterem o terror miguelino. Na poesia *O Soldado,*[32] Herculano pinta com delicadas cores esta situação moral dos emigrados ao chegarem à pátria, e a saudade convertida em sanha de irmãos:

[32] Na 1ª edição de *A Harpa do Crente,* lê-se: *«Porto Julho de 1832.»*

Do meu país querido
A praia ainda beijei,
E o velho e amigo cedro
No vale ainda abracei.
.....

Foi a esperança nuvem,
Que o vento some à tarde:
Facho de guerra aceso
Em labaredas arde!

Do fratricídio a luva
Irmão a irmão lançara,
E o grito: «Ai do vencido!»
Nos montes retumbara.

As armas se hão cruzado
O pé mordeu o forte;
Caiu; dorme tranquilo:
Deu-lhe repouso a morte.

Ao menos, nestes campos
Sepulcro conquistou,
E o adro dos estranhos
Seus ossos não guardou. [33]

Já era um bem para o emigrado o poder ao menos ser sepultado em chão português. A campanha da liberdade começava por um revés; o triunfo de Souto Redondo em 7 de Agosto seguido de uma inexplicável retirada em desordem até aos Carvalhos, fez convencer que a causa estava perdida, se se não limitavam as operações à defensiva. As forças eram diminutas e convinha poupá-las, como suprema táctica: eram 8544 soldados e 2100 voluntários, contra mais de 80000 homens de todas as armas da parte dos absolutistas, além de mais de 40 000 sitiantes em volta do Porto. As linhas fecharam-se no dia 8 de Setembro pelo ataque dos miguelistas no Alto da Bandeira, nas fortificações do Norte e à Serra do Pilar. Era uma luta desigual e desesperada; os livres foram grandes. Herculano, então obscuro voluntário, retrata essas emoções da campanha em que era infâmia o ser humano; em um prefácio com que precedeu a edição definitiva de *A Voz do Profeta,* referindo-se a uma carga de baioneta, escreve estas linhas de realidade que explicam os seus versos: «Assim vi morrer alguns soldados do 5 de Caçadores e de Voluntários da Rainha no temerário reconhecimento de Valongo, que precedeu a batalha de Ponte Ferreira.»[34] Eis o quadro poético:

E a bala sibilando,
E o trom da artilharia,
E a tuba clamorosa
Que os peitos acendia;

---

[33] *Poesias,* p. 101.

[34] *Opúsculos,* t. X, p. 16. No artigo *A Vida Soldadesca,* publicado n'*O Panorama,* t. IV, p. 91, torna a referir-se ao combate de Ponte Ferreira em 23 de Julho de 1832.

E as ameaças torvas,
E os gritos de furor,
E desses que expiravam,
Som cavo de estertor;

E as pragas do vencido,
Do vencedor o inculto,
E a palidez do morto,
Nu, sangrento, insepulto;

Eram um caos de dores,
Em convulsão horrível,
Sonho de acesa febre,
Cena tremenda, incrível!

E suspirei: nos olhos
Me borbulhava o pranto,
E a dor, que trasbordava,
Pediu-me infernal canto.

Oh, sim! maldisse o instante
Em que buscar viera,
Por entre tempestades
A terra em que nascera.

Que é, em fraternas lides
Um canto de vitória?
É *delirar maldito;*
É triunfar sem glória.

Maldito era o triunfo
Que rodeava horror,
Que me tingia tudo
De sanguinosa cor.[35]
.....
E os furtes lá jaziam
Co 'a fuce ao céu voltada;
Sorria a noite aos mortos
Passando sossegada...

Contrários ainda há pouco,
Irmãos, enfim, lá eram!
O seu tesouro de ódio,
Mordendo o pó, cederam. [36]

A refrega era dura; não bastavam os combates nas linhas e as granadas chovendo dia e noite sobre a cidade, a fome apareceu com o seu terrível séquito da cólera-morbo e do desalento. Os generais projectaram abandonar a cidade, como o tinham feito em

[35] *Poesias,* p. 102.
[36] *Ibidem,* p. 106.

1829; mas D. Pedro IV era novo e brioso, não quis, mandou picar as amarras para a esquadra se fazer ao largo. Na poesia de Herculano transparece este desalento:

Oh morte, o sono teu
Só é sonho mais largo;
Porém, na juventude
É o dormi-lo amargo;

Quando na vida nasce
Esta mimosa flor,
Como a cecém suave,
Delicioso amor.

Quando a mente acendida
Crê na ventura e glória;
Quando o presente é tudo,
E inda nada a memória!
.....

Morrer, morrer, que importa?
Final suspiro ouvi-lo
Há-de a pátria. Na terra
Irei dormir tranquilo.[37]

Nessa outra poesia *O Mosteiro Deserto,* o poeta descrevendo o abandono dos conventos pelos frades que andavam capitaneando em volta do Porto os povos fanatizados, de trabuco e cruz alçada, como se viu na guerra dos curas contra a República Espanhola, traz mais um quadro de batalha com traços de realidade que raras vezes entram na idealização literária:

E à voz das trombetas,
Ao trom dos canhões,
Ao som das passadas
De vinte esquadrões;

E em meio do fogo,
Do fumo alvacento,
Em rolos ondeando
Nas asas do vento,

De agudas baionetas
A renque brilhante
Tremente avançava
Ao brado de «Avante!»

E ao baço ruído
Dos leves ginetes,
No plaino calcando

---

[37] *Poesias,* p. 108.

Da relva os tapetes,

Os ferros cruzados
Lutavam tinindo,
Peões, cavaleiros
De envolta ruindo,

E a férrea granada
Nos ares zumbia,
E aos seios das alas
Qual raio descia.

E aos ares, revolta,
A terra espirrava,
E o globo incendido
Um pouco de alçava.

E prenhe de estragos,
Com firo estampido,
Mandava mil golpes
Em rochas partido.[38]

No meio do tropel avistavam-se os frades animando os que combatiam contra a liberdade; andavam com a cruz erguida, açulando os irmãos segundo o espírito do versículo de S. Mateus, que diz «Eu trouxe a espada, e vim trazer a desunião entre o pai e o filho, entre o irmão e o irmão; vim meter a guerra entre eles». O que eles interpretavam nos púlpitos com alegorias, aqui cumpriam-no à letra.[39] Na poesia de *O Mosteiro Deserto,* traça Herculano este protesto:

Na garganta da serra ou sobre o outeiro,
Pelo pinhal da encosta ou da campina,
Nesse dia de atroz carnificina,
Negros, uns vultos vaguear se viam:
A cruz do Salvador na esquerda erguida,
Na dextra o ferro, preces blasfemando:
«Não perdoeis a um só!» feros bradando,
Entre as fileiras rápidos corriam:

---

[38] *Poesias,* p. 190.

[39] «Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça.

A El-rei Nosso Senhor constou, por oficio que ao intendente-geral da Polícia da Corte e Reino dirigiu o corregedor da comarca de Braga, que os religiosos do Convento de S. Frutuoso da dita cidade, quando viram que se faziam preparativos para a defesa do reino contra os rebeldes, resolveram que, se as circunstâncias o exigissem, ficassem dois deles, que se achavam enfermos, guardando o convento, *e os outros se apresentassem armados* e se unissem aos mais defensores da religião, do soberano, e da pátria, e tendo merecido a aprovação de Sua Majestade a *louvável* deliberação destes *bons* religiosos e fiéis vassalos que nisto mostraram conhecer que ninguém deve deixar de expor-se aos trabalhos e aos perigos para um fim tão justo e tão importante: Determina que V. P. Reverendíssima assim lho faça constar: O que de ordem do mesmo senhor comunico a V. P. Reverendíssima, para sua inteligência e execução. Deus guarde a V. P. Reverendíssima, Palácio de Queluz em 22 de Dezembro de 1831. Luís de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça. Senhor Ministro Provincial dos Religiosos Menores Reformados da Província da Soledade.»

E era o Monge que bradava,
E era o Monge que corria,
E era o Monge, que blasfemo
Preces vir a Deus fazia;
Vir, que à tarde, nesse plaino
No sangue de irmãos retinto
Só restava o moribundo,
O cadáver só do extinto.
E por gandras e por montes,
Aterrados, perseguidos,
Em desordenada fuga
Retiravam-se os vencidos.
E os vencidos eram esses
Que a esperança da vitória
Arrastara, miserandos
A uma guerra ímpia, sem glória[40]
.....
Essas cenas de pranto e de luto
Quem as trouxe a esta terra querida?
Foi o Monge, que em ânimos rudes
Instalou o furor fratricida.[41]

Uma das batalhas mais decisivas do cerco foi a de 29 de Setembro de 1832, em que entraram em parada 8384 liberais, e dentro da cidade 7140 contra 35000 miguelistas; venceram os que lutavam pela vida, e desse triunfo resultou a força moral da causa da liberdade em todo o país. D. Pedro IV conheceu que um dos seus primeiros actos depois da vitória seria a extinção do monaquismo em Portugal, nação atrofiada por esse parasita que a atacou desde a sua origem; de toda a obra do constitucionalismo foi essa a maior reforma, e a ela, apesar de negativa, devemos todos os frutos que nos ligam ainda à civilização moderna. Na bela ode *A Vitória e a Piedade,* Herculano, já no fim do cerco, lembra esses grandes lances:

Fanatismo brutal, ódio fraterno,
De figo céus toldados,
A fume, a peste, o mar avaro, as turbas
De inúmeros soldados;
Comprar com sangue o pão, com sangue o lume,
Em regelado Inverno;
Eis contra o que, por dias de amargura
Nos fez lutar o inferno.
Mas da fira vitória, enfim, colhemos
A c'roa de cipreste;
Que afronte ao vencedor em ímpio luta
Só essa c'roa veste.
Como ela, torvo soltarei um hino
Depois de triunfar,
Oh meus irmãos, da embriaguez da guerra
Bem triste é o acordar!

---

[40] *Poesias,* p. 191.
[41] *Ibidem,* p. 199.

Nessa alta encosta, sobranceira aos campos
De sangue ainda impuros,
Onde o canhão troou por mais de um ano
Contra invencíveis muros,
Eu, tomando o alaúde, irei sentar-me,
Pedir inspirações
À noite queda, ao génio que me ensina
Segredos das canções.[42]

Na segunda série de *A Harpa do Crente,* oferecida «A Rodrigo da Fonseca Magalhães, em testemunho de sincera amizade», acha-se datada do Porto, em Agosto de 1833, a esplêndida ode *A Vitória e a Piedade.* Herculano acompanha-a de uma nota omitida nas edições ulteriores: «Este fragmento, que segue, e que servirá para inteligência dos precedentes versos, pertence a um livro já todo escrito no entendimento, mas de que só alguns capítulos estão trasladados no papel. A Guerra da Restauração de 1832 a 1833 é o acontecimento mais espantoso e mais poético deste século. Entre os soldados de D. Pedro havia poetas: militava connosco o autor de *D. Branca,* do *Camões,* de *João Mínimo*; o Sr. Lopes de Lima, e outros; mas a política engodou todos os engenhos e levou-os consigo. Os homens de bronze, os sete mil do Mindelo não tiveram um cantor; e apenas eu, o mais obscuro de todos, salvei em minha humilde prosa uma diminuta porção de tanta riqueza poética. Oxalá que esse mesmo trabalho, ainda que de pouca valia, não fique esmagado e sumido debaixo do Leviatã da política. Todos nós temos vendido a nossa alma ao espírito imundo do jornalismo. E o mais é que poucos conhecem uma coisa: que política de poetas vale, por via de regra, tanto como poesia de políticos.»

A esta nota, já um pouco despeitada, ajunta Herculano o fragmento do livro que andava em esboço, a que dava o título *Da Minha Mocidade – Poesia e Meditação,* cap...; «O combate da antevéspera estava ainda vivo na minha imaginação: eu cria ver ainda os cadáveres dos meus amigos e camaradas, espalhados ao redor do fatal reduto em que estava assentado: ainda me soavam aos ouvidos o seu clamor de entusiasmo ao acometê-lo, o sibilar das balas, o grito dos feridos, o som das armas caindo-lhes das mãos, o gemido doloroso e longo da sua agonia, o estertor dos moribundos, e o arranco final do morrer. Os dentes me rangeram de cólera, e a lágrima envergonhada de soldado me escorregou pelas faces. O Porto estava descercado; mas quantos valentes caíram nesse dia! Eu ia amaldiçoar os cadáveres dos vencidos, que ainda por aí jaziam; porém pareceu-me que eles se alevantavam e me diziam: 'Lembra-te de que também fomos soldados: lembra-te de que fomos vencidos!' E eu bem sabia que inferno lhes devia ter sido, no momento de expirarem, as ideias de soldado e de vencimento conglobadas numa só, como tremenda e indelével ignomínia, estampada na fronte do que ia transpor os umbrais do outro mundo. Então orei a Deus por eles; antes de irmão de armas eu tinha sido cristão; e Jesus Cristo perdoara, entre as afrontas da cruz, aos seus assassinos. A ideia de perdão parecia me consolava da perda de tantos e tão valentes amigos. Havia nessa ideia torrentes de poesia; e eu te devi então, oh crença do Evangelho, talvez a melhor das minhas pobres canções.»

A intuição do artista não o enganou neste juízo.[43] A vida da guerra fizera-lhe

---

[42] *Poesias,* p. 114.

[43] Não podemos explicar porque é que Herculano na edição definitiva dos seus versos cortou todas as referências pessoais, tornando o livro menos valioso por ininteligível nos trechos mais inspirados. O rompimento com alguns personagens, seria causa desta amputação; de facto Rodrigo da Fonseca

desabrochar um génio novo; era essa a poesia por onde devia de começar a transformação da literatura. Herculano, mais do que a glória das armas prezava a glória das letras. Em 5 de Julho de 1833 estava já a causa liberal triunfante; Herculano desde mais tempo fora passado à segunda linha, e impedido no serviço da Biblioteca Pública do Porto, sendo nomeado segundo bibliotecário. Estava então aquartelado em uma casa do Largo da Fábrica (hoje Largo do Correio);[44] na Rua dos Lóios, na casa do contraste do ouro se encontrava com os seus íntimos amigos e camaradas Dr. António Fortunato Martins da Cruz, Dr. Bernardino António Gomes, José Carneiro da Silva, e outros com quem cooperou na fundação da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura, e colaborou no *Repositório Literário;* aparecia de vez em quando neste pequeno cenáculo Almeida Garrett, conhecido afectuosamente entre estes condiscípulos da Universidade pelo *Leitãozinho.* Herculano conheceu-o aqui de perto e foi o primeiro a julgar com justiça a influência dos poemas *Camões* e *D. Branca.*

Depois do triunfo do cerco do Porto, e do estabelecimento do regime parlamentar, todos os espíritos compreenderam a necessidade de reformar a instrução geral do país, desenvolver o gosto pela leitura, e promover os hábitos da associação, meio de se exercitar a liberdade e a iniciativa particular. Fundou-se no Porto a Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura, inaugurada em 13 de Dezembro de 1833, em casa do Dr. António Carlos de Melo e Silva, e depois reunida nas suas sessões em uma sala da Academia de Marinha e Comércio[45] (hoje Academia Politécnica); a contar de 15 de Outubro de 1834 começaram a publicação de um jornal, o *Repositório Literário,* onde se inseriram os trabalhos dos sócios. À Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura pertenciam Agostinho Albano da Silveira Pinto, José Carneiro da Silva, António Fortunato Martins da Cruz e Alexandre Herculano, que viviam na maior intimidade; D. José de Urcullu, e João Pedro Ribeiro também contribuíram com algumas comunicações históricas para o *Repositório,* e Frei Francisco de S. Luís ofertou à Sociedade uma memória biográfica sobre Jacob de Castro Sarmento.

Herculano era então segundo bibliotecário da Biblioteca do Porto, formada da Livraria do Bispo que abandonara a cidade à entrada dos liberais; no meio dos seus trabalhos de organização, Herculano contribuiu sempre com estudos críticos, históricos e com poesias para o *Repositório Literário.* Algumas poesias não foram mais tarde coligidas *n'A Harpa do Crente,* e é uma dessas *A Elegia do Soldado*,[46] inspirada pelo

---

Magalhães, e António Feliciano de Castilho, a quem dedicou a terceira série de *A Harpa do Crente,* estão no caso suposto.

[44] Eis o boleto de aquartelamento de Herculano:

«Rua do Largo da Fábrica, nº 120 a 130.

Sr. Narciso José de Oliveira.

Aquartelará o Sr. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, segundo bibliotecário da Real Biblioteca desta cidade, que continua desde 13 de Maio – dando-lhe água, lenha, sal, luz e cama. Porto, 2 de Outubro de 1833. *Melo,* coronel de 2ª, Lª»

[45] *Repositório Literário,* p. 41.

[46] Na 1ª edição, de *A Harpa do Crente,* de 1838, vem com o título *D. Pedro,* mas foi omitida sem fundamento nas subsequentes. A primeira redacção publicada no *Repositório Literário* diverge fundamentalmente da redacção de 1838, cujas variantes aqui apresentamos com referência aos excertos intercalados no texto acima:

Pela encosta .....
Plante-se a acácia, o símbolo do livre...

Nas orgias de Roma, a prostituta,
Folga vil opressor;
Folga com os hipócritas do Tibre

sentimento geral da morte de D. Pedro IV em 24 de Setembro de 1834; nessa poesia acham-se trechos bastante eloquentes, com a cadência solene dos trenos bíblicos:

Sobre a encosta do Líbano, rugindo
O noto furioso
Passou um dia, arremessando à terra
O cedro mais frondoso;
Assim te sacudiu da morte o sopro
Do carro da vitória,
Quando cheio de esperanças tu sorrias
Filho caro da glória.
.....
Plante-se a acácia – o liberal arbusto
Junto às cinzas do forte:
Ele foi Rei – e combateu tiranos,
Chorai, chorai-lhe a morte!

E dirigindo-se a D. Miguel – que só veio a morrer a 14 de Novembro de 1866, lança-lhe uma imprecação ultrajante:

Nas orgias de Roma, com teus sócios
Folga, vil opressor,
Folga com os hipócritas iníquos,
Morreu teu vencedor.
Envolto em maldições, em susto, em crimes,
Fugiste, miserável.
Ele, subindo ao céu, ouviu só queixas
E um choro lamentável.

O final da elegia traz um traço pessoal que não deixa de ter hoje para nós um certo encanto:

Eu também combati: – nas pátrias lides
Também colhi um louro;
O prantear o companheiro extinto
Não me será desdouro,
Sagra a vileza adoração aos vivos,

Morreu teu vencedor.
Envolto em maldições, em susto, em crimes,
Fugiste, desgraçado;
Ele subindo ao céu, ouviu só queixas
E um choro não comprado.

O final da elegia traz suprimida a última estrofe que está substituída por esta outra:

Para o sol do Oriente outros se voltem,
Calor e luz buscando;
Que eu pelo belo sol que jaz no ocaso
Cá ficarei chorando.

Esta poesia vem datada do Porto em Novembro de 1834. É pena que seja desconhecida, e que ande desmembrada das *Poesias* de Herculano.

Maro adulou Augusto;
Cantor humilde louvará sem mancha
Depois da morte o justo.[47]

No programa dos assuntos escolhidos pela Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura, acha-se sob o número quatro: «Um poema escrito em língua portuguesa com o título de *O Sítio do Porto,* devendo ser o Sr. D. Pedro o herói do poema. O poeta poderá escolher o metro que mais lhe agradar, e a divisão do poema em um ou mais cantos.» Quinto: «A história das campanhas, sítio do Porto e mais feitos do exército libertador em Portugal e Algarves, depois do desembarque nas praias do Mindelo, até à total aniquilação do Usurpador e seus partidários.»[48]

O modo como estes assuntos estão formulados revelam o critério inferior que os concebeu, e portanto, que não seriam tratados de uma maneira satisfatória; nenhum membro da Sociedade de Literatura empreendeu o poema projectado nos moldes de uma *Pedreira.* Não faltava sentimento poético e entusiasmo pela liberdade; nos versos de Herculano estão as provas eloquentes de como a vida do soldado nessa grande luta era já por si um poema. Faltava a crítica, ignoravam-se as obras-primas das outras literaturas. Foi Alexandre Herculano o que melhor compreendeu a necessidade de uma renovação do critério literário, nos artigos *Qual E o Estado da Nossa Literatura? – Qual É o Trilho Que Ela Hoje Deve Seguir?*[49] e nos estudos de estética intitulados *Imitação, Belo, Unidade*.[50] As ideias de Herculano estavam ainda bastante confusas, mas o seu conhecimento da língua alemã e inglesa levavam-no a traduzir algumas baladas alemãs de Burger e de Schiller[51] e a imitar Lewis. O exemplo fazia mais do que a teoria. Em um pequeno prólogo com que precede a *Leonor,* de Burger, exprime o verdadeiro carácter da literatura moderna pela obra do poeta alemão: «Burger empregou admiravelmente a poesia nas tradições nacionais; e é a ele e a Voss, que devemos a renovação deste género inteiramente extinto na Europa depois do XVI século, o qual na colecção, publicada depois por Herder, se pode considerar como a história intelectual do povo. A leitura de Homero, a cujas obras Burger era familiar e de que mesmo traduziu alguns trechos, o convenceu de que a poesia deve ter, além do belo de todos os tempos, de todos os países, *um carácter de nacionalidade sem o qual nenhum povo se pode gabar de ter uma literatura própria*;»[52] em nota acrescenta: «Teremos ocasião de apresentar mais extensamente esta verdade tantas vezes menoscabada, esquecida ou ignorada.» Aqui estavam as bases para a transformação da literatura. Passado esse estado moral que lhe sugeriu tão belas composições líricas, a vida da paz levou-o do estudo das tradições nacionais para a história e para a polémica erudita; é por isso que em uma carta a Soares de Passos, escrevia: «Fui poeta até aos vinte e cinco anos.»

Esses vinte e cinco anos estão com toda a sua pujança n'A *Harpa do Crente,* e foram completados no Porto; quando em 1836 abandonou o lugar da Biblioteca e se fixou em Lisboa, a sua paixão era a história no romance e na monografia.

Entre as teses propostas para serem discutidas na Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura, apareceu este assunto: *Qual o Estado da Nossa Literatura? Qual o Trilho que Ela Hoje Deve Seguir?* Coube a Herculano o «encargo dificultoso» de tratar

---

[47] *Repositório Literário,* p. 23.
[48] *Ibidem,* p. 3.
[49] *Repositório Literário,* p. 4 e 13.
[50] *Ibidem,* p. 53 e seg.
[51] Nas *Poesias* de Herculano, não vem a balada de Schiller *O Cavaleiro de Toggenburgo,* publicada no *Repositório Literário,* p. 71.
[52] *Repositório Literário,* p. 38.

por escrito esta questão urgente no meio da actividade da transformação das instituições de um povo. Para a primeira parte era-lhe indispensável fazer a exposição histórica da literatura portuguesa; fá-la a traços largos, mas atribui a decadência da literatura do fim do século XVI e XVII ao abuso das metáforas recebido da Itália. Não admira esta débil compreensão em quem tinha só vinte e quatro anos, mas a solução proposta para a reforma é capital: «Um Curso de Literatura remediaria os danos que devemos temer, e serviria ao mesmo tempo de dar impulso às letras.» Herculano já conhecia os cursos de literatura moderna de Villemain, e sobre eles moldou um plano razoável, que só veio a ser realizado vinte e cinco anos mais tarde no Curso Superior de Letras; por esse meio, diz ele: «Encontraríamos finalmente o espírito de liberdade e nacionalidade da actual literatura.»[53] No ensino da Eloquência, que julga necessário para um povo que entrou no regime parlamentar, sugere também um ponto de vista sensato, uma compilação dos discursos dos deputados da Constituinte «à maneira da que se fez em França das orações dos representantes nacionais desde o princípio da Revolução».[54] Em vez de regras teóricas queria o exame dos monumentos de Demóstenes, Cícero, Mirabeau, Pitt, Mackintosk, Burdett, Burke, Sheridan, Canning e Fox.

O conselho era salutar, e bem se vê que Herculano adquirira pontos de vista novos durante esse ano tormentoso da emigração; mas o sistema parlamentar era-lhe pouco conhecido. Um sistema em que tudo se sofisma, a vontade nacional no voto, e a sua manifestação na maioria do Parlamento, deve actuar poderosamente na oratória! Assim aconteceu; não houve quem tornasse a achar o espírito dos revolucionários de 1820, mas surgiram os grandes oradores, Costa Cabral, os Passos, José Estêvão, em concessão perpétua com a monarquia.

No meio da transformação mental que se operava no país, as reformas decretadas oficialmente precisavam da cooperação de todas as energias individuais e colectivas; o que os indivíduos faziam podemos inferi-lo da fundação de associações, como a Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura, a Sociedade de Jurisprudência, do Porto, a Sociedade dos Amigos das Letras, a Sociedade de Propagação dos Conhecimentos Úteis, e Associação dos Advogados, de Lisboa; os estabelecimentos literários propunham as suas reformas, discutindo os professores a reorganização da Escola Médica do Porto, e da Universidade de Coimbra. Este espírito de iniciativa era uma novidade nos costumes portugueses; era o fruto das três emigrações do elemento liberal em 1823, 1829 e 1831. Uma corporação persistiu na estabilidade, a Academia Real das Ciências de Lisboa; falseando a sua tradição revolucionária conscientemente desempenhada pelo fundador o duque de Lalões, pelo abade Correia da Serra, os seus membros esterilizaram-se no momento em que procuraram viver do favor oficial. Ainda era vivo o grande medievista português João Pedro Ribeiro, o fundador da crítica diplomática, ainda a Academia das Ciências era respeitada pelos trabalhos deste, de António Caetano do Amaral, e de Trigoso, e já sucumbia à sua degradação interna: a Academia das Ciências aderiu ao obscurantismo sendo a primeira a reconhecer D. Miguel como legítimo monarca e a tomá-lo como seu protector. Ele, que nem sabia escrever o seu nome, assinando as sentenças de morte com o horrífico gatafunho *Migel!* D. Miguel concedeu uma recepção oficial à Academia em peso, e por graça especial permitiu que entrassem para uma sala mais interior no palácio, mas contígua àquela em que costumavam ser recebidos os académicos. Coisa estupenda! A Academia teve uma ideia, mandou cunhar uma medalha para perpetuar essa *insolitum decus,* em 1829. Discutiu-se por muito tempo a inscrição latina e a alegoria, e depois de mil vacilações apareceu a medalha gravada pelo francês Dubois. No *Repositório Literário,* em que

[53] *Repositório Literário,* p. 6.
[54] *Repositório Literário,* p. 14.

colaborava o insigne João Pedro Ribeiro, protestou-se contra esta bajulação da inépcia: «Desta futilidade fez a Academia o assunto de uma medalha, e o faria de uma epopeia se não se achasse empenhada em sair da palavra – *azurrar* – (o *braire* da língua francesa) na qual desde longos anos amuou, tentando compor o dicionário clássico da língua!»[55] De facto o primeiro e último volume publicado do grande Dicionário da Academia acaba na palavra *azurrar,* e de 1818, pelo menos, data a circulação da anedota: A Academia ficou a zurrar.[56] No fim do artigo chasqueando a medalha da Academia, escrevem Herculano e José Carneiro: «O fim do autor foi ludibriar uma fracção deste corpo respeitável, indigno de formar parte dele, e que amparada pelo estúpido poderio do governo dessa época, ousou tecer uma página criminosa e ao mesmo tempo ridícula para a história daquela Academia.»[57] Passados anos Herculano veio a ser vice-presidente da Academia, mas foi-lhe impossível incutir vigor a essa estabilidade filha da apatia idiótica. Em 1834 o ataque a esse reduto do pedantismo tinha uma razão de ser, e era pelo sarcasmo que se podia estimular; hoje nem isso. Em um artigo de Agostinho Albano da Silveira Pinto *Sobre a Instrução Pública em Geral,* lê-se este belo princípio: «Há cento e quarenta anos que Liebnitz disse que aquele que for senhor da educação pode mudar a face do mundo. A reforma pois da instrução pública é necessária, e é também necessário que seja pronta; e fora bem conveniente ter sido já de antemão preparada, para que, terminada a guerra civil e logo que a desejada paz começasse a sarar as profundas feridas de tão sanguinosa e porfiada luta, se pudesse oferecer à mocidade portuguesa uma instrução regular e metódica e ao par da instrução europeia, a qual tem de ser o apoio mais firme das instituições políticas...»[58] Para fazer as reformas era preciso estudar, e a ambição política do parlamentarismo absorvia todas as vocações, apoderava-se dos talentos. Esta orientação dos cérebros passou de pais a filhos na forma da única preocupação dos que estudam – ser empregado público. Na sua vida no Porto, Herculano achou-se por algum tempo fora deste prurido geral; foi aí que teve a concentração para os primeiros estudos históricos. Pode-se dizer, que aí adquiriu o saber especial com que mais tarde se revelou na redacção de *O Panorama* e na *História de Portugal,* porque quando um dia se deixou levar também pela ambição política e se retraiu pelo despeito, nunca mais estudou e apresentou o fenómeno do estacionamento intelectual.

No *Repositório Literário* começou Herculano a publicar uma notícia sobre os

---

[55] *Repositório Literário*, p. 23.

[56] Nas *Fábulas e Contos* de Garrett, o segundo intitula-se *Pelo Zurro o Burro,* e nele se descreve com as cores as mais picarescas a Academia Real das Ciências de Lisboa:

Que produções, que produções! Oh quanto
Quanto seria mais, se um deus maligno
Inimigo de guapos académicos
Das três que Deus nos deu potências d'alma
Lhes não sacasse duas à sorrelfa,
Deixando só memórias e memórias...
Quanto seria mais, quanto fulgira
Em gordos, grossos, grandes calhamaços
A portuguesa, majestosa língua,
Se os novos sábios no começo à empresa,
A antigas manhas não perdendo o afinco,
Não encontrassem por desgraça nossa
Co'um pérfido azurrar *– zurrar maldito!...*
Ficaram no azurrar sempre zurrando.

Obras de Garrett, t. XVI!, p. 45.

[57] *Repositório Literário*, p. 24.

[58] *Repositório Literário*, p. 9.

manuscritos da Biblioteca Pública da Cidade do Porto, em que aparece já o tipo dos estudos históricos e biográficos com que mais tarde tanto influiu para a popularidade de *O Panorama.* O primeiro estudo é uma notícia de uma recensão mais antiga do livro de Duarte Barbosa, de 1529, para ser comparada com o texto de 1558 publicado por Trigoso. Em um pequeno preâmbulo refere-se ainda aos passados dias do cerco: «Os manuscritos que se encontram neste estabelecimento nascente, já formam uma colecção preciosa. Salvos por assim dizer no meio do estrondo das armas, eles puderam escapar de um total naufrágio à força de incessantes cuidados que se lhe dedicaram. Espalhados por diferentes partes se reuniram nesta Biblioteca, da qual constituem uma das grandes riquezas.»[59]

O segundo estudo versa sobre as crónicas manuscritas de D. Sebastião,[60] e determinação do manuscrito de Frei Bernardo da Cruz. Herculano contava examinar uma série de apontamentos manuscritos do crúzio D. Frutuoso intitulados *Monumenta rerum memorabilium ab anno 1569,* cujo original, citado por Barbosa Machado, se achava naquela Biblioteca. Circunstâncias imprevistas o embaraçaram. Para a Biblioteca do Porto fez recolher Herculano os principais tesouros literários da Livraria de Santa Cruz de Coimbra e dos mosteiros do Minho, depois da extinção das ordens monásticas, e não obstante o imenso trabalho de organização foi nesses três anos que Herculano adquiriu a melhor parte do saber que determinou a sua vocação histórica.

Foi em uma biblioteca que o insigne erudito Muratori pôde levar a cabo os seus espantosos trabalhos de erudição medieval; quando um dia Herculano por uma intransigência política se demitiu da Biblioteca do Porto, a sua nomeação para as Bibliotecas da Ajuda e Necessidades veio restituir-lhe as condições indispensáveis para a reconstrução histórica que se tornara o ideal da sua vida, mas faltava-lhe já a tranquilidade moral; achou-se envolvido nos ódios e despeitos políticos, peado com as transigências do paço, invadido por elevadíssimos importunos que o queriam honrar tirando-lhe o tempo. É esta uma fase nova que convém historiar, e na qual Herculano ia ascendendo intelectualmente.

A abolição das ordens monásticas e a extinção dos dízimos, foram as duas únicas medidas radicais que o sistema constitucional executou, e que até hoje têm influído sempre na transformação da sociedade portuguesa; sem a abolição dos frades, a geração portuguesa afundava-se na imbecilidade, e o regime liberal caía por não achar apoio nas consciências; sem a abolição dos dízimos o trabalho continuava com o carácter de servidão eclesiástica. O que aconteceu à lei da extinção dos forais, que era a lei da libertação da propriedade territorial, que foi revogada por ministros de uma aristocracia reaccionária, esteve para acontecer à lei que extinguia os frades. Depois de lavrado o decreto que é a glória do Joaquim António de Aguiar, o Conselho de Estado recusou-se a aprovar o decreto, não queria que se extinguissem as ordens religiosas; esses sofistas do constitucionalismo eram o ardiloso Palmela, o interesseiro Saldanha, e outros do mesmo jaez. Foi nessas lutas contra as perfídias que D. Pedro IV adquiriu a hipertrofia de coração a que sucumbia em poucos meses; num momento de resolução D. Pedro IV assinou o decreto da extinção das ordens religiosas, e Joaquim António de Aguiar assistiu na imprensa à sua composição e impressão, sem que os seus colegas do Ministério o soubessem. É por isso que em uma carta de D. Pedro IV ao marquês de Resende se lê, que ele havia de dar liberdade a este povo, que não queria saber o que isso era. [61]

A indecisão no espírito público, se os frades seriam ou não postos fora de

---

[59] *Ibidem*, p. 110.
[60] *Ibidem*, p. 142 e 150.
[61] Manuscritos depositados na Academia de Ciências.

Portugal, revela-se neste protesto convicto de Herculano *O Mosteiro Deserto,* onde mostra o monge dirigindo as carnificinas da luta fratricida:

Caia em pó o Mosteiro; e maldito
O que erguê-lo outra vez intentar,
Se não treme ante as nuas caveiras
Que insepultas verá branquejar.[62]

Depois destes versos eloquentes de Herculano, não se compreende como empregou o seu estilo poético fazendo reviver o sentimento de saudade pelas ordens monásticas. Era uma dessas contradições tão frequentes nos caracteres que não possuem uma disciplina filosófica em que apoiem as suas opiniões.

Em 1834, Herculano foi mandado a Coimbra para proceder à arrecadação da opulenta Livraria de Santa Cruz. Deste facto dá ele conta no seu artigo a favor dos monumentos: «Levaram-nos a Coimbra em 1834 obrigações do serviço público. Residimos aí quando foi suprimido o Convento de Santa Cruz. Correu então a notícia de que se pretendia pedir ao Governo que esse belo edifício fosse dado ao Município. Mas, para quê? Para a Câmara o arrasar e fazer uma praça.»[63] Em outro pequeno artigo *Os Egressos,* Herculano relata a retirada dos monges de Santa Cruz, e a anedota de ter ficado no convento um frade entrevado com oitenta anos de idade; quando o mandaram sair respondeu que estava leso, que não tinha para onde ir; quando lhe retorquiram, para casa de algum amigo, o octogenário apontou para um passarinho, que chilreava em uma gaiola, como o seu único amigo.[64] Herculano declara que saiu apressadamente e que não pôde reter as bagadas de pranto. Estava-se nesta indecisão sentimental, e o alimentar o falso ideal do monaquismo a um povo atrofiado por ele era vinculá-lo para sempre a esse esteio do obscurantismo. A obra sentimental de Herculano, a que ele chamou romances históricos, teve o grave defeito de uma idealização do monaquismo no momento em que a imaginação do povo português tanto precisava esquecer esses bonzos que o haviam bestializado. A liquidação dos bens das ordens religiosas, expropriação de tesouros do culto, bibliotecas e objectos de arte de pintura e escultura, fez-se de um modo tumultuário; o país estava extremamente pobre, e os que haviam batalhado ela liberdade queriam recompensas. As leis de indemnização provocaram conflitos, que se agravaram com a revolução chamada de Setembro. Herculano, que deu em chorar os frades nos seus versos e em prosas poéticas, reclamou com energia a favor dos monumentos arquitectónicos, contra a estupidez que os entregava à demolição dos municípios provinciais.[65] Mas o brado nunca foi ouvido, porque esse desprezo dos monumentos provinha de que a nação ignorava a sua história. Portanto em vez de um brado de sentimentalismo patriótico, mais força teria uma simples vulgarização da história nacional. Foi isso o que se não fez, e ainda hoje não existe um simples resumo de uma *História Popular de Portugal,* que actue por um critério justo sobre a consciência da nação. Esta seria a direcção científica; a expansão sentimental comunicou-se em fervor, cristalizou-se em frases feitas, e os brados patrióticos permaneceram estéreis.

---

[62] *Poesias*, p. 200.
[63] *Opúsculos,* t. II, p. 24.
[64] *Ibidem,* t. I, p. 149.
[65] «Os velhos mosteiros do Minho e da Beira estão há muito convertidos em casarias semelhantes a alojamentos de soldados, e os templos veneráveis da Idade Média se derrubaram para em lugar deles se alevantarem salas ou armazéns, de mais ou menos âmbito, porém onde nem uma pedra fala do passado, *onde nada respira uma ideia religiosa*.» *O Panorama,* t. I, p. 2. Era esta a ideia fixa do espírito de Herculano ao tratar da educação pública, e das questões filosóficas ou políticas. Como poderia dirigir o seu tempo?

Herculano queria a reforma e não a extinção dos frades; para ele a Ordem dos Beneditinos devia ser poupada: «Ainda hoje não ousaremos afirmar que a sua conservação fosse inteiramente desvantajosa: deixaremos decidir esta questão gravíssima por aqueles que, sem nunca caírem dentre o bulício das grandes cidades julgam os *monges* dos campos pelos frades viciosos das povoações.»[66] Herculano põe aqui em confronto as lágrimas do povo, ao ver os frades deixarem os conventos, com as teorias dos políticos. Foi por lisonjear estes sentimentos de espíritos fanatizados que se achavam perturbados com o golpe fundamental do ministro Joaquim António de Aguiar, que Herculano começou a exercer a sua primeira influência moral; os do campo absolutista donde saíra poupavam-no, e os do campo liberal temiam-no. Ele descreve esta situação intermédia: «Repreendendo o passado em seus absurdos, fomos taxados de impiedade: afrontando-nos com o presente em seus desvarios, nos criminaram de obscurantismo.»[67] «O que levamos dito é a substância do que temos escrito há dois anos, e de que não havemos tirado senão má vontade de homens exclusivos, posto que nos fique a paz da nossa consciência.»[68] Daqui um carácter exacerbado, tornando-se sempre descontente, como ele próprio o confessa: «Nós, homens de velhos hábitos e velhas ideias (somo-lo ainda que o não queiramos acreditar) em uma época de transição, condenados estamos a deixar escoar a nossa vida no meio da luta da antiga sociedade que morre e da nova sociedade que assassina.»[69] A sociedade nova é que era assassinada pela velha sociedade do monaquismo e do absolutismo; Herculano inverteu as condições do fenómeno, e insensivelmente se achou do partido da que ele julgava vítima, complicando o presente que precisava transformar-se apresentando-lhe já nos protestos do libelo, já nas imagens dos romances, a figura do passado, que só precisava ser posta na evidência do processo histórico.

Depois da morte de D. Pedro IV, o duque de Palmela era o senhor do maquinismo constitucional; ele fora a causa da reacção absolutista de 1824, ocultando a Carta decretada por D. Pedro IV em 1826; agora tirava partido dessa mesma carta para se acobertar com ela e monopolizar o poder. A situação política começada com o Parlamento de 1834, e que provocou a Revolução de 9 de Setembro de 1836 resume-se nestas palavras proferidas pelo conde da Taipa na Câmara dos Pares: «A experiência tinha mostrado que era impossível sustentar-se qualquer governo patriótico em presença de uma facção, cujos indivíduos se tinham feito a si mesmos artigos da Carta Constitucional; na Câmara dos Pares tinha-se criado uma maioria dos seus íntimos; o mesmo acontecia no Conselho de Estado, e nos lugares do poder judiciário tinham investido pela maior parte criaturas suas;... as maiorias dominavam tudo, e a marcha dos negócios era impossível para um ministério que não pertencesse à facção. Todos os amigos da boa ordem viam com pesar que *um movimento revolucionário era necessário...* Ninguém conspirou; a Revolução de 9 de Setembro apareceu pela força das coisas; foi um acto espontâneo da população de Lisboa: o seu fim principal era aniquilar a facção que nos dominava; mas como ela tinha feito da Carta Constitucional (de 1826) um escudo ao abrigo do qual escarnecia de toda a força moral, era preciso ferir o escudo para ferir o fim: a Revolução revogou a Carta Constitucional.»[70] A jovem rainha D. Maria II era facciosa, e não compreendia coisa alguma do regime liberal; a facção de Palmela intimidou-a com as exigências do povo, representadas na força moral dos setembristas, e ela entendeu que devia impor-se à nação tornando os cartistas

---

[66] *Panorama,* vol. I, p. 212 (1837).
[67] *Ibidem,* t. III, p. 115 (1839).
[68] *Ibidem.*
[69] *Ibidem,* t. III, p. 67.
[70] *Diário do Governo,* de 24 de Janeiro de 1837. (Sessão de 21 de Janeiro.)

(partidários da Carta de 1826, da facção de Palmela) os favoritos da independência do trono. Em 4 de Novembro de 1836, a rainha foge do Paço das Necessidades para o Paço da Ajuda, demite o ministério popular ou setembrista, e faz desembarcar da esquadra inglesa surta no Tejo uns setecentos soldados com que procura defender-se. Era uma doidice da mulher boçal e mal aconselhada, que se foi agravando até descambar no mais franco despotismo de 1842, quando entregou a nação ao arbítrio do seu valido Costa Cabral. A nação estava num grau bem ínfimo de inconsciência animal; sofreu tudo adorando a sua rainha, e glorificando os grandes miseráveis de avidez sórdida e de paixões sanguinárias, que hoje figuram no nosso panteão constitucional. Edgar Quinet, que passou por este tempo pela cidade de Lisboa, diz nas suas *Vacances en Espagne,* que a cidade lhe deixou a impressão de um povo morto, governado por uma rainha saída do túmulo como continuando a sorte de Inês de Castro.

Depois que os homens da Revolução de Setembro de 1836 fizeram restabelecer a Constituição de 1822, *com as modificações que as cortes lhe fizessem,* foi ela mandada jurar em todo o reino em substituição da Carta Constitucional de 1826, dada por D. Pedro IV. A Carta de 1822 era mais liberal e prestava-se a menos sofismas, como se observara com a de 1826 nas mãos de Palmela; Alexandre Herculano foi um dos funcionários que não quis jurar a Carta imposta pelos setembristas, dizia ele, para não violar o seu primeiro juramento; requereu a demissão de segundo bibliotecário, e partiu para Lisboa, onde se fixou de vez. Nesta primeira pratica do regime parlamentar ainda se não conhecia a necessidade das oposições, como estímulo normal do poder, e em vez da discussão franca e da modificação de opiniões, a polémica tomava o carácter de acusação, a opinião exercia-se na forma de sedição, e os partidos perseguiam-se entre si como se o decaído estivesse fora da lei. Era um estado transitório da prática do sistema sem raízes tradicionais nas instituições portuguesas, e que se adaptava artificialmente à nossa vida nacional. Os espíritos mais lúcidos, como Mouzinho da Silveira, viam nestas lutas de facções partidárias o germe de dissolução do sistema constitucional; Herculano, apenas com vinte e seis anos de idade, e vigorosamente poeta, nada percebeu do que se passava e protestou contra a abolição da Carta de 1826 com dois folhetos intitulados *A Voz do Profeta,* em prosa cadenciada, em pequenos períodos imitando a linguagem bíblica, mas modelados sobre os escritos revolucionários de Lamennais, *Palavras de Um Crente* (que Castilho por este tempo traduziu do francês) e *Livro do Povo.* A chamada Revolução de Setembro produziu em Herculano um desalento moral, e pela primeira vez descreu dos destinos da pátria; esse estado sentimental é só o que se acha n'*A Voz do Profeta* e mais nada. A prosa bíblica fez impressão sobre os conservadores cartistas, e o nome de Herculano repetia-se; veio então para Lisboa em fins de 1836. Na poesia *A Volta do Proscrito,* usa esta forma ditirâmbica, tão expressiva:

Eis as plagas da saudade;
Eis a terra de seus sonhos;
Eis os gestos tão lembrados;
Eis os campos tão risonhos!

Eis da infância o tecto amigo;
Eis a fonte que murmura;
Eis o céu puro da pátria;
Eis o dia da ventura!...[71]

[71] *Poesias,* p. 206.

O proscrito, como o Dirceu das Liras, achou todos os sítios, mas não as mesmas impressões:

Conta-se que o seu amor fora traído
E que mirrado achou de amor o mirto...[72]

Herculano como verdadeiro peninsular consolou-se da decepção inesperada idealizando novos amores; na poesia *Felicidade,* descreve essa nova situação da sua alma, que lhe durou até ao fim da vida; transcrevemos esses traços autobiográficos:

Mas, enfim, eu te achei, meu consolo;
Eu te achei, oh milagre de amor!
Outra vez vibrará um suspiro
No alaúde do pobre cantor.

Eras tu, eras tu que eu sonhava;
Eras tu quem eu já adorei,
Quando aos pés da mulher enganosa
Meu alento em canções derramei.

Se na terra este amor de poeta
Coração hei que o possa pagar,
Serás tu, virgem pura dos campos,
Quem virá a minha harpa acordar.[73]

Seguem-se a estas outras estrofes igualmente apaixonadas; esses amores foram longos anos envolvidos no segredo, e só quando em 1867 o autor do título do casamento civil, introduzido no código, veio a casar catolicamente com D. Mariana Hermínia Meira, ambos sexagenários, é que se pode bem explicar a verdade desta estrofe:

No silêncio do amor, da ventura,
Adorando-te, oh filha dos céus,
Eu direi ao Senhor: tu ma deste;
Em ti creio por ela, oh meu Deus!»[74]

Para Herculano o amor fora um motivo de idealização no meio dos disparatados conflitos políticos entre setembristas e cartistas; o seu tédio por esses conflitos não o acometeu de repente; serviu o seu grupo, teve a sua hora de ambição, até que deixou ir para diante a bacanal. Em fins de Junho de 1837 foi-lhe confiada a redacção do *Diário do Governo,* que então não era o órgão da publicação oficial dos documentos legislativos; era um jornal de discussão política como qualquer outro, em que o Governo se defendia. Herculano redigiu-o apenas alguns meses, e isto pode explicar-se pelo facto da queda do ministério setembrista em Junho de 1837, acompanhada de revoltas parciais, conspirações de despeitados e movimentos do Exército. A persistência do governo setembrista, até 1839, faz com que Herculano esteja fora da política, e se entregue totalmente aos trabalhos de literatura. Foi este o seu período fecundo, e aquele em que influenciou no espírito português, apaixonando-o pelo seu passado tradicional e

---

[72] *Ibidem,* p. 207.
[73] *Ibidem,* p. 219.
[74] *Ibidem,* p. 220.

histórico, provocando-lhe o respeito pelos seus monumentos e a admiração pelos seus escritores esquecidos. Neste período, que começa em 1837 com a fundação de *O Panorama* pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, é que Herculano disseminou os elementos que lhe deram mais tarde esse extraordinário poder espiritual que exerceu inconscientemente sobre a nação portuguesa. N'*O Panorama,* que se distribuía semanalmente, bem como no *Museu Pitoresco,* do Porto, reproduziu-se tipograficamente as formas do *Penny Magazine,* então em grande voga em Inglaterra, como propagador de literatura entre o povo. Era um fruto da emigração. Este jornal teve uma grande influência em Portugal na época do romantismo; no livro das contas da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura, do Porto, acha-se inscrita a assinatura do *Penny Magazine* e em um artigo de D. José de Urcullu, no *Repositório Literário,* falando dos periódicos ingleses, escreve: «Resta-nos dizer alguma coisa de um periódico que pela sua barateza e prodigioso número de exemplares (200 000) que se publica, deve excitar a admiração geral dos nossos leitores. Este periódico é o *Penny Magazine,* que teve princípio no dia 31 de Março de 1832, e se publica todos os sábados por 20 réis cada número; consta de 8 páginas em 4º com muitas gravuras abertas com bastante delicadeza em pau.»[75] O *Panorama* reproduziu materialmente em Portugal o *Penny Magazine,* e na parte das gravuras serviu-se dos velhos clichés do jornal londrino; tal ficou até hoje o tipo do jornal literário em Portugal, como se vê na *Época, Semana, Arquivo Universal, Revista Universal Lisbonense* e *Arquivo Pitoresco.* Estes moldes batidos esterilizaram-se pela atrofia da invenção literária. Herculano foi redactor de *O Panorama* até ao nº 115,[76] mas continuou a contribuir sempre para essa interessante revista durante as duas séries mais notáveis dessa publicação. A sua saída da redacção deve atribuir-se à participação mais activa que tomou na política militante. Pela liga de todos os elementos reaccionários caiu em 1839 o ministério setembrista, e a rainha D. Maria II viu-se um pouco mais desafogada na sua soberania discricionária. Casada então com o príncipe alemão D. Fernando Saxe-Coburgo, este não podia olhar com indiferença os partidários da independência pessoal da rainha; os cartistas faziam-se valer por este favoritismo do paço. Foi portanto em 1839, que Herculano saiu nomeado por D. Fernando bibliotecário real das suas livrarias dos palácios da Ajuda e das Necessidades. Herculano considerou esta graça como tendo-o posto a coberto nos seus meios de subsistência das vacilações dos partidos, que então se perseguiam cortando-se mutuamente os víveres. Em 26 de Novembro fez-se uma liga ou espécie de fusão temporária entre os setembristas e cartistas, e a este facto se deve atribuir a eleição de Alexandre Herculano como deputado pelo Porto em 1840. A fusão dos dois partidos foi temporária; do lado dos setembristas estavam os principais oradores, tais como os chefes Manuel da Silva Passos, Almeida Garrett, e José Estêvão, mas do lado dos cartistas estava a argúcia e a violência material.[77] Neste meio Herculano nada tinha a fazer; não sabia falar em público, e quando o tentou pela primeira vez estribando-se nos seus apontamentos, José Estêvão, com a audácia de estudante de Coimbra, soltou-lhe o terrível aparte: «Largue a sebenta!» Herculano calou-se e não pôde prosseguir. Tinham-

---

[75] *Repositório Literário,* p. 80.

[76] *O Panorama,* t. III, p. 221.

[77] Acerca desta época, escreveu Herculano na carta sobre a *Propriedade Literária:* «Estando eu e V. Exª (Garrett) na Câmara dos Deputados na legislatura de 1840, tinha V. Exª apresentado um projecto de lei sobre aquela matéria, (propriedade literária). Pertencia eu à minoria da Câmara, e no seu zelo por fazer passar uma providência, que, sinceramente o creio, reputava útil e justa, V. Exª teve a bondade de falar comigo e com outros membros da oposição, para que não a fizéssemos a esse projecto sobre que ia deliberar-se. Dentre os indivíduos com quem V. Exª tratou o assunto, recordo-me de quatro, dos senhores Soure, Ferrer, Marreca e Seabra, o último dos quais relutou antes de aceder aos desejos de V. Exª.» *(Opúsculos,* II, 60.)

lhe os seus correligionários prometido a criação de um Ministério de Instrução Pública, e Rodrigo da Fonseca Magalhães, que só pensava em fusionar os partidos, ou dissolvendo-os com favores ou raptando-lhes as principais individualidades, não atendeu ao seu compromisso, donde resultou que em 1841 Herculano abandonou para sempre o Parlamento, e ficou despeitado da política.

No folheto, extremamente raro, publicado em 1841 por Herculano, O *Clero Português,* ele preocupa-se outra vez com a questão das ordens monásticas em Portugal: «Depois, as gerações continuaram a dar o preço do seu suor para as pompas do clero, e a entesourar a sua ma vontade para o dia da vingança. Este chegou, e a cólera popular foi cega e bruta como são todas as grandes cóleras. O clero ficou literalmente aniquilado, e nós os homens do povo batemos as palmas – digamo-lo em boa consciência – sem saber o que fazíamos. É por isso que devem perdoar-nos; Deus à nossa inteligência, a Posteridade à nossa memória.» (P. 5.) Herculano entendia que bastava uma reforma nos frades, em vez da extinção, e isto por argumentos históricos: «Este estado indicava até onde a reacção popular devia chegar nesta parte, indicava que *era necessária uma reforma e não uma aniquilação.» (Ibidem,* p. 11.) Nenhum progresso poderia introduzir-se em Portugal, se as ordens monásticas persistissem; reformá-las era dar-lhes força para nos atrofiarem mais. Não se atrevendo a pronunciar-se sobre a questão dos dízimos, n'*O Panorama,* por causa do regulamento do jornal, no opúsculo de *O Clero Português,* entende que essa supressão do rendimento eclesiástico foi ferir os interesses do clero rural, condenando-o a viver das esmolas da côngrua.

As conclusões do opúsculo enfático e cheio de pesadas figuras bíblicas, revelam a falsa direcção mental de Herculano, que impreca assim contra os políticos: «O povo, idólatra há dois dias, é hoje filósofo, daquela filosofia da ignorância e de corrupção, que vós e só vós lhe ensinastes. Se continuarmos a caminhar assim por esta estrada de perdição, o lio mais forte da sociedade, o *sacerdócio,* desaparecerá; o templo do Crucificado cairá em ruínas, mas a nação ficará esmagada debaixo delas. Ai dos que abominam a cruz, porque a cruz é eterna.» *(Ibidem,* p. 15.) Sente-se aqui outra vez o tom cavernoso de *A Voz do Profeta.* Herculano idealizava então o cristianismo sentimental, e ao contrário de Chateaubriand deslumbrado pelas pompas da Igreja, voltou-se para o tipo descrito por Lamartine nos *Deveres Civis do Cura,* desenhava com ternura o tipo dos párocos rurais, vestidos de estamenha grosseira como um verdadeiro operário da granja religiosa; desses cérebros boçais diz: «A classe mais respeitável do nosso pais morria literalmente de fome, quando sobreveio a Revolução de 1836. Então apareceu uma lei, cujo fim parecia remediar este mal, mas cuja essência não era senão o resumo da perseguição feita anteriormente ao clero; etc.» Abraçando esta causa poética do clero secular, atacava assim os inimigos setembristas, onde havia democratas e livres-pensadores. Foi nesta corrente de idealização clerical que em 1844 veio a escrever o pequeno romance do *Pároco da Aldeia,* em que pretende fazer para o catolicismo o que Goldsmith fez com O *Vigário de Wakefield* na família protestante.

A preocupação saudosa dos frades, que já estavam identificados com a nação portuguesa, é que levou Herculano a fazer sentir a sua falta reclamando a favor dos monumentos abandonados, e a tomar os monges como os heróis principais dos seus romances históricos.

A marcha dos acontecimentos políticos seguiu o seu rumo disparatado; ninguém se entendia, porque não havia ideias. António Bernardo da Costa Cabral logo. em 1842 apelou para a força bruta, dando o extraordinário espectáculo de ir ao Porto como ministro revolucionar a guarnição militar. Seguro da força e do, favoritismo da rainha, restabeleceu a Carta de 1826, e começou a exercer então sobre o pais inteiro um sistema de pressão que ficou na história com o nome de *cabralismo,* e que só pôde ser

derrubado por meio de uma revolução bastante séria em 1846. Como o valido, de D. Maria II perseguia duramente os setembristas, que se haviam insurgido, em Torres Novas, os cartistas tornaram-se cabralistas. A história da vida nacional deste período é comovente pelo estado de cretinização em que se achava o povo, e pela falta de vergonha com que os poderes públicos, sem critério algum político, reclamavam a intervenção estrangeira da *Quádrupla Aliança.* Do que foi este sistema, pode-se inferir por este trecho de uma carta de Herculano escrita ao fim de trinta anos, acerca da necessidade de pedir a favor dos inundados de Valada: «Pedia a todos os governos possíveis. Se ainda reinassem os Cabrais, até a esses pedia. Pedia ao António. Mais: pedia ao José. Mais ainda: pedia ao João, que sempre desconfiei que fosse o pior dos três. Ora, por mais mal que alguém pense dos ministros actuais, ninguém de certo os compara com aqueles amigos.»[78] Tal era a impressão desse tempo ao fim de trinta anos. Da «situação tranquila em que se via colocado» escrevia Herculano na advertência da sua *História de Portugal:* «Esta situação vantajosa e excepcional, devo-a a Sua Majestade el-rei. Ele a criou para mim espontânea e generosamente: espontânea e generosamente ma conservou, a despeito de *mais de uma procela violenta, que tem ameaçado afundar o meu débil esquife,* porque sou navegante assaz rude e inábil em evitar com arte a fúria das tempestades.»[79]

Por aqui se vê que durante esses terríveis quatro anos do despotismo cabralista, Herculano esteve a coberto com o favor do paço. Foi durante estes quatro anos que reuniu os materiais, e meteu mãos à obra da *História de Portugal;* a *procela violenta,* a que alude aqui de um modo vago e misterioso,[80] que o fez abandonar a política, depois de 1853 converteu-se em outra alusão igualmente tenebrosa contra os que *truncaram* a sua actividade histórica. Era uma natureza poética e violenta, para quem a melancolia romântica tomou a forma do descontentamento; enquanto a geração que lhe sucedeu seguiu o ultra-romantismo, ele também foi *ultra* na apreensão de perseguições à sua pessoa. Villemain viveu como Herculano neste estado psicológico, espécie de vesânia hereditária transmitida sob o terror do regime absoluto.

Quando Herculano veio para Lisboa em 1836 e tomou conta por alguns meses da redacção do *Diário do Governo,* não achou logo as condições para o desenvolvimento da sua actividade literária. A Sociedade dos Amigos das Letras, a que Herculano pertencera[81], dissolveu-se por *circunstâncias imperiosas* em sessão de 15 de Novembro de 1836;[82] a fundação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, patrocinada pela rainha, e à qual pertenciam todos os homens importantes do constitucionalismo, achou-se com bastantes recursos pecuniários, e empreendeu a obra da elevação do nível intelectual do país, tantos séculos atrasado pelo obscurantismo monacal. Esta Sociedade fundou O *Panorama* em 1837, e começou a publicação de alguns inéditos da história e da literatura portuguesa, tais como, as *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* do árcade Francisco José Freire, e a *Vida do Cardeal-Rei.* Herculano estava então em todo o seu vigor intelectual; conhecia a literatura francesa, sabia inglês e alemão, e compreendia que as tradições nacionais são o elemento mais simpático das literaturas que se renovam com o intuito de estabelecer uma relação entre a sociedade e o escritor.

No primeiro número d'*O Panorama* acha-se esta descrição do estado intelectual

---

[78] *A Renascença,* nº1, Porto, 1878.

[79] *História de Portugal,* t. I, p. XIV, (1846.)

[80] N'*A Ilustração,* jornal literário de 1845, traz Herculano uma carta em que acentua esta segunda fase de despeito: «Não me importa o que vai pelo mundo social. Cheguei a obter a triste tranquilidade de incrédulo político.» (P. 51.) E prometendo a sua colaboração quando outros trabalhos literários o não ocupem, diz que só um caso o fará faltar à promessa, e é se *A Ilustração* se tornar política.

[81] Colaborou no nº2 do *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, p. 63.

[82] *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras,* nº5, p. 160.

do país, que motivava o esforço da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis: «A nação portuguesa, cumpre confessá-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora imensas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes que pela sua posição social deviam ser ilustradas. Entre os mesmos homens dados às letras, se acha falharem repetidas vezes as noções mais elementares de tudo quanto não é objecto do seu especial estudo, e a ciência em Portugal está ainda longe de ter aquele carácter de unidade, que ganha diariamente no meio das outras nações.»

No segundo volume de *O Panorama* vem uma anedota que dá ideia do estado dos nossos professores da Universidade de Coimbra: «E o professor de certa Academia célebre, que dava a razão de serem as viagens do Brasil mais demoradas de lá para cá, do que de cá para lá, do seguinte modo: – Meus senhores, forçosamente assim há-de acontecer, porque para lá desce-se; e para cá sobe-se.» (*O Panorama,* v. II, p. 2; 6 de Janeiro de 1838.)

«Assim a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso em que ainda nos achamos. Sinceramente confessamos a nossa decadência intelectual...» (O *Panorama,* t. I, p. 2, 1837). Fizeram D. Maria II protectora da Sociedade, formada por um certo número de accionistas, havendo uma assembleia geral e uma direcção para a administração do capital. O efeito d'*O Panorama* foi incalculável: «Logo ao 5º número se tiravam 5000 exemplares, caso único em a história das publicações periódicas em Portugal.» (O *Panorama,* t. I, p. 53.) «Quando este jornal começou a aparecer nada mais era, quanto à forma, do que uma imitação do *Penny Magazine...» (O Panorama,* t. II, p. 1.) Em uma circular de 1839, falando-se da prosperidade de *O Panorama,* lê-se: «Nem obsta o deixar de ser o principal redactor o Sr. Herculano, porque além de continuar a ministrar-nos os seus interessantes artigos, algumas pessoas zelosas da instrução pública nos têm presenteado com o fruto dos seus estudos...» Entre essas se distinguem Cunha Rivara, F. Adolfo Varnhagen, Trigoso, Silva Leal e outros.[83]

Por portaria de 26 de Julho de 1838 foi permitido à Sociedade o poder imprimir inéditos da Biblioteca da Corte. A prosperidade económica era também excelente, tendo a Sociedade em valores em 30 de Julho 1 de 1839, a quantia de 11876$520; basta detalharmos algumas parcelas significativas, tais como: Prestações dos accionistas, 1465$700; assinaturas de *O Panorama,* 1690$560; vendas avulsas de *O Panorama,* 1532$625; assinaturas e vendas de *O Panorama* pelos correspondentes das províncias, 2513$415 réis. Em 16 de Agosto de 1839 os estatutos da Sociedade foram reformados, sendo o capital então de 10 000$000, dividido em acções de; 5$000 réis.

Herculano foi encarregado da redacção de *O Panorama* desde 1837; esta circunstância influiu poderosamente na forma da sua actividade mental. Seguindo o tipo do *Penny Magazine,* era-lhe precioso redigir o pequeno artigo arqueológico sobre coisas portuguesas, a biografia histórica e literária, a monografia, o excerto clássico, e o romance histórico, que estava então em moda por toda a Europa. Herculano cumpriu à risca esta plano, e *O Panorama* seguiu sempre o mesmo sistema, sendo o principal educador da classe média em Portugal e o agente que mais despertou o sentimento patriótico. Com os recursos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, é que Herculano publicou em 1838 em três séries as suas poesias com o título de *A Harpa do Crente,* o opúsculo *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres,* em 1841, e o

[83] Em 1839 criou-se em Lisboa a Sociedade Escolástico-Filomática, cuja órgão de estudos foi o *Cosmorama Literário;* serviu apenas para ensaiar os habilidosos do jornalismo constitucional.

romance histórico o *Eurico,* em 1844;[84] e bem assim a edição da *Crónica de El-rei D. Sebastião,* de Frei Bernardo da Cruz, em 1839, e os *Anais de El-rei D. João III,* de Frei Luís de Sousa, em 1844. O período da sua actividade artística está separado do período da sua actividade histórica por um despeito que sofreu no conflito dos partidos políticos em 1842. O primeiro, que vai de 1837 a 1840, compreende a série de todas as suas tentativas de introdução do romance histórico em Portugal, tentativas reunidas sob o título de *Lendas e Narrativas,* e os primeiros esboços dos dois romances que formam o *Monásticon;* o segundo período começa com os estudos para a *História de Portugal,* cujo primeiro volume data de 1846 e termina com o último volume da *Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal,* em 1859.

Herculano *«foi poeta até aos vinte e cinco anos»* como escreveu com grande rigor biográfico em uma carta a Soares Passos; coincide esta transformação da sua capacidade literária com o regresso para Lisboa em 1836, e com a natureza especial da actividade exigida para a redacção do *Diário do Governo* e depois de *O Panorama.* Não tinha já o ócio de espírito indispensável para toda a idealização poética; o conflito da soberania nacional da Revolução de Setembro lançou-o no temor da liberdade, e entregou-se com boa-fé à causa pessoal da rainha, então acobertada com o nome de cartismo. Os romances históricos de Walter Scott exerciam por toda a Europa uma fascinação pasmosa; Herculano debaixo dessa impressão, seguiu o exemplo do autor de *Waverley,* deixando a poesia a Garrett, como aquele a deixara a Byron, para se entregar exclusivamente às narrativas novelescas em prosa. Era esta uma forma de actividade compatível com os trabalhos da erudição, e até certo ponto um estímulo de curiosidade que o iria atraindo para o campo da história. Foi o que aconteceu. Herculano iniciou em Portugal a imitação das novelas de Walter Scott, em condições que pouco o coadjuvavam; não tinha uma vida e um sentimento nacional a avivar, porque Portugal estava inteiramente esquecido do seu passado, não estava fortalecido com o estudo das tradições, que ainda não haviam sido exploradas, e faltava-lhe esse talento descritivo de Scott que era por ele próprio excedido no dom maravilhoso do dialogo com que vivifica as peripécias menos fecundas. Tudo isto influiu na forma pálida e sem relevo dos romances históricos de Herculano, em que o efeito artístico está prejudicado por um esforço, que o estilo retórico não consegue encobrir.

O poder de Walter Scott no romance histórico provinha de muitas circunstâncias que actuavam no seu espírito; na família ainda persistiam as tradições das lutas pela independência escocesa; a infância fora embalada pelas canções jacobitas de uma velha tia, e pelos contos da gente do campo sobre as atrocidades do exército de Cumberland, que fizeram que devorasse com encanto todos os velhos romances de cavalaria e novelas da literatura ambulante (de cordel) e assim adquirisse essa qualidade que já nos passatempos escolares o tornava um extraordinário narrador. O estudo da filosofia escocesa nos cursos tão fecundos de Dugald Stewart, deram-lhe a disciplina da observação psicológica, e o interesse pelas montanhas da Escócia, o amor com que coligia as tradições locais, com que observava os tipos do vulgo, fizeram que os seus personagens se tornassem vivos no romance, e as suas descrições pitorescas deixassem a impressão da realidade. É isto o que explica a impressão imensa produzida por Walter Scott na imaginação europeia, desde o *Waverley* em 1814 até aos *Contos de Um Avô a Seu Neto sobre a História de Escócia,* de 1828. O romance histórico era um grande elemento para determinar a originalidade nas literaturas modernas; estabelecendo a idealização da vida social da Idade Média, separava-a assim da vida moderna, coadjuvando o poder de reconstrução subjectiva a que não se poderia chegar se

[84] Alguns fragmentos do *Eurico,* «A Batalha de Cristo», foram publicados na *Revista Universal Lisbonense,* de 1842-1843.

ficássemos constantemente parodiando os modelos literários da antiguidade greco-romana. Os romances de Walter Scott foram imitados em todas as literaturas da Europa, e se às vezes o mestre era excedido na compreensão da época histórica como n'*Os Noivos* de Manzoni, ou igualado como na *Notre Dame de Paris,* de Vítor Hugo (1831), as imitações eram pálidos recortes de personagens conhecidos em volta de uma acção imaginária, ou o desenvolvimento prolixo de uma lenda, ou às vezes a localização de uma aventura de fantasia em uma determinada época, mas sem relação alguma tradicional, nem realidade descritiva. O romance histórico decaiu até ao pasticho inconsciente, e tornou-se uma monomania. Herculano obedeceu a esta tendência geral, e estabelecendo o paralelo entre o romance histórico e a história, chega a dar a primazia ao romance, que mais tarde tinha de abandonar.[85] Os romances de Walter Scott foram lidos em Portugal pelas traduções francesas de Defautcompré, de 1830, e foram uma das principais alegrias domésticas da sociedade que saía da atonia mental do ascetismo monástico. Ramalho e Sousa, que também estivera em Inglaterra durante a emigração, e que conhecia o dialecto escocês, tentou traduzir alguns dos principais romances de Walter Scott, tais como o *Waverley, Quintino Durward, Ivanhoe* e *Ana de Gierstein.* Era uma fascinação; Herculano tornara-se o grande amigo de Ramalho e Sousa, e dele veio a herdar os apontamentos do Dicionário que mais tarde vendeu à Academia das Ciências. Herculano não pôde resistir ao prurido do romance histórico, e como o bibliófilo Jacob com relação à história de França, começou com menos recursos a romantizar a história de Portugal; n'*O Panorama* publicou alguns pequenos romances baseados sobre a tradição coligida nas crónicas e nobiliários, como *O Bispo Negro, A Dama Pé de Cabra,* e *A Morte do Lidador.* Faltava a Herculano o contacto directo com a tradição viva do povo, e, como um pintor de natureza-morta, exagerava as minúcias para atingir o efeito da realidade; abusou dos arcaísmos excessivamente, pondo em circulação no romance a nomenclatura que seria melhor empregada como complemento do *Elucidário* de Viterbo. A história de Portugal não era conhecida, e as tradições populares, e as particularidades da vida provincial estavam bem longe de serem exploradas e observadas; assim, os romances históricos tanto podiam pertencer à época neogótica, como à época de D. João I, como ao período das navegações do Oriente. Faltava um trabalho prévio de erudição sobre os costumes e vida doméstica portuguesa, análogo ao de Thomas Wright em Inglaterra, e de Paul Lacroix em França. Apenas Garrett começara uma pequena exploração acerca dos cantos populares portugueses no seu *Romanceiro.* Como observaremos nas consequências de toda a actividade literária de Herculano, ele nunca teve uma disciplina filosófica no seu espírito, além da lógica dos Padres das Necessidades; por isso faltava-lhe o poder de dar vida e movimento psicológico às paixões, de meter em acção as lendas, e de fazer falar os personagens, de os definir pela lógica ou condicionalismo dos caracteres. É este o lado inferior dos seus romances, e esta inferioridade explica-nos a sua incapacidade para as composições dramáticas, em que Garrett era tão eminente, e ao mesmo tempo essa falta de graça, de fina ironia, tão necessária nas linhas descritivas, tão indispensável na invenção dos tipos. O Mater-Gala ou o Doutor Pataburro, de *O Monge de Cister,* é a amostra do esforço violento do espírito de Herculano para ter graça. A falta de verdade no sentimento, por impossibilidade de exercer a análise psicológica, levava Herculano a reproduzir os sentimentos romanescos que então predominavam nas formas exageradas do ultra-romantismo; como *homem de um só parecer,* à Sá de Miranda, Herculano conhecia só uma paixão, o despeito, e todos os seus personagens são individualidades isoladas do seu meio pelo despeito, como Eurico, ou como Frei Vasco. A leitura da

[85] *O Panorama,* t. III, p. 306; *Ibidem,* t. IV, p. 243.

Notre Dame de Paris, de Vítor Hugo, que tomou de assalto as emoções da Europa, em 1831, veio sobrepor-se no espírito de Herculano à influência de Walter Scott. O problema do celibato clerical, ou a colisão do amor na alma de Clándio Frolo, colocou-a Herculano na alma de um presbítero imaginário de uma época social tão pouco conhecida como a sociedade gótica da Península; a paixão pelos monumentos arquitectónicos da Idade Média, como revelação da vida moral e íntima dos indivíduos, que Vítor Hugo exprime fazendo passar a acção do seu romance na bela Igreja de Notre Dame, e que expõe teoricamente no capitulo *«Ceci tuera cela»,* foi também seguida por Herculano no pequeno romance *A Abóbada* (1839). O amor despeitado de Vasco é ainda uma reprodução de Cláudio Frolo, como a soltura de D. Vivaldo a imitação de Febo. Não era esta a forma do talento de Herculano, e contudo os seus romances foram imensamente lidos, e sobre eles se baseou a sua glória, que reverteu em pouco tempo em um poder espiritual sobre a sociedade portuguesa; exerceram uma influência profunda na literatura, porque todos os talentos que apareceram vieram orientados no sentido do romance histórico, em que se esgotaram. No prólogo da quarta edição das *Lendas e Narrativas,* Herculano retrata as condições em que se achava a sociedade portuguesa quando apareceram os seus romances, e ao mesmo tempo a extensão da sua influência. «Quinze a vinte anos são decorridos, desde que se deu um passo, bem que débil, para quebrar as tradições do *Alívio de Tristes* e do *Feliz Independente,* tiranos que reinavam sem émulos e sem conspirações na província do romance português. Nestes quinze ou vinte anos criou-se uma literatura, e pode dizer-se que não há ano que não lhe traga um progresso.» E em outra passagem do mesmo prólogo, referindo-se ao facto da iniciação de um género novo na literatura alude à escola do romance histórico: «A crítica para ser justa não há-de porém atender só a essas circunstâncias: há-de considerar também, os resultados de tais tentativas, que a principio, é licito supor, inspiraram outras análogas, como por exemplo Os *Irmãos Carvajales* e *O Que Foram Portugueses,* do Sr. Mendes Leal, e gradualmente mcitaram a maioria dos talentos da nossa literatura e empreenderam composições análogas de mais largas dimensões e melhor delineadas e vestidas. Todos conhecem O *Arco de Sant'Ana,* cujo último volume acaba de imprimir o primeiro poeta português deste século: *Um Ano na Corte,* do Sr. Corvo, e o *Ódio Velho Não Cansa,* do Sr. Rebelo da Silva... o autor da *Mocidade de D. João V,* romance de que já se imprimiram algumas páginas admiráveis, mas que na parte inédita, que é quase tudo, nos promete um émulo de Walter Scott. Enfim O *Conde de Castela,* do Sr. Oliveira Marreca, vasta concepção, posto que incompleta, inspirado pelo exemplo destas fracas tentativas, e dos que em dimensões maiores o autor empreendeu no *Eurico* e *O Monge de Cister.» (Lendas e Narrativas,* I, VIII.)

Herculano reclama que a crítica para ser justa deve ponderar os *resultados* das suas tentativas; os resultados foram essa dupla monomania do *romance histórico* e do *drama histórico,* que esgotou a quase totalidade dos escritores portugueses do romantismo. Poucos escaparam a essa falsa e tardia corrente, que ainda hoje domina, e que as empresas editoras exploram lisonjeando com fantasmagorias insensatas esta orientação da curiosidade pública. Os *romances históricos* de Herculano são parodiados com facilidade, e servem de tipo para todas as épocas; a época acentua-se com o nome de um rei; a linguagem simula-se com arcaísmos e com uma construção redundante; o diálogo destaca-se materialmente por meio de um risco significativo; as paixões reduzem-se a aventuras sem nexo à maneira dos *imbróglios* improvisados do teatro italiano. Eis aqui está a receita, mais ou menos bem servida, segundo a fúria de escrever, segundo a preocupação do estilo; quem perguntar por sentimento e intuição da história, por filosófica preparação para a análise das paixões, por intuito na relação da obra com o seu tempo, não é compreendido e repelem triunfantemente estas questões

como teorias alemãs.

Herculano conheceu este vicio desgraçado com relação ao *drama histórico:* «Que resulta de se escolherem para objectos de composições dramáticas sucessos e indivíduos pertencentes a uma geração e a uma sociedade cuja índole e modo de existir se ignora? Resulta cair-se no vicio do teatro antigo: fazer abstracções e desmentir a verdadeira arte. Ponham-se aí em vez desses nomes tão conhecidos do fim do XIV século, sinais algébricos; cortem-se todas as alusões aos acontecimentos políticos ou pessoas notáveis de então, e o drama pertencerá à época e ao país que nos aprouver.»[86] Isto mesmo se deve repetir para com o *romance histórico;* as imitações que Herculano cita de Mendes Leal, Rebelo da Silva, Andrade Corvo e Marreca pecam pelas mesmas qualidades, e nesse sentido servem para a condenação da obra de Herculano, como *resultados* dela. Para alguns escritores o romance histórico tornou-se uma paixão exclusiva, como em Arnaldo Gama, que abandonou a advocacia, morrendo no conflito de uma sociedade mercantil como a do Porto, esgotado em fazer romances segundo o tipo fixado por Herculano, sem vida subjectiva como os do mestre, e superiores em talento aos supracitados.

De facto são esses os principais romances históricos produzidos depois das tentativas de Herculano, e à parte o de Garrett, todos os outros são falsos no estilo, no sentimento, nos caracteres, sem vida, nem invenção, porque uns não tinham talento, outros não tinham filosofia. Herculano conservava profundas ilusões acerca da sua aptidão no romance histórico, pensando que pondo alguns nomes históricos conversando à maneira dos antigos diálogos dos mortos, e entremeando a linguagem de arcaísmos, fazia reviver uma época, como a de D. João I, n'*O Monge de Cister,* e a de D. João II, no *Mestre Gil.*[87] O que era a vida na corte de D. João II pode ver-se nas relações do nobiliário de D. Luís Lobo da Silveira acerca do terrível coudel-mor, e de Fernão da Silveira,[88] para se julgar quanto Herculano andava longe do efeito da realidade; as cantigas do povo em volta da sepultura do Condestável pintam-nos mais ao vivo a época de D. João í, do que as pretendidas cenas da tavolagem; como os amores se compreenderão nas aventuras de Juan Rodrigues del Padron com a filha de el-rei D. Duarte. Antes de fazer romances históricos convinha estudar as tradições nacionais e populares (lendas, contos, romances, superstições, anexins, usos, costumes locais) como fez Jacob Grimm, e depois é que as criações literárias desenvolveriam esses assuntos. Mas como podia Herculano inspirar-se das tradições portuguesas, se não as conhecia, e interpretá-las literariamente, se ele já em 1839, descria do futuro da pátria? Eis as suas palavras cheias de ilusão pessoal e de desalento: «Nós procurámos desentranhar do esquecimento a poesia nacional e popular dos nossos maiores: trabalhámos por ser historiadores da vida intima de uma grande, nobre e generosa nação que houve no mundo, chamada nação portuguesa, a qual ou já não vive, ou se vive, já nem ao menos tem esforço ou virtude para morrer sem infâmia.»[89] Isto que Herculano escrevia aos vinte e nove anos, repetiu-o em 1866 na polémica do casamento civil; assim como os *sete palmos de terra,* que esperava não lhe negariam, já se acham também em verso n'*A Harpa do Crente.* Já se vê o ponto de vista falso em que considerava a tradição; em vez de interpretá-la como um estimulo de renovação do espírito nacional, abraçava-se a ela como um refúgio. Para Herculano a concepção literária foi uma querela de antigos e modernos; apoiava-se no passado contra o presente que se demolia pela nova prática do

---

[86] *Memórias do Conservatório,* p. 137.

[87] Este romance é atribuído a Inácio Pizarro de Morais Sarmento nos *Esboços de Apreciações Literárias;* diz-se que Herculano o retocou fundamentalmente.

[88] Vide *Poetas Palacianos.*

[89] *O Cronista* (Viver e crer de Outro Tempo), *Panorama,* III, 306.

regime parlamentar. Não compreendeu o lado vivo do elemento tradicional.

A tradição é o húmus donde floresce toda a concepção artística; é pela tradição que a obra individual se liga ao sentimento da multidão. A verdadeira missão do génio consiste em vivificar com a aspiração nova as velhas formas tradicionais sempre simpáticas a uma nacionalidade. Pôr em romance a lenda antiga, metrificar o conto solarengo, reproduzir o velho arcaísmo, sem outro intuito mais do que contrafazer o passado na sua rudeza ou ingenuidade, é uma habilidade estéril, mas nunca arte ou literatura. É um perigo, porque leva uma sociedade a imobilizar-se na contemplação do passado, sem tirar desse culto o estimulo de renovação. Os romances e as pequenas novelas de Herculano são esta estreita reprodução imitativa do passado; desalentam em vez de impulsionar. Fortalecemos este ponto de vista com o pensamento de Guizot: «Não há decadência quando as ideias se agitam; mas quando em um grande império a sociedade, que se sente oprimida e doente, não concebe alguma grande e nobre esperança, quando em vez de avançar para o futuro ela não invoca senão as lembranças e imagens do passado, é então que a decadência é verdadeira; pouco importa o tempo que uma sociedade leva a cair; desmorona-se com uma ruína incessante.»[90]

Na renovação da sociedade portuguesa pelo triunfo do sistema representativo no cerco do Porto em 1833, a vida da nacionalidade dependia deste depoimento brusco com o passado; precisávamos mais de quem nos esclarecesse o futuro do que quem nos revestisse de cores saudosas o passado. A única força social que poderia conciliar estes dois extremos tão antinómicos seria a literatura; a imagem do passado seria o símbolo querido por meio do qual se vulgarizassem as ideias novas. Herculano não compreendeu isto, e idealizando a vida claustral, e as algaradas contra os Mouros e as bravatas dos senhores feudais, fez-se o escritor predilecto da nação portuguesa, mas imobilizou a mocidade de todas as gerações que nada compreenderam desse grande período de renovação intelectual que vai desde a descoberta do homem ante-histórico até hoje. No fim da vida, Herculano, que começara por descrer do presente por uma doença moral, acabou por duvidar da ciência do século, considerando a nomenclatura de novos factos positivos como uma outra forma de gongorismo!

Não faltava a Herculano a compreensão das formas do romance histórico, como erudito, faltava-lhe o talento como artista. Aderindo à iniciação do regime parlamentar em Portugal, em que a classe média era chamada pela eleição a compartilhar com a realeza uma parte da soberania, importava manter o respeito dessa nova conquista da liberdade política estabelecendo a sua continuidade histórica, fazendo sentir como o terceiro estado surgiu das classes servas, como se extinguiram as cortes, e como o municipalismo foi o único esteio da vida local, resto quase apagado da existência nacional abafada pelo cesarismo. Herculano teve um vago instinto da época mais eloquente da história de Portugal para ser vivificada pelo romance, e a que exerceria uma acção saudável no exercício das novas formas políticas; aqui o erudito foi superior ao artista: «A época dos reinados de D. Fernando e de D. João I é incontestavelmente a mais dramática da história portuguesa. São-no os factos políticos e a vida civil desse tempo; as pessoas e as coisas. A nobreza era chegada ao apogeu da sua grandeza, porque as instituições feudais que se haviam misturado com a nossa primitiva índole social, tinham tocado então a meta do seu predomínio, quando já a sua dilatada agonia começava no resto da Europa: o povo dava sinais exteriores de que existia, e existia robusto; a monarquia esgotava a sua generosidade e os testemunhos do seu temor para com a aristocracia na véspera de dar principio ao duelo de morte para que ia reptá-la, e que devia durar cem anos. Nestes dois reinados operou-se uma transformação social: o

---

[90] *Histoire des Origines du Gouvernement Representatif,* 2.e lec.

fim do século XIV foi um período revolucionário, revolucionário não tanto para as pessoas como para as coisas; os elementos da vida social foram então chamados a uma grande luta, e, como acontece sempre em semelhantes situações, tanto os que deviam ser vencidos, como os que deviam de ficar vencedores combateram energicamente. Os grandes vultos históricos desse tempo – os personagens extraordinários, diríamos quase homéricos, que então surgiram – os caracteres profundamente distintos e altamente poéticos, quer pela negrura, quer pela formosura moral – todos nasceram da situação social do país; foram o resultado e o resumo desta, e por ela somente se podem compreender, avaliar e explicar.»[91] Eis achada a época em que surge à vida civil a classe popular, com relações profundas com a época da inauguração do regime parlamentar, consequências. dessa evolução primitiva; é neste campo que Herculano coloca os seus principais romances históricos como *Arras por Foro de Espanha,* em que pinta D. Leonor Teles, *A Abóbada,* O *Monge de Cister, O Cronista* e *Mestre Gil.* Em 1842, quando Herculano escrevia esse quadro do advento do Terceiro Estado, entrava com entusiasmo no estudo histórico das instituições da Idade Média portuguesa e abandonava o romance; quando se exerceu na actividade novelesca era dirigido apenas por um vago instinto e sem plano. Por isso pode-se dizer dos seus romances históricos, o que ele escrevia dos dramalhões ultra-romanticos: «Se porém essas imagens tão aproveitáveis para a arte, forem arrancadas do quadro em cujo chão e luz apropriados a elas, unicamente se devem contemplar, ficam convertidas em desenhos de morte-cor, e o que mais é, perderão os seus lineamentos característicos: serão abstracções; etc.»[92] Nas *Arras por Foro de Espanha* falta a malícia popular, que na Europa inventou *os fabliaux,* e que em Portugal vemos revelar-se nesse *rifão de escárnio,* contra os amores tresloucados de D. Fernando:

Ex volto vai, ex volto vem
de Lixboa para Santarém.[93]

N'*A Abóbada* falta esse espírito da liga secreta das confraternidades obreiras, das jurandas, sem o que se não compreende o depósito da tradição artística conservado por Afonso Domingues, o arquitecto da Batalha. Na península as irmandades foram o primeiro núcleo de organização civil, e à medida que as garantias políticas eram reconhecidas pela realeza, elas dissolviam-se, mantendo-se apenas a tradição nas classes industriais.

Em uma canção do tempo de D. Afonso III, fala-se já da decadência das irmandades, dizendo, que a verdade

cá de tal guisa se foi a perder
que nem podemos em novas aver,
nem já non anda na Yrmaidade. (Nº 455.)

As cerimónias simbólicas das mestrias, ou da *Compagnonage,* que ainda se conservam nos livros populares alemães estudados por Goërres e pelos irmãos Grimm, e de que ainda nos séculos XVII existiam restos nos emblemas dos ofícios da procissão de Corpus em Portugal, revelam a íntima poesia dos costumes e da vida popular do Terceiro Estado. Tanto n'*A Abóbada* como no *Mestre Gil,* Herculano não tocou esta fonte original de poesia, por isso os seus romances ficaram sem vida. Os hábitos

---

[91] *Memórias do Conservatório,* p. 134.
[92] *Ibidem,* p. 135.
[93] Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* cap. 36.

palacianos da corte de D. João I, precisavam primeiramente ser compreendidos pela leitura dos poemas da Távola Redonda, que o rei citava aos seus companheiros de armas comparando-se a el-rei Artur, que o Condestável imitava seguindo quixotescamente as virtudes de Galaaz, e que D. Duarte coligiu na sua biblioteca. Falta este elemento n'*O Monge de Cister.*

Foram estes processos críticos que deram a superioridade a Walter Scott; ele mesmo diz de si no *Waverley*: «Ele tinha lido os numerosos romances poéticos, que desde a época de Pulci, foram o exercício predilecto dos bons espíritos italianos, e havia procurado um divertimento nos inumeráveis reportórios de *Novelle,* que o génio desta nação elegante e voluptuosa produziu pelo modelo do *Decâmeron.»* (Cap. III.) O talento de evocação do passado era proveniente desta comunicação poética com a Idade Média, da qual foi um dos reveladores no seu estudo do *Tristem.* Esta falta sente-se especialmente no *Eurico* de Alexandre Herculano.

A leitura dos *Mártires* de Chateaubriand revelou a Herculano a poesia da raça gótica, como em 1810 revelara a Agostinho Thierry o génio dos Francos, incitando-lhe essa pasmosa intuição histórica dos *Récits Mérovingiens.* À maneira dos *Mártires,* Herculano quis fazer também um poema em prosa; os elementos para a vida social e doméstica das raças germânicas existiam já bem acessíveis nas canções de gesta, como o *Fierabras,* publicado por Immanuel Bekker desde 1829, *Berte aux grands piés* por Paulin Paris, em 1832, *Garin le Loherain,* em 1833, enfim a sublime *Chanson de Roland,* em 1836; em vez de recompor a vida colectiva, meteu-se no subjectivismo fantasista, preocupando-se com a tese social do celibato clerical, deixando-se arrastar pela declamação do ultra-romantismo.

O *Eurico* é uma imitação do Cláudio Frolo, da *Notre Dame de Paris,* transportada para um quadro da Idade Média, no meio de uma sociedade em conflito de raça e de crença. O modo como Herculano compreendeu esse conflito é débil, apagado, e sem ideal; temos uma base de comparação perfeita, uma realidade na colisão dos amores do arcebispo de Toledo, Eulógio, com uma donzela árabe Leocrícia, que a converte ao cristianismo, refugiando-se ambos no amor místico e morrendo ao mesmo tempo pelo martírio. Nos escritores cristãos como Álvaro de Córdova, e nos escritores árabes citados por Dozy, a história dos amores de Eulógio é tão bela, a sociedade hispano-gótica e árabe do século IX está tão viva, que se Herculano estudasse esse assunto tradicional não se daria ao trabalho de inventar um Eurico ultra-romântico, meditando frases retóricas, e morrendo teatralmente.

No meio do seu fervor romântico, Herculano escreveu e fez representar no Teatro do Salitre em 1838 o drama em prosa O *Fronteiro de África ou Três Noites Aziagas*.[94] O drama não tem importância artística; falta-lhe a linguagem, as situações, enfim o desenho dos caracteres; se Herculano não tinha este dom da visão subjectiva no romance, onde a parte descritiva supre em grande parte o movimento das paixões, como podia manifestá-lo no teatro? O facto da composição d'*O Fronteiro de África* é que é digno de reparo, porque a liga a esse fervoroso movimento produzido por Garrett para a fundação de um conservatório geral da arte dramática, ao qual pertenceu também Herculano[95] como censor. No *Jornal do Conservatório,* começado a publicar em 8 de Dezembro de 1839, Herculano colaborou com alguns escritos metafísicos *Da Arte,* (fragmentos) *Tohu-Bohu,* e nas *Memórias do Conservatório* com um elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho, e com extensos pareceres sobre a comédia *A Casa de Gonçalo* e o drama *D. Maria Teles.*

Este quadro da renascença da literatura dramática ficou tratado no livro *Garrett e*

---

[94] Impresso fraudulosamente no Rio de Janeiro em 1862.

[95] *Jornal do Conservatório,* p. 108.

os Dramas Românticos. Enquanto Herculano filosofou disse deploráveis banalidades, como nos escritos *Da Arte,* acervo de frases de uma visão alegórica em que contempla Afonso Domingues, o arquitecto da Batalha, Grão-Vasco, o pintor do quadro O *Menino entre os Doutores,* e Camões, o poeta da epopeia nacional Os *Lusíadas.* Eis uma amostra dessa miragem intelectual: «O *substrato* da arte é um só, *o ideal.* As suas expressões é que são várias – as *formas.* Há pois em cada obra artística três elementos distintos, e todavia inseparáveis: o *ideal,* o *poeta, a forma.* Dá-lhes o primeiro a substância; o segundo as condições absolutas; a terceira as condições relativas, dependentes do mundo material. O ideal é o mistério; o poeta é o vidente; a forma é a revelação escrita. Os pedantes da filosofia disseram à Trindade do Evangelho: 'Mentira'. Os pedantes das Poéticas dirão à minha trindade: 'Anátema.'»[96] Não admira que Herculano viesse a detestar a filosofia, porque não sabia discernir a imagem da ideia. Apareceu em seguida no *Jornal do Conservatório* uma réplica, parte em prosa e parte em verso, assinada por *Um Defensor de Horácio.*

Quem profana o altar, a cuja sombra
Te ergueste sacerdote do meu culto?
E és tu quem me insulta despiedado,
Sem ao menos pensar não tenho altares?
Onde achaste a trindade *do meu culto?*
Onde achaste esses moldes *tão sublimes*
Para neles vazar tuas ideias?
Esses moldes *quais são? – a* Natureza,
Te bradará com voz que tu desprezas
A razão, se razão ouvir quiseres.[97]

O «Defensor de Horácio» era Castilho, que reagia contra as novas doutrinas literárias recebidas da admiração das obras-primas do romantismo; ele representou o elemento da reacção clássica, ao qual se ligavam todos os espíritos póstumos da Arcádia. Herculano replicou com um artigo sarcástico *Tohu-Bohu, Sonho abfomético, lírico, fantástico pelo Doutor in utroque Ichleit,* que começa por umas considerações históricas justas, mas termina com uma graça lorpa. As considerações merecem ser citadas: «Estamos em Portugal numa posição pouco vantajosa para a nossa literatura: nem tão isolados dos outros povos, que, todos entrados em nós mesmos e nas nossas coisas sejamos originais à força de nacionalidade; nem tanto em contacto com o movimento artístico e científico da Europa, que a tempo e compasso entremos nas grandes harmonias do coro geral de civilização que de toda a parte se alevanta. Ouvimos falar de longe no que vai pelo mundo, e como tafuis de província imitamos às cegas, exageramos quando nos dizem que é moda na capital, sem vermos primeiro se nos fica bem a moda. Daqui a sincera devoção com que primeiro copiámos os Italianos, depois os Castelhanos e por fim os Franceses.» E depois de indicar a propagação do movimento romântico da Inglaterra para a Alemanha e da Alemanha para a França, acrescenta: «E nós, como estas colónias longínquas dos Romanos, que obedeciam ainda aos cônsules de Roma quando já Alarico reinava em Roma, nós religiosamente nos curvávamos ainda diante da sombra de uma autoridade que já não existia.»[98] Nos outros três trabalhos que citámos da colaboração de Herculano nas *Memórias do Conservatório,* acham-se considerações bastante justas, que já aproveitámos na *História*

---

[96] *Jornal do Conservatório,* p. 29.
[97] *Ibidem,* p. 45.
[98] *Jornal do Conservatório,* p. 101. (1 de Março de 1840.)

do Teatro, tais como o considerar a transformação da literatura portuguesa como resultante das transformações sociais de 1833, a imperfeição dos dramas históricos por falta de um trabalho de erudição histórica a par da idealização artística, como se viu na Alemanha com Herder e Müller ao lado de Goëthe e Schiller, na França Guizot e Thierry ao lado de Vítor Hugo; finalmente, a falsa linguagem figurada, enfática e cheia de epítetos, proveniente de uma certa incapacidade filosófica para analisar as paixões, e de falta de imaginação para recompor sinteticamente os caracteres. O que Herculano dizia com tanto acerto dos dramas ultra-românticos apresentados ao Conservatório de 1840 a 1842, cabia-lhe como autor dos romances históricos, em que o arcaísmo da linguagem supria a falta de evocação da época ou a inteligência da tradição que desenvolvia. O trabalho fundamental deveria começar por uma renovação filosófica, que provocando a actividade mental influiria na crítica doutrinária, na política e praticamente nas reformas que dela derivam, e por último na História, como processo do nosso passado. Faltou esta condição primária, e por isso foram descoordenados todos os movimentos de transformação política e intelectual; os despeitos e as separações inutilizaram muitos esforços. A falta de crítica não fecundou nem disciplinou os escritores, e Herculano, que se concentrou no trabalho da *História de Portugal,* deve a parte justificável do seu desalento à falta de uma compreensão e julgamento da crítica sobre a direcção da sua obra.

Retirado da política desde 1842, vivia Herculano na Ajuda, em casa independente destinada ao bibliotecário real; ali no seu remanso de naufrago político procuravam-no os novos escritores, e Herculano deixava-se adorar. A mocidade em vez de trazer doutrina vinha pasmada de admiração; quando Herculano se dignava colaborar em alguma das suas efémeras revistas literárias, ela ficava com importância garantida. N'*A Ilustração* (jornal universal) publicada em Abril de 1845, acha-se já um enfatuamento autoritário em Herculano, ele empreende uma galeria de *tipos portugueses,* a começar pelo *galego;* protestando que nós temos tipos nacionais dá-nos o intuito de *O Pároco da Aldeia*: «Foi uma experiência.» Mas o galego é que é lamentável; imagine-se uma das mais hirtas e insulsas caricaturas de Nogueira da Silva, na edição de Tolentino, só assim é que se pode imaginar a graça de Herculano, nos longos discursos da *Vida, Ditos e Feitos de Lázaro Tomé.* Ele bem quer ser irónico, mas cai na imprecação, e essa no estilo de antigos hábitos mentais, como nesta frase em que inesperadamente declama a favor dos frades: «Arrosta com o perigo de dizer mal dos frades, mudos, debaixo da campa do monaquismo, e dos padres, que só te responderão com uma lágrima furtiva.» (Cap. 2.)[99] A autoridade romântica de Herculano crescia; escreveu para a criação da Ópera nacional o drama lírico Os *Infantes de Ceuta,* posto em música por Miró expressamente para a Academia Filarmónica, e o conde de Farrobo, empresário da companhia italiana fê-lo cantar na noite de 31 de Abril de 1845. Os que assistiam a esse desempenho, escreveram: «A poesia percebia-se pouco...».[100] O dom da graça anda sempre ligado ao talento dramático, e Herculano não tendo possuído esta qualidade tão característica de Garrett, assim como não pôde dar relevo ao romance, também em história nunca poderia sair dos moldes severos mas mortos em que escrevia Hallam ou Guizot.

O conde de Rackzynski, que veio a Portugal (13 de Maio de 1842) e estudou com tanto interesse a arte deste país, não podia deixar de achar-se em contacto com Alexandre Herculano, que fora o primeiro a reclamar a favor dos nossos monumentos destruídos por falta da sua compreensão. O ilustre fundador da história da arte portuguesa, escreve de Herculano estas linhas: «É um dos homens mais amigos da

---

[99] *A Ilustração,* p. 157.
[100] *A Ilustração,* p. 4.

verdade, que eu conheço em Portugal, de uma grande vivacidade de espírito, eruditíssimo, escritor de um mérito geralmente reconhecido, de uma imaginação ardente, cheio de zelo e infatigável. Foi já deputado às cortes. Abandonando a política pela ciência, prestou a esta última um serviço que a nação não poderá bastantemente reconhecer.»[101] Rackzynski demorou-se em Portugal até 1845, e já em Paris durante o ano de 1847 é que escreveu esse juízo sobre Herculano; conheceu portanto Herculano no seu período de fervor literário, quando despeitado da política, no momento em que os cartistas se tornavam cabralistas, voltou a sua poderosa organização para a literatura. A sua imaginação era apreciada pelos pequenos romances históricos publicados n'*O Panorama,* de que fora redactor exclusivo até Junho de 1839, e *n'Ilustração,* romances que veio a coligir sob o título de *Lendas e Narrativas.* Ocupava-se em organizar o texto do manuscrito de Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III,* achados na Biblioteca Real das Necessidades, que a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis mandou publicar em 1844; ainda em 1844 publicou o pequeno drama lírico *Os Infantes de Ceuta,* e a custa da supracitada associação o romance histórico da sociedade gótica na península *Eurico, o Presbítero.* Parte de *O Monge de Cister,* já era conhecido por fragmentos n'*O Panorama.* A imaginação portuguesa narcotizada pelas insípidas novelas do *Alívio de Tristes,* do padre Mateus Ribeiro, e *Feliz Independente* do padre Teodoro de Almeida, recebeu as suas primeiras emoções dos romances históricos de Herculano. As primeiras impressões são sempre as mais indeléveis. Em 1843 e 1844 já Herculano abandonava o campo do romance histórico; embora O *Monge de Cister* só aparecesse em 1848, a parte principal havia muitos anos; que ficara incompleta n'*O Panorama.* Herculano reconcentrava-se cada vez mais no campo da história especial; por isso escrevia Rackzynski, talvez sobre notas levadas de Lisboa: «Ele escreve uma *História de Portugal durante a Idade Média,* que, sem dúvida será uma obra de alta importância para as ciências, e mais particularmente para o seu pais.»

Nesta frase de Rackzynski contém-se uma revelação importantíssima, e é, que a *História de Portugal* em que? trabalhava Herculano (1842-1846), se limitava desde a. sua concepção primitiva ao período medieval: *durante a Idade Média.* Quando mais tarde em 1863, Herculano veio desiludir os que esperavam ainda uma *História de Portugal* completa pondo no frontispício da terceira edição *«até ao reinado de D. Afonso III»* não fez mais do que definir com verdade o plano do seu trabalho, embora continuasse dizendo que contrariedades inúmeras lhe haviam truncado o seu lavor histórico. Houve por tanto nestes desgostos uma certa fantasmagoria teatral; Herculano era romanesco.

Em 1836 publicou o professor de História da Universidade de Giessen, Henri Schaeffer, o primeiro volume da sua bela *História de Portugal,* formando parte de um vasto corpo de história dos estados europeus; só em 1839 é que se publicou o segundo volume. A obra foi conhecida em Lisboa, e cremos que não sem influência na determinação de Herculano em concentrar os seus estudos dispersos sobre as instituições sociais portuguesas, tais como forais, bens da coroa e classes servas. Quando o primeiro volume da história de Herculano apareceu à luz em 1846, já a obra de Schaeffer foi ali aproveitada pela segurança da sua crítica. Foram estes dois volumes de Schaeffer os únicos traduzidos em francês; os três volumes restantes, publicados ao fim de um longo intervalo, em 1850, 1852 e 1854, cruzam-se com os livros da *História* de Herculano, cujo quarto volume, de 1853, ficou o limite irrevogável do seu trabalho.[102] Cremos que o complemento total do trabalho de Schaeffer, desalentou

---

[101] *Dictionaire Historico-Artistique du Portugal,* p. 131.

[102] A *História de Portugal* de Schaeffer foi interrompida em 1839 para o seu autor meter mãos à *História de Espanha,* da citada colecção. F. Ad. Warnhagen, que era admirador de Herculano, diz da obra

Herculano; mas se ele diz que lhe truncaram o seu trabalho, nunca ninguém se serviu do confronto da superioridade de Schaeffer para o enfraquecer. Se a *História de Portugal* não passou além de Afonso III, é porque essa obra, como o revelou Rackzynski, nascera nos moldes de uma monografia, cujo título define bem o intuito primitivo de Herculano, que não pretendia passar além da *Idade Média portuguesa.* A especialização destes estudos é que o relacionou com Luigi Cibrario, autor da *Economia Política da Idade Média,* com cuja amizade se gloriava, como o revela na carta a Garrett. Nós julgamos, que para fazer a história do estado das pessoas, da propriedade, das formas tributárias, das instituições municipais, da penalidade, era preciso esboçar as transformações históricas da península para se compreenderem essas justificações de formas sociais romanas, germânicas, árabes e francas, em Portugal. Foi o que fez Herculano; e sobretudo o seu intuito revela-se no nobre orgulho com que entende ter inovado esta ordem de estudos: «matérias de *história social...* cujo estudo não receamos dizê-lo, é quase inteiramente novo em Portugal...»[103] Os trabalhos de António Caetano do Amaral e de João Pedro Ribeiro, e o *Elucidário* de Viterbo, eram os únicos subsídios para a história social portuguesa, materiais de erudição, sem a luz da crítica comparativa. Herculano excedeu-os em crítica de particularidades, mas não foi mais longe na recomposição sintética da vida social; faltava-lhe o talento narrador de um Thierry ou de um Michelet, e é por isso que sendo importantes os dois volumes em que trata largamente da sociedade portuguesa, são quase ilegíveis pela forma de alegação jurídica em que estão escritos.

A ideia de servir as doutrinas políticas constitucionais levou em 1820 Agostinho Thierry a publicar no *Courrier Français* as suas célebres *Cartas sobre a História de França,* que exerceram uma acção profunda na renovação dos estudos históricos e sobretudo no espírito democrático aplicado à crítica das instituições sociais da Idade Média. A Portugal também se estendeu a acção de Agostinho Thierry, e à imitação das *Cartas sobre a História de França,* publicou Herculano na *Revista Universal Lisbonense,* redigida por Castilho, umas cinco *Cartas sobre a História de Portugal,* por 1842.[104] Estas cartas mal revelam a seriedade do historiador de 1846, imitando puerilmente na Carta II o sistema empregado por Agostinho Thierry para restabelecer a ortografia dos nomes germânicos, como Theoderich, Theod-mir, Leud-vi-ghild, que

---

de Schaeffer: «Estuda profundamente os factos e desassombrado de preocupações.» *Revista Universal Lisbonense,* vol. I, p. 23.

Em uns artigos publicados na *Gazeta de Colónia* intitulados *Portugal na Alemanha,* por Hardung, acham-se algumas indicações biográficas acerca de Schaeffer: «Nasceu este distinto historiador em Schlitz, pequena aldeia do grão-ducado de Hesse, a 25 de Abril de 1794, formou-se no seminário histórico de Giessen, e aceitou em 1816 o lugar de preceptor em uma família aristocrática de Darmstadt. Durante sua permanência naquela capital, Schaeffer começou a ocupar-se da Península Ibérica. Desde seus primeiros trabalhos, o jovem autor excitou geral admiração por seus profundos conhecimentos da história de Espanha e de Portugal. Sendo depois nomeado professor de História na Universidade de Giessen, esta posição vantajosa lhe proporcionou os meios de empreender maiores trabalhos. For ali que publicou duas obras que fundaram sua reputação literária: a *História de Espanha* e a *História de Portugal.* Estas duas obras formam uma parte da vasta colecção da *História dos Estados Europeus* de Heeren e Uckert.» Como Alexandre Herculano não quer continuar a sua obra monumental e vive em retraimento filosófico, ocupado com a agricultura e alegrando-se quando o azeite dos olivais de Vale de Lobos pertence às melhores marcas do país, a *História de Portugal* de Henrique Schaeffer, que vai até ao mês de Agosto de 1820, é, ainda hoje, o único trabalho verdadeiramente científico que abrange toda a história portuguesa desde as origens da monarquia até aos tempos modernos.

«O livro de Schaeffer, principalmente a parte que trata do estado social do reino nos primeiros tempos da monarquia, é muito estimado; etc.» (Vide a *Actualidade,* de 1873.)

[103] *História de Portugal,* t. IV, p. V.

[104] Na *Revista Universal Lisbonense*: I, p. 316, art. 197; II, 262; III, 502, 564, 591; IV, 637, 661; V, 848, 879, 911, 934, 953, 973.

Nodier satirizou acremente. Já se fala dos *Moçárabes,* que deriva da palavra árabe *Atmostárabe,* ou adscrito aos Árabes, mas cuja adscrição não pode explicar porque descreve os Árabes como ainda no barbarismo. Na Carta III, discute a questão dos nossos antigos cronistas, se Portugal foi dado em dote a D. Tareja, discussão que foi aproveitada para a nota sexta da *História de Portugal*: na Carta IV discute a necessidade de nova divisão das épocas da história portuguesa, e cita directamente a obra de Agostinho Thierry, *Dez Anos de Estudos Históricos;* a Carta v encerra algumas anedotas sobre os costumes da sociedade portuguesa, materialmente extractados e mais nada. Faltava a Herculano esse poder de recompor a vida moral que tanto fez admirar em toda a Europa as *Cartas* de Agostinho Thierry, e por isso esta influência do grande historiador do Terceiro Estado foi passageira, submetendo-se ao processo analítico e doutrinário de Guizot. Em todo o caso à primeira influência da crítica histórica de Agostinho Thierry deveu Herculano a compreensão da independência das instituições municipais na Idade Média, e os seus constantes protestos contra a absorção do sistema de centralização administrativa empregado pela monarquia constitucional contra essa instituição destinada a realizar na sociedade moderna o *self-gouvernement.* Foi de Agostinho Thierry que Herculano aprendeu o seu municipalismo, que levou alguns escritores contemporâneos a iludirem-se com os seus sentimentos democráticos; mas Herculano era exclusivamente monárquico, e por isso para ele o município nunca poderia ter outro desenvolvimento mais do que a liberdade dos impostos locais. Pelo seu monarquismo o ideal da emancipação do município ficou infecundo por incompleto, e mais tarde contraditório pelas suas afirmações antidemocráticas.

No prólogo da sua *História,* Herculano descreve de um modo bem doloroso as condições em que se acha todo aquele que empreender escrever uma história de Portugal: «As colecções impressas de monumentos históricos, que todos ou quase todos os países possuem, faltam neste nosso. Documentos avulsos, derramados por obras escritas em épocas nas quais as luzes diplomáticas quase que não existiam, mal podem, às vezes, pelo errado da sua leitura e por se acharem confundidos com diplomas forjados, ser aceitos como autoridades seguras. Outro carácter têm os que se encontram nas Memórias da Academia Real das Ciências, ou nas obras publicadas pelos seus sócios; mas esses documentos, na maior parte reduzem-se a simples extractos, como convém aos fins que se propõem os autores que os citam. Assim, quem se ocupar da história portuguesa, há-de sepultar-se nos arquivos públicos, e descobrir entre milhares de pergaminhos, frequentemente difíceis de decifrar, aquele que faz ao seu intento: há-de indagar nos monumentos estrangeiros onde é que se encontram passagens que ilustrem a história do seu país: há-de avivar as inscrições, conhecer os cartórios particulares das catedrais, dos municípios e dos mosteiros; há-de ser paleógrafo, antiquário, viajante, bibliógrafo, tudo. Como bastaria um indivíduo sem abundantes recursos pecuniários, sem influência, sem uma saúde de ferro, a tão grande empresa? Fora impossível.» *(História,* t. I, XI.) Ainda hoje esta situação de qualquer historiador português é rigorosamente a mesma; os arquivos estão sem inventário, e a Academia das Ciências não se preocupa com monumentos históricos. Herculano achou-se em uma posição excepcional, para tratar esta difícil empresa: todos o serviram com boa vontade. Nomeado bibliotecário das Necessidades e da Ajuda, obteve assim os meios de subsistência para poder dedicar-se ao estudo, facultando-se-lhe a Torre do Tombo, e recursos para explorar todos os cartórios dos mosteiros, catedrais e colegiadas do país; demitiram-se os empregados com que embirrava, imprimiram-se os documentos que serviram de ilustração ou aparato ao seu livro, mas toda esta boa vontade converteu-se facilmente em bajulação, e assim enervaram aquela natureza forte tornando-o sistematicamente estéril. A dificuldade e o sacrifício eram o estímulo daquela natureza;

aplanaram-lhe o caminho, foi como quebrar-lhe os braços. Diz Herculano, referindo-se à protecção que aceitou do paço: «Fora da situação tranquila em que me vejo colocado, nunca me teria abalançado a uma empresa, que eu próprio reconheço merecer a imputação de atrevida... Esta situação vantajosa e excepcional devo-a a Sua Majestade el-rei. Ele a criou para mim espontânea e generosamente. Se este livro não for inteiramente inútil para a glória da pátria, a Sua Majestade mais que a mim o agradeça a nação.» *(Ibidem,* t. I, p. XIV.) Foi esta tranquilidade o que inutilizou Herculano, fazendo-o estacar no limiar da sua construção; ao paço deve a nação atribuir a interrupção do monumento: como é que Herculano seria grato aos Braganças, fazendo a história do reinado de D. Duarte, D. Afonso v e D. João II, sem falsear a verdade? De D. João IV, de D. Afonso VI e D. Pedro II, sem se insurgir contra essa dinastia dissolvente? Abandonaria a *História* para ficar agradecido. Faltava-lhe o estímulo do protesto.

«Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história.» *(História de Portugal,* t. I, Introdução.) Frases vagas, que nada significam, porque a *existência* não se compreende só por si, mas pelo condicionalismo do meio, e pelas circunstâncias que a modificam, e as *gerações* é uma palavra que não encerra a ideia de raça, de povo, de nacionalidade, de gente, tendo especialmente um sentido familista, que é o que sob a forma de divisões dinásticas e biografias de reis foi seguido por Herculano. Caracterizando os antigos historiadores que faziam páginas retóricas sobre a *História de Portugal* apensando-lhes falsas tradições à maneira dos hagiógrafos, e dando pelo fervor do estilo imaginoso a medida do seu patriotismo, Herculano separa-se deles por uma característica bem profunda: «Eles tratam a história como uma questão de partido literário, *eu apenas a considero como matéria de ciência.*» (*Ibidem,* t. I, X.) Foi este ponto de vista o que deu segurança ao critério de Herculano, consultando as fontes directas dos documentos, e pretendendo explicar as fases sociais da nação portuguesa.

Quando Herculano empreendeu a *História de Portugal,* começada a publicar em 1846, não existiam somente as monografias de João Pedro Ribeiro, de Frei Francisco de S. Luís e de António Caetano do Amaral, o ponto de vista geral segundo o espírito científico moderno já estava determinado; sem a *História de Portugal* de Schaeffer, publicada em 1836, Herculano não se elevaria acima da erudição fragmentária das monografias. Desde o momento que Herculano sentiu que lhe era impossível levar a cabo a sua obra, o verdadeiro serviço .à pátria teria sido o traduzir com franqueza a obra de Schaeffer, que termina na revolução nacional de 1820, esclarecê-la com notas ou aditamentos dos seus estudos, e se possível fosse ampliá-la até ao cerco do Porto e estabelecimento do regime parlamentar. Este trabalho, porém, tinha o defeito de tirar o prestigio ao historiador português, e de orientar a nova geração nessa ordem de trabalhos.

3. – (De 1846 a 1866.) – Análise da *História de Portugal* de Herculano. – Desconhece a etnologia da península, e o porquê da desmembração do território português. – As lutas polémicas da *História de Portugal* orientam o espírito de Herculano no sentido anticlerical. – A *História das Origens da Inquisição em Portugal.*– O *Eu e o Clero* e a questão da Concordata. – Situação da Academia das Ciências. – Os *Portugaliae Monumenta.* – Abstenção da actividade literária e silêncio sistemático de Herculano.– Influência da morte de D. Pedro V no estado de espírito de Herculano. – Retira-se para a vida rural, onde encontra novos desalentos. – A questão do casamento civil em 1866, contraditada pelos actos. – A visita do imperador do Brasil, e o falecimento de Herculano. – Análise geral das formas da sua actividade. – Conclusão.

Para fazer a *História de Portugal,* estavam traçados os principais lineamentos, e publicados os documentos que interessam directamente as origens nacionais; Florez, na *España Sagrada,* tinha publicado os principais cronicões; Masdeu, na *Historia Critica de España,* discutia com profundidade a etnologia peninsular, e as épocas históricas dos Romanos, dos Germanos e dos Árabes; Roussew Saint-Hilaire aplicava os novos métodos históricos à constituição da unidade espanhola. A *História de Portugal* estava implicitamente tratada como um capítulo da história de Espanha; as relações de dependência, de desmembração e de autonomia política explicavam-se pelos acidentes de unificação ou desmembração dos outros estados peninsulares. Portanto o período dos primeiros séculos da monarquia portuguesa é realmente o mais fácil para o historiador, por causa dos inúmeros recursos estrangeiros. O trabalho de Herculano consistiu na severidade do método científico, abandonando a credulidade dos nossos cronistas beatos. Para a compreensão moderna da organização romana na península, existiam os belos trabalhos de Savigny sobre a *História do Direito Romano na Idade Média,* e para o conhecimento da organização da sociedade germânica, os luminosos ensaios de Guizot e a sua *História da Civilização em França;* para a civilização árabe, condenada pelos cronistas peninsulares, mas reabilitada pela crítica de hoje, existiam os vastos estudos de Dammer e de Dozy; para a constituição das povoações segundo as cartas comunais, existiam os ricos documentos publicados por Muñoz y Romero. Não era preciso talento para tratar os primeiros séculos de Portugal, bastava a capacidade para uma inteligente compilação de tão abundantes e preciosas fontes. Desde que Herculano teve de entrar na vida intima do povo português, contida nas inquirições de D. Afonso III, desde que achou uma renascença na época de D. Dinis, o trabalho desligava-se dos subsídios da história de Espanha, e era de força caminhar sozinho. Não será este também um motivo por que não quis avançar?

Herculano, para justificar o abandono das origens dos primitivos povos que habitaram o território português, como um conhecimento sem proveito para a explicação do facto da unidade nacional, funda-se nos erros de método que prejudicaram as investigações de Frei Bernardo de Brito e nos preconceitos que até certo ponto viciaram as memórias de António Pereira de Figueiredo, António Caetano do Amaral e Pascoal José de Melo. Mas quando estes eruditos escreveram ainda não estava criada a linguística ou a filosofia comparada, que é a verdadeira chave para reduzir os nomes de lugares às formas conhecidas das línguas dessas diferentes raças; nem tão-pouco se conhecia ainda a raça chamada turaniana ou ibérica, que precedeu na Europa as migrações áricas. Também os fenómenos de persistência de qualidades étnicas, ou de recorrência aos tipos primitivos, ainda não estavam determinados pela antropologia, e por isso toda a investigação deveria consistir quando muito em entender bem os geógrafos antigos, como Estrabão, Ptolemeu, Pompónio Mela, Plínio, *Itinerário* de Antonino, Avieno, e Sílio Itálico, corrigir-lhes os textos viciados dos manuscritos antigos, e organizar os diferentes mapas da península segundo as épocas em que cada

um escreveu. O erro de método consistiu em fazer sínteses prematuras, subordinando a evolução das raças da península à antropologia mosaica, e determinando como persistente através de tudo o tipo ibérico; e com relação a Portugal, fixando a tribo *Lusitana,* assim chamada pelos Fenícios, como o tipo originário e ideal da nossa raça. Herculano fugiu destas investigações, que fizeram «malbaratar tantos estudos e tantos talentos históricos verdadeiros» (I, 12) mas a sua abstenção proveio da ignorância da linguística, da antropologia e da falta de aplicação da crítica moderna à interpretação dos geógrafos gregos e romanos. A falta da etnografia das raças antigas da península é que fez com que Herculano não tivesse compreendido este fenómeno de oscilação social, que se dá na península, na *desmembração* e na *unificação* política dos seus diferentes estados. Schaeffer começando a sua *História de Portugal,* conhece que o facto da unificação deste país, entre os, outros estados ainda desagregados, é o «enigma de uma. revolução que se fez com bem pouco ruído». Como explicar esse enigma? Tal é a missão do historiador; e a solução só a poderá encontrar nos caracteres étnicos que distinguem as raças. Se esse facto de unificação se fez com tão pouco ruído, é porque era favorecido por condições naturais, porque essa aparente revolução estava na ordem das coisas. O cosmopolitismo semita (Fenícios, Cartagineses, Mouros e Árabes, e mesmo os judeus) não se fez sentir nos povos que se tornaram independentes sobre o solo português; e este facto é de alta importância para dirigir a investigação das raças que se integraram no nosso tipo nacional.

Nos fenómenos históricos, assim como nos fenómenos de ordem física, nenhuma energia se extingue e o saber restabelecer a cadeia da evolução é o que caracteriza a capacidade do historiador. Diferente é a imobilidade persistente do Lusitano, segundo os historiadores do século XVI, e dos eruditos do século XVIII, e diferente é a consideração dos fenómenos étnicos de recorrência, de tradição e de orientação peculiar. É este ultimo ponto de vista o que se deriva da ciência moderna. Os característicos de nacionalidade fixados por Herculano são ilusórios: as *raças* sem o cruzamento com outras não produzem agregado nacional com consistência e vida histórica; a *língua* é o produto que uma raça mais facilmente abandona, e a prova é a prontidão com que os povos conquistados adoptam a língua dos conquistadores, como a extensão da língua latina nos dialectos românicos, e do árabe na península e entre os Persas; existem nações com diversas línguas, como a Áustria, a Suíça, a Itália, e a circunstância do território é também acidental, como se viu antes da unificação da Itália e da Alemanha; existem mesmo nacionalidades sem território, como o Judeu, ou abandonando o seu território originário, como as nações formadas da corrente das migrações germânicas. Não nos admira, portanto que na parte da geografia antiga de Portugal, a obra de Herculano nascesse atrasada, sem mesmo uma clara exposição dos geógrafos gregos e romanos.

Expondo as suas ideias acerca do organismo colectivo de uma nacionalidade, Herculano vacilava na determinação dos caracteres de um povo e do condicionalismo que o mantém em agregação; a sua história devia de ser também vacilante e sem um ponto de vista. Diz Herculano: «Muitos e diversos são estes caracteres, que podem variar de uns para outros povos; mas há três, pelos quais comummente se aprecia a unidade ou identidade nacional de diversas gerações sucessivas. São eles – a raça – a língua – o território. E na verdade, fora destas três condições, a nação moderna sente-se tão perfeitamente estranha à nação antiga, como à que nas mais longínquas regiões vive afastada dela.» (*História,* I, 13.) Com estes princípios, que mostraremos contraditados pelos factos, é que Herculano se dirigia na investigação do passado histórico de Portugal; como a raça dos Lusitanos teve diversos cruzamentos, e como o território da Lusitânia variou segundo as épocas da conquista e administração romana não

condizendo com o território sobre que se fixou Portugal, e como os dialectos dessas tribos célticas apenas se conservam em raros vestígios toponímicos, Herculano concluiu que desapareceram e degeneraram totalmente, e que nada influíram na orientação do agregado nacional.

A falta dos estudos de etnologia peninsular influiu na errada arquitectura da *História de Portugal,* de Herculano, que começa a sua narrativa pela morosa e quase ilegível exposição do domínio árabe e da reconquista neogótica, até que o condado português se separa autonomicamente. A dissolução do domínio árabe não a explica, porque se lhe fosse acessível esse problema comparado com a dissolução da unidade romana e da unidade gótica na península, descobriria a tendência *separatista* dos povos peninsulares, tendência que produzia a independência de Portugal, cuja conservação como individualidade nacional constitui propriamente a essência da sua história. Depois de tratar dos conflitos dinásticos até D. Afonso III (Livro I a VI), Herculano enceta um novo trabalho, a *História Social Portuguesa,* descrevendo em mais de volume e meio a estrutura dos municípios romanos, do colonato, das classes servas, da divisão territorial administrativa, da condição civil das classes populares, origens dos concelhos, tipos foraleiros, e enfim o sistema judicial e tributário. (Livro VII, p. I a III, e Livro VIII, p. I III.) O modo como isto é feito, meramente descritivo, sem a luz do critério histórico-comparativo, e sem a prévia preparação do estado de civilização da península e das condições que determinaram a separação da nova nacionalidade portuguesa, torna-se de uma aridez invencível e sem intuito para a compreensão da origem das instituições. Assim para Herculano, a *desmembração* de Portugal da unidade momentânea asturo-leonesa é incompreensível, porque ora a atribui ao conde D. Henrique, aos planos superiores com que defende D. Teresa pela perspicácia política, e a seu filho D. Afonso Henriques, ora crê nas forças imanentes ao próprio condado, que motivavam a sua *desmembração.* Na explicação das instituições romanas, ignora as conclusões sobre as origens da civilização árica, e separa essas instituições como diferentes da constituição social germânica, quando têm tipos semelhantes e idênticos, provenientes do mesmo tronco donde esses povos se destacaram; daqui a impossibilidade de compreender os municípios e o colonato. Na exposição das instituições germânicas, desconheceu os resultados históricos determinados por Savigny acerca da unidade das instituições sociais dos Godos, Lombardos, Francos, Saxões e Burguinhões, instituições que variaram depois segundo a época e território do seu estabelecimento definitivo em nacionalidades; conseguintemente, não explicou a origem das classes servas por uma decadência dos *homens livres* germânicos, mas por uma elevação do escravo antigo, que atenuou o seu estado pela servidão da gleba, e portanto nem conheceu as irmandandes (Arimania), e se as conhecesse não compreenderia o seu carácter de resistência; para Herculano havia também um único tipo de feudalismo, o francês, e porque o não via rigorosamente igual na península, não compreendia o que ele considerava formas acidentais de feudalismo; sem conhecer o desenvolvimento da banda guerreira sobre a banda agrícola dos Germanos, não pôde explicar a realeza com carácter electivo, a sua tendência para tornar-se *hereditária,* e na península a sua dependência das cortes. Com relação aos Árabes, Herculano não soube destacar o elemento *mauresco,* que provocava a revivescência de qualidades étnicas do antigo elemento ibérico, e por isso a definição das origens do elemento popular, a que os escritores espanhóis chamaram *moçárabe,* foi vagamente esboçada por Herculano como um facto existente, mas sem raízes senão a do encontro de duas sociedades que se odiavam, a sociedade árabe triunfante e a sociedade gótica decaída mas fortificada pela crença crista. O ponto de vista cristão falsificava-lhe na história a compreensão filosófica, e por isso a coligação e unificação das monarquias com o catolicismo servindo-lhe de regime policial, nunca lhe apareceria como a causa

de se não terem formado estados federais na península, e portanto de terem produzido a decadência inevitável destes povos.

Descrevendo os caracteres de uma nacionalidade Herculano indica o *território,* e limita-se a transcrever os dados dos geógrafos antigos, sem corrigi-los, nem tirar do território as deduções do método tão severo de Ritter. Pelo território se explica um dos porquês da nacionalidade portuguesa; esse território acha-se dividido pelos geógrafos antigos, principalmente por Estrabão, nas seguintes zonas:

a) Uma parte estendia-se desde o cabo Nério ou de Finisterra até ao Douro; era ao que propriamente se chamava a Galiza ou o território dos Galegos.

b) Outra parte estendia-se desde o Douro até ao Tejo, e deste rio até ao Guadiana, ou propriamente o território da Lusitânia. (Opinião também recebida por Ptolemeu.)

c) Outra estendia-se desde o Ana até ao Sacrom, e era a Turdetânia. *(Ab Ana ad Sacrum Turditani.* Plínio e Ptolemeu.)

Tiremos as deduções para o facto da nacionalidade; a tendência de agregação nacional começou a organizar-se na região de Entre Douro e Minho, onde existia um elemento étnico de raça árica (distingue-se pela coesão nacional) sobretudo as colónias gregas e romanas, como se vê pelo regime enfitêutico da propriedade, que ainda prevalece no Minho. A importância deste facto exige uma maior comprovação. Segundo os geógrafos antigos desde o Douro até ao cabo de Finisterra o território era totalmente habitado por colónias gregas; falando do rio Lima, diz Sílio Itálico, «que corre pelo terreno dos Grávios». Também Plínio diz *«grecorum soboles omnia».* Este facto que ainda hoje se autentica na beleza escultural das mulheres da Maia, de Viana, de muitas povoações das costas do Norte, aparece em muitos usos populares privativamente gregos, como os *Jardins de Adónis* (trigo grelado), em um grande número de inscrições lapidares a deuses helénicos, e em um grande talento arquitectónico, como notaram Roquemont e Rackzynski. Diz Estrabão, na descrição da Espanha: «Nos que vivem junto ao Douro observam-se muitos rasgos da vida e costumes dos Espartanos ou Lacónios.» E um pouco adiante: «Os Lusitanos ou Galegos... fazem os seus casamentos ao estilo dos Gregos.» A fronteira lusitânica fixada pelos geógrafos antigos nas margens do Douro é um facto bem significativo, que só pelas colónias gregas do Norte se pode compreender; os Gregos e Fenícios andaram sempre em conflito nas suas expedições marítimas e comerciais, até que pela violência da sua situação os Gregos fizeram-se substituir na luta chamando os Romanos e entregando-lhe as suas colónias, para assim se acharem de frente os Fenícios com esse novo poder. Portanto os limites dos Lusitanos determinam-se no ponto em que os Fenícios na ocupação da Península Ibérica, já então por causa desse novo povo chamado *Span,* se encontraram com as colónias gregas do Norte. E isto que se deduz do antagonismo dos dois povos, verifica-se na conquista árabe, em que o domínio sarraceno se não elevou também acima do Douro. Esse domínio árabe propagou-se facilmente sobre o território onde existira a dominação fenícia; era uma revivescência semita, e foi também o mais difícil de conquistar tanto para os Romanos, como para os Neogodos. Aqui temos os elementos heterogéneos bem caracterizados para se estabelecer uma agregação nacional. Assimilou-se facilmente a região central (vide *b)* a título de libertação do domínio árabe, e conservou-se a agregação pela acção vigilante das ordens de cavalaria. Por último a terceira região, como refúgio dos Árabes foi conquistada pelas incursões marítimas, em que o génio da nova nação se manifestava com uma certa consciência histórica na conquista dos *Algarves d'além-mar* (em África) no reinado de D. João I.

Do lado da Espanha dava-se também o fenómeno da diferenciação étnica pelo apoio dos Pirenéus, conservando a raça primitiva mais pura ou estacionária (Bascos e Aquitânios); do lado de Portugal estabeleceu-se um certo cosmopolitismo, uma fácil

assimilação de raças progressivas (ex. Normandos e Francos) e capazes de aproveitarem os estímulos da vizinhança do mar. O tipo ibérico espanhol, determinado pelo antropologista Paulo Broca como análogo ao berbere da África, vem-nos explicar a razão da fácil coabilitação dos Fenícios, das colónias mauritanas, do elemento cartaginês, das colónias cíticas administradas pelos Romanos, dos Alanos (elemento cítico que acompanhou os Germanos) da fácil conquista árabe, e pelo grande número de povoações maurescas que acompanharam a invasão sarracena, a formação do tipo ou raça *moçárabe* com a persistência dos caracteres étnicos primitivos.

Sobre a persistência dos caracteres étnicos primitivos de um povo através dos seus diversos cruzamentos e transformações históricas, diz o ilustre antropologista Paulo Broca: «A nação cruzada que resulta deste misto, adoptando a língua, os costumes, a nacionalidade da raça estrangeira, pode esquecer com o andar do tempo até a existência dos seus antepassados autóctones, cujos caracteres físicos continuam portanto a predominar no seu seio; mas às vezes recordam-se, como o provam os Celto-Citas mencionados por Plutarco e os Celtiberos da Península Hispânica.»[105] Das migrações e elementos célticos que entraram na população dos estados da Europa, o mesmo ilustre antropologista chega à seguinte conclusão: «O que se espalhara por toda a Europa não era uma raça, mas uma civilização, que, por assim dizer, se tinha inoculado de povo a povo, porque o bem inocula-se como o mal.»[106] Esta afirmação reforça extraordinariamente o primeiro facto da persistência dos caracteres étnicos do Celtibero; um facto análogo, mas ainda de uma forma mais abstracta se dá com o domínio romano, em que os caracteres exteriores da civilização, a língua, o direito, a administração e a cultura foram recebidos pelos povos peninsulares, sem que existissem famílias romanas na península mas sim colonos submetidos ao império. Se vemos do lado étnico dar-se uma transformação constante nos povos ibéricos, adoptando a cultura céltica, fenícia, romana, visigótica e árabe, o que prova o seu carácter eminentemente progressivo, pelo lado antropológico vemos aparecerem condições de persistência e revivescência do seu tipo ibérico nos elementos cíticos dos Celtas, no turaniano do fenício, no colonato romano, nos alanos dos Visigodos e nos mouros dos Árabes. Aqui podemos repetir com Paulo Broca, que os caracteres físicos persistem no Celtibero, e que estas repetidas condições de revivescência fizeram com que o Celtibero não se esquecesse da sua origem.[107] Por consequência é no génio étnico que se deve procurar a tendência *separatista* dos povos peninsulares, que é o carácter fundamental da sua história política, e cujo conhecimento e disciplina constituirá a forma da civilização definitiva destes povos.

Comparando os pequenos estados da península aos estados independentes da Grécia, Estrabão explica por esta causa a dominação dos Iberos por outros povos invasores: «Este mal, pois, actuou com mais intensidade entre os Iberos, porque ao seu carácter empreendedor unem a desconfiança que têm uns para com os outros, e contentando-se em fazerem-se invasores de propriedades alheias, e propriamente salteadores, atrevidos somente para pequenas empresas, nenhuma coisa empreendiam em grande, não se tendo reunido em grandes comunidades. Porque é certo que se conseguissem sustentar-se mutuamente, nem os Cartagineses, nem antes deles os Tírios, que invadiram a sua região apresentando forças superiores, teriam podido dominá-los,

---

[105] *Mémoires d'Anthropologie,* t. I, p. 368.

[106] *Ibidem,* p. 370.

[107] O ilustre antropologista ainda afirma: «Ora a observação prova, que as línguas se extinguem sempre mui lentamente e que a maior parte dos povos da Europa Ocidental tem muitas vezes unidade de língua, *conservando sempre o seu tipo* a despeito mesmo dos cruzamentos que experimentaram.» *Ibidem,* p. 383.

como fizeram de uma grande parte. Nem depois dos lírios os Celtas, que são chamados Celtiberos e Berones, nem depois destes o salteador Viriato, nem Sertório, nem nenhum outro intentaria nem conceberia a ambiciosa pretensão de dominá-los.»[108] E explicando o génio separatista pela influência do território, continua Estrabão: «Porque nem a natureza do terreno é para reunir muitas cidades por ser estéril, e porque uma grande parte dele está fora de comunicação e sem civilização, nem tão-pouco o modo de viver, nem os costumes de toda a Ibéria são como os que se observam em toda a costa marítima do nosso mar, e assim não podem ser indício de grande número de cidades. Pois em geral, os que vivem em pequenos povoados costumam ser bravios, e neste estado se acha a maior parte dos iberos; de modo que nem as próprias cidades suavizam os seus costumes a não ser com dificuldade, por isso que as montanhas da Ibéria e as suas muitas brenhas oferecem ensejo para se atacarem uns aos outros.»[109] Da sua falta de trabalho agrícola, fala Estrabão referindo-se outra vez ao génio indomável dos Iberos: «Homens, que se criam sem precaver as necessidades, antes vivem pessimamente à maneira de feras atendendo só à necessidade presente; etc.»[110]

No povo espanhol persistem ainda hoje todos estes caracteres; a índole de salteador, desenvolvida nas guerras contra os Romanos, reapareceu na luta conta os Árabes, nas *guerrilhas* das guerras napoleónicas, e os *cabecilhas* como Viriato, reaparecem como o Cid, ou como os generais carlistas. A tendência separatista, explica profundamente o génio espanhol, nas suas revoltas e pronunciamentos, e em todos os acidentes da sua história nacional. Ainda persiste o costume das povoações isoladas, *póvoas* ou *aldeias,* o desprezo pelos trabalhos agrícolas, os ódios locais, e o descuido do futuro, como se vê pela máxima ou adágio popular: «Quem vier atrás que feche a porta.» Dos iberos do Norte, hoje Bascos, diz Estrabão: «Pois aqui não só se diferenciam por seu valor, senão também por suas crueldades, e por certa espécie de furor próprio das feras.»[111]

A persistência do espírito separatista é o carácter quase exclusivo da história dos povos peninsulares, que oscila no movimento de *unificação* e *desmembração.* As raças que precederam os Romanos, como acabámos de notar, viviam em pequenas comunidades, e pela acção administrativa e organização do colonato, os Romanos deram-lhe a sua primeira *unificação* política, cuja tradição se conservou na cultura hispano-romana, que debalde se tem querido converter em raça. Circunstâncias especiais determinaram a invasão germânica da península, e a Espanha desmembra-se outra vez em estados autónomos dos Vândalos, Suevos e Alanos. Opera-se outra vez uma segunda *unificação* (642-649) pela acção preponderante dos Godos, mas resistem a essa força unificadora os Asturos, Cântabros e os Bascos, povos em que persistia mais puro o carácter étnico primitivo, sendo por isso os primeiros que resistiram aos Árabes, quando estes no fim do século VII determinaram uma nova *desmembração* da península. Como semitas, os Árabes, apesar de se assenhorearem profundamente da península, nunca puderam atingir a unificação política, desmembrando-se nos reinos de Toledo, Badajoz, Sevilha, Granada, Málaga, Almeria, Múrcia, Valência, Denia e Baleares. Começa a *unificação* outra vez com o esforço da reconquista cristã ou neogótica, coexistindo com a desmembração das Astúrias e reino de Leão, ligando a Galiza, Portugal e Castela, e Navarra com o Aragão, prevalecendo a desmembração, no reino de Castela, no de Aragão, no de Portugal, no condado de Galiza e no condado de

---

[108] Estrabão, versão Cortés y Lopes, *Diccionario Geographico y Historico de la España Antigua,* I,104.

[109] *Ibidem,* p.113.

[110] *Ibidem,* p. 114.

[111] *Ibidem,* p. 115.

Barcelona. Um sistema natural se ia estabelecer nas *confederações,* como a do século xi entre Leão, Navarra e Castela, e no século XIII entre Aragão, Castela e Navarra, mas apareceram as ambições monárquicas e as preocupações dinásticas, perturbando a organização racional dos estados da península. As ambições monárquicas, sob a forma de conquista fizeram *unificações* violentas, como a de Sancho Magno, jungindo a Navarra, Castela e parte de Leão; como a de Afonso VII, fundindo Castela, Leão, Aragão, Navarra e os condados de Barcelona, Urgel, Foix, Pallas e Montpellier; e como Fernando com a Castela, Leão e Galiza, Zamora e Toro. As preocupações dinásticas, pelas formas da vontade testamentária, *desmembravam* outra vez os povos unificados, como vemos nos mesmos monarcas citados; Sancho Magno faz em 1035 a desmembração deixando a Navarra ao seu primogénito, Leão e condado de Castela ao segundo filho, Aragão ao terceiro, o senhorio de Sobrarbe e Ribagorza ao quarto. Afonso VII deixa Castela a Sancho, Leão a Fernando, Aragão é repartido por Jaime, *o Conquistador,* entre seus dois filhos. Fernando deixa Castela ao primogénito Sancho, Leão a Afonso, Galiza a Garcia, Zamora a Urraca, Toro a Elvira. As usurpações monárquicas entre irmãos também foram uma causa transitória de unificação, como as usurpações de Sancho (Castela, Leão, Galiza, Toro, Zamora) unificadas em seu irmão Afonso até Afonso VII (1157). Enquanto os estados peninsulares flutuaram nesta oscilação política de *unificação* e *desmembração,* Portugal atingiu muito mais cedo as suas condições de estabilidade; deve atribuir-se isto não só à preponderância de elemento árico em Portugal facilmente agregado ao celta marítimo, como à circunstância do meio histórico (situação separatista até Fernando e Isabel), como ao estímulo da proximidade do mar, que pelas navegações nos trouxe as condições económicas da independência nacional. Eis aqui o facto capital da *vida histórica* do povo português; todo o trabalho deve visar a pôr em relevo este grande destino enquanto à consciência nacional, e a deduzir a necessidade da fundação do federalismo peninsular enquanto à constituição política. Toda a erudição que não vise a uma demonstração é estéril; a mediocridade fortalece-se no método exclusivo do *nihil praeter facta,* como se os factos desconexos pudessem perceber-se mais do que as letras baralhadas de um alfabeto. Mas o rigorismo dos factos não obsta a que se não erre ou na particularidade ou no ponto de vista; é fácil o exemplificar estes dois casos em Herculano: acerca do rescrito pontifício que legitimou o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz tendo ainda viva sua mulher a condessa Matilde, diz Herculano: «Do mesmo modo que sucede com outros documentos capitais para a história deste reinado, *ignora-se a existência deste rescrito pontifício que deferiu à súplica,* apenas sabemos indirectamente que ela não foi baldada.»[112] Estes documentos estavam publicados pelo visconde da Carreira,[113] sem contudo o historiador querer corrigir o seu texto. Se Herculano, na direcção dos Monumentos Históricos da Academia empregasse a sua extraordinária influência para a aquisição do Cancioneiro da Vaticana, aí acharia grandes elementos para a história da conjuração aristocrática que deu o trono a D. Afonso III. Enquanto aos erros do ponto de vista indicaremos a compreensão da vida política do Terceiro Estado, tão necessária para a inteligência das *Cortes* portuguesas; diz Herculano: «Aqui observamos somente que em França data do reinado de S. Luís a convocação dos delegados burgueses aos parlamentos, e a modificação do direito de revindicta ou guerra privada (Guizot, *Civilisation en France,* lect. 44 e 45) e que estes factos de grande significado social, posto que então de menos importância prática, se repetem em Portugal como reflexos no reinado de D. Afonso III.»[114] Há aqui a

[112] *História de Portugal,* t. III, p. 73 (2ª ed.)
[113] Colecção nº XLVI, Bulas: *Qui celestia simul,* de XIII das kal. Julii, ann.
[114] *História de Portugal,* t. III, p. 52 (2ª ed.)

distinguir dois factos fundamentais, que Herculano confunde; já no tempo de Carlos Magno e seus sucessores se convocavam os estados, costume que se obliterou com a preponderância do regime feudal; no tempo de S. Luís o costume de chamar à participação do governo a nobreza, o clero e o Terceiro Estado avivava-se segundo o aumento do poder real, mas essas três ordens eram convocadas *separadamente* e era em *separado* que cada uma emitia o seu voto. A ideia da convocação *simultânea* dos Três Estados, reunidos em comum para deliberarem, e constituindo esse poder novo dos *Estados Gerais,* pertence a Filipe, *o Belo* (1302),[115] que encetou esta via política, até então desconhecida nas monarquias, mas com origens no *mallum* germânico. Se as classes servas que se tornaram povo surgissem à vida política por se elevarem da escravidão, este facto acidental da convocação simultânea dos Estados Gerais ficaria infecundo para a liberdade moderna; como as classes servas eram os *homens livres* germânicos decaídos pelo desenvolvimento das instituições feudais, desde que a realeza se separou do feudalismo pelo facto da *hereditariedade,* havia apoiar-se nestas classes restituindo-lhes as suas antigas garantias. É isto o que nos explica a evolução das instituições modernas; em um ensaio de Herculano, *Do Estado das Classes Servas na Península desde o VII até ao XII Século*,[116] insiste em querer achar nessa situação servil uma modificação benéfica da escravidão. No conflito da realeza com o poder senhorial, fundando-se os cadastros da nobreza, chamados *Livros de Linhagens,* unicamente para submeter essa classe altiva à *nobreza do foro de el-rei,* viu Herculano nesse facto apenas um meio de obstar aos impedimentos canónicos. No estudo das classes servas, refere-se Herculano, em 1857, à sua situação desalentada, dizendo que só conhece abnegação e zelo pela ciência «aquele que nesse duro lavor deixou passar os melhores dias da sua vida, sem saber o que a mocidade tem de gozos, a idade viril de ambições, e a velhice de vaidades, e cuja recompensa única será escrever-lhe na campa: *Aqui dorme um homem que conquistou para a grande mestra do futuro, para a História, algumas importantes verdades»*.[117] Herculano projectou este seu epitáfio em 1857, no vigor dos quarenta e sete anos; se tivesse renovado o método da erudição histórica como um Savigny, como um Jacob Grimm, competiam-lhe essas palavras. Mas que verdades históricas achou, mesmo com relação a este pequeno povo? O seu cristianismo e o seu monarquismo lhe perturbaram sempre a boa vontade do critério. Os escritores estrangeiros reconhecendo-lhe a sua probidade científica, consideram-no apenas como o primeiro produto das instituições livres iniciadas em um país morto.

Na revista *The Dublin University Magazine,* nº160, de Fevereiro de 1847, a *História de Portugal* de Herculano foi perfeitamente compreendida; atende-se aí em primeiro lugar à influência das instituições liberais sobre o escritor: «Quando reflectimos que é somente há poucos anos que existe alguma coisa que se assemelhe à liberdade de falar ou de escrever, o aparecimento de uma obra tal como a do Sr. Herculano é uma prova de aptidão dos seus compatriotas para tomar parte no progresso literário e científico da moderna Europa, e que, não obstante a tarefa e o êxito até hoje infeliz das suas instituições liberais, o são juízo e as opiniões ilustradas vão fazendo progressos.» O crítico inglês referia-se aqui aos grandes esforços despendidos em implantar as instituições liberais em 1820, 1826, 1829 e 1832, e aos erros políticos da monarquia constitucional, que pela tendência para o absolutismo provocou o movimento de 1836, as reacções de 1842, a Revolução de 1846 e a intervenção armada de 1847. Efectivamente tudo isto atrasava a manifestação da inteligência portuguesa; e a obra de Herculano, tinha aos olhos da Europa o grande valor de demonstrar como qualquer

---

[115] Becharri, *Droit municipal ao Moyen-Age,* e Boutaric, *La France sous Philippe le Bel.*
[116] *Anais das Ciências e das Letras,* t. I, p. 381 (1857).
[117] *Ibidem,* p. 587 (reproduzido nos *Opúsculos*).

coisa que se assemelhe à liberdade de falar ou escrever transforma os espíritos. No juízo da citada revista acham-se estas frases fundamentais: «Nós reputamos o Sr. Herculano inquestionavelmente o primeiro dos historiadores portugueses, não esquecendo nunca de que é inferior a Barros em energia e eloquência, e até talvez lhe não seja superior em profundidade de saber...» Isto chocou profundamente o escritor, mas era verdade.

Embora escrita com o critério científico, a *História de Portugal* ficou atrasada por incúria do seu autor (1846-1866); nessa obra nada se fala sobre a antiguidade pré-histórica da península, nem nos belos trabalhos sobre os Iberos publicados nas Memórias da Academia de Viena nem sobre a onomatologia fenícia e céltica deste território, tão importantes para determinar as raças que o habitaram; não quis aproveitar-se do Corpo das Inscrições latinas publicado por Hübner, que derramam tanta luz sobre as divisões administrativas da península, nem tão-pouco dos grandes trabalhos de Waitz sobre os povos germânicos e sua constituição social. Na gramática de Diez teria achado a verdade para ratificar a sua ideia sobre a formação dos dialectos românicos falados actualmente em Portugal e Espanha. A *História de Portugal* ficou estereotípica; a ciência progrediu, e ela ficou como prova do estacionamento de um espírito.

Pelo seu espírito católico e pela falta de um critério positivo da história, Herculano não podia julgar com verdade as grandes épocas da civilização humana donde a nossa pequena nacionalidade portuguesa surgira. Citamos um exemplo com relação à decadência romana e invasões germânicas: «Foi um mundo que desabou com toda a civilização antiga, resumida e contida nele. Deus soltou a torrente das novas migrações, e estas, descendo do setentrião para o Meio-Dia da Europa, renovaram quase inteiramente as sociedades decrépitas, depois de demolirem e de arrasarem quase tudo o que representava o passado. Daquela revolução nasceram as nações modernas.» *(História de Portugal,* Introdução.)

Este período representa um sistema completo de compreensão histórica. Em primeiro lugar a retórica falsa só procura o grandioso, sem se preocupar de que os mundos não desabam, e que uma sociedade é um conjunto moral, que se não pode equiparar a um agregado material, senão como uma metáfora, mas nunca em metáfora de metáfora. Essa noção de Bossuet, em que nos aparece Deus soltando a torrente das invasões é boa para o púlpito e não para a história, onde o pensador procura as causas complexas e intimamente relacionadas dos movimentos que se operam nas sociedades humanas. Por último, a civilização romana não se extinguiu, porque continuou a escrever-se em latim, e os códigos romanos continuaram a ficar em vigor;[118] se essa civilização sofreu foi mais por causa do cristianismo, que desviou o curso da actividade humana para um estéril misticismo, do que das próprias invasões bárbaras, fanatizadas

[118] Diz admiravelmente Savigny, e isto revela o critério da *escola histórica,* não compreendido por Herculano: «A questão da duração do direito romano traz consigo a necessidade de examinar a duração do próprio povo em quem e para quem o direito existiu, e nós não podemos admitir a persistência do direito sem constatar previamente a persistência da nacionalidade e da administração romana. Se a nação romana desapareceu sob as ruínas do Império do Ocidente, não haveria nem necessidade nem possibilidade de conservar a legislação romana. O mesmo aconteceria pouco mais ou menos se os vencidos tivessem perdido a liberdade pessoal ou a sua inteira propriedade; nenhuma razão de existência para uma legislação sem objecto. Ajuntai, que a persistência da legislação pressupõe a persistência da organização judiciária, não sendo possível admitir nos remos da conquista a administração da lei romana sem juízes e tribunais romanos.» Estes princípios, que foram aplicados fundamentalmente nos grandes trabalhos de Savigny, respondem aos que pretendem pintar a Idade Média como uma era de decadência, atribuindo à Filosofia positiva a interpretação de um progresso, como necessidade de provar a doutrina da continuidade histórica. Herculano imitava apenas o processo da escola histórica de Savigny no estudo das instituições sociais, mas sem compreender o seu espírito, que era o interpretar os factos pela lei de continuidade. O conflito entre a *escola histórica* (Savigny) e a *escola filosófica* (Gans) acabou desde que a metafísica foi apeada por Augusto Comte completando a síntese científica pela criação da Sociologia.

por esse mesmo cristianismo.

Na sua obra *Estudos sobre os Bárbaros e a Idade Média*, Littré unicamente dirigido pelo critério da continuidade histórica chega a um resultado oposto ao de Herculano, que acreditava na demolição da sociedade antiga pelos invasores germânicos, e na possibilidade desses povos bárbaros ainda inventarem formas sociais mais perfeitas. Littré restabelece a correlação das fases da sociedade moderna deduzindo-a dos elementos romanos: «Se a vida do império não fosse truncada pelos bárbaros, se, depois do desenvolvimento religioso e do cristianismo houvesse o tempo bastante para operar-se um desenvolvimento político, pode-se afirmar que ele se efectuaria pelos ricos, pelos poderosos, pelos aristocratas, que teriam reclamado e exigido direitos políticos e intervenção no governo. Assim uma *solução feudal* estava na natureza das coisas mais do que se tende a acreditar; e bem longe de espantarmo-nos da *instituição do feudalismo* é preciso ver nela o produto de condições oficiais desde longo tempo determinadas. Isto é tão verdadeiro, que esta solução não prejudicou em coisa alguma a evolução total; porque o *feudalismo* produziu a *comuna,* e por sua vez a *comuna* produziu a *democracia.*»[119] Não se pode pôr com mais clareza as duas sociedades romana e germânica em relação histórica; na primeira o desenvolvimento da grande propriedade *(latifundia perdidere Italiam)* formava o germe de um novo poder senhorial, cuja evolução foi interrompida pelas invasões germânicas; mas a conquista conservou o sistema da grande propriedade, e consequentemente a reacção das classes servas contra o feudalismo, a sua organização administrativa em comunas e o reconhecimento do seu poder político em democracia. Herculano nada viu desta evolução, porque no seu estudo sobre as *Classes Servas da Península,* julgava-as como escravos que se elevaram, em vez de achar o facto positivo da decadência dos *homens livres* durante o desenvolvimento do feudalismo.

Com princípios tão falsos de critério histórico como é que Herculano havia de considerar a invasão árabe da península, a civilização desta grande raça semítica, e as monstruosidades e devastações praticadas pela reconquista cristã, senão como coisas explicáveis por um providencialismo superior aos destinos humanos. Por isso a *Historia de Portugal* deriva-se da crónica, conservando o seu espírito nos pequenos factos acidentais das biografias dos monarcas, e quando pretende entrar no funcionalismo das instituições sociais não sabe achar o seu nexo e fica na monografia particularista em que os factos sem luz se tornam quase ilegíveis. Uma vez perdido o pensamento da História, isto é, não achado o principio filosófico da *História de Portugal,* continuar seria uma violência por assim dizer automática; Herculano obedeceu a essa falta do estímulo que vem de, um pensamento, e deixou-se ficar na inércia, abandonando a *História de Portugal* como um edifício interrompido não pela falta de material mas pela falta de destino.

Não se conhecia em Portugal a crítica histórica, quando Herculano empreendeu a sua grande obra, a, história nacional baseava-se sobre um certo número de tradições claustrais, sem a poesia da elaboração anónima, e falseadas pelos intuitos de um destino privilegiado reservado pela providência a este povo. Fiados no prestígio destas tradições que já no meado do século XVI eram conhecidas, como o *Sonho do Quinto Império do Mundo,* e que o padre Vieira tentou explorar na época da Restauração de 1640, os poderes públicos muitas vezes abandonaram a defesa da nação à eventualidade dos acontecimentos, seguros de que a providência manteria por meios divinos o nosso destino no futuro da humanidade. Quando o exército francês ocupava já território português, tendo o seu quartel-general em Abrantes, na corte de D. João VI *estava tudo*

---

[119] *Op. cit.,* p. XII, 2ª ed.

como dantes, como disse o prolóquio popular, ignorava-se que estávamos já envoltos na catástrofe. As tradições mais queridas dos eruditos deste país obcecado pelo catolicismo, eram a paródia do lábaro de Constantino ou o aparecimento de Cristo a Afonso Henriques assegurando-lhe a vitória na batalha de Ourique, a fidelidade de Martim de Freitas, o pacto das Cortes de Lamego, espécie de Carta Magna dos portugueses, e uma invencível credulidade na vinda de D. Sebastião da ilha encantada, como Artur da ilha de Avalon; esta última, sobretudo, e que tinha profundas ramificações populares por se ligar aos restos místicos do culto solar do politeísmo indo-europeu. Reagindo contra este estado mental, Herculano fortaleceu-se na concepção moderna considerando a história «como matéria de ciência», mas exagerou a severidade da crítica repelindo incondicionalmente as tradições como falsidades. Diz ele com uma certa altura: «Não ignoro o risco da situação em que me coloquei. Há muitos para quem os séculos legitimam e santificam todo o género de fábulas, como legitimam e santificam de todo as dinastias nascidas de uma usurpação. Aos olhos destes, as cãs da mentira são também respeitáveis. A crítica, dizem eles, mata a poesia das antigas eras, como se a poesia de qualquer época estivesse nas patranhas mui posteriormente inventadas. São excelentes talvez as suas intenções; não sei se o mesmo se poderá dizer da sua inteligência. Para estes o meu livro será um grande escândalo, e melhor fora deixarem de o ler.» *(História,* I, p. IX.) Herculano previu a tempestade, porque conhecia o horizonte intelectual português; diz ele: «Conto com as refutações, conto, até, com as injúrias.» Assim aconteceu; veio o volume a público, a severidade do método fez lê-lo com interesse, não encontraram nele a narração do aparecimento de Cristo a Afonso Henriques, não acharam dramatizada a lenda gratuita de Martim de Freitas, não viram acatadas com autoridade legal as Cortes de Lamego, que os partidários do absolutismo miguelino consideraram o paládio a que não resistia o constitucionalismo de D. Pedro IV, e insurgiram-se contra o escritor e contra o livro. Choveram opúsculos por vários padres e eruditos monacais[120] do teor e forma que Herculano definira no prólogo da sua obra: «Muitas destas refutações, já o prevejo, hão-de estribar-se na opinião de historiadores e antiquários, *eruditos, ilustres, gravíssimos, profundos,* e com todas as mais classificações que se costumam agregar ao nome de qualquer escritor moderno, quando, na falta de monumentos ou diplomas legítimos se querem sustentar opiniões absurdas ou infundadas.» *(História,* I, p. X.) Para que citar essa folhetada estéril e ilegível, se ela representa o atraso dos estudos históricos em Portugal?[121] Os pregadores serviram-se do púlpito lançando à execração pública o nome de Herculano, que veio pouco depois a ter a glória de ser inscrito como livre-pensador pela Congregação do Index. Foi a melhor recomendação para Herculano neste recanto da península ser recebido como igual na falange dos homens de ciência da Europa. Herculano era católico, e incomodou-se com essa luta clerical, como se vê pelos seus virulentos opúsculos de réplica *Eu e o Clero,* e a *Solemnia Verba.* De facto esse incómodo representava ainda uma subserviência intelectual, e ao mesmo tempo uma crise da consciência; Herculano fechou-se em um cristianismo tradicional, que para ele foi moral

---

[120] Rackzynski, que escrevia em 1847, no seu *Dicionário Histórico-Artístico de Portugal,* diz: «Bastantes pessoas acusam o Sr. Herculano de ter procurado diminuir a glória de Portugal, porque pretende que a batalha de Ourique não foi uma grande batalha; porque acha que a língua portuguesa deriva do latim; porque elimina os sonhos e milagres, e não adopta, a propósito de Egas Moniz, as crónicas e a tradição.» Eram estes os únicos tópicos da acusação contra a *História* de Herculano; a resposta era continuar a aplicar o mesmo critério científico, por isso que Rackzynski considerava o primeiro volume como «um exemplo de critica sã, de boa-fé, e de aplicação».

[121] Pode ver-se no *Dicionário* de Inocêncio essa lista de folhetos que os curiosos coligem com sacrifício. No volume III dos *Opúsculos* encontram-se os libelos e réplicas de Herculano, armados com um grande aparato de patrologia.

e filosofia da história, foi poesia e foi ciência, foi liberdade e emancipação racionalista. Esta crise, levando-o a atacar a Igreja no Concílio de Trento, determinou uma tendência teológica nas suas questões históricas; assim foi nesse espírito de combate anticlerical que historiou a parte diplomática das *Origens da Inquisição em Portugal,* que desvendou ao pais a torpeza da Concordata de 24 de Julho de 1854 sobre o Padroado do Oriente, que lutou contra a introdução das irmãs da caridade francesas no seu *Manifesto ao Partido Liberal* e os *Opúsculos* com que os fundamenta. Foram os absolutistas que fizeram Herculano liberal; o mesmo se pode dizer do clericalismo, que pela sua propaganda estúpida contra o sensato historiador, o tornaram de ferrenho católico em cristão semideísta.

Podia-se aplicar o verso de Virgílio à polémica levantada pelos padres contra o autor da *História de Portugal*: *«Tantae ne animis celestibus irae!»* Cabe porventura tanta cólera em ânimos sagrados? Herculano fizera tão pouco. Além dessas poucas palavras já citadas do prólogo, apenas escreveu nas notas da obra: «Discutir todas as fábulas, que se prendem à jornada de Ourique fora processo infinito. A aparição de Cristo ao príncipe antes da batalha estriba-se em um documento, tão mal forjado, que o menos instruído aluno de Diplomática o rejeitará como falso ao primeiro aspecto (o que facilmente poderá qualquer verificar no Arquivo Nacional, onde hoje se acha). Parece, na verdade impossível que tão grosseira falsidade servisse de assunto a discussões graves.» *(História,* í, p. 486). Das Cortes de Lamego diz de passagem: «Faremos a devida justiça a esta invenção de alguns falsários do século XVI, quando tratarmos da história das instituições e legislação do berço da monarquia.» *(Ibidem.)* Padres e miguelistas reagiram com força de impropérios, e Herculano uma vez desviado do seu trabalho e perturbado, não continuou a publicação da *História de Portugal*; foi esta posição que o tornou simpático ao pais inteiro, e foi assim que acabou de concentrar-se nele o grande *poder espiritual* de que se achou espontaneamente investido. O *odium theologicum,* que dirigiu a polémica a favor do Milagre de Ourique, ainda latejava ao fim de vinte anos, como se viu nas palavras do *Siglo Futuro,* de Madrid, por ocasião da sua morte.

A severidade da crítica histórica não exclui uma clara interpretação do fundo de realidade que existe nas lendas e tradições; Herculano exagerou essa severidade com prejuízo do efeito pitoresco que falta na aridez das suas discussões e argumentações inúmeras. A lenda de Egas Moniz, de Martim de Freitas, são acidentalmente aludidas, sem lhes investigar as fontes mais remotas, sem interpretar os vestígios simbólicos; da primeira, remonta à redacção mais antiga do *Livro Velho das Linhagens* do século XIV, da segunda redu-lo ao mito da lealdade dos antigos cavaleiros. Existem tradições análogas na história de outros países, que merecem ser comparadas. Se Herculano prosseguisse na sua história, eliminaria outras tradições que chegaram a influir profundamente na forma da nossa actividade histórica; assim a crença nas Ilhas Encantadas ou Encobertas, que aparece em tantas doações régias, foi um dos grandes estímulos das nossas expedições marítimas; a lenda do Preste João, isto é, da existência de um reino cristão na Ásia, foi também um dos motores que levaram os nossos viajantes do século XV a empreenderem a empresa do caminho da índia.

Foi Jacob Grimm que com a sua extraordinária erudição e intuição poética compreendeu o quanto há de verdade nas tradições; bastava a nossa actividade histórica ter sido determinada por algumas dessas lendas tradicionais para merecerem ser discutidas. Apesar de reconhecer e demonstrar a falsidade das Cortes de Lamego, Herculano prometeu discuti-las porque desde o século XVII foram a base efectiva da Constituição Política de Portugal. Neste caso se acharam muitas lendas forjadas, mas que chegaram a exercer acção sobre o espírito público. Aceitar as tradições como

história é um sincretismo de incapacidade mental; rejeitá-las por maravilhosas e embusteiras é uma crítica estreita sem uma lúcida compreensão filosófica.

Com relação ao carácter crítico da *História de Portugal,* onde as tradições e as lendas são totalmente eliminadas e nem sequer discutidas, podemos aplicar o seguinte pensamento de Littré: «A lenda nada tira à dignidade da história, com toda a certeza; e mesmo, para quem a sabe apreciar, ela é uma parte acessória sem dúvida, mas importante. Sem a lenda, o historiador não pode representar nem o aspecto moral, nem as concepções, nem as crenças, nem o ideal de uma época antiga; com a condição porém que a não tomará por uma história real, mas por uma história fictícia que diz respeito aos sentimentos e às ideias, não aos factos.»[122]

Herculano viu discutida ineptamente a sua *História de Portugal,* e sentiu que a sua actividade literária desde 1836 não exercia acção alguma sobre o espírito público, apesar de ser profundamente admirado. Em 1851 quebrou o seu protesto de 1845, em que se declarara permanecer na «triste tranquilidade de incrédulo político»; o que se passava em volta de Herculano era tão lamentável, que ele escrevia em 24 de Julho de 1851: «Em civilização estamos dois furos abaixo da Turquia e outros tantos acima dos Hotentotes. Agitamo-nos no círculo estreito de revoluções incessantes e estéreis; a legalidade tornou-se um impossível, a acção governativa um problema insolúvel.» Herculano, que em 1836 se decidira sinceramente contra a soberania nacional pela Carta outorgada, em 1851 reconheceu que tinha sido ludibriada a sua boa-fé; o cartismo transformara-se na violência pessoal do *cabralismo*: «Facção saída do Partido Cartista, e que ainda hoje conserva, aviltando-o, esse nome que já teve alguma glória.»[123] No prólogo da última edição *de A Voz do Profeta,* Herculano faz a história deste ludíbrio, a que sucedeu um outro, que decidiu o seu rompimento definitivo com a política. Herculano acompanhou Saldanha no primeiro pensamento da Regeneração, mas descobriu logo a perfídia desse movimento.

Na luta contra a restauração sub-reptícia do governo cabralista identificado com o poder pessoal de D. Maria II, restauração que se fez a despeito dos lamentáveis acontecimentos de 1847, o duque de Saldanha foi o chefe do movimento liberal que venceu e tomou posse da situação do país em 1851, com o nome de Regeneração. Neste ano fundou o professor João de Andrade Corvo o jornal político *O País,* no qual Herculano teve uma colaboração activa; apareceu o primeiro número em 23 de Julho, com um programa negativo, em que aparecem algumas das ideias exclusivas de Herculano: não quer a centralização administrativa, nem uma exclusiva acção executiva nos ministros, nem contratadores dos rendimentos públicos, cujos privilégios e corpo fiscal são um estado no estado, nem o excesso do funcionalismo, nem o abandono do Padroado Português do Oriente, etc. Os artigos políticos de Herculano conhecem-se materialmente pelos longos períodos cheios de incidentes, pela polémica imprecativa e pelo desvanecimento da erudição histórica, na forma de dissertação pesada. Acham-se ali páginas preciosas para a história política desde a Revolução de Setembro de 1836 até à Regeneração em 1851, em que Herculano se confessa desiludido de Saldanha, que ludibriou o pais; foi esta a causa da terminação do jornal no fim deste mesmo ano. A leitura dos artigos de *O País* revela-nos as doutrinas políticas que Herculano professava; algumas sendo profundamente justas estavam viciadas no seu espírito por preconceitos de educação e de hábitos mentais que as tornavam ineficazes. Herculano queria: 1º A restauração das formas municipais, como meio de reagir contra a centralização administrativa. Nada mais justo, e foi por este lado que ao manifestar-se em Portugal o espírito republicano, Herculano foi por algum tempo considerado como um dos seus

---

[122] *Études sur les Barbares,* p. 169.
[123] *O País,* 24 de Julho de 1851.

esteios. 2º Que as eleições fossem a representação das localidades, pela entrega do mandato a individualidades locais. Era um vago pressentimento da forma mais clara do *mandato imperativo.* 3º Considerava o corpo diplomático como inútil, desde que na Europa acabaram os *segredos de estado,* e que a liberdade se fundava, quer nacional, quer internacionalmente no regime da publicidade.

A estes princípios tão justos, que às vezes dão alguma solidez à sua crítica, alia-lhes preconceitos invencíveis de um espírito desequilibrado. Em um artigo intitulado *A Desigualdade e a Democracia (O Pais,* 30 de Agosto de 1851) sustenta como inexequível a igualdade política, considerando as doutrinas democráticas como utopias individuais, censurando como de vistas sem alcance as doutrinas de Tocqueville. Mais tarde, no prólogo à *Voz do Profeta* Herculano examinou outra vez o que era a democracia, e sobre vinte e quatro anos de reflexão concluiu que era a ladroeira. Outra ideia deprimente, e corolário do principio anterior, era: que a monarquia era a única condição de ordem e de progresso para Portugal, e que nas diferentes revoluções observara sempre a identificação do povo com a causa do trono. Herculano tirou partido desta afirmação atrasadora, vivendo encostado ao paço desde 1839, e pela suas simpatias pessoais com D. Fernando e D. Pedro V, podemos considerá-la como uma noção prática para ele, mas não com valor teórico. Mas, pior ainda do que a negação da democracia e do que a apoteose da monarquia, é a sua consagração constante da causa da religião, que ele considerava como base essencial para refundir a geração futura, para educar o povo e para regenerar o destino da nacionalidade. Neste campo foi estabelecendo uma divisão entre o cristianismo e o catolicismo, entre o clero opulento e os párocos rurais, enlevando-se em uma idealização da confraternidade evangélica, considerando «a civilização como a forma profana do cristianismo»,[124] e fazendo consistir a actividade futura da humanidade na *religiosidade.* Estas ideias, que propaga nos primeiros anos da redacção de *O Panorama,* em 1851 chegaram a actuar mais intimamente no seu espírito, porque analisando o estado de decadência da instrução popular propõe como meio de elevação do nível intelectual *«padres virtuosos que propaguem os princípios suaves e eminentemente liberais da verdadeira religião».*[125] Com o tempo o seu espírito retrocedia; e se a sua negação da democracia em 1851 se tornou para ele nos sacos dos ladrões em 1873; se o seu amor da monarquia chega a manifestar-se em 1863 na confissão de que se D. Pedro V vivesse mais tempo se tornava para ele absoluto, o mesmo fenómeno se dá com a preocupação religiosa, considerando em 1871 como questões vitais do século XIX O imaculatismo e o infalibilismo, e tendo verdadeiro pesar de não encontrar no pequeno oratório do lar a delícia espiritual de uma crença nunca discutida.

Em 1856 ainda lamenta a extinção das ordens monásticas: «A extinção, por exemplo, das ordens monásticas, ao mesmo tempo que desprezava direitos legítimos, os que os monges tinham às suas dotações, e condenava à miséria muitos indivíduos inocentes e respeitáveis, atirava para o mercado ou desbaratava sem tino e sem previsão um enorme cúmulo de propriedade territorial, que, alienada por um sistema sensato e previdente, teria sido dez vezes mais útil à prosperidade geral do que realmente foi.» *Estudos sobre Algumas Questões Sociais, principalmente Relativas à Agricultura. (A Pátria,* nº 47, 1856.)

«Movia à piedade a situação do clero regular; causava graves apreensões a desorganização do secular!» *(Ibidem.)*

Em um artigo publicado n'*O País* em 7 de Outubro de 1851, propôs Herculano, que era um serviço patriótico o coligirem-se os diversos documentos históricos

---

[124] *O Clero Português*, p. 3.
[125] *O País,* nº 84 (1851).

dispersos nas câmaras municipais, nos cartórios das sés, colegiadas e corporações extintas, fazendo arquivar na Torre do Tombo aqueles que interessassem à história pátria. Esta sugestão foi atendida, e o próprio Herculano, cuja *História de Portugal* estava interrompida no seu terceiro volume desde 1849, foi encarregado pelo Governo de visitar todos os arquivos do país, com plenos poderes para coligir e reclamar tudo o que entendesse a bem dos monumentos históricos. Durou a expedição científica de Herculano dois anos; na *Carta aos Eleitores de Sintra* alude a esta época, que poderia ter sido saudável e fecunda para a sua inteligência:

«Durante meses no decurso de dois anos, tive de vagar pelos distritos centrais e setentrionais do reino.» Nesta viagem tão instrutiva para um historiador, pelo conhecimento directo dos vários tipos da etnologia nacional, pela confrontação dos usos, pela persistência dos costumes, pela interrogação das tradições poéticas dos romances, dos contos, dos anexins, dos símbolos jurídicos, das superstições vulgares, das diferenciações dialectais, de tudo quanto é preciso para apresentar um povo vivo na história, Herculano nada viu senão os cronicões, e o quadro lugubremente pesado das misérias públicas,[126] de que apenas transcreveremos essas linhas que se ligam à sua paixão histórica: «Vi definhados e moribundos os restos das instituições municipais, que o absolutismo nos deixara.» Dessa viagem de dois anos e do trabalho histórico, tirou Herculano a lição, que poderia ser útil se ele a não viciasse com a sua preocupação monárquico-religiosa – que a restauração da vida municipal é «a expressão da vida pública do pais e garantia da descentralização administrativa, como a descentralização administrativa é a garantia da liberdade real».[127] Foi por esta opinião histórica, que o espírito moderno em Portugal na sua fase metafísica se enganou conferindo a Herculano esse imenso poder espiritual, da mesma forma que os cristãos sentimentais o reconheceram também como um vidente.

Na volta da sua viagem das províncias, ao fim de dois anos, é que Herculano publicou o seu quarto volume da *História de Portugal.* (1853.) Quando estava mais habilitado com documentos, e quando o público se interessava já pelo conhecimento do passado nacional, Herculano resolve truncar o seu trabalho.

Já vimos as condições em que Herculano se separou da política em fins de 1851; a publicação do quarto volume da *História de Portugal* era uma conciliação com as letras: «Ilusões de um momento o afastaram das ocupações literárias a que se dedicara com íntimo afecto; mas ásperos desenganos o reconduziram ao tranquilo retiro donde não devera talvez ter saído.»[128] À parte os efeitos de estilo, de que sempre abusa, Herculano descreve a tempestade contra o primeiro volume da *História* como uma coisa passada, considerando como um erro o ter perdido tempo em refutação de libelos sem ciência; portanto não foi a polémica passada que o fez depor a pena de historiador. Um novo motivo veio azedar o seu descontentamento. Da primeira polémica, escreve ele: «O autor do livro foi acusado de tudo: de ímpio, de inimigo da pátria, de vendido aos estrangeiros, de ignorante, de orgulhoso, e até de falsário. O livro, esse, propriamente não foi acusado de nada; porque para haver acusação contra o livro, cumpria provar (ou tentá-lo ao menos) que tais ou tais entre milhares de monumentos em que ele se estribava ou não existiam, ou eram falsos, ou mal interpretados;...» E mais adiante: «Como homem que é, o autor teve a fraqueza de repelir essas agressões, e de retardar assim a continuação do seu trabalho.» (1846-1849.) «Assim ele cometeu um duplicado erro (cumpre confessá-lo aqui) malbaratando o seu tempo, e dando vulto a coisas, que,

---

[126] Carta acerca das freiras de Lorvão, de 1853.
[127] Carta, de 22 de Maio de 1858. *(Jornal do Comércio,* nº 1399.)
[128] *História de Portugal*, t. IV, p. V.

consideradas à luz histórica e literária eram insignificantíssimas.»[129] Os textos árabes apresentados pelo professor de árabe do Liceu de Lisboa, António Caetano Pereira, discípulo de Frei João de Sousa, por onde queria demonstrar que a escaramuça de Ourique fora uma grande batalha campal, acharam-se sem autenticidade diante da crítica competentíssima do arabista espanhol D. Pascoal de Gayangos. O opúsculo de António Caetano Pereira fora levado para Madrid por D. Sinibaldo de Mas, que o ofertou a Gayangos, e este em 2 de Janeiro de 1852 escreveu uma longa carta a Herculano provando a ignorância que Pereira tinha do árabe, e como atropelou os textos para servir o seu intuito. Foi um triunfo completo, de que Herculano tirou todas as consequências; António Caetano Pereira perdeu a cadeira de árabe, sendo dada a Augusto Soromenho, que estivera seis meses em Madrid junto de Gayangos como subsidiado do Governo.

Herculano achava-se em 1853 em toda a sua glória; esperava-se que prosseguiria na publicação da *História.* De repente surge um novo embaraço, um pretexto para interromper a obra; como o seu livro era estimado e se julgava indispensável para a elevação do pais, pôs-se em *greve* no trabalho histórico. Procura-se o motivo, mas ele próprio declarou terminantemente que sendo-lhe indispensável prosseguir na investigação de documentos para a sua *História* no Arquivo da Torre do Tombo, não podia ali entrar com honra enquanto se achasse como guarda-mor o conselheiro Macedo! Que fazer? Deste homem, contra quem atirava um repto mortal, escrevera Herculano no primeiro volume da *História:* «Muito devi ao conselheiro Macedo, secretário perpétuo da Academia, facultando-me sem restrição o uso da sua livraria, tão rica e escolhida em tudo, principalmente em trabalhos históricos modernos...»[130] O conselheiro Joaquim José da Costa Macedo, era um dos 2 fundadores da história da Cosmografia e Geografia da Idade Média, citado com altos elogios por Avezac, pelo visconde de Santarém e por major, que lhe chama *eminente sábio português*;[131] já se vê que a confissão de Herculano não era de favor. O rompimento de Herculano puramente pessoal, não deveria ser atendido, se contra Macedo se não apresentassem factos análogos aos que a paixão bibliográfica fez praticar ao sábio italiano Libri. O conselheiro Macedo foi pois demitido de guarda-mor da Torre do Tombo, e neste intuito a Academia das Ciências secundou os esforços de Herculano, para que a *História de Portugal* pudesse ser continuada; os materiais para o quinto volume chegaram a ser coligidos (fragmentos da Parte do I do Livro IX),[132] mas desde 1853 em diante tudo ficou suspenso; lamentando-se da dissolução social, das coisas e dos homens, Herculano confessava aos que o admiravam que o trabalho ficaria irrevogavelmente truncado! Tudo se moveu para o demover daquela tirana resolução; no prólogo da edição de 1863, Herculano confessa que até o rei D. Pedro V foi ao pé dele pedir-lhe para continuar a *História.* Em 1854 ainda imprimiu uma pequena dissertação sobre a *Origem Provável dos Livros de Linhagens,* que mais tarde serviu de prólogo à edição desses livros nos *Portugaliae Monumenta Historica,* publicados à custa da Academia das Ciências; nessa dissertação segue um errado caminho, crendo que os livros de linhagens se organizaram para libertar as relações da vida social dos ataques dos impedimentos canónicos que iam até ao sexto grau de parentesco, ao passo que pela luz do critério comparativo se vê que os livros de linhagens nasceram com a independência do poder real, quando o direito de conferir nobreza se tornou um dos

---

[129] *Ibidem,* t. IV, p. VII.
[130] *Op. cit.,* I, p. XII.
[131] *Vida do Infante D. Henrique, p.* 196. Tradução portuguesa.
[132] *História da Fazenda Pública nos Primeiros Tempos da Monarquia.*

direitos exclusivos da soberania no século XIII.[133] Por este estudo se deduz, que trabalhava já na época nova de transformação política do reinado de D. Dinis; mas a publicação nesse mesmo ano de 1854 do livro sobre a *Origem do Estabelecimento da Inquisição em Portugal,* revela também que um despeito profundo o fizera tomar esse assunto histórico como um ataque aos seus inimigos, e que o clericalismo na sua forma particular de jesuitismo é que se tornava a preocupação exclusiva de um espírito que se julgava perseguido.

Os despeitos de Herculano contra a política ou contra a literatura e história, observam-se claramente nas suas relações com a Academia das Ciências, e isto faz compreender esse estado de um temperamento bilioso que lhe dava ao carácter a forma do descontentamento. Vimos como em 1835 escrevera da Academia das Ciências, dizendo que ficara no trabalho do Dicionário a *azurrar*; em 21 de Fevereiro de 1844, a Academia elegeu-o seu sócio correspondente da classe de Ciências Morais e Belas-Letras; estava-se então no fervor admirativo do *Eurico.* Pertenceu durante sete anos à Academia, para a qual nada trabalhou, porque andava ocupado com a publicação dos três volumes da *História de Portugal* (1846-1849); em conflito pessoal com o secretário perpétuo da Academia requereu para ser omitido do catálogo dos sócios, sendo-lhe satisfeita a vontade em votação da assembleia geral de 19 de Fevereiro de 1851. Foi durante este ano que colaborou activamente na redacção de *O País,* voltando por desilusão política outra vez ao remanso literário. Em 13 de Fevereiro de 1852 foi novamente eleito sócio efectivo da quarta secção (História e Antiguidades) da segunda classe (Ciências Morais, Políticas e Belas-Letras) pela comissão encarregada por decreto de 7 de Janeiro de 1852 dos trabalhos preparatórios para se constituírem as secções das classes de que se compõe a Academia. Nomeado sócio da Academia de Turim em 1850 e da Academia de História de Madrid em 1851, era uma vergonha que estivesse de fora da Academia das Ciências de Lisboa, quando se trabalhava na sua reforma; a entrada de Herculano em 1852 foi uma *graça,* que pesou sobre a Academia. Em 31 de Janeiro e em 8 de Março de 1855 foi eleito vice-presidente da Academia, e declarado *sócio de mérito,* em assembleia de 14 de Junho do mesmo ano, com a quantia anual de duzentos mil-réis. Em rigor, Herculano não havia trabalhado na Academia até este tempo, e a sua elevação a sócio de mérito, embora merecida, era um favor pessoal para contê-lo; a reeleição para vice-presidente da Academia em 27 de Dezembro de 1855, é indício de que se demitira antes de tempo. Tendo já abandonado a continuação da *História de Portugal,* empreendeu à custa da Academia a publicação de um corpo de documentos históricos, compreendendo os documentos jurídicos, códigos e leis consuetudinárias, e os documentos literários, pequenos cronicões e monumentos de literatura; esta colecção era moldada sobre as formas seguidas por Pertz, nos *Monumenta Germanica* da Academia de Berlim, mas infelizmente Herculano preocupou-se mais com a publicação dos documentos que ilustravam a sua História do que com as necessidades dos que de futuro trabalhassem neste mesmo campo. A publicação começou em 1856, tendo Herculano o subsídio mensal de quarenta mil-réis, pelo trabalho dos pequenos prólogos que precedem os monumentos históricos; quando um dia, ao fim de alguns anos de interrupção dos monumentos, um académico perguntou pelo estado da publicação, Herculano escreveu despeitado à Academia e mandou demitir-se. Desde que Herculano resolveu suspender o trabalho da *História de Portugal,* fundou em 1856 a expensas e com um subsidio mensal da Academia das Ciências essa vasta compilação de documentos para a *História de Portugal,* em que visava principalmente fortalecer com provas a parte da obra que deixara escrita. Tal é a

[133] Esta opinião demonstrámo-la na *História do Direito Português,* 1868.

origem dos *Portugaliae Monumenta Historica*; uma grande parte desse trabalho despendeu-se improficuamente em reproduzir documentos já conhecidos como o Código Visigótico, os Livros de Linhagens, alguns pequenos cronicões, e as Ordenações de D. Duarte; a parte principal, os forais e os diplomas de contratos, e que representa um verdadeiro serviço. A parte não publicada é que deveria ter sido entregue aos que estudam, como são os obituários, para a orientação da cronologia da nossa história, as Inquirições de Afonso III, para o conhecimento do estado e vida social no século XIII, e o grande *Cancioneiro da Biblioteca do Vaticano* completado pelo *Cancioneiro da Ajuda,* para a vida intelectual da aristocracia das cortes de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, completando este corpo literário com as inapreciáveis traduções das grandes lendas da Idade Média, como a *Visão de Tundal*,[134] e a *História de Barlaão e Josafat*,[135] que se acham entre os manuscritos da Livraria de Alcobaça, parte na Biblioteca Nacional, parte na Torre do Tombo.. Herculano não empregou a sua extraordinária influência para se proceder à publicação desse pasmoso monumento do *Cancioneiro da Vaticana,* onde se encerra a vida moral e importantíssimas alusões históricas a essa revolução de palácio que fez substituir D. Sancho II por seu irmão D. Afonso III; foi preciso que um jovem filólogo, o Dr. Ernesto Monaci nos restituísse o grande livro das nossas origens literárias, base da descoberta do texto autêntico, que se julgava perdido. Esta segunda fase de descontentamento com a Academia, liga-se já ao estado melancólico do seu espírito na vida do campo. Vivia na catástrofe.

Em 1855 era Herculano presidente da Câmara Municipal de Belém; as ideias que havia exposto nos seus artigos políticos e no exame das antigas instituições municipais faziam crer que lhe seria simpático o exercício desta magistratura electiva. Prestou-se-lhe esta homenagem. Deu-se porém um pequeno conflito entre os trabalhadores da Câmara Municipal e a sentinela da porta do quartel de Artilharia nº1, acerca da colocação de um colunelo para a iluminação do concelho. Herculano oficiou imediatamente ao governador civil de Lisboa, para que ou dissolvesse a Câmara ou punisse o oficial que dera à sentinela a ordem de impedir os trabalhadores.[136] O que ele exigia era inexequível, porque a classe militar tem um foro especial, que não pode ser invadido pela autoridade administrativa; debalde lhe representaram que a dissolução da Câmara era uma inconveniência, sobretudo quando se propagavam no público os terríveis boatos da febre-amarela, em uma ocasião em que os inteligentes esforços eram precisos. O presidente com os demais vereadores insistiram pela dissolução da Câmara, o que foi levado a efeito por decreto de 31 de Outubro de 1855. Em um oficio para o Governo Civil, de 13 de Outubro, Herculano, além de outros comentários pejorativos, lança estas frases, que são uma variante da sua preocupação de catástrofes: «Quando nas altas regiões do poder se desmente por tal modo as regras mais triviais do bom governo; quando se tolera que os instrumentos da ordem pública se convertam impunemente em instrumentos de anarquia; quando assim estalam os laços da vida civil, ao homem honesto, mas inabilitado pela sua condição social para obstar a esses abusos extremos, só resta encerrar-se no santuário da vida privada e deplorar a ruína da república.»[137] Não era caso para tanto; à custa deste conflito, agravado por frases, se libertou Herculano dos encargos da presidência municipal;[138] voltou outra vez ao remanso literário da

---

[134] Catálogo da Livraria de Alcobaça, Cód. Nº 244: *História do Cavaleiro Tunguli.* Outra versão, Cód. nº266: *História do Cavaleiro Tubuli.*

[135] *Barlaão e Josafat,* no Cód. nº 266. (Na Torre do Tombo.)

[136] Ofício nº 644. Publicado no jornal *A Pátria.*

[137] *A Pátria*, nº 25, de 1855.

[138] A publicação dos documentos deste conflito passado um ano no jornal *A Pátria,* revelam um certo alarde que andava a par da sua modéstia.

Ajuda. D. Pedro V, também preocupado com veleidades literárias, conhecia os trabalhos de Herculano, e quis conhecê-lo de perto. Pintavam-lho como um homem intratável por um entranhado e desmedido orgulho, e pela linguagem brusca de um carácter indisciplinado; D. Pedro V foi procurá-lo ao seu gabinete de trabalho e travou com ele uma intimidade louvável, mas sem vantagem para o seu espírito. Começou por lhe pedir que tomasse a meter mãos ao trabalho da *História de Portugal,* que o país inteiro consagrara. Herculano descreve estas relações pessoais com o jovem monarca com um desvanecimento que pinta o homem teatralmente catoniano; diz ele, que tentou um último esforço para retomar os hábitos literários em 1855: «Se, porém, o tentei confesso ingenuamente que não foi para servir o país. Outros sentimentos me impeliram a isso. Foi a afeição de D. Pedro, no desejo de lhe comprazer que achei alentos para galgar de novo, a íngreme ladeira donde me tinham precipitado; foi animado por ele que prossegui em ajuntar materiais, não para levar a cabo os ambiciosos desígnios concebidos na idade das audácias, mas para concluir o quadro sincero da época mais obscura da nossa deturpada história; para deixar no mundo um livro em vez de um fragmento.»[139] Por aqui se vê que a *História* estava planeada somente dentro dos limites da Idade Média portuguesa, e que a parte da organização da fazenda pública é que era o remate final da obra. Mas a intimidade de D. Pedro V foi para Herculano uma paixão exclusiva que lhe absorveu o tempo: «Era uma destas afeições individuais, modestas e desinteressadas, que nascem como uma flor singela, nos pedregais da vida.»[140] E acrescenta ao lirismo em que se deixava cair: «Nem me pejo de confessar que ele começava a exercer já sobre o meu espírito aquela espécie de absolutismo moral, que, provavelmente, havia de exercer, se vivesse, no geral dos ânimos; singular espécie de absolutismo, que encerrava a esperança da regeneração dos costumes públicos, e conseguintemente, a única esperança da manutenção da nossa autonomia e da nossa liberdade; etc.» Ou estas palavras têm um sentido místico, ou Herculano fechava o circuito das suas ideias políticas voltando por sentimento às ideias que nos seus primeiros anos abraçara pelo prestigio da tradição. O pensamento fundamental da vida de Herculano «sonhos dourados da ambição literária, único dos vãos ídolos do mundo a que fiz sacrifícios»[141] estava concentrado no plano da *História de Portugal;* porém este trabalho não era para servir a sua nação nem a sua época, mas uma dívida pessoal à realeza! Se ele o não confessasse com uma absoluta franqueza não ousaríamos suspeitá-lo. Escreve Herculano na citada prefação: «Quando há dezassete anos publiquei a primeira edição deste volume, destinava o encetado trabalho ao estudo de um príncipe, então na puerícia... pagava assim uma dívida contraída com o pai. Fora a este que eu devera uma situação isenta de pesados encargos, a qual me tornava possível dedicar a maior e melhor parte do tempo ao duro e longo lavor que hoje exige a composição histórica.» Nós hoje entendemos que os seiscentos mil-réis de ordenado de bibliotecário da Ajuda foram para Herculano um desastre, porque lhe tirou o estimulo de escrever a História de Portugal para os Portugueses, isto é condenando a realeza ligada com o catolicismo, que atrofiou este povo extinguindo-lhe a sua vida autónoma e local pela reforma dos forais no tempo de D. Manuel, a sua vida intelectual entregando-nos aos Jesuítas e aos inquisidores no tempo de D. João III, finalmente a sua vida nacional, submetendo-nos aos Espanhóis no tempo do cardeal D. Henrique, ou aos exércitos de Napoleão pelos absurdos diplomáticos de D. João VI. A história *ad usum Delphini* não podia ser isto.

A aproximação de D. Pedro V de Herculano, foi também resultado de uma

---

[139] Prólogo da 3ª edição da *História de Portugal,* de 1863.
[140] Todos os extractos autobiográficos que seguem são de 1863.
[141] Prefação de 1863 na 3ª edição da *História de Portugal.*

reacção contra as intrigas palacianas que procuravam afastá-lo de um espírito intransigente no meio das tergiversões da policia constitucional; Herculano, para pintar a amizade que trazia para ele o monarca, relata essas intrigas na aludida prefação: «Na procela em que naufragou o meu pobre livro, o nome do soberano fora murmurado em voz baixa, associado aos satélites da reacção, caluniado, como o tinha de ser depois... Malquistar o soberano com o cidadão era grande, era nobre; mas era incompleto; completava-se malquistando o cidadão com o soberano. Infelizmente a tentativa falhou.» – «A alma do rei era dessas. Buscou-me e desceu, como diria o mundo, a justificar-se, porque nunca inquiriu se para chegar do trono às regiões do dever ou da justiça era preciso descer ou subir. Movia-o, além disso, o instinto próprio da sua idade e da sua índole. Queria sondar o abismo de orgulho, de ódios implacáveis, de impiedade, de paixões impetuosas de que lhe falavam com susto.» Depois acrescenta: «O rei achara que todas estas negruras de feroz plebeu, ainda rude, tinha para ele o atractivo do novo, do impensado.»

Os que estavam em volta de Herculano conheciam-no, ele é que se não conhecia a si; de facto o orgulho insondável transparece nas suas palavras. Senão veja-se como ele julga a sua rudeza teatral pelo efeito de atractivo que produzia no ânimo do monarca, e pelo efeito salutar: «Achava onde retemperar o ânimo lasso do incessante espectáculo da condescendência interessada, do aplauso grosseiro que vale o insulto...» Mas inconscientemente vai subindo neste diapasão, e chega a contrapor à *soberania* do rei a soberania da sua própria inteligência, como explicação da íntima familiaridade que lhe dispensava D. Pedro V: «Não tinha ciúme de uma soberania superior à sua, a da razão, nem o humilhava a dignidade humana, que equivale no súbdito à majestade do rei.»[142]

São extraordinariamente assombrosas estas palavras, mas são um relâmpago para dentro de um carácter; elas nos explicarão tantos factos de modéstia teatral revelados na imprensa pelo próprio Herculano, que assim aumentava a esfera do seu poder espiritual sobre a sociedade portuguesa.

Os motivos do silêncio sistemático de Herculano, resumem-se na frase brusca mas verdadeira de Diderot – um escritor só se cala quando não tem ideias; para nós esse despeito literário de Herculano era um estado psicológico, que se repetia periodicamente, como vimos na sua situação lírica e na sua fase política. Só poderia ter disciplinado o seu espírito pela educação científica e filosófica, mas à primeira opunha-se o seu exclusivo humanismo, e à segunda o fervor das crenças cristãs, que fechava as suas sínteses em efusões poéticas. Herculano imaginou-se tracasseado pelo jesuitismo acobertado em todas as repartições do Estado; mas isto, embora ele o diga, é inacreditável, porque dispunha da amizade intima do monarca, e porque tudo quanto desejou foi sempre cumprido à risca. A crítica exercia no espírito de Herculano uma acção perturbadora; o facto de aparecerem dois disparates escritos pelo padre Recreio contra a *História de Portugal,* levou Herculano à alucinação na carta ao patriarca de Lisboa, *Eu e o Clero,* e nas réplicas tremebundas da *Solemnia Verba.* A polémica sobre a *História de Portugal,* por ter excluído a lenda milagreira de Ourique provoca a exclamação sincera: *«Oh tam magna nihil!»* A *História* ficou interrompida porque nascera limitada às instituições sociais da Idade Média, como o próprio autor o dá a entender no prólogo de 1863; o desgosto da censura clerical foi um pretexto que se tornou *pose* de efeito, sistema tão peculiar em Herculano, mesmo nos seus actos *publicados* de abnegação. Um espírito inteligente que procura actuar sobre a evolução do seu tempo nunca sucumbe diante da crítica, seja ela enervante pela bajulação fetichista, ou demolidora pela má-fé e pela perversão calculada. Acima de tudo, o

[142] Prefação, p. XIII. Ed. 1863.

escritor serve as ideias; se o louvam e assim lhe aumentam o seu poder espiritual sobre o seu tempo, esse poder é para ser empregado a favor da maior eficácia das ideias propagadas; se o deprimem, quanto mais flagrante for a injustiça, mas se estabelecerá a necessidade de verificar a acusação, nascerá o conflito das opiniões, e assim se consegue por um meio indirecto uma certa actividade mental em que se produz a maior soma de ideias. Para o escritor que visa ao fim social, o seu trabalho está sempre fora do alcance da violação moral; porque enfim, não é um homem, que, com duas palavras de despeito pode dirigir a opinião de uma colectividade, nem impor à admiração qualquer nulo. A opinião forma-se lentamente, e dissolve-se também de um modo lento. Todos os que pensam e escrevem deviam ter sobre estes acidentes da vida literária uma completa disciplina de espírito; nem um desprezo obcecado de despeito pessoal, nem um impressionismo doentio e esterilizador.

Herculano abandonara a política em 1851, e a participação aos cargos públicos em 1855; mas a preocupação religiosa absorvia-a; ele via lavrar em Portugal o jesuitismo, introduzir-se nos conselhos da coroa, e apoderar-se outra vez dos destinos da nacionalidade.

Herculano atribuía a suspensão da sua *História* a maquinações clericais: «Excedendo pouco a idade de trinta anos quando delineei os primeiros traços de uma empresa ousada, dotado de organização robusta, medindo os horizontes da existência não tanto pelo compasso dos anos, como pela intensidade dos esforços de que me sentia capaz, se duvidei de que chegasse a completar o edifício cujos alicerces lançava, tinha firme fé em que subiria a uma altura, na qual fosse comparativamente fácil a outrem pôr-lhe o remate. Tal foi a origem deste livro. A sua sorte, porém, devia de ser diversa da que eu previra.»

Em seguida refere-se às animadversões que a obra suscitara, e revela que o seu objectivo na réplica foi o partido clerical: «Ao livro sem intenção política fiz seguir um que a tinha. Vendo no partido que engrossava a ocultas, e que, antigo, se recompusera com elementos novos, um perigo para a sociedade, trouxe à luz um a das mais negras páginas da sua genealogia e que, se não é o seu eterno remorso, há-de ser a sua eterna condenação perante Deus e os Homens. Os três volumes da *História do Estabelecimento da Inquisição* provaram sem réplica possível, uma verdade importante para a solução da luta que agita a Europa...

«Em toda a parte e com todos encontrei a reacção influente que me reduzia ao silêncio e à inacção. Inibido de prosseguir, sem o sacrifício completo da dignidade e sem risco certo da honra, na colecção dos materiais para a vasta edificação que empreendera, tive afinal de ceder e de fechar a bem curta distância os limites da imprudente empresa.

«Não o fiz sem luta: disputei palmo a palmo a minha vida intelectual. Nessa luta achei simpatias e alianças por todo o país, sobretudo entre a mocidade das províncias mais inteligentes e enérgicas, as províncias do Norte. Dalém do Atlântico mais de uma voz amiga procurou consolar o maldito da reacção e dos poderes públicos, que a serviam. Algumas dessas vozes saíam do seio do sacerdócio; uma descia do trono. Um príncipe estranho que preza mais e conhece melhor os dias de grandeza, e de glória deste pais do que a maior parte dos filhos dele, apressou-se a oferecer ao perseguido um asilo junto de si. Se não aceitei a oferta, a que a fraternidade literária e a pobre maneira porque era feita tiravam todos os vislumbres de humilhação, foi porque ainda esperava que não pudessem privar-me dos últimos sete palmos de terra pátria a que todos temos direito.

«Do mesmo modo que por meios indirectos me fora tirada a possibilidade de continuar a *História de Portugal,* foi-me enfim indirectamente restituída.

«Era tarde.» Neste despeito é que se demitiu de vice-presidente da Academia das Ciências.[143] «Quis prosseguir e não pude, ou para melhor dizer, desejei e já não sabia querer.»

Esta ideia o fazia pôr em relevo as intrigas diplomáticas para o *Estabelecimento da Inquisição em Portugal*; este livro interrompido desde 1855 foi lançado como um repto ao partido clerical, mas ficou sem eco, não se leu; daí talvez a demora de quatro anos para o último volume. A história da *Origem da Inquisição em Portugal* é uma discussão de atribuições canónicas dos bispos, e das negociações diplomáticas com a cúria, extraídas de documentos de refalsado espírito. Quanto a um ponto de vista superior sobre esta tremenda instituição, nada! A parte dramática, os processos do Santo Oficio, com as grandes catástrofes dos autos-de-fé, a revelação dos costumes e vida doméstica, e estado da sociedade portuguesa através desses documentos, nada disso tocou Herculano; foi à parte morta e estéril da diplomacia, e deixou o largo campo do funcionamento da instituição que atrofiou esta desgraçada nacionalidade.

A *História das Origens e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* foi começada antes de 1852; a obra era um repto contra o partido clerical e contra a reacção pessoal que falsificava o constitucionalismo. O prólogo deste livro tem a desconexão e o estilo de um exaltado artigo de fundo jornalístico, mas é precioso para a revelação do estado de espírito de Herculano sobre os acontecimentos da Europa depois de 1848. A agitação socialista e apreensões da burguesia que aceitou as tropelias monárquicas pelo terror das novas aspirações «abriu caminho e subministrou pretextos por toda a Europa a uma reacção deplorável». Herculano diz que a sombra destes movimentos começa a *reacção moral,* ou propriamente o ultramontanismo; o seu livro era destinado a salvaguardar-nos do perigo futuro, mostrando-nos o século XVI, em que se deu a aliança da monarquia e do clericalismo, como o da maior degradação moral, e das maiores monstruosidades à custa do indiferentismo geral. Desse passado Herculano vê ainda um resto nos *exércitos permanentes* «nascidos com o absolutismo e só para ele, e com ele deviam ter passado para o mundo da tradição». Contra este erro político opõe Herculano uma ideia justíssima «aniquilamento dessa força bruta, encarregada nominalmente de cumprir um dever, que é, que não pode deixar de ser comum a todos os cidadãos – a defesa da terra natal».

A *História da Inquisição em Portugal* era da parte de Herculano um aviso contra a reacção do clericalismo. Porém, como fez essa *História?* «Podíamos escrever a *História da Inquisição,* desse drama de flagícios que se protrai por mais de dois séculos. Os arquivos do terrível tribunal aí existem quase intactos. Perto de quarenta mil processos restam ainda para darem testemunho de cenas medonhas, de atrocidades sem exemplo, de longas agonias. Não quisemos. Era mais monótono e menos instrutivo. Os vinte anos de luta entre D. João III e os seus súbditos de raça hebreia, ele para estabelecer definitivamente a Inquisição, eles para lhe obstarem, oferecem matéria mais ampla a graves cogitações. Conhecermos a corte de um rei absoluto na época em que a monarquia pura estava em todo o seu vigor e brilho; conhecermos a corte de Roma na conjuntura em que, confessando os seus anteriores desvios, ela dizia ter entrado na senda da própria reformação, e podermos comparar isso tudo com os tempos modernos de liberdade.» (Pág. XIII.) Eis aqui está o livro; uma discussão pesadamente canónica contra a usurpação da jurisdição dos bispos a quem competia exclusivamente o julgamento das causas de heresia, e em seguida uma exposição intrincadamente diplomática das negociações de D. João III com a cúria para introduzir no seu reino o novo Tribunal do Santo Oficio. A simples leitura de um processo inquisitorial, desses

[143] Carta ao ministro do Reino pela 2ª classe da Academia, 1856.

quarenta mil arquivados, encerra mais lição do que todos esses três volumes, que dificilmente se podem ler, da obra de Herculano. Ao fim de tanto trabalho Herculano interrompeu-se e só depois de quatro anos é que terminou a obra, cônscio da sua ineficácia.

O livro não produziu impressão, porque logo em 1857 se deu a usurpação do Padroado Português no Oriente pela cúria romana. Herculano saiu a terreiro com o seu opúsculo *A Reacção Ultramarina,* em prosa desalentada, mas com a predilecção do assunto em que revelava a sua erudição dos cânones; o efeito do protesto foi também nulo nas regiões do poder, porque logo em 1858 teve de protestar em um *Manifesto ao Partido Liberal* contra a introdução das irmãs da caridade francesas.

Estes protestos, em estilo semibíblico, em desalento sobre o futuro da nação, influíam sobre a sua lenda pessoal; Herculano estava já em estado de mito; procurava-se nas suas palavras um sentido mistagógico. Foi assim que os eleitores do círculo 26, de Sintra, se lembraram votar em Herculano nas eleições de 1858. Herculano escreveu então uma carta, de 22 de Maio, por meio do *Jornal do Comércio*,[144] em que declara ter recusado essa honra do mandato que lhe quis conferir um circulo da Beira, e que não aceita agora o mandato dos 2 eleitores de Sintra, porque não pertence a essa terra, e a sua opinião é que só existem *deputados locais* (de campanário) capazes de satisfazerem as necessidades dos círculos junto do Parlamento. A ideia é absurda, porque todo o talento que nascesse em um sitio insignificante só podia ser deputado local adaptando-se pela longa permanência a essa localidade. Quanto distava Herculano da ideia tão clara e tão justa do mandado imperativo! Era isto que ele queria sem o saber dizer.

Fez um grande efeito sobre o pais esta abstenção de Herculano, resignando o mandato de deputado por. Sintra; fez ainda mais eco a rejeição de uma medalha da Torre e Espada, que lhes quis conferir D. Pedro V.. Era uma abnegação catoniana, que ninguém saberia,. se ele próprio não fizesse alarde da sua modesta superioridade acima das honras; na carta aos eleitores de Sintra, dá-lhes a saber que rejeitou o diploma de deputado por um círculo da Beira, e pelo *Jornal do Comércio* dá a saber ao pais que recusou o diploma de deputado por Sintra. O mesmo processo segue na rejeição da grã-cruz de S. Tiago, onde diz também em carta ao *Jornal do Comércio* (nº 2752): «El-rei o Sr. D. Pedro V, que Deus tem consigo, *procurou-me um dia para me pedir,* dizia ele, um favor. Era o de aceitar a comenda da Torre e Espada. Recusei, e com a sinceridade que ele encontrou em mim, expus-lhe amplamente os motivos da minha recusa. Aquele grande espírito, complexo de extrema doçura, de alta compreensão e de profundo sentir, debateu sem se irritar, as ponderações, talvez demasiado rudes, que lhe fiz. Concluiu por me dizer, que cada um de nós podia proceder naquele assunto em harmonia com as próprias convicções. Que ele cumpria o que reputava um dever de rei, e que fizesse eu o que a consciência me ditasse.» Esta revelação autobiográfica é um relâmpago de luz para a modéstia e abnegação teatral.

Por carta régia de 17 de Maio de 1861, foi nomeado Herculano par do Reino; não era honra que se não tivesse dado a merceeiros retirados do comércio, e recusou também. Na carta aludida diz: «Deixo de parte a história da recusa do pariato.» Por fim, logo que D. Luís subiu ao trono quis honrar o amigo intimo de seu irmão com a grã-cruz de S. Tiago, instituída para o mérito científico, literário e artístico, em 1862; Herculano escreveu ao *Jornal do Comércio:* «Veio depois a grã-cruz de S. Tiago. Fiz o mesmo que fizera a respeito da comenda. Nem mais nem menos. Tinha motivos para crer que a iniciativa da mercê vinha de el-rei. Procedi nessa hipótese do mesmo modo que procedi com el-rei D. Pedro.»[145] Esta necessidade de explicações diante do público,

---

[144] Nº 1399, de 23 Maio de 1858.

[145] *Jornal do Comércio* nº 2752, de 7 de Dezembro de 1862.

que pasmou com a heróica abnegação, fazem-nos tomar a sério estas palavras irónicas do próprio Herculano a propósito do seu desprezo pelas honras cívicas: «No imenso consumo que se esta fazendo, que se tem feito há trinta anos, de fitas, de insígnias, de fardas bordadas, de títulos, de graduações, de tratamentos, de rótulos nobiliários, o homem do povo, que queira e possa morrer sem esta classificação, *deve adquirir em menos de meio século extrema celebridade*.»[146] Herculano contava cinquenta e dois anos, e nunca ninguém em Portugal chegara como ele a esse grão de celebridade que se torna uma glória nacional, e o reconhecimento do máximo poder espiritual conferido espontaneamente a um indivíduo. A morte de D. Pedro V acabou de agravar o estado psicológico de Herculano, que rompeu com a relação da capital refugiando-se em Vale de Lobos.

D. Pedro V era o amigo íntimo de Herculano; admiravam-se mutuamente, mas as admirações foram estéreis. Com a morte do jovem monarca, Herculano achou-se solitário, e isso influiu para deixar o emprego do paço. Em uma carta a Monsenhor Pinto de Campos, escreve-lhe logo depois da perda do seu amigo: «V. Sª espanta-se de que eu nada escrevesse a respeito da morte de D. Pedro V. Não crê V. Sª na profundidade da aflição do pai que pode escrever sobre o túmulo do filho? Se eu tivesse um filho e me morresse, não me. custava mais a morte dele do que me custou a daquele. pobre rapaz. Era comigo, aqui, neste mesmo humilde aposento onde escrevo a V. Sª que aquele mártir, que esta terra nem compreendia nem merecia, vinha muitas; vezes buscar lenitivo, e onde muitas vezes o não encontrava, porque nem sempre podia esconder-lhe que o meu desalento acerca do futuro era mais profundo do que o dele. Era uma amizade desinteressada como nunca teve rei nenhum, como nunca ninguém achou em rei. Se este século pode produzir santos, ele era-o. A minha afeição por D. Pedro começava a degenerar em paixão, e eu a perceber como se pode ser fanático. Desconfio de que se continuasse a viver chegaria a fazer de mim o que quisesse. Felizmente aquela alma pura, aquela grande inteligência não podia querer senão o justo e honesto; infelizmente Deus não quis que esta ultima luz da esperança alumiasse os horizontes de uma nação condenada a morrer. Era uma espécie de profanação dizer em um livro o que eu sinto a respeito dele. Não se alinham frases a semelhante propósito. D. Pedro é para mim uma daquelas recordações que se levam até ao túmulo, e que aí se escondem como o perfeito avaro leva o seu ouro e o enterra num lugar solitário. Fez-me comendador da Torre e Espada, coisa que só dá a poucos, não lho aceitei. Deu-me um retrato seu e o *Ancien Régime* de Tocqueville, anotado por ele; aceitei-os e guardo-os. São coisas pequenas que me cabem na cova; hão-de ir comigo.» Estas palavras denotam uma boa alma, mas revelam a incapacidade para espírito dirigente; nunca se achou em uma tão perfeita harmonia o *poder espiritual* com o *poder temporal,* como quando o jovem rei D. Pedro ia fumar o seu cigarro junto de Herculano na vivenda da Ajuda. Pedro v admirava Herculano, e se este tivesse ideias e conhecimento dos grandes progressos do seu tempo, o jovem monarca poria em obra todas as sugestões do mestre; mas Herculano estava despeitado com o seu tempo, com o seu pais e com a sociedade que o cercava, era um doente moral, e se Pedro v estava desalentado no seu governo (como se prova pelas notas comparativas ao livro *Grèce Contemporaine,* de Abont), o desalento de Herculano era ainda mais profundo, e não servia senão para enfraquecê-lo.

D. Pedro V era eminentemente simpático à nação pela sua moralidade e aspiração de justiça; a coragem e abnegação que revelou por ocasião da febre-amarela de Lisboa fanatizou o povo. Esperava-se do jovem monarca uma acção profunda sobre a transformação deste pais; os jornalistas ibéricos sonhavam nele a personificação da

---

[146] *Jornal do Comércio* nº 2752, de 7 de Dezembro de 1862.

unificação dinástica da península; afixaram até cartazes proclamando: *«Viva D. Pedro V, rei absoluto.»* Vimo-los em Coimbra, ainda esfrangalhados pelas esquinas em 1861. A geração nova, a esperança futura, estava nesse estado de espírito; não nos admira a sua consequente esterilidade. Nas suas boas intenções D. Pedro V cercava-se das primeiras inteligências do pais; por algumas cartas de Herculano, sabe-se que o jovem monarca ia bastantes vezes conversar e fumar para o quarto de estudo do seu régio bibliotecário e historiógrafo. Como aproveitou Herculano esta situação excepcional para dirigir a consciência de um rei, facto extraordinário, que aspirava a exercer o poder de um modo justo e fecundo? Herculano desalentou-o com um pessimismo católico e estreito, e nunca se prestou a servi-lo na propagação dos estudos científicos. O seu estado de espírito resume-se nesta frase estilosa, que era a síntese filosófica a que chegara: «O calor parece ir-se retirando deste músculo chamado o coração humano, à *medida que o cristianismo se vai alongando das consciências.*»[147] Sem sair desta orientação religiosa dada por Herculano, D. Pedro V o mais que podia ser era metafísico; e com a educação exterior que se costuma entre nós dar a um príncipe simplesmente para figurar em recepções oficiais, o ser metafísico era o cúmulo da superioridade.

Em um despacho secreto do embaixador espanhol Pastor Diaz, de 10 de Dezembro de 1859, acha-se o retrato de D. Pedro V como metafísico; o embaixador espanhol, para captar-lhe as boas graças falava-lhe «de filosofia transcendental *que no es possible eludir cuando se tiene el honor de entrar en colo quios con este soberano».* Descreve com traços picarescos uma conversa entre o empresário Salamanca e D. Pedro V, na qual o rei *«habia dicho con el mayor aplomo, que los caminos de hierro paralizaban las primeras industrias, que se daba demasiada importancia a la civilización que podian aumentar, y que Portugal y España no tenian industria, ni comercio, ni necessidades para sostener los ferrocarriles».* Em seguida Pastor Diaz resume as ideias fundamentais da metafísica do jovem monarca *«que el mediodia de la Europa eran pueb los caidos y gastados queya no servian para nada, que no tenian actividad, ni iniciativa, ni entusiasmos, y que la raza latina habia dado de si todo lo que podia...»* Pastor Diaz explica em parte estas afirmações porque *«era hijo de un allemán»*[148] mas não sabia explicá-las como a obra de exploração católico-monárquica sobre os povos meridionais. D. Pedro V via os resultados de uma certa decadência, mas era-lhe impossível reconhecer as causas históricas. Isto anulava toda a sua boa vontade; para a renovação política obstavam os seus respeitos religiosos, para a renovação intelectual, prejudicava-o a indisciplina metafísica, que viciava os seus pobres aforismos económicos. Por fim as formas constitucionais envolviam-no, e as conveniências de camarilha ataram-no; não tinha a idade e experiência bastante para poder harmonizar-se com a Carta, nem a crítica para saber julgar os que o cercavam. Da sua dotação tirava todos os anos trinta contos de réis para as urgências do estado; era uma medida de expediente. Foi por esta forma que mandou fundar o Curso Superior de Letras como uma faculdade humanista, composta de três cadeiras para aproveitar as aptidões dos homens que ele intelectualmente mais considerava; as cadeiras eram: 1ª *História Geral e Pátria,* destinada para Herculano; 2ª *Literaturas Grega e Latina,* para o seu antigo preceptor de gramática latina e portuguesa Viale; 3ª *Literaturas Modernas da Europa, e especialmente a Portuguesa,* reservava-se para o grande purista e retórico Castilho. Era o melhor que o jovem rei podia conceber. De facto Herculano não tendo feito discípulos com os seus livros, poderia levantar uma geração literária com o ensino oral; recusou-se formalmente a esse trabalho, apesar da insistência sublime de D. Pedro V! Castilho não

[147] Carta de 17 de Dezembro de 1876.
[148] Ap. *Mi Misión en Portugal,* p. 204.

quis ser menos do que Herculano, e recusou também a nomeação de professor de literatura, dizendo que empregava melhor a sua capacidade fazendo traduções parafrásticas. Assim ficou atrofiado na origem um pensamento generoso, e a fundação tornou-se um arsenal de retórica espectaculosa, sem acção sobre a nossa transformação intelectual.[149]

Herculano pertencia como sócio correspondente ao Instituto de França, e merecia essa honra; mas estava iludido acerca do motivo da sua nomeação. Essa honra foi solicitada pelo Sr. Dantas, quando pertencia à Embaixada portuguesa de Paris, e ele próprio escreveu a pequena biografia do escritor, que se distribui litografada pelos sócios do Instituto para fundamento da proposta e da votação. Pelas suas relações com Prosper Merimé e com outros escritores franceses, o Sr. Dantas conseguiu essa distinção científica para o nosso pais; em geral os Franceses ignoram o movimento intelectual dos outros povos, e o nome de Herculano era-lhes estranho, se o Sr. Dantas não provasse o seu alto valor. Na carta a Monsenhor Pinto de Campos, de 2 de Junho de 1862, Herculano escrevia ingenuamente: «No Instituto de França há homens que me estimaram, e que *sem eu solicitar me associaram àquela corporação ilustre,* e que hoje me são pouco afectos, porque não pensam como eu.» Para a Academia de Berlim admitir Herculano, empenhava-se el-rei D. Fernando, mas nada se conseguiu; em verdade Herculano era estranho a estas solicitações, mas conclui-se de tudo que sem a legenda dos amigos e dos fanáticos admiradores nunca o verdadeiro mérito consegue abrir por si o caminho na vida.

Na sua carta a Monsenhor Pinto de Campos, de 2 de Junho de 1862, fala *«das pontualidades cortesãs em que sou fraco oficial»;* de facto era-o, porque a sua morte proveio dessa imperícia. Sabendo da chegada do imperador do Brasil a Lisboa, depois da viagem de recreio pela Europa, veio imediatamente da sua quinta para cumprimentá-lo, quando ainda se achava meio convalescente de uma constipação; a etiqueta palaciana obrigou-o a descobrir-se, e assim começou a pneumonia dupla, quem em poucos dias o levou à sepultura. Herculano era sistematicamente abstémio; este falso preconceito higiénico levou-o gradualmente a uma profunda anemia que o fez sucumbir ao primeiro ataque inflamatório. Uns leves conhecimentos das leis gerais da Biologia, tê-lo-iam fortalecido com um regime saudável que lhe prolongaria a vida até um alto cume; mas não é impunemente que se condena a ciência de um século, chamando-lhe gongorismo de frases. Foi vítima da sua própria condenação.

Desde 1855, como se pode fazer ideia pela predilecção dos estudos de agricultura publicados por Herculano *n'A Pátria,* o seu espírito olhava para a vida dos campos como um idílio de tranquilidade moral. Como um Cincinato moderno, Herculano falava em deixar a pena, para ir agarrar-se à charrua. Ele laborava nesse Preconceito económico que a riqueza de Portugal lhe deve advir exclusivamente da produção agrícola, sem se lembrar que o desenvolvimento das pequenas indústrias locais, até hoje abandonadas à espontaneidade popular e à persistência tradicional, são o verdadeiro elemento da formação de valores capazes de se aumentarem pela troca com os produtos estrangeiros. Com a morte de D. Pedro V, e com o despeito contra a sociedade do seu tempo, Herculano resolveu abandonar o lugar de bibliotecário real, refugiando-se na sua quinta de Vale de Lobos, que adquirira com o pequeno capital; produzido pelos seus livros. O mesmo exemplo foi seguido pelo médico do paço o Dr. Bernardino António

---

[149] Este jovem monarca tinha a veleidade literária; quando morreu, correu a tradição que deixara trinta volumes de escritos inéditos. No seu fetichismo pelo monarca, Herculano exclamava com unção patriarcal: *Perdia as noites a escrever, enquanto os outros dormiam!* Com uma malícia natural, que era uma das formas do bom senso de Castilho, este parodiou o dito de Herculano: «Coitado! passava as noites sem dormir, para fazer dormir os outros.» De resto esses pretendidos inéditos nunca apareceram.

Gomes, que igualmente se despediu do serviço real e comprou a quinta de Ladeiras, também próximo de Santarém. Um homem de letras, outro, homem de ciência, nenhum conhecia as relações do saloio com a terra; para o saloio a terra há-de sustentá-lo sem trabalhar, e quando essa está já bem esterilizada, passa para. outra, abandonando-a ao proprietário, que se desgosta; vendendo-a a quem tenha ainda ilusões sobre o rendimento da agricultura. É por isso que o que adquire propriedades em volta de Lisboa, começa logo por despender em vez de colher, e como nunca pode ressarcir a. perdas, toma como resolução última o desfazer-se a tempo de bens que só trazem desgostos. A situação d Herculano como proprietário agrícola foi assim; precisou logo de dinheiro, para começar a reparação dos estragos do saloio. Isto influiu na sua actividade, propondo à Academia das Ciências a compra dos apontamentos para um dicionário português, que lhe deixar em testamento o finado tradutor de Walter Scott, Ra malho e Sousa. A venda fez-se, ficando Herculano receber o juro de dez contos, ou seiscentos mil-réis por ano. Mas a terra não lhe levava também só os meio produzidos pela literatura, produzia-lhe profundos desalentos, efeito da solidão, de modo que o vácuo intelectual revelava-se pelo tédio dos longos serões d Inverno.[150] Para sair deste estado doentio do espírito, e ao mesmo tempo para acudir às urgências da terra, é que empreendeu a compilação dos seus pequenos escritos ou opúsculos, dispersos em um trabalho de trinta anos pelos diversos jornais, *Reposit6rio,* O *Panorama, Revista Peninsular, Revista Universal Lisbonense, A Ilustração, A Semana, Anais das Ciências e das Letras,* O *País, A Pátria,* etc. O descontentamento que o fez romper com a política, com a literatura e história, também o atacou no isolamento do campo, onde as mil seduções da sua glória o iam provocar, como se viu na visita do imperador do Brasil a Vale de Lobos. A confissão deste tédio é uma curiosa página psicológica:

«Para o velho que vive na granja, na quinta, no casal, como que perdidos por entre as colinas e serras do nosso anfractuoso pais, há na existência uma condição que todos os anos lhe prostra o ânimo por alguns meses, doença moral, mancha negra na vida rústica, fácil de evitar nas cidades. É o tédio das longas noites de Inverno; das horas estéreis em que o peso do silêncio e da soledade cai com suplicada força sobre o espírito. Para o velho do ermo, nesses intervalos da vida exterior, a corrente impetuosa do tempo parece chegar de súbito a pego dormente e espraiar-se pela sua superfície. A leitura raramente o acaricia, porque os livros novos são raros. Nas intermináveis noites de Inverno, a inércia da inteligência, que vagueia no indefinito sem o norte da realidade, vai-se convertendo pouco a pouco em intolerável tormento; tormento no qual há por fim, o quer que seja da célula circular e esmeradamente branqueada onde o grande criminoso é entregue, sozinho, à euménide da própria consciência. Nesta extremidade, por mais sonolenta e obscurecida que esteja a mente, por mais que ela ame o repouso, o trabalho do espírito, ainda o mais árido, é preferível, cem vezes preferível, ao flutuar indeciso no vácuo. Foi por isso que comecei a ajuntar os *disjecta membra* de uma grande parte do meu passado intelectual; a acrescentar, a cortar, a corrigir, a completar. Vencido o primeiro Inverno, vi desaparecerem os marcos negros junto dos quais cumpria que longamente me assentasse ao cabo de cada um dos poucos estádios que ainda me restam a transitar pela estrada da vida. Que esta confissão ingénua sirva para ser absolvido da espécie de correria que, apesar dos mais firmes propósitos, faço, ainda uma vez, na república das letras.»[151]

Estas palavras encerram o desalento de uma última ilusão; na sua mocidade Herculano revela a paixão pelo trabalho da terra, pela cultura das flores *(vide* p. 23), e aborrecido da glória literária encontrou também o tédio da vida campestre. Em uma

---

[150] *Opúsculos,* t. I, p. VII.
[151] *Opúsculos*, t. I, p. VII e IX. (1873.)

epístola de Castilho, datada de 20 de Dezembro de 1830, há esta preciosa referência à predilecção agrícola de Herculano:

Larga o sacho ao frenético Alexandre,
Se Schiller e o Fantasma o deixam livre.

E em nota acrescenta: «O nosso amigo Alexandre Herculano, em principio de estudos ainda a esse tempo, mas em quem já se admirava o infatigável fervor do trabalho, assim mental como corporal, porque já então, como ainda hoje, as suas obras de desenfadamento eram despendidas em cavar e jardinar.» – «No estudo da língua alemã andava todo e na sociedade do Sr. Assentiz fazia às noites leitura da sua tradução do *Fantasma* de Schiller.»[152] O *tédio das longas noites de Inverno* veio-lhe destruir a última ilusão que o acariciara – o remanso da vida campestre; isto acabou de o definir. Era uma natureza descontente.

Uma coisa parecia caracterizar em Herculano a centelha do *génio,* e foi isso talvez o que exerceu uma acção fascinadora sobre o espírito dos seus admiradores: nunca se mostrou satisfeito. Diderot definiu profundamente o génio nessa frase – *une time qui se tourmente*; Herculano vivia em continuo descontentamento, e se este estado de espírito proviesse da apreensão do futuro, da febre da iniciação, seria proclamado apesar de todos os seus erros, um génio. Mas esse descontentamento era o testemunho da sua inferioridade; a falta de disciplina mental revela-se nele de um modo involuntário pelas contradições de toda a sua vida, que o punham em conflito com os seus maiores amigos, de quem se afastou irreconciliável, tais como Garrett, Castilho, marquês de Resende, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Oliveira Marreca e Seabra. Escrevendo sempre em todos os momentos graves da história contemporânea, que a geração ia perdida, que não acreditava no futuro da pátria, que não servia o seu país, voltava-se para o passado, avivava a tradição do monaquismo, é perturbava a emancipação da sociedade. civil com um deísmo cristão com que acobertava a falta de critério filosófico. Esse descontentamento, que se traduzia às vezes por uma modéstia ostensiva, rejeitando com aparato as honras sociais, era em geral um estado de despeito de um espírito que não sabia deduzir dos actos descoordenados das pessoas a marcha progressiva das coisas. Filho da última época do absolutismo, explicava a história pela vontade dos indivíduos, e o progresso social pelo que há de mais retardatário – o influxo religioso; a nação atrasada conferiu-lhe por isso o poder espiritual, de que ele se sentiu investido, mas de que não soube usar.

O silêncio de Herculano na literatura fora também um sistema de celebridade mística. Rossini, o grande compositor da escola italiana, calou-se para sempre, quando conheceu a profundidade de pensamento da escola alemã que começava a preponderar na música moderna; não se quis empenhar em uma luta do génio criador. Em Portugal ninguém se alevantara acima de Herculano, e o silêncio do escritor tornou-se uma das formas de desprezo pela sua sociedade; era um protesto como o do militar que quebra a espada no meio de uma campanha sem bravura. Mas aqui a eficácia da acção aumentava com o isolamento individual do iniciador; Herculano não o entendeu assim.

Desgraçado do escritor que não se apaixona pela sua obra, tirando dela própria o estímulo para o trabalho; um dos grandes espíritos do século XVIII, ao terminar a sua *História da Decadência do Império Romano,* declara: «Não dissimularei que tive uma primeira emoção de alegria nesse momento em que me achava desembaraçado, e que ia talvez firmar a minha reputação. O meu orgulho abateu-se logo; e uma humilde

---

[152] *Escavações Poéticas,* p. 16.

melancolia se apoderou de mim, ao lembrar-me que me separava do antigo e agradável companheiro da minha vida, e que, fosse qual fosse a duração que a minha obra alcançasse a vida do historiador de ora em diante seria breve e precária.» A mesma emoção se dá com Michelet, ao acabar a sua *História de França,* considerando-se ele próprio filho da sua obra. Mesmo, quando a injustiça ou os desastres nos assaltam, um pensamento dominante, a preocupação de um trabalho que se tornou uma manifestação da nossa vida, é o apoio moral mais seguro que se pode descobrir; ali o sentimento foge às emoções doentias, ali a razão se exerce, mantendo o equilíbrio contra as violências exteriores que a perturbam. Para Herculano o trabalho não foi nada disto, posto que declare que a glória literária foi a sua única ambição no mundo. Quem visar a dirigir o seu tempo, a ir de encontro aos erros, a fundar disciplina moral, não pode aspirar à glória literária; para obtê-la é necessário lisonjear a época que só merece cautério, e que paga a lisonja lançando-se na admiração fetichista. Herculano conseguiu a admiração fetichista, e isso cortou-lhe a actividade, deixou-o sem estímulos mentais.

Contra esta admiração pública opôs Herculano um silêncio sistemático, abandonando as letras; na carta em que em 1862 recusa a grã-cruz de S. Tiago fala do *«longo silêncio, que tenho guardado, e que espero continuar a guardar acerca das questões políticas e das questões literárias...»*

O seu silêncio era sibilino e a nação queria ouvi-lo; foram perturbá-lo com uma nova honra, nomeando-o para a Comissão Revisora do Projecto de Código Civil, do seu antigo amigo António Luís de Seabra; fora nomeado para a revisão da redacção literária dos artigos, mas cabe-lhe a glória de ter feito a redacção do título sobre águas. Em 1865 escreveu no *Jornal do Comércio* a carta dando parte ao público de que redigira no Código a emenda relativa ao casamento civil a propósito de umas inépcias do duque de Saldanha, de quem estava separado desde 1851; dessa polémica que se agitou na imprensa, resultaram os opúsculos intitulados *Estudos sobre o Casamento Civil,* publicados em 1866, e desde 22 de Dezembro desse ano inscritos no índex dos livros proibidos pela Congregação de Exame de Roma. Era a última honra que lhe faltava; essa mesmo o procurou para envolvê-lo no nimbo de um livre-pensador, que não era.

A questão do casamento civil em 1865 foi aproveitada por Herculano para lançar aos ventos uma epístola profética. Vejamos que relações existiam entre Herculano e esta conquista do civilismo. A legislação civil portuguesa estava na mais profunda imobilidade, consignada nas *Ordenações do Reino* dadas a este pais sob o domínio espanhol! É pasmoso, mas é um grande facto histórico. Como existiam códigos civis europeus, como o francês e o sardo, era fácil glosá-los, e apropriarmo-nos deles confeccionando uma coisa; assim se fez por um processo absurdo encarregando dessa alta missão um jurisconsulto, e submetendo depois a obra a uma comissão sem plano, sem capacidade filosófica e histórica. Daqui resultou um constante conflito entre o redactor do Código Civil e a Comissão Revisora, e um produto mórbido filho de emendas, alterações, supressões e toda a qualidade de acidentes que provoca o paria- s mentarismo. Herculano fora nomeado oficialmente como membro da Comissão Revisora; pensámos nós que fora para servir a pátria com as suas luzes históricas acerca das instituições do passado para se fazer evolutivamente a transição para o civilismo moderno, mas o historiador não deixa ilusões sobre os seus actos. Diz ele, na célebre carta ao *Jornal do Comércio,* de 1 de Dezembro de 1865: «Fui membro da Comissão Revisora do Projecto do Código Civil. *Se aceitei esse longo e laborioso encargo, não foi para servir o país. O país não precisa dos meus serviços.»* Isto é pasmoso, sobretudo quando se aproxima dessa outra declaração acerca da *História de Portugal,* escrita para uso do príncipe, em que diz que a pátria não lhe deve nada. Depois continua na carta: «Aceitei, porque mo pediu o próprio autor do projecto primitivo do Código...» O

jurisconsulto António Luís de Seabra pediu a assistência de Herculano para a questão de linguagem, uma das dificuldades da redacção imperativa dos artigos; Herculano complicou o trabalho com a paixão dos arcaísmos, e introduzindo provincianismos particulares na redacção de artigos de autoridade geral.[153] Afinal o Código Civil saiu estropiado da comissão; compilado dos códigos modernos, ser quase impossível que não reproduzisse alguma das grandes conquistas do espírito civil moderno; foi assim inconscientemente que se introduziu nele a ideia do casamento reduzido à sua base histórica e filosófica de um *contrato.* Herculano complicou o problema com uma proposta, que alterou capitalmente essa ideia moderna: o casamento conservaria um duplo carácter de *sacramento* para os católicos, e de *contrato civil* para os não católicos, e a lei devia reconhecer esta antinomia, acatar a usurpação da Igreja, tornando o contrato civil de natureza excepcional, para os não católicos. Daqui resultou a impossibilidade de pôr em prática essa disposição nova do Código Civil, e o recurso de um sofisma adiando esse progresso pela dependência de um regulamento, que só apareceu ao fim de doze anos. Na referida carta ao *Jornal do Comércio,* Herculano cai na ingenuidade de declarar: «De uma proposta que fiz derivou a divisão do casamento em religioso e civil, embora no desenvolvimento legislativo que devia tornar essa divisão uma coisa prática, bem poucas disposições se contenham de iniciativa minha, e, até a alguns desse voto em contrário.» Ninguém viu a triste consequência deste erro de fazer coexistir no mesmo código dois princípios antinómicos, o contrato civil e o sacramento; levantou-se a polémica na imprensa; o marechal Saldanha, que se tornara o caudilho do clericalismo, saiu com um folheto a favor do sacramento. Herculano, que desde a falsificação do movimento da Regeneração de 1851 rompera com o militar empavesado, irritou-se contra essa teologia da caserna, e na aludida carta exclama: «Há dois ou três dias, voltando do campo, e de campo assaz remoto e solitário para não chegar até lá o ruído dos negócios do Estado, vim encontrar a opinião pública da capital singularmente agitada. Falava-se por toda a. parte na legislação relativa ao casamento contida no projecto de Código Civil... *A teologia encostava-se às ombreiras dos quartéis...»* Herculano não podia perder este ensejo para trovejar profeticamente: «Alheio e indiferente há muito a todos os debates políticos; desenganado até das letras, que foram a minha primeira e última ilusão, não esperando nem crendo no futuro da terra onde nasci, deveria conservar-me estranho a este Singular debate...» Mas não se conservou, porque era um momento espectaculoso; veio explicar a sua doutrina, dizendo que tentara *«pôr de acordo o sacerdócio e o império».* De que modo? Partindo de que o acto do casamento civil se achava já legitimado na *Ordenação,* Liv. IV, tit. 46, § 2.0, em que se dava à *mancebia* a sanção jurídica! Monstruoso. «Na *Ordenação* o que o absolutismo fizera fora elevar a *mancebia* à dignidade do matrimónio. A comissão aceitou, pois, o princípio perfilhado pela monarquia absoluta. Expurgando-o das asquerosidades de que vinha poluído, cercando-o, como contrato civil, das garantias, das fórmulas, das condições dos contratos, dava-lhe aquilo de que carecia, a gravidade e a autoridade moral...» Herculano para justificar esta triste compreensão da lei civil, escreveu três opúsculos, *Estudos sobre o Casamento Civil,* em que os cânones se debatem atrapalhadamente com a legislação consuetudinária, para mostrar que o casamento civil é a elevação da *mancebia* à altura de dignidade jurídica! Mais lhe valera ter ficado calado, do que vir assim perverter o critério público, insuflando nos espíritos a deplorável ideia de que o contrato civil do casamento, a única concepção universal e sublime pela continuidade histórica das civilizações, é, perante uma religião transitória, cheia de mitos atrasados e de superstições degradantes, uma legitimação inicial da

[153] Citaremos as palavras *gaivagem* e *alcorcas,* do art. 462º do Código Civil.

mancebia. Assim procedia o grande homem na conciliação do sacerdócio e do império; o mais pasmoso é a ilusão do espírito público que julgou ver em Herculano um iniciador da liberdade de consciência.

Herculano contraditou imediatamente as doutrinas sobre o casamento civil, casando em 1867 catolicamente, escolhendo para padrinho um pobre que encontrou à porta da Sé.[154] A maior força na propagação dos princípios consiste no exemplo; e o que fizera com relação à emancipação civil fê-lo também contra as doutrinas da negação da propriedade literária, que sustentara contra Garrett em 1851, vendendo à Academia das Ciências os apontamentos de um dicionário português que lhe legara o tradutor português de Walter Scott, André Joaquim Ramalho e Sousa. Outras contradições e antinomias de carácter poderíamos expor, mas as que ficam bastam para explicar tanto no homem como na sua obra, que provinham da falta de uma disciplina filosófica, que ele supriu no seu espírito por um vago sentimento religioso; e essa falta encobre-a por uma naturalidade simuladamente rude mas no fundo teatral, e pela ênfase de um estilo figurado, que visa a impressionar pela condenação do presente e pela recomposição poética das crenças que se dissolvem.

A missão da Filosofia acha-se assim descrita no prólogo de *O Monge de Cister,* de 1848, quando a nação imbecilizada sofrera a invasão estrangeira chamada pela sua monarquia: «Com a rapidez da cólera ou da peste, corre por todos os ângulos de Portugal e encasa-se em todos os povoados uma coisa hedionda e torpe, que, inimiga do passado e do futuro, se chama ilustração, que tendo por lógica o escárnio, e por silogismo o camartelo, se chama Filosofia. Deus a mandou ao mundo como mandou Átila ou a Inquisição, como um verbo de morte. Seu mister é apagar todos os santos afectos da alma e encarnar no coração, em lugar deles, um cancro para o qual nossos avós não tinham nome, e que estranhos designaram pela palavra egoísmo.» Estas palavras autenticam uma completa indisciplina mental, e um enfatuamento que tornava incapaz de subordiná-la. De facto durante muitos anos a Filosofia foi para o espírito público português uma coisa medonha, de que se falava a medo, e era sinónimo de *abjecção,* como República era sinónimo de anarquia. Assim se pervertiam as ideias fundamentais, e o resultado foi o ter a nação descido até ao último grão de inconsciência, como se vê pela prática dos sofismas do constitucionalismo. Os espíritos dirigentes iam com a onda.

A falta de uma filosofia que lhe dirigisse o critério, ressente-se em todos os pontos de vista históricos de Herculano; testemunha de uma profunda transformação social e literária, renovada em 1830 depois da queda da reacção sistemática da Santa Aliança, que pretendia abafar os princípios da Revolução Francesa, Herculano vê nesse grande facto a consequência de um individualismo criminoso, de um egoísmo selvagem, que só pode ser temperado pela abnegação do cristianismo: «O carácter estampado na frente do século actual é o individualismo, ou mais claro, o egoísmo. O furor dos diversos bandos civis, que pelejam por sustentar umas formas de governo ou por derrubar outras, não são por certo resultado de convicções profundas, como eram as Cruzadas, ou as reformas protestantes nos tempos de uma fé viva.»[155] Convém restabelecer a verdade.

O facto das Cruzadas foi uma doença de alucinação semelhante ao milenário, à feitiçaria e aos semeadores de peste; quando a Europa entrou na corrente do criticismo protestante, decaiu nas consciências o poder católico-feudal, cuja dissolução se completou na política pela grande Revolução de 1789. Todos os factos que se seguiram depois, vieram deste impulso, e Herculano não podendo estabelecer a sua íntima

---

[154] Isto não foi sem influência na falta de vigor em que ficou esta parte do Código Civil, que só em 1878 pôde ser regulamentada.

[155] O *Panorama,* t. II, p. 107.

continuidade não conseguiu compreendê-los; quando o regime da ciência se generalizava pela fundação da química, da biologia e das descobertas industriais como a aplicação do vapor, da telegrafia e de outras que multiplicaram as relações e a actividade do homem, o impulso da fé já não podia motivar as determinações humanas, mas sim as convicções demonstradas. Foi assim que esse individualismo, que preponderou durante o largo período da dissolução do regime católico-feudal, veio a ser também disciplinado, quando a sociologia, sistematizando os complexos factores sociais, estabeleceu o acordo entre as forças estáticas da sociedade ou o colectivismo, e as forças dinâmicas ou o individualismo, ou melhor, na coexistência da conservação e da revolução como condição do progresso. As instituições modernas surgiram desta dissolução, não compreendida pelo nosso historiador.

Herculano apoiando-se unicamente na estabilidade do passado, tinha medo da liberdade, e mostrava sentir a falta do absolutismo e da superstição, porque eram as garantias da ordem: «Em tempos de servidão, o poder absoluto dos reis e ministros era para o homem o que para a criança fora o pai, o aio ou o mestre – o temor ficava sendo ainda elemento de vida pública; então o clero continha o povo no aprisco da superstição; e a superstição também então se julgava elemento social. Quebradas as antigas formas de governo, não por nós mas pelo século, achamo-nos geração livre, com a educação e com todas as reminiscências do passado: corrompeu-se o povo não porque a sua índole fosse má, mas porque forçosamente se havia de corromper. Qual é o homem que nascido em ferros e em ferros levado até à educação viril, se não torne licencioso, restituído de salto à liberdade natural?»[156]

O que vemos com relação a política reflecte-se também nas concepções de Herculano acerca da literatura: a civilização sendo para ele fórmula profana do cristianismo, o romantismo só podia significar a arte cristã. Aqui o erro é desculpável, porque esta ideia prevaleceu algum tempo na Europa.

Em geral dá-se também ao romantismo o nome de *arte cristã*; os críticos especiais, desajudados das noções positivas da ciência das religiões, supuseram que a especulação moral e subjectiva que se exprime no romantismo pela complexidade de sentimentos, era um novo estado da consciência humana provocado pela elevação religiosa do cristianismo; daqui determinaram como característico da arte romântica o *vago,* o *indefinido,* como esforço para definir morfologicamente essas entidades metafísicas da imortalidade, na alma, e do infinito, em Deus. Sobre estas bases ocas fizeram-se teorias críticas, chamando ao romantismo o cristianismo na arte; esta fase acha-se bem representada pela escola *emanuélica* dos românticos franceses, e aqueles que generalizam mais estas abstracções, como os poetas da Alemanha, fizeram um ultra-emanuelismo, foram panteístas. Para restabelecer a verdade no problema, convém ter presente, que o cristianismo é um factor que se não pode eliminar, mas que ainda está compreendido. O que representa o cristianismo como religião moderna? Uma consequência reflexa do estado dos espíritos, e não uma acção directa; por isso cristianismo e romantismo são manifestações simultâneas desse estado. As religiões antigas, como o politeísmo védico e greco-romano, eram formadas sobre mitos tradicionais; esses mitos foram elaborados em personificações, alegorias, símbolos, e as suas formas foram decaindo em lendas, contos, epopeias e outras formas tradicionais das literaturas desses povos. A medida que os mitos iam decaindo do respeito sagrado, as religiões foram perdendo a sua base, e dissolvendo-se; é por isso que o bramanismo sofre no seu seio uma transformação profunda, o budismo, e o politeísmo greco-romano é facilmente substituído pelo cristianismo. Eis o grande facto: importa explicá-lo. Em

[156] O *Panorama,* t. II, p. 211.

vez da base *mítica,* o espírito humano procurou para a sua crença uma base *moral*; tal é o pensamento dessas duas religiões, budismo e cristianismo, tão análogas nas suas formas dogmáticas e cultuais. O desenvolvimento das especulações morais fez triunfar o cristianismo sobre o politeísmo mítico da civilização greco-romana, e essa mesma especulação na forma de subjectivismo sentimental desenvolveu as manifestações literárias do romantismo, diferenciadas por esse carácter das literaturas clássicas. Portanto, a crítica explicando o romantismo pelo cristianismo sincretizou os factos, elevando a causa daquilo que também era um resultado. A passividade mística do cristianismo, que recebeu nos claustros a forma literária, é semelhante a essa impressionabilidade doentia da escola byroniana das literaturas românticas; diferem apenas no fim individual. Os que sentiram essa impressionabilidade, e praticaram a especulação subjectiva do sentimento, como Petrarca, Dante, Miguel Ângelo, Shakespeare, Diderot, têm todos os caracteres de românticos, posto que a consciência desta renovação só aparecesse no século XIX.

Havia em Herculano uma incapacidade filosófica para julgar bem o seu meio social, e sobretudo para poder disciplinar uma geração. A exclusiva educação clerical deu-lhe a compreensão ascética sobre o mundo exterior; o retrato que faz da sociedade portuguesa, imensamente carregado em 1839, mais carregado ainda em 1851 nos artigos de *O País,* ainda mais desalentado no prólogo do quarto volume da *História* em 1853, e no prólogo de despedida de 1863, repete-se com mais violência na carta sobre o casamento civil de 1865! Sempre a condenação, e nunca um ar de esperança; era para quebrar todas as energias. No artigo sobre o cristianismo escreve, em 13 de Julho de 1839: «Portugal converte-se em pais de bárbaros; o assassínio é um desafogo; a dobrez um mérito, o perjúrio um cálculo de interesses, e apenas o parricídio será um feito, não horrendo, não abominável, não maldito, mas digno de se repreender nos jornais.»[157] Proclamava a necessidade de educar a geração nova como via directa para a transformação do futuro, e apresentava o cristianismo como a panaceia exclusiva: «Julgámos poder alevantar a voz em favor da religião, que tão esquecida anda em o nosso Portugal.» E em seguida lança sobre o futuro este olhar de previsão, que denota a falta de critério: «Ainda está oculto no provir qual será o símbolo universal do cristianismo; mas a missão do presente é a *religiosidade*.»[158] Deste feitio a sua direcção sobre os espíritos foi uma calamidade. Em 1851, em artigo de 29 de Outubro, n'*O País,* escreve estes traços sobre o estado de Portugal:

«A história política é uma série de desconchavos, de torpezas, de inépcias, de incoerências indesculpáveis; ligados contudo por um pensamento constante, o de se enriquecerem os chefes de partido! Ideias, não se encontram em toda essa história, senão as que esses homens beberam nos livros franceses mais vulgares e banais. Hoje achá-los-eis progressistas, amanhã reaccionários; hoje conservadores, amanhã reformadores; olhai porém com atenção e encontrá-los-eis sempre nulos.

«A história da nossa indústria é a história da luta entre o trabalho e a administração. Quando o têm querido proteger os governos só têm sabido contrariá-lo. Lede a pauta da alfândega, as leis dos forais, esse caos de leis incoerentes e parvas que se têm feito, e vereis sempre a mesma ignorância dos princípios económicos gerais, ignorância da índole e necessidade do país...

«A história da instrução pública é semelhante as outras. As escolas superiores têm de estar em defesa permanentemente contra as agressões dos políticos ignorantes, que as consideram como inimigas suas irreconciliáveis. As escolas primárias, a instrução do povo, a mais essencial de todas para o bem da nação, essa, abandonada, esquecida,

---

[157] O *Panorama,* t. III, p. 219.
[158] O *Panorama,* t. II, p. 108.

perseguida pelos tartufos políticos e não tendo força para lutar com eles sucumbiu...»

O remédio que apresenta, é derivado da mesma preocupação religiosa, quer «*padres virtuosos,* para propagarem os princípios suaves e eminentemente liberais da verdadeira religião.»[159] E há que número de anos havia já Augusto Comte demonstrado que os progressos têm uma evolução normal, primeiramente científicos, depois morais e consequentemente económicos? Quem quiser transformar um povo, antes de refrear-lhe coactivamente os costumes dê-lhe noções verdadeiras das coisas, isto é, ciência, que a moral e a indústria brotarão dessa energia mental. Por fim, Herculano já comparava Portugal aos últimos dias da decadência do Império Romano, comparava-se aos anacoretas, e comparava Lisboa a Niceia discutindo subtilezas teológicas quando os devastadores lhe demoliam os muros.

Uma coisa atenua estas jeremiadas; eram parte obrigada do seu estilo, que precisava de metáforas violentas, de paradigmas históricos de efeito, para encobrirem a falta de abstracção e de análise subjectiva.

No prólogo da terceira edição da *História de Portugal,* espécie de testamento literário de Herculano, declara ele que a glória literária fora a única ambição que o movera e a última que o abandonara. A nação inteira reconheceu unanimemente essa glória, quando o escritor se entregava a uma absoluta abstenção de actividade intelectual; essa descrença era a posse de um poder sem destino. A *glória,* a que se visa, é um estimulo diverso da *vocação.* Como em outro lugar dissemos:

«A vocação literária resulta de uma organização especial; é essa sacrossanta fatalidade que leva um homem a usar e gastar o seu corpo sacrificando-o à actividade da inteligência; a vocação literária levava Anquetil du Pérron a sentar praça por dinheiro e a ir servir na índia, para lá descobrir o zende, resistindo a todas as seduções das baiaderas, afrontando os climas inóspitos da Ásia, para estudar os dogmas das religiões da Índia, e enriquecer a ciência da Europa com o livro do *Avestá*; foi a vocação literária, que fez morrer Ottfried Müller debaixo do ardente sol de Delfos; foi também a vocação literária, que levou Agostinho Thierry a cegar sobre os monumentos da História de França, e que o fazia dizer, ante o Instituto, quando já não podia continuar o seu trabalho, perto de morrer: «Eis aqui o que eu fiz, e o que eu faria se tivesse de recomeçar a minha carreira; eu tornaria a tomar aquela via que me trouxe a este estado. Cego, e sofrendo sem esperança e quase sem alívio, eu posso dar este testemunho, que da minha parte não será suspeito. Há alguma coisa que vale mais do que os gozos materiais, que é melhor do que a fortuna, melhor do que a saúde, é o sacrifício pela ciência.» Para o progresso do homem sobre a terra, estas palavras valem mais do que o achado da mais pura moral. Que diríamos de um Littré, desses dois santos obreiros Jacob e Guilherme Grimm, de um Pedro José Proudhon, ou de um Raspail, e de tantos outros? Venerandas sombras que passaram imprimindo direcção ao seu tempo; mas não se queixaram, e trabalhavam por isso mesmo que havia quem divergisse das suas opiniões.»[160] A vocação não se preocupa com a glória, pelo contrário o conflito com o meio social, com as ideias preconcebidas, com as opiniões estacionárias, é uma condição natural para o desenvolvimento da sua energia. Natureza melancólica, um pouco tendendo para a vesânia periódica da perseguição, o que se explica pelo temperamento irritável, que se caracterizava vulgarmente como orgulho, e pelo resto de orientação da tremenda crise do absolutismo, Herculano não sentia na sua actividade o apoio inabalável de um destino. Depois da polémica do Milagre de Ourique, em que dera um relevo pasmoso às inépcias de alguns padres obtusos, julgou-se vítima de uma vasta conspiração clerical, contra a qual nem o próprio governo tinha força para o

---

[159] *O País,* nº 84, de 1851.

[160] *Bibliografia Crítica*, p. 196 (1873).

proteger! Resolveu não progredir nos seus estudos históricos, dizendo que lhe haviam quebrado a pena nas mãos. No prólogo dos *Opúsculos* explica o seu isolamento: «Após largos anos consumidos na vida agitada das letras, em que o meu baixel mais de uma vez fora açoutado por violentas tempestades, tinha, enfim, ancorado no porto tranquilo e feliz do silêncio e da obscuridade.» Herculano gozava os efeitos teatrais desta abdicação em que «o espírito sentia bem a própria decadência».

Para Herculano prosseguir na *História de Portugal* faltava-lhe um ponto de vista; escrever para apurar datas de casamentos, de bulas e rescritos que regularizavam os interesses de príncipes, é um mister bem ingrato. Compreende-se que, nas lutas políticas da França em que o passado reagia pela Restauração contra os princípios de 1789 que se expandiam na sociedade moderna, Agostinho Thierry se lance ao estudo da história como a um campo de batalha, para sustentar que a democracia de hoje era nascida dessas classes servas que lutaram contra os barões feudais. É assim que se acha vida na história, que se reconstrói o passado. Como é que Herculano podia compreender a vida política de um povo atrofiado pelo catolicismo, se ele era um cristão fervoroso e poético? Como julgar a instituição da realeza, que atacou as garantias locais foraleiras, se ele era sinceramente monárquico? Como, apreciar os municípios, se ele aceitava a centralização administrativa do constitucionalismo com pequenas restrições? Sem o intuito de um processo, de um inquérito, de um protesto, mesmo, não se faz história; Herculano tinha só o ponto de vista da veracidade diplomática, e por isso o tédio que produz essa obra fundamental, que ninguém lê, porque não tem encanto, atacou-o também a ele, aborreceu-se do trabalho e abandonou-o. No seu desalento crónico, Herculano chegou também a perder as esperanças sobre a marcha progressiva do século XIX: «Na minha decadência intelectual vem-me as vezes ao espírito a suspeita de que este século vai acabar nos braços do *gongorismo científico,* como o XVI expirou nos braços do gongorismo das frases e das imagens.»[161] Os grandes problemas da atomicidade, da equivalência mecânica do calor, da análise espectral da física sideral, da síntese química, da histoquímica, da fisiologia e patologia celular, do transformismo, da evolução orgânica, da psicologia experimental, a constituição científica dos factos sociológicos, na linguística, nas religiões comparadas, na arqueologia pré-histórica, na antropologia, etnologia, na mesologia, elementos concretos de uma nova ciência – a sociologia, toda esta soma de esforços que asseguram ao homem uma nova consciência, eram para aquele espírito dirigente os sintomas de *gongorismo científico!* A consequência deste estado mental, foi a impossibilidade de actuar sobre o seu tempo, e de educar uma geração.

Aceitando o ponto de vista, que Herculano tentava escrever uma vasta *História de Portugal,* e não uma monografia das *Instituições Sociais da Idade Média Portuguesa,* as proporções que delineara, e o processo extremamente analítico seguido, não só tornavam a sua realização incompatível com a acanhada vida de um só homem, como tornavam essa obra gigante absolutamente ilegível, sem acção sobre o espírito e a educação pública, valendo unicamente para ser consultada de um modo parcial e sempre com menos vantagens do que qualquer monografia. «Portugal, como já em outro lugar dissemos, é o país que mais desconhece a sua história; daqui resulta o abandono da tradição nacional na, arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentável entre os escritores e o povo, a falta de convergência e de plano na actividade política dos que exercem a autoridade, e, o que é mais triste, da parte da nação a incapacidade de julgar as instituições abusivas que atrofiaram a sua energia, e a apatia com que se submeteu sempre a toda a ordem de tropelias da realeza, que ainda em 1847 chamou

[161] Carta a Andrade Ferreira, de 15 de Junho de 1872.

sobre Portugal uma invasão ou intervenção estrangeira para manter-se na sua posse dinástica. O maior serviço que se pode fazer a esta nação é recordar-lhe a sua história; dela se derivam todos os estímulos de renovação intelectual, moral e económica, porque os factos do seu passado são bem eloquentes para convencerem de que, pela influência secular do jesuitismo se atacou mortalmente a manifestação da inteligência portuguesa, pela extinção das *cortes* se abafou a vida nacional partindo a orientação da vida pública da devassidão palaciana, e pelo regime do absolutismo-cesarista despenderam-se as riquezas nacionais em faustos e fundações estúpidas, em tratados que arruinaram para sempre a nossa indústria, e em um sistema administrativo das colónias cujo fim era o engrandecimento dos governadores ou fidalgos arruinados, que iam pela rapina oficial desempenhar as suas casas.

«Pôr em relevo a história desta pequena nacionalidade, é fornecer-lhe as noções que hão-de determinar os seus actos de transformação e de progresso; os povos não se movem pela vontade dos tribunos, nem os agitadores têm esse poder fascinador que arrasta as multidões como outrora se julgava. Dizia um ministro francês, a propósito dos levantamentos populares, que antes de se procurarem os chefes se procurassem as ideias que sugeriam esse movimento. Se os tribunos têm acção sobre um povo numa dada hora, é só porque exprimem com maior clareza a ideia que está na consciência de todos. É por isso que em um povo apático e atrasado, como o português, todos os esforços para o seu desenvolvimento serão improfícuos enquanto ele não adquirir as ideias que hão-de ser o estímulo ou o determinismo da sua própria acção. Para falar a este povo sem interesses, em grande parte alheio às conquistas do seu tempo, a lição mais agradável e persuasiva é a da sua história: encadeiem-se-lhe os factos e ele compreenderá a razão da sua independência para lutar por ela, perceberá como reduzido a benefício de uma família se imobilizou em feudo, e saberá pela expressão da sua soberania fundar um regime de liberdade política, e sacudir todas as invasões da esfera civil, simplificar os serviços públicos, e explorar as fontes vivas da sua riqueza.»[162]

Este deve ser o critério do historiador, enquanto à sua acção prática e enquanto ao intuito filosófico; para conseguir este fim, o historiador tem dois caminhos, segundo as condições em que trabalha, ou empreender o resumo ou condensação acessível ao tempo e à inteligência do vulgo, ou começar as suas investigações partindo dos sucessos modernos para a antiguidade. Para se fazer um bom resumo é indispensável uma obra fundamental onde fiquem as provas dos factos com toda a sua amplitude, e essa obra fundamental nunca a tivemos porque as crónicas monásticas e oficiais só consignaram o que convinha ao catolicismo e à monarquia conciliados em explorar os povos peninsulares. Sob o ponto de vista de lição era pela história moderna que se devia começar, investigando a causa da transformação do regime absolutista em liberal desde a introdução das ideias francesas ou jacobinismo até à transigência provisória do constitucionalismo inglês. Todo esse miserável reinado de D. João VI, a falsificação do movimento sublime de 1820, o terror miguelino de 1828, a epopeia do cerco do Porto, a ditadura perpétua atacada em 1836, 1846, 1847 e 1851, prevalecendo sobre a vontade nacional o arbítrio de D. Maria II, que eloquentes factos para darem à nação a resistência que torna um povo livre e empreendedor! Estava Herculano em estado de empreender este trabalho tão profícuo? Possuía todos os elementos concretos; tinha sido testemunha imediata dos sucessos, conhecia os homens, os caracteres, e sentia as grandes indignações da justiça. Era, acima de tudo, ouvido com adesão espontânea. Porque não fez esse grande serviço nacional? Porque se deixou amputar pela dependência; aceitou o favor do paço em 1839, e não tratou de emancipar a sua

[162] *O Positivismo,* vol. II, p. 140.

consciência desse deísmo estreito que o fazia considerar a civilização humana como a fórmula profana do cristianismo. Isto, que não fez à nação, também o não fez para si, consignando as suas memórias, que seriam de uma imensa luz para a história do constitucionalismo português. Preferindo refugiar-se no passado mais remoto, ao empreender a *História de Portugal* «destinava o encetado trabalho ao estudo de um príncipe então na sua puerícia...»[163] Significa: *«Ad usum Delphini!»*

A erudição também tem às vezes a importância das manifestações do génio, como em Cujacio, em La Cume de Sainte Pelaye, em Muratori, em Jacob Grimm; a educação autodidacta de Herculano encaminhava-o para este ideal. A discussão da *Crónica de D. Sebastião,* de Frei Bernardo da Cruz, a edição da *Crónica de D. João III,* de Frei Luís de Sousa, a edição do *Roteiro de Vasco da Gama,* e por último o plano dos *Portugaliae Monumenta Historica,* da Academia das Ciências moldados pela colecção dos *Monumenta Germanica* de Pertz, revelam a capacidade bibliológica de Herculano, e se ele se houvesse limitado ao campo da erudição histórica teria sido o mais digno continuador dos trabalhos críticos e paleográficos de João Pedro Ribeiro. Assim teria exercido uma acção profunda sobre a renovação dos estudos históricos em Portugal, e teria educado com a severidade científica a geração que o admirou ate ao fetichismo.

Havia muito que fazer, e nunca a Herculano faltaram os recursos para a publicidade; neste campo ele teria exercido a sua actividade até ao fim da vida, e achar-se-ia cercado de discípulos formados na prática das recensões dos monumentos portugueses inéditos. O conhecimento da renovação histórica da primeira metade deste século tentou-o; seduzido pelas vistas de Agostinho Tierry, de Guizot, e pelo exemplo de Shaeffer, que escrevera uma bela *História de Portugal,* e de Rousew Sainte Hilaire, na *História de Espanha,* quis meter em obra as suas memórias sobre as antigas instituições sociais portuguesas; quis também ser historiador. Para isto tinha apenas a severidade crítica, mas nenhum poder de evocação do passado, nem a aptidão. sintética para relacionar a nacionalidade portuguesa com as transformações políticas da península e com o movimento geral europeu. Assim ficou em tudo a meio caminho; os seus trabalhos de erudição, não espantam como os de um Florez ou de um Muratori, e a sua *História* pouco se eleva acima de uma monografia, de cujos moldes pretendeu desligar-se. O seu trabalho não influenciou o bastante para educar uma geração, e quando um dia se achou investido inconscientemente de poder espiritual sobre este país, não soube exercê-lo, porque não tinha uma compreensão filosófica das necessidades deste povo, e essa esterilidade de vistas, essa impossibilidade de dirigir os que se lhe entregavam foi também uma das causas do seu retraimento, e do ostracismo voluntário a que se condenou.

Os verdadeiros homens de ciência, os espíritos superiores conhecem-se pela sua influência, influência que se avalia pelo número e grandeza dos discípulos. Citemos alguns exemplos: João Müller, o criador da Fisiologia moderna, tem como discípulos Bischoff, Henle, Nasse, Schwan, Koeliker, Dubois-Reymond, Riechert, Virchow e Haeckel! O grande filólogo Boeckh levanta o génio de Ottfried Müller e de Dissen; a superioridade de Savigny faz desenvolver a capacidade extraordinária de Jacob Grimm e os eminentes Guilherme Grimm, Eickhorn, Dirksen, Hasse, Unterholzner, etc.

Pode-se dizer que um homem influi sobre o seu tempo, quando é um Herder, um Lessing, um Darwin ou um Meyer; mas isolar-se numa individualidade teatral, como Herculano, recebendo as bajulações de mediocridades que nem sabiam avaliar o seu método histórico, é ter sido infecundo. A acção de uma robusta individualidade reflecte-se fatalmente sobre uma geração; o aparecimento dos grandes compositores alemães,

---

[163] *História de Portugal,* t. I, 3ª ed.

Weber, Mayerbeer e Poizl, tiram a sua originalidade da direcção do abade Vogler, um dos compositores mais originais da Alemanha. Enfim os exemplos são sem número. Em volta de Herculano só se agruparam mediocridades, para quem era de uma inesgotável complacência; frequentava-o Rebelo da Silva, no retiro patriarcal da Ajuda; dedicou-lhe o seu romance histórico *Ódio Velho Não Cansa,* mas nem por isso deixou de escrever esse vergonhoso livro dos fastos da Igreja, sem adquirir a severidade do método científico na história; com Mendes Leal enganou-se ele tomando os *Homens de Mármore* como original, e julgando-o um génio dramático, ele que foi em tudo um rapsodista; enfim, aturava Bulhão Pato, saudando-o pelo insulso poema da *Paquita,* que ousou um dia parodiar o estilo digressivo de Musset e de Byron; até o próprio Silva Túlio, que sem se saber como se elevou a sócio de mérito da Academia das Ciências sem ter escrito coisa alguma, se tornou um dos seus mais íntimos comensais, sugerindo-lhe a venda à Academia do manuscrito do vocabulário de Ramalho. Outros ainda mais obscuros captaram a complacência do *Mestre,* cujos ditos escreviam em notas e propagavam com unção, fortificando por meio dessas legendas da amizade deslumbrada o poder espiritual que ele já possuía. Herculano vivia na lenda, e em todo o Portugal e Brasil era considerado como o limite máximo da capacidade portuguesa, como um assombro; as suas obras eram lidas com recolhimento e orgulho. era uma emoção que se não discutia; quando Herculano morreu estava nesse estado mental que só se define pela palavra moderna, que exprime uma cousa moderna, *infalibilidade.*

Em que serviu Herculano a sociedade portuguesa, que tanto precisava de impulso para se reorganizar desde que entrou no regime do parlamentarismo? Revocou-a ao seu passado, falou-lhe dos frades, falou-lhe das resistências heróicas contra os mouros da fronteira, falou-lhe do cavalheirismo dos capitães da África, enfim inspirou-lhe um patriotismo negativo, que arredava o espírito público da corrente das ideias modernas. Em vez de proclamar a necessidade do conhecimento da, *renovação filosófica* que se operava na Europa em 1832, esterilizou-nos na contemplação de um cristianismo pessoal, meio poético e meio heterodoxo; em vez de provocar o estudo das *ciências naturais,* único meio de fazer progredir e fecundar uma geração, fechou-se em um humanismo romântico com que deslumbrou a mocidade; em vez da acção directa, meteu-se em um sistema de despeito pejorativo, e extinguiu a sua capacidade política tornando-se apaniguado do paço. Chegou a ter o máximo *poder espiritual* sobre a nação portuguesa, mas não soube usá-lo para dirigir uma época. É que esse poder não tinha uma origem racional e orgânica; esse poder espiritual era o resultado do fetichismo por um homem. Poucos serão os cérebros capazes de resistir a essa aura inebriante da consagração pública; Herculano caiu em uma autolatria inconsciente, que uns chamavam altivez de carácter, e outros o cúmulo da vaidade. Todos amaram e respeitaram Herculano, mas ninguém lhe deveu uma ideia. Leiam-se os seus livros, as obras poéticas, literárias ou históricas; qual a *ideia* que daí saiu fecundando o espírito moderno? Nada, debaixo dessa retórica enfática, mas patriótica; nenhuma noção iniciadora para a consciência, debaixo dessa acumulação de factos concretos e de processos polémicos a que ele chamou história. Ninguém poderia impulsionar mais a evolução da nacionalidade, se é que tivesse a compreensão do poder espiritual de que se achava investido.

O estacionamento intelectual dá-se também nos cérebros os mais disciplinados pela participação científica; todos os antigos professores e naturalistas da escola taxonómica de Cuvier são de um desdém intolerante contra a filosofia zoológica, e principalmente contra o transformismo darwiniano. Donde se vê que é preciso que passe esta geração estacionária para que as novas teorias entrem na circulação do ensino prático; por isso Comte e com ele Maudsley entendem que a morte é um factor natural

do progresso, pela eliminação daquelas individualidades que possuem o maior poder social na idade em que já não avançam. E quando essas individualidades se acham investidas de um imenso poder espiritual sobre a sociedade do seu tempo, e, sem saber usar desse poder, condenam pelo descontentamento da idade as gerações que entram no conflito da vida, a morte é para eles um bem, porque é a consagração da glória, e para a sociedade uma causa de progresso, porque cessa de actuar uma força dissolvente. Foi este o caso de Herculano. Só os espíritos dirigidos por uma perfeita educação filosófica, que sabem julgar-se e julgar as condições do meio social, é que podem dizer como Littré, saudando os novos obreiros da filologia. em França: «Quando se é velho, e prestes a deixar a carreira, que satisfação em voltarmo-nos para aqueles que vêm, e. em prestar bom testemunho à obra dos novos!»[164] Em 1858 escrevia Herculano no prólogo das *Lendas e Narrativas,* elogiando a geração dos ultra-românticos: «E todavia, apesar do imenso talento que se revela nas mais recentes composições, quem sabe se, entre os nomes que despontam apenas nos horizontes literários, não virá em breve alguém que ofusque os que nos deixaram para nós somente um bem modesto lugar?» Aos quarenta e oito anos de idade, Herculano ainda acreditava na possibilidade de se manifestar uma geração mais forte, porque ele mesmo ainda se sentia progressivo; mas os que o cercavam tantas homenagens lhe deram, que o enfraqueceram, enojaram-no, e ele envolveu no seu desprezo soberano os novos que mais tarde apareceram sem o apoio das correntes oficiais.

A educação fradesca de Alexandre Herculano no Mosteiro das Necessidades, a que alude mais de uma vez, nunca foi modificada por uma reorganização mental científica; era simples humanista, segundo o sentido antigo desta palavra; quando passou o período da sua actividade literária no romance e na erudição histórica ficou-lhe um desprezo profundo pelas ciências modernamente constituídas, de que não pôde tomar conhecimento e uma orientação intelectual no sentido da teologia dos seus primeiros anos claustrais. Para ele a linguagem filosófica era apenas períodos sonoros, e as modernas doutrinas científicas uma nova forma de gongorismo; é o que se lê em uma carta: «Ando tão alongado da literatura actual e está este espírito tão velho (mais velho ainda que o corpo), que frequentemente me escapa o sentido de muitas coisas que por aí se escrevem, caindo-me a mente cansada e gasta, na singular ilusão de não achar senão períodos, aliás sonoros ou moldados pelas fórmulas de uma obscura filosofia. Na minha decadência intelectual, vem-me às vezes ao espírito a suspeita de que este século vai acabar nos braços do gongorismo científico, como o XVI expirou nos braços do gongorismo das frases e das imagens.» Isto já não é o estacionamento, é o passado condenando o presente; é o maior poder espiritual que existiu neste país desautorando as nóveis inteligências que falavam em coisas novas, como Pré-História, Etnologia, Linguística ou Glotologia, Mitografia, Simbolismo Comparativo e Origens Poéticas ou Paleontologia Sentimental, Estética, Mesologia, Demografia, Sociologia, Realismo na Arte, e outros elementos da profunda renovação científica deste século. A geração nova precisava ser fortalecida, já que não podia ser dirigida por Herculano. E o que ele fez, condenando as tentativas de renovação mental, repetiu-o reprovando o novo critério político da democracia na carta sobre as Conferências do Casino e no prólogo em que precede nos *Opúsculos, A Voz do Profeta,* declarando com longas demonstrações dos concílios que as questões vitais do nosso século eram o *imaculatismo* e o *infalibilismo.* Herculano caíra na primitiva orientação teológica, como se vê; reapareceu esse estado no motivo da composição do livro sobre as *Origens e Estabelecimento da Inquisição* (1854 a 1859), na polémica da reacção ultramontana (1857), no *Manifesto ao Partido*

[164] Prefácio da *Grammaire Historique de la Langue Française*, p. XIX.

Liberal (1858), e nos *Estudos sobre o Casamento Civil* (1865 e 1866.) Ficou nesse teologismo, e entre os seus papéis acharam-se como últimos escritos *quatro cartas contendo uma extensa discussão sobre assunto religioso,* e três capítulos *Sobre a Conversão dos Godos ao Catolicismo.*

Herculano não se elevou acima da metafísica cristã, e neste estado de espírito com uma simples noção de crítica histórica omitira por simples bom senso a relação do Milagre de Ourique na *História de Portugal.* Foi quanto bastou para que o clero português lhe fizesse Uma guerra dos púlpitos e da imprensa reaccionária, atacando-o como se fosse um Feuerbach. Herculano continuou acreditando na divindade de Jesus, chegou a mandar construir na sua vivenda de Vale de Lobos uma capela; mas apesar de tudo, os seus actos de caridade evangélica e as suas afirmações deístas não obstaram a que algumas obras suas fossem incluídas no Índex, e que a imprensa reaccionária de Espanha escrevesse isto por ocasião da sua morte: «Nós – porque não dize-lo? – quando vemos quebrada pela morte a. pena de um ímpio, louvamos a misericórdia de Deus, que livra a sociedade de um inimigo, e pedimos ao céu. pela alma do desgraçado que malogrou seus talentos sacrificando-os à revolução.»[165]

Estas palavras têm o grande valor de um facto psicológico, porque demonstram que a moral do cristianismo já hoje é ineficaz para dirigir as paixões dos seus adeptos. Na morte de Stuart Mill também os católicos? procederam do mesmo modo em Inglaterra, dizendo: «M. J. Stuart Mill, que acaba de prestar as suas contas$_1$, teria sido um escritor inglês notável, se a consciência de si próprio, que lhe era inata, junta a uma extrema presunção, não fizesse dele um biltre literário de primeira ordem. A sua morte não é perda para ninguém, porque era um incrédulo, mas um incrédulo amável e um perigosíssimo sujeito. Bem depressa estes 'luminares do pensamento' que compartilham as suas opiniões se ira encontrar com ele, e isto será bem bom para a Igreja para o Estado.»[166] São estes os cheiros que escapam involuntariamente da gangrena da hipocrisia, mal acobertados com o almíscar beato e sensual de todas as sacristias. As frases contra Herculano são acima de tudo uma prova de estupidez; porque Herculano não foi um livre-pensador, nem acompanhou a evolução da ideia revolucionária depois de 1833; e pela predilecção dos seus estudos canónicos e de história eclesiástica, se não entendêssemos que o deprimíamos com isso, para melhor dá-lo a conhecer chamar-lhe-íamos um padre da Igreja.

Por um capricho de carácter, Herculano quis ser *abstémio*; a falta de higiene na vida do campo, agravou a anemia em que se deixara cair, e nos últimos anos de Vale de Lobos sofria por vezes febres sezonáticas, que o enfraqueciam profundamente. Na segunda viagem do imperador do Brasil a Portugal, Herculano entendeu do seu dever ir cumprimentar o amigo que lhe oferecera o asilo do seu império;[167] desacostumado das etiquetas palacianas arrefeceu durante a expectativa da audiência e recolheu-se a casa com uma pneumonia dupla. Não tinha o suficiente vigor para ser tratado, caindo imediatamente na consumpção adinâmica; no dia 12 de Setembro de 1877, à meia-noite, os médicos em conferência julgaram-no irremediavelmente perdido, e no dia 13 agravou-se progressivamente o seu estado, entrando na agonia às cinco horas da tarde até às dez em que sucumbiu. Aquele amor que Herculano revelava nos seus versos, a simpatia pelas plantas, foi a sua última preocupação; sabendo que ia morrer pediu aos que o rodeavam que lhe abrissem a janela para ver as árvores. A notícia da sua morte

---

[165] *El Siglo Futuro,* de Madrid. Ap. *Diário de Notícias,* de 21 de Setembro de 1877.

[166] *Dum Eclesiástico com Vinte e Oito Anos de Exercício.* (No *Church-Herald* de 14 de Maio de 1873.) Spencer na sua *Introdução à Ciência Social*, p. 393 tirou a luz que se encerra neste facto.

[167] A pedido do imperador consta que Herculano escrevera a sua *Carta sobre a Emigração;* vide *Opúsculos,* t. IV.

causou uma impressão imensa; todas as celebridades do mundo oficial se dirigiam a Santarém, para irem ao cemitério da Azóia acompanhar o último despojo do homem que em Portugal foi mais admirado. Durante dias a imprensa jornalística explorou a emoção, mas nenhum dos admiradores do tipo lendário mostrou haver estudado as obras de Herculano; nenhuma voz se levantou explicando o homem com a severidade que compete aos que ficam na História. Falou-se em um monumento, abriram-se. subscrições, fez-se um silêncio em volta do mito, que se rompeu por alguns signatários reclamarem o seu dinheiro quando notaram que ficara tudo em nada. Estes, factos encerram uma significação profunda, que poremos em relevo como a conclusão do presente estudo.

Em uma sociedade apática intelectualmente e economicamente, como a portuguesa, submetida a todas as tropelias de uma realeza parasítica ocupada em sofisticar as garantias constitucionais, o ter *poder espiritual* sobre uma sociedade nestas condições deploráveis é um sintoma claro de mediocridade. É porque essa inteligência lisonjeou de algum modo as forças estáticas de conservação que preponderavam na sociedade portuguesa; é porque com o seu trabalho não incomodou a apatia mental incutindo-lhe ideias, obrigando-a pensar, a discutir, a ter opiniões, a estimular-se para a acção. Herculano era *monárquico,* com íntimas relações de favor com o paço, e por isso como historiador ao estudar as instituições portuguesas, em vez de procurar neste problema das origens os elementos de evolução. para as transformações iniciadas pelo regime liberal, escreveu para uso de um príncipe, declarando que a nação nada lhe devia, porque não fora para ela a sua obra. Herculano era também um *católico,* com uma erudição de canonistas e santos padres, falando contra a extinção das ordens monásticas, dizendo que a instrução só podia alcançar-se à custa de padres instruídos, prognosticando que o futuro da civilização era a religiosidade, e por isso a análise histórica serviu-lhe para manter a veneração imóvel do passado.

Quando se observa nos viajantes e diplomatas estrangeiros o quadro da sociedade portuguesa desta época tão estéril do constitucionalismo, e nos lembramos que ela conferiu a Herculano indisputavelmente um absoluto *poder espiritual,* é então que cessa a ilusão que perverte a crítica, ilusão que fazia achar no homem uma superioridade reconhecida unanimemente. A actividade de Herculano examinada com um intuito filosófico leva a deduzir uma conclusão importante acerca da missão do escritor: As sociedades humanas compõem-se de forças de conservação, naturais e instintivas, as quais deixadas a si mesmas tendem para uma espontânea imobilidade; todo o homem capaz de ter ideias, falando, escrevendo, fantasiando, imaginando, inventando, deve ter em vista impulsionar essas forças estáticas, tomando-as apenas como factos reais que modificam as concepções subjectivas. Só assim é que essas forças de conservação se podem aproveitar como bases de ordem; é por isso que o escritor, o artista, enfim todos os que pensam por si devem ser revolucionários, como impulsos individuais contrabalançados pela colectividade estável. Quem não cumprir esta missão por instinto próprio, ou quem a não compreende e põe as suas forças intelectuais ao serviço do passado, exercendo uma acção improgressiva, só pode ser admirado pelos que estiverem do lado da inconsciência.

LIVRO III

A. F. DE CASTILHO

(1800-1875)

A superstição do estilo, o culto e admiração pelas pompas retóricas são um sintoma terrível em uma sociedade; ou não existe liberdade intelectual para poder ter ideias, para comunicá-las, e se exerce a palavra em frases sonoras sem sentido, ou realmente domina uma atonia mental, uma incapacidade de formar juízos, e se adoptam opiniões preestabelecidas, sobretudo aquelas que têm o apoio da autoridade oficial. O século XVII em Portugal foi o século da retótica e dos oradores; o século XIX, em que o constitucionalismo deu importância à burguesia pela necessidade das maiorias, serviu-se da antiga retórica para envernizar as banalidades que suprissem a falta das ideias. Fez-se estilo nos relatórios, nos artigos de fundo do jornalismo e nas obras de literatura, e aceitava-se submissamente a opinião apoiada por uma autoridade oficial do mundo político ou literário. Compreende-se que o século do gongorismo fosse retórico, porque diante das fogueiras da Inquisição, não havendo entre nós liberdade intelectual quando ela se exercia com vigor nas Academias da Europa, a palavra servia unicamente de objecto e fim do discurso, contornava-se, virava-se, porque nada havia a dizer. O talento oratório gastou-se todo em sermões, em que o cérebro humano desceu aos maiores contra-sensos. A incapacidade da análise científica e da concepção subjectiva conhece-se nesse falso lirismo seiscentista, e na predilecção exclusiva dos poemas-crónicas. Esta situação mental, conservada durante todo o século XVIII, até às primeiras comunicações com a Europa em 1824 e 1828, persistiu na sociedade portuguesa reorganizada pelo constitucionalismo. O vício palavroso do regime parlamentar manteve a necessidade da retórica na literatura; ninguém se ocupava com as ideias, bastava o estilo para a reputação e futuro de um homem. O exagerado humanismo da Universidade e da instrução elementar, manteve o hábito de dispensar as ideias preferindo os efeitos da palavra. Foi neste meio que Castilho se tornou um grande escritor pelo estilo, pela vernaculidade, pelo sabor quinhentista, pelas frases arredondadas de locuções obsoletas; uma vez reconhecido como autoridade, fácil lhe foi converter-se em pontífice literário, atacar a liberdade do romantismo preferindo a convenção arcádica, impor à burguesia, que precisa ter alguma coisa que admirar, reputações sem fundamento.

A morte de Garrett em 1854, e o silêncio sistemático de Herculano em 1859, deixaram Castilho em campo como o luminar dos novos; os seus juízos conferiam talento, o vulgo aceitava essas consagrações, e os medíocres cercavam-no, glorificavam-no para alcançarem a vénia, que os dispensava das duras provas da vocação. Achou-se assim fundada a pedantocracia, a que se deu o nome de *elogio mútuo.* As primeiras ideias que circularam perturbando este éden da idiotia pareceram um atentado; Castilho transigiu com o romantismo traduzindo Goëthe e Shakespeare, mas já era tarde, a crítica científica apeou-o. Entrava-se em outro regime mental, em que ponderava a ciência e a filosofia, focos de ideias que colocaram os novos em dissidência com um passado que se prolongara muito além do seu momento histórico.

1. (De 1800 a 1834.) – Nascimento e lendas da infância de Castilho. – Influência do acidente desgraçado da cegueira sobre o seu talento e carácter. – A piedosa confraternidade de Augusto Frederico de Castilho. – Primeiros estudos; a poesia abafada pela retórica; persistência da tradição arcádica nos seus ensaios. – A aclamação de D. João VI em 1817, assunto do seu primeiro poema. – Castilho maldiz os princípios da liberdade e da igualdade. – Em 1820 celebra no Outeiro da Sala dos Capelos em Coimbra a conquista da soberania nacional. – Em 1824 exalta nos mesmos outeiros poéticos a restauração do absolutismo. – Retiro no priorado de S. Mamede da Castanheira do Vouga desde 1826 até 1834. – Influência do poemeto de *Eco e Narciso* na sua vida.

Quase todos os hagiógrafos encetam a vida dos santos dando-lhes sempre pais honrados, em quem a propensão da virtude se ia sublimando até à predestinação dos filhos. O mesmo se deu com António Feliciano de Castilho, segundo o intuito da sua laboriosa genealogia apensada à versão do drama *Camões;* veio à luz com o despontar do século, nascendo em Lisboa, a 26 de Janeiro de 1800, do Dr. José Feliciano de Castilho, lente da Faculdade de Medicina e principal redactor do *Jornal de Coimbra,* e de sua mulher D. Domicília Máxima de Castilho. O século surgiu impulsionado por novas doutrinas políticas, e pela constituição de novas ciências, que tendiam a fazer terminar o regime revolucionário; mas esses dois poderes que se dissolviam, o catolicismo e a monarquia, que se achavam sem destino em a nova era científica e industrial, perturbaram com medonhas reacções a evolução da Europa, e a monarquia entrou na renovação das grandes guerras, e o catolicismo nessa coligação obscurantista que desceu até ao absurdo da infalibilidade. Amedrontado pelo eco das lutas sociais, Castilho não querendo compreender o século nas suas flutuações de princípios e de crenças, aderiu ao lado estático das instituições, cantou a monarquia absoluta, retirou-se de corpo e alma para a admiração dos exemplares antigos cuja predilecção adquirira nos seus primeiros estudos, e preferiu sempre a imitação à invenção. A sua infância está ordenada com as doces lendas domésticas; ora se conta a sua fraqueza valetudinária, já a precocidade da sua retentiva, tradições sempre coloridas e animadas pelo suavíssimo espírito de família, e que exerceram uma grande acção na forma daquela individualidade.[168] Eis um precioso dado autobiográfico: «Encetava eu a carreira do estudo, e tão menino, tão menino, que o ouvirem-me já ler e verem-me formar caracteres, era (nunca a minha vaidade o esqueceu) um tema de admirações e de felizes prognósticos para os parentes e amigos da família.»[169]

A reputação de Castilho foi um produto dessas lendas domésticas propagadas por seus irmãos; na suposta biografia espanhola de Cádis exalta-se o talento de Castilho para as Matemáticas, apaixonando-se pela geometria, apesar de cego. Comparam-no ao génio extraordinário de Samderson, retratado por Diderot, e a Salinas, também cegos. Nas *Escavações Poéticas* produz-se um testemunho de Joaquim Machado de Castro em que o insigne escultor da estátua equestre fica tão assombrado com os talentos do menino cego para a escultura, que escreve uma jaculatória a pedir a Deus pela sua saúde, e à nação para que aproveite aquele prodígio. Embalado nos frocos da lenda onde Castilho viveu comparado também a Homero e a Milton, quando saiu dela para ser analisado pela crítica desprevenida só deixou a nu uma inconsciente mediocridade. O que Castilho seria sem as lendas fraternas podemos descobri-lo pelo tipo de um outro

[168] «Adquirida uma certa aura de reputação pelas insinuações lisonjeiras que os próprios membros da família lhe dispensavam pela imprensa, adquirida com facilidade e sem crítica por parecer desacato a estranhos o quebrar-se o prestígio de uma adoração cega e inconsciente cimentada por afeições domésticas, a família Castilho assegurou-se em breve da solidez e fortaleza das bases, em que ela poderia assentar o edifício de uma escola literária inteiramente sua.» Graça Barreto. *A Questão do Fausto.* o. 67.

[169] Castilho, *n'A Cidade do Enigma,* p. 204 do *Amor e Melancolia.*

poeta também cego, natural do Porto, e quase octogenário António Joaquim de Mesquita e Melo. No seu poema em oitava rima *O Porto Invadido e Libertado,* diz Mesquita e Melo: «O autor teve a desgraça de cegar quando contava apenas um ano de idade, e na de dezanove anos em que agora se acha (1815), sofre ainda aquela triste sorte.» Mesquita e Melo vivia improvisando em saraus familiares e morreu desconhecido depois de 1875; se tivesse irmãos que o proclamassem génio seria um segundo Castilho.[170]

Os primeiros anos do poeta correram esquecidos na amenidade campestre, distraído à sombra das árvores de uma quinta dos arredores de Lisboa (Lumiar); ali desfrutou a saudável liberdade e soltura da meninice, convalescendo em folguedos inocentes. É certo porem que estes campos áridos, que se pulverizam com as ventanias constantes de Julho e Agosto, esta pobreza de seiva, esta devastação sistemática do saloio que esgota a terra não lhe consentindo um pêlo de verdura, contribuíram bastante para lhe darem uma ideia mesquinha da natureza, quando por uma calamidade lamentável veio a perder uma das suas mais imediatas relações com ela.

Em uma nota ao epicédio à morte de D. Maria I em 1816, lê-se: «O autor caiu por uma grande escada, tendo um ano de idade; padeceu de vermes muito, e alguns anos teve tosse convulsiva pela idade de quatro anos, que lhe durou muito, e à força da qual deitou grande quantidade de sangue pela boca.» Os cuidados assíduos de uma tão atribulada infância, nas crises perigosas que atravessou, os carinhos e condescendências para com uma criancinha doente, as vontades adivinhadas, os caprichos satisfeitos fizeram-no impertinente, acintoso, qualidades que mais tarde se desenvolveram por causa de uma fatalidade, a *cegueira.* E impossível poder julgar com inteira justiça o mérito literário de Castilho, compreender a sua individualidade e dar a razão dos seus defeitos, sem considerar a influência deste acidente patológico que modifica profundamente a natureza moral.

Na aludida nota do epicédio de 1816 se lê: «Na idade de seis anos teve sarampão, que começando a sair se lhe recolheu. Começaram então chagas grandes mui doridas por todo o corpo; incharam-lhe as capelas superiores dos olhos, e ganharam volume maior que um ovo de pomba, e dureza de pedra: em todo o tempo esteve. cego havendo tal aperto das capelas sobre os bugalhos dos olhos, que pelo espaço de dois anos não foi possível descobrir um único ponto destes, sabendo apenas se era dia ou noite; mas conservando-se sempre às escuras, porque a luz lhe fazia dores horrorosas. Passados os dois anos, a beneficio de banhos de mar, começou a., melhorar de quase todos os incómodos, e começaram a desinchar as capelas dos olhos; restou-lhe porém até hoje, dezasseis anos de idade, e terá sempre alguma aderência da pálpebra ao globo no olho direito, de que está absolutamente cego, cicatrizes e opacidade no olho esquerdo, por onde distingue apenas vultos e cores, mas não objectos mais pequenos, nem letras. Neste mau estado o autor tem em seus irmãos, que se aplicam igualmente que ele, quem lhe leia; e tem esperança de continuar na vida de letras a que seus pais o dedicam.» A publicação do epicédio, como se vê pela nota extractada, foi para chamar a atenção sobre o pequeno prodígio, de quem se dizia que aos sete anos compusera um poemazinho sobre as *Flores,* e que fora educado por uma mestra D. Escolástica, e brincara com uma primita da mesma idade. Cegou em uma idade em que ele mesmo nem sabia o que perdia. É este o momento mais poético da sua vida! Quem não há-de protegê-lo, ampará-lo, estender-lhe a mão, dar-lhe as falas mais meigas, abrir-lhe o seio, a alma, quando a fatalidade lhe cerrou a porta para todas as alegrias. Criança e cego! faz lembrar aquela dolorida e sentidíssima lenda alemã da filha de um rei, cega de nascença,

---

[170] Castilho cita em um dos seus livros este metrificador.

e que não sabia que o era; todos lhe ocultavam essa infelicidade. Um dia foi o seu noivo que lhe descobriu o segredo e a infeliz princesa morreu de melancolia. Assim estava aquela pobre alma no meio de tantas carícias e meiguices da família, e assim viveu não conhecendo a profundidade da catástrofe, até que distracções mais intensas, paixões de si vás, como a pretensão literária, o absorveram completamente e lhe povoaram a obscuridade. Aqui temos o primeiro motivo do literato; o tempo desenvolveu a perícia, a acuidade de outros sentidos deu-lhe a harmonia quase sempre irrepreensível dos seus versos; a imaginação que reconstitui as coisas e que procura adivinhar as intenções ensinou-lhe essa prosa digressiva e cheia de incidentes, sem ideias, mas agradável. A situação excepcional do seu espírito não lhe deixou ter um plano, e manteve-o além do termo natural em uma prolongada *puerilidade.* Deste modo ficou sempre criança, e é este o característico por onde se determinam todas as suas belezas e defeitos. A graça, a frescura, a prontidão, uma brandura que parece ingenuidade, mesmo os ímpetos indomáveis da indignação, o ânimo reservado e rancoroso, não foram mais do que as qualidades peculiares dos tempos infantis fixadas no homem pela situação já descrita.

No elogio histórico de seu irmão Augusto Frederico de Castilho, escreve o poeta estas linhas autobiográficas: «Uma enfermidade cruel me havia ferido e derribado: eu pendia mais de meio para a sepultura. O meu sétimo ano parecia não dever completar-se: as lágrimas maternas e muitas outras caíam abundantes sobre mim; e uma pobre criancinha, que só por instinto podia adivinhar o que era ser irmão, o que era ser amigo, e o que fosse morrer, não só chorava como os outros (contam-no quantos admiraram aquela criança sublime) mas cercava-me de afagos, de carícias, de desvelos quase maternos, renunciava os seus passatempos para estar comigo;... Enfim, passou a morte, e eu levantei, como que já de dentro da sepultura, esta cabeça fadada a muitos mais longos infortúnios; levantei-a, mas lá dentro tinha-me ficado a melhor parte dela: os meus olhos se voltaram para o céu e não no viram; os braços de meu irmão me apertaram e eu não vi meu irmão!»[171] Sobre esta dedicação simpática, tão frequente entre irmãos, disserta Castilho retratando Augusto Frederico, e contando os seus mútuos estudos literários: «Dois anos contava eu apenas na vida, quando junto de mim, e mais para mim do que para todo o mundo, nasceu a meus pais o seu quarto filho. Desde essa hora até à última da sua existência terrestre, eu fui o seu companheiro inseparável...»[172] «Os dois anos que eu demais contava tinham de pôr forçosamente no principio uma diferença de alcance entre as nossas compreensões. Nas primeiras disciplinas ele foi o meu livro, eu o seu mestre; o latim, a eloquência, a poética, a filosofia racional e moral, e as línguas, assim entre nós as aprendemos sob a direcção de mestres abalizados...»[173] «O trato assíduo das chamadas humanidades, o comum das nossas ocupações e passatempos, e a confraternidade ou identidade dos nossos gostos para logo fizeram desaparecer dentre nós toda a diferença de anos;... Entrados no mesmo dia e hora alunos às escolas de Direito da Universidade de Coimbra, que tínhamos de cursar inseparáveis até ao fim, sentimos a forçosa necessidade de dar de mão às amenidades literárias tão do nosso uso e natureza.»[174] Depois da formatura em Cânones Augusto Frederico foi despachado prior de S. Mamede da Castanheira do Vouga, e Castilho acompanhou-o, vivendo com ele nesse retiro durante oito anos, até ao triunfo da causa liberal.

Castilho deu-nos a chave do seu carácter desconfiado e malicioso; ele não ouvia somente a linguagem das palavras, interpretava também as *intonações,* e daqui instintivas más vontades, e o hábito constante de uma ironia, que se tornou como

---

[171] *Memórias do Conservatório,* p. 38.
[172] *Ibidem,* p. 37.
[173] *Ibidem,* p. 39.
[174] *Memórias do Conservatório,* p. 40.

habitual, uma espécie de perfídia. Diz ele: «A voz humana, não é somente, como ao vulgo parece, uma intérprete dos pensamentos; ela o é principalmente das afeições e movimentos inarticulados do nosso ânimo; as palavras não são, porque assim o digamos, senão o corpo da frase, e os gestos o seu traje; mas o calor e a alma do discurso é o tom que o acompanha, e alguma outra coisa ainda mais subtil, mais indefinível e mais sem nome que o repassa. Para compreender bem a fundo esta verdade, é mister haver feito por necessidade e por espaço de tão largos anos, como eu, um não interrompido nem distraído estudo sobre a expressão falada. Aqueles a quem sua desgraça houver iniciado nesta ciência, adivinharão muitas virtudes e não menos vícios, muitas excelências e não menos vilanias pelo mero som e modulação da voz humana; para os habituados a ver pelos ouvidos, dificilmente se achará cortesão ou comediante, que, por mais que estude dissimulações, lhe possa dar trocados ou falsificados os sentimentos, que lhos ele não conheça; permiti-me pois a triste vaidade de me julgar nesta matéria bom juiz...»[175] É importantíssimo este facto psicológico; referindo-nos à *cegueira* de Castilho nunca tivemos outro intuito a não ser a dedução das modificações que este facto exerce nas formas da intelectualidade. É pasmosa a intuição como Castilho descreve essa outra linguagem de que a palavra é o corpo material; a ciência moderna da filologia descobriu que antes da linguagem falada, ou da *palavra,* existiu o período da *intonação,* e o período da gesticulação, progredindo-se evolutivamente de um para o outro. As naturezas que reúnem estas três linguagens possuem o dom da eloquência. Castilho era eloquente não pela espontaneidade mas pela precisão e correcção descritiva; o poder de compreender as multímodas *intonações* da palavra, dava-lhe ao critério uma tendência pejorativa, uma desconfiança, que revelava em ditos profundamente sarcásticos. Na sua mocidade compararam-no ao célebre cego inglês Samderson, cuja biografia psicológica foi escrita admiravelmente por Diderot; as exigências da vaidade foram-no identificando a Homero e a Milton. Com a repetição destas coisas tomou-as como uma realidade efectiva.

Começou por compreender a literatura como uma nobre ociosidade, que dava comunhão e convivência com os espíritos elevados; bastava-lhe constância e pachorra para fazer o mesmo que todos os que tinham poetado. Só um grande hábito ou uma espontaneidade fervente pode emancipar a imaginação da mecânica aborrecível da metrificação. Castilho começou por fazer versos muito harmoniosos; continuavam a toada bocagiana, e o que estes tinham de fluência, os outros disputaram em esmero de correcção; os adjectivos serviam para colorir e fechar o endecassílabo, e tapar os vãos deixados pela deficiência do pensamento. Conversava-se sobre a habilidade da criança, *ad sodales,* louvava-se, aplaudia-se; os encómios foram-no soprando em ambições. Muitas vezes as desgraças que assinalam os génios, deslumbram a imaginação dos que se acham feridos pela sorte, e consolam-nos assim persuadindo-os que são também eleitos, e colunas de fogo no deserto da vida. O génio é a falta de consciência das forças que se agitam dentro do indivíduo, e ao mesmo tempo a aflição dessa luta, que a humanidade admira em criações eternas; é um aleijão que oprime o que o traz, e a que nós fazemos a apoteose, que invejamos sem saber que fogo lento gera essa febre de inspiração, essa alucinação de luz que o faz ver em todos os tempos, em todos os lugares, com uma intuição profética, que assombra; o génio é como uma harpa eólia, através da qual perpassam as ondas sonoras das gerações, que a vão ferindo e desferindo para ouvirem o canto das suas tristezas, dos seus desejos, dos seus sentimentos.

Estes são almas de excepção e não nascem em qualquer presepe, nem vêm ao mundo pelo acaso de uma noite lúbrica; aparecem quando as circunstâncias os evocam,

---

[175] *Memórias do Conservatório,* p. 39.

para virem dar forma e impulso ao tempo que precisa renovar-se. Castilho não teve o horóscopo do génio, nem o decurso da sua vida lhe deu essa transfiguração sublime. Por si, ele nunca se esqueceu de se fazer passar por isso, provocando os seus amigos para que o proclamassem príncipe dos poetas contemporâneos.

O talento é o poder realizador, a consciência das formas; qualquer, pelo hábito maquinal pode chegar a dominá-las, tornar-se independente dessa atenção que atenua as faculdades inventivas. Aqui a habilidade chega a fazer-se admirar. É sobre estes dados psicológicos que se foi formando o talento de Castilho.

Ei-lo nos estudos da boa latinidade, recebendo o pó sacudido da cabeleira do supersticioso cultor que se extasia ante as belezas dos exemplares que vai descobrindo às novéis inteligências.

A continuidade de repetir os mesmos trechos, a certas horas do dia, com minúcias de etimologista, torna a admiração habitual, sem carecer de fundamento, dá-lhe uma intolerância fanática, que distingue todos os mestres de latim. O seu mestre José Peixoto ensinava e brandia a férula dos Gerais, espécie de Liceu que havia ao Cunhal das Bolas, na Rua da Rosa. (Outubro de 1810 e 1815.)

Latino Coelho no seu panegírico de Castilho retrata este importante personagem, que tanta influência teve sobre o talento do tradutor de Ovídio. A única apreciação consistia em desentranhar das palavras sentidos que o autor nunca tivera; era uma casuística da arte, em que se gastava muito engenho, e mais nada. Isto se chamava a educação clássica; entendia-se que o privilégio do latim dava direito a ignorar tudo o mais; era ele que fornecia todo o aparato de citações, e que fazia retumbar as salas das academias. Esta era a ciência que não comprometia, que não precisava de *censura.* A corrente das ideias que abrilhantam o século XVIII acha-se anatematizada entre nós em todos os escritores contemporâneos delas. Para compreendê-las, era indispensável pensar, e as inteligências do Meio-Dia, principalmente na península, são morosas, e conservam a tradição do *quietismo* religioso. Da leitura dos escritores da pura antiguidade formaram-se os gordos comentários que abafavam os textos, os escólios, as controvérsias, as notas, os argumentos, e de tudo isto saiu uma ciência formal chamada *Retórica.*

Ciência dos Quintilianos declamadores, firmava-se em bases convencionais, com as quais se graduava a intensidade das emoções, dos transportes, como quem dá a um registo, ou possui uma válvula de segurança! Era esta uma parte da educação liberal, trazida do *quadrivium* da Idade Média para as academias do século XVIII.

O espírito clássico, que impôs na luta da Idade Média o latim ao uso das línguas nacionais, triunfou em Portugal.

Castilho foi frequentar, como diz o seu panegirista: «Nos Gerais do Bairro Alto a Retórica com Maximiano Pedro de Araújo Ribeiro, que ali a professava, com tanto esplendor e eloquência, quanto é possível em mestres de oratória, quase sempre opulentos de exemplares, pobríssimos de engenho e invenção. Era Maximiano um cultor apaixonado do velho Quintiliano, bom humanista, e achacado da enfermidade de fazer versos, ora originais, ora versões de escritores da Antiguidade. Traduziu Pérsio e Juvenal. Calculava retoricamente os seus entusiasmos em odes pindáricas, de que ficou pouca memória. Escrevia comédias de própria lavra, de que não resta hoje recordação no teatro nacional. Era Castilho o seu discípulo amado, como aquele em quem reluziam visíveis mais lumes de poesia. A Castilho tomava por confidente dos seus desafogos métricos, e a ele elegia por auditório o Píndaro efémero do Cunhal das Bolas. Tinha por Cícero um amor que raiava em adoração. Ás belezas nativas, que um simples mortal há-de achar desprevenido nos discursos do celebérrimo orador, juntava Maximiano perfeições, que ele próprio esquadrinhava, caluniando de sublime as expressões mais

triviais e familiares que o orador escrevia sem pretensão. A estes tempos de vida literária pertencem os primeiros versos portugueses de Castilho.»

É chistoso este retrato escapado da pena do hábil estilista Latino Coelho.

Nestes ditosos tempos matavam-se as horas compondo epístolas sobre a amizade, aos anos felizes dos conhecidos, odes genetlíacas no nascimento dos príncipes; não havia desembargador que não poetasse, não havia chinó tão bem ajustado debaixo do qual se não fosse aninhar um soneto. Os versos eram bem medidos, bem esteados e engomados com epítetos, havia admirações de transportes, enfim a *turba vatum* ia nas pegadas de Horácio como os bons carneiros de Panúrgio. Castilho seguiu o movimento; ele mesmo na *Primavera* descreve-nos a amizade e admiração que tributava ao sábio António Ribeiro dos Santos, mais conhecido pelo nome arcádico de Elpino Duriense. Foi levado na torrente, por falta de individualidade; é uma primeira consequência do seu carácter de infância; não teve força para resistir, não alcançava mundo fora das estreitas paredes da Retórica, do mesmo modo que as crianças limitam o universo ao quintal da casa em que nasceram. A dependência contínua em que também a desgraça o colocara, a necessidade incessante de uma mão que o guiasse, tiraram-lhe a energia da virilidade; como carecia de amparo quando seguia, não concebia como o espírito pudesse progredir sem a tutela da autoridade; curvou-se a ela, reconheceu-a, foi com os mestres.[176]

Viu na poesia o que todos os demais viram, um brinquedo infantil, como torres de cartas; não era a expressão profunda e séria das paixões humanas, mas um meio de entreter os intervalos das palestras familiares, do mesmo modo que as charadas e adivinhações.

Os poetas não sabiam o que era a dignidade do pensamento; empenhavam todo o seu esforço em cantar os grandes à sombra dos quais iam vivendo; este defeito macula as melhores composições de Dinis, Quita, Garção, Dias Gomes, e Filinto; tornaram insensivelmente a poesia uma coisa oficial, cerimoniosa, das festas da corte; isto se vê nos volumes das composições dos sócios da Academia dos Obsequiosos do Lugar de Sacavém.

Castilho, como criança, foi embalado na doce ilusão da origem divina da realeza; cantou-a com toda a ingenuidade da sua alma; na morte de D. Maria í concorreu, com todos os poetas, com o seu epicédio chorado e miserado.[177] Quando cantou, depois do *le roi est mort,* o *vivre le roi* no poema extenso à coroação de D. João VI, não se esquece de lembrar que já cantou ou carpiu a defunta rainha na sua urna cinerária. Era um serviço lembrado à magnanimidade do rei.

Reinava neste tempo também despoticamente o petulante padre José Agostinho de Macedo; fundara à maneira de Adisson, um *Espectador Português* para fustigar os que se rebelavam contra a sua teocracia. Representava entre nós a literatura francesa do século XVIII; tragédias racinianas, odes à Rousseau, poemas didácticos à imitação do insonso Delille, voltairiano ortodoxo, o atrevido padre afectava em tudo uma erudição de enciclopedista. Lera no *Ensaio sobre os Épicos,* de Voltaire, dois desacertos sobre Camões, e tratou de os repetir em Portugal. Levantou-se a polémica com Pato Moniz. Pela defesa do poeta nacional, vê-se que nenhum lado o compreendia; era preciso que surgissem Humboldt, Schlegell e Quinet, para no-lo apresentarem como a epopeia única que acompanha o movimento da Europa moderna na Renascença. José Agostinho de Macedo era tão vingativo como orgulhoso; atacava em tudo e por tudo o pobre Pato Moniz; procurou aviltá-lo demonstrando que o seu epicédio à morte de D. Maria I era inferior ao de uma criança; Castilho não compreendeu o fim para que o elevavam comparando-o a Pico de la Mirandola, a Tasso e a Pascal; não sabia que o atiravam à

---

[176] Vide *Primavera.*

[177] *Jornal de Coimbra,* nº 1, parte II, 1816.

cara de um bom homem. Assim começaram os seus primeiros créditos, e pode-se dizer que conservou na literatura portuguesa esse espírito de reacção acobertado com um classicismo doutrinário e impertinente, que José Agostinho de Macedo sustentara nos sermões e nos libelos políticos. Se as individualidades se continuam na história, o autor de *A Besta Esfolada* e das análises *de Os Lusíadas* transmitiu o seu espírito ao autor da *Tosquia de Um Camelo* e da *Preambular* do poema *D. Jaime.*

Nunca a lira desceu tão baixo na mão dos poetas cesáreos, como no poema em três cantos: *A faustíssima aclamação de Sua Majestade fidelíssima o Sr. D. João VI, ao trono: Poema dedicado ao mesmo senhor por seu autor António Feliciano de Castilho*.[178] A bajulação chega também a enfadar os mesmos que procura engrandecer, quando desce abaixo de um pudor conveniente. Só uma falsa ideia do sentimento e da poesia, e uma errada compreensão dos modelos antigos, podia delinear assim um edifício composto de três pilhas de seiscentos e sessenta e três versos, setecentos e sessenta e seis, e mais seiscentos e cinquenta e três com outros cinquenta versos da dedicatória, ao todo, mil setecentos e trinta e dois versos para cantar o mais supinamente alvar de todos os heróis, D. João VI.

O próprio panegerista Latino Coelho, não pode deixar passar esta noticia sem uns laivos maliciosos de verdade: «Mas D. João VI era o rei mais bondosamente prosaico, de quantos se têm assentado no trono português. Medíocre na prosperidade, e medíocre ainda no infortúnio, nem admirava pelas suas acções, nem interessava pelas suas desventuras. A sua corte podia ser uma comédia de intriga, mas repelia infelizmente para a nação todas as ambições da tragédia purpurada. Um rei, que reina antes de o ser, embarca ao estrépito dos Franceses, que endireita para o Brasil, escoltado pelos seus corteses aliados, que se aclima à sombra dos coqueiros, que desconhece com um cosmopolitismo verdadeiramente assustador o menor assomo de nostalgia, que prossegue em se deliciar no Rio, como dantes na pavorosa Mafra, com a melodia soturna do cantochão; que depois ouvindo rugir ao longe o tigre popular, reparte o seu ânimo entre condescendência e terrores, que aceita as base da Constituição, com a sinceridade de um Manuel Borges, e depois com monacal sinceridade as anula sem azedume e sem pesar; um rei que a si decreta a coroa de imperador, e pede, nos seus receios dinásticos, a toga de presidente da República; um rei assim é um exemplo seguro para moralistas, mas é o péssimo dos assuntos para poetas. É a burguesia coroada com todos os acidentes afortunados ou adversos da sua despoetizada condição.»[179]

Eis o digno ideal para o intérprete da dor pungente e da acerba mágoa que rasgou o peito da infeliz Lísia, quando viu Maria excelsa, o esplendor das Musas, tornada cinzas funéreas. Tal é o espírito dessa poesia.

Este poema à coroação do monarca é um misto de alegorias mitológicas, ainda abaixo das pinturas das salas da Ajuda que representam D. João VI levado pelos tritões dentro de uma concha.[180]

Segundo a lira de Castilho o magnânimo João só devia suster as rédeas do Império Universal; é por isso que não lhe pode negar seu canto; um canto sublimado ao Grande, ao Augusto Herói, ao Pai da Pátria, ainda não disse tudo, ao Nume dela. Quer remontar-se *ab jove principium,* não sabe donde começará a dar princípio ao canto. A mente limitada de mortal, o engenho da espécie humana não poderão tecer todos os louvores,

---

[178] *Jornal de Coimbra,* vol. XI, nº 59; parte II, 1817.

[179] *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil,* vol. II, p. 178 (1860).

[180] *Jean VI sur une coquille. Tel est le sujet d'une peinture qui se voit dans la salle d'audience, qui représente le retour de ce souverain du Brésil en 1821. Le roi se tient debout sur une conque, et il est accompagné de sa nombreuse famille. On ne peut rien voir de plus ridicule. C'est Foschini qui s 'est rendu coupable de ce crime de lèse-majesté»* Rackzynski, *Les Arts en Portugal,* p. 268.

porque a natureza não dá cem bocas , nem um cento de línguas, nem uma voz de ferro, que igualem o assunto.[181]

Isto faz lembrar o canto de Vidigal no poema do *Hissope,* quando, depois de escarrar e pôr os olhos em alva, começou a beliscar na pança da bandurra, para exaltar até aos astros a Câmara Municipal de Elvas por mandar deitar quatro gatos de ferro em um sino rachado. Se alguma vez Castilho se mostrou um génio foi neste poema, em que inconscientemente se eleva ao mais alto cómico.

O poema vai-se desdobrando em miríades de versos, requebrados, campanudos, cuja harmonia é dada por aquela inspiração que o poeta Waller descobriu quando cantou a morte de Cromwell, e a elevação ao trono de Carlos II.

O nascimento do monarca é brilhante de despejo: viu a luz primeira no suave Maio, quando a esposa de Titão saiu mais bela derramando orvalho no carro de ouro; nesse dia Lampso soberbo e Faetonte ufano, surgiram com garbo novo do Oriente, e

---

[181] *Dos vassalos o bem, o bem da Pátria;*
Se a Pátria exulta; se largando o luto
No trono assenta dos Avós herdado
Magnânimo João, que só devia
Do Império Universal suster as rédeas,
Não pudera eu também negar meu canto
Ao grande, Augusto Herói, ao Pai da Pátria,
E mais que ao Pai da Pátria, ao Nume dela.
CANTO I, v. 70, etc.

A mente do mortal, o engenho humano
De todos o louvor jamais tecera:
Cem bocas, línguas cento, e voz de ferro
Natureza não dá, que o assunto igualem.
v. 87

Nasceste Grande já: Teus Altos Feitos
Fizeram-te maior: a Glória herdada
Doutra glória imortal cobrir soubeste.
v. 104

Ao mundo ostentas piedade augusta,
Sagaz prudência, rectidão, justiça,
Um génio liberal, afável, brando
Da santa paz o amor, da guerra o ódio.
v. 121

Igual a Castilho nesta idealização de D. João VI só encontramos o metrificador portuense João Evangelista de Morais Sarmento (1773-1826) do qual transcrevemos para aqui alguns versos como termo de comparação:

Teu nome, João Sexto, só teu nome
Na boca de um dos lusos ressoando
Basta a acender de amor Vesúvio intenso.
A ideia de quem és sopra em nós outros,
Faísca que electriza os seios de alma,
Que o sangue em ondas faz rever nas faces,
Que escalda a mente, e que alvorota os pulsos,
Para afrontar por ti mil mortes juntas.
A ideia de quem és, mais alta sempre
Ao Globo, que a teus pés, teu mundo roda,
E eixo de ouro, eixo inconcusso, eterno.
(Poesias, p. 130)

foram assim pisando o Esquadrão dos Astros com mais vaidade; até as Plêiadas refulgentes se adornaram com novos resplendores, e Cila e Caríbdis deram tréguas ao mar, na montanha de Encélado cessaram as labaredas; parecia que mostrava ao mundo uma universal primavera. No Averno pararam os suplícios, e as filhas da Noite nos rios infernais tinham suspendido os hórridos flagelos. Esquecia dizer que o Fado sobre o mole berço bafejou-o ao cingir a fronte com frondosos nardos, para que a inveja não pudesse escurecer o brilho e a glória das futuras acções.

As Graças tomaram-no em seus braços e o nutriram aos seus níveos peitos, e no puro leite delas bebeu os nobres sentimentos, dos quais bem que do fecundo germe brotam mil feitos imortais, que servem de honra à pátria e de brasão e de esmalte ao Trono.[182] O poema vai todo martelado neste diapasão.

A falsidade do ideal disputa competência com aquela Deusa que lhe apareceu num êxtase sublime sustendo na dextra um brilhante facho semelhante ao da Tocha Oriental «a formosa e cândida Verdade», que o força para que surja, brade e rompa o silêncio, e levante nas asas do louvor os Grandes Feitos do Monarca Excelso.[183] Isto parece uma caricatura grotesca em vez de um encomio para apregoar os feitos de D. João VI, que não passou de escavar rapé num dos bolsos do colete, de desentranhar frangãos assados das algibeiras do casaco. A leitura deste poema faz-nos lembrar uma estampa do frontispício das grossas edições da Academia da História Portuguesa, ou os frescos estúpidos que estão nas salas do Palácio da Ajuda.

Neste tempo a poesia descera ao mister de pregão mercenário, pedia-se esmola em verso; isto vemos nos sonetos de Garção, nas sátiras de Tolentino. Sobre este ponto diz o testemunho insuspeito de Latino Coelho:

«Quando o poeta canta o povo, como Beranger, recebe a moeda do povo, a glória; quando se lembrava outrora de cantar os reis, à semelhança de Boileau, conseguia a magra pensão do poeta cesáreo. Castilho recebeu uma rendosa mercê em paga da sua oblata.»[184] D. João VI remunerou burguesmente aquela inspiração burguesa que o fazia seu Nume, e despachou o poeta para o lugar de escrivão, com a renda anual e vitalícia de quatro mil cruzados. Estes factos definem o artista, caracterizam a sua feição.[185]

---

[182] Canto I, v. 129 até 170.

[183] Dedicatória do poema, v. 2, 5, 20.

[184] Revista citada, p. 179.

[185] Decreto da mercê:

«Por efeito da minha real munificência, com atenção ao distinto talento que tem manifestado António Feliciano de Castilho, e à grande aplicação com que se dedica ao estudo das ciências na Universidade de Coimbra; hei por bem fazer-lhe mercê da propriedade de um dos oficiou de escrivão e chanceler da Correcção de Coimbra, que se acha vago, não tendo ficado filhos legítimos do último proprietário; e sou outrossim servido conceder-lhe faculdade para nomear serventuário, sendo pessoa apta e aprovada pela mesa do desembargo do paço. A mesma mesa o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1819. Rubrica de Sua Majestade. – Registada a fl. 26.» (Publicado nas *Escavações Poéticas,* fl. 64.) Desde este decreto data a anulação da sentença formulada por Garção:

Almotacé que queiras ser um bairro
Excluído serás sendo poeta.

Os obreiros das Cortes de Vinte, foram levados para a inauguração do constitucionalismo, que se havia de perder nas mãos das mediocridades literárias e dos palavreadores metafísicos. Isto tornou ineficaz esse sublime movimento nacional; e quão há literato, com dois ou três folhetins, e alguns versos que não tenha sido ou não queira ser ministro.

A tença da propriedade de um oficio de escrivão tornou-se no longo reinado de D. Maria I e regência de D. João VI o pagamento dos encómios dos poetas; a José Daniel Rodrigues da Costa, autor de

Neste poema, que é um aviltamento da arte, o maior monumento da sua decadência, canta-se a fugida do rei para o Brasil, e o temporal que a esquadra sofreu na altura das ilhas;[186] canta-se o decreto de 10 de Fevereiro de 1792 em que D. João VI resolveu assistir e prover o despacho dos negócios em nome da rainha sua mãe, e assinar que ela durante o seu notório impedimento, não se fazendo alteração na ordem normal e chancelaria.[187]

Nas notas ao poema, as páginas vêm recheadas de decretos, portarias, regulamentos, provisões, ofícios, cartas régias, resoluções, diplomas, alvarás, editais, avisos da secretaria, todos os papéis oficiais expedidos durante o reinado do monarca celebrado. É daqui que tira a marcha do poema, que não tem acção; já o exalta por dar a liberdade aos presos pelo nascimento da princesa, já o engrandece por fazer no lugar da Azinhaga, termo de Santarém, um depósito de reses vacuns, por criar a companhia de veteranos e o montepio literário, e providenciar a favor dos expostos e mestras de meninas em Lisboa, e a barra de Aveiro, e o encanamento do Cávado, e a diligência entre Coimbra e Lisboa, e as comendas, títulos, e prebendas com que assinalou vários indivíduos, tudo isto forma uma espécie de crónica em verso, desdobrada aos olhos munificentes do soberano. Toda a insistência sobre este poema, não deixa ver a mínima parte dos seus ridículos e degradações, nem tão-pouco deixa bem patente um exemplo para fugirem os futuros escritores. Há porém um lado que defende Castilho; tinha a fraqueza de criança, e deixou-se levar pelos que lhe aconselharam este meio de tornar-se protegido. O modo como ele julga os factos da sua época, são o eco das palestras domésticas que ouvia; maldiz a Constituição espanhola por querer estabelecer a responsabilidade real, e diz que a *igualdade* e a *liberdade* são um criminoso orgulho, cujos princípios têm desterrado a paz do mundo inteiro e manchado de sangue as púrpuras dos reis; era isto ao que se chamava ideias francesas.[188]

Pouco depois de Castilho ter escrito esse protesto contra a liberdade moderna, deu-se uma transformação no seu espírito, e os livros dos enciclopedistas operaram uma momentânea visão de Saulo. A nova compreensão da liberdade, que o levou a figurar nos improvisos do outeiro poético da Sala dos Capelos em 1820, quando a nação portuguesa, pondo termo ao domínio inglês de Beresford, reassumiu os seus destinos, acha-se assim descrita nesta página autobiográfica: «O suão da filosofia do último século também por nós, como por todos, havia passado. E as crenças da nossa infância pareciam estar secas; digo, pareciam, porque de crenças tais sempre lá ficam vivas algumas soterradas raízes, que, ao primeiro sopro do céu reproduzem e renovam o perdido, e às vezes com melhoria; mas enfim, por então eram nulas: perdoo eu a quem tais livros desalmados nos entregou, ou nos entregou a eles antes de corroborado o entendimento; foi a crueza não menor, senão muito mais atroz, que a de lançar crianças

---

O Almocreve das Petas, e protegido do intendente Manique, foi-lhe também dado o oficio de escrivão cm Portalegre.

[186] Verso 272, I.

[187] Verso 350, I.

[188] *Ó criminoso orgulho, os teus princípios*
Têm desterrado a paz do inteiro Mundo,
De sangue as Régias Púrpuras manchado,
Abatido as Nações ao jugo, à morte.
Quem primeiro sonhou louca igualdade,
E livres *quis deixar de todo os homens,*
Bebido tinha da corrente escura
Do Galo insano, que veloz se alonga
Lá junto às altas, invernais Celenas.
Canto I, v. 291, 299.

às feras do monte; e Deus perdoe, se pode, aos que, sem terem por si a desculpa de ignorância, se põem a escrever tais livros à luz do sol de Deus, respirando o seu ar, e saboreando-se em todos os seus benefícios. Deus lhe perdoe, e a mim, que arrastado de seu exemplo, também levei meu pequeno engenho, como vítima ao horrendo altar do nada; entoei, como hinos à razão, vaidosas e insensatas paródias dos Livros Santos; e das sublimes inspirações de Moisés, perante quem os maiores homens acurvam o joelho, fiz em ridículos versos um passatempo de presunçosos e néscios, mais um arrimo a suas impiedades, mais um enxerto na imensa árvore da incipiência para dele brotarem frutos de perdição.»[189] Na *Colecção de Poesias Recitadas na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra,* nas noites de 21 e 22 de Novembro de 1820, aparecem os tais ingénuos frutos de perdição; entre os poetas que celebram os acontecimentos do dia 17, figura António Feliciano de Castilho com alguns sonetos e odes contra o despotismo:

Despótico poder já nos não doma:
Ante tais feitos, que serão na história
Dias dourados, quais viu Grécia e Roma?

Neste afamado outeiro, que celebrava as bases da Constituição portuguesa tomadas da espanhola, figuraram Augusto Frederico de Castilho, com seu irmão, estudantes do quarto ano de Cânones, José Frederico Pereira Marrecos, Pedro Joaquim de Meneses, José Maria Grande, José Maria de Andrade, Fernando José Lopes de Andrade, o padre Emídio, e João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Eram estes os novos espíritos, que liam as obras dos enciclopedistas, e que se apaixonavam pelo princípio da soberania nacional, proclamado na Revolução de 1820; Castilho ia com a corrente, e quando em 1823 D. João VI rasgou brutalmente a Constituição de 1822, a Universidade de Coimbra, como reduto da estabilidade, foi a primeira a saudar a reacção do absolutismo, celebrando um novo outeiro poético para exaltar a restauração do despotismo. Castilho foi levado a recitar poesias neste desgraçado outeiro, e nas *Escavações Poéticas,* reconhece a sua lamentável contradição, atribuindo-a a autoridade paternal e a uma prevenção de segurança.

Neste correr da inspiração, alentada pelas clássicas e enfatuadas tradições de todas as arcádias, este culto intenso pelas Musas, nove senhoras muito respeitáveis e condescendentes ao apelo do cantor palaciano, não podia deixar de se conservar sempre vivo em outras liras. Castilho começou a ser então festejado nos outeiros poéticos, velha usança, que de todo passou de moda, e deixou ao abandono os poetas que ficaram hoje a suspirar pelas brisas. Os mirantes, pela eleição de alguma nova abadessa, bordavam-se de luminárias e de véus alvejantes que flutuavam nas virações da noite; a multidão apinhava-se no adro, e ao som de escarros constipativos e maliciosos, lá se escutava uma voz aflautada e argentina, que declamava docemente no ar a terna divisa do *Lá vai mote.* Os poetas apressavam-se a glosá-los, com a mesma presteza de quem sabe apanhar mosquitos no ar. A poesia, deste modo, resumia-se em um bom provimento de rimas, para salvar nos acasos da inspiração; o verso por si lá se endireitava com um *nariz de cera,* com mais uma palavra, com mais um prolongamento na entoação da voz.

Pertencem a esta escola os bons versos de Bocage e de João Xavier, e os repentes sarcásticos do Lobo da Madragoa.

Estes versos dos outeiros políticos explicam-nos como Castilho foi irresistivelmente arrebatado para as composições dramáticas, que estavam no maior

---

[189] *Memórias do Conservatório,* p. 43.

furor da moda em Coimbra desde 1816 até 1825; a tragédia voltairiana era o meio subreptício de dar largas ao sentimento da liberdade, que o absolutismo reinante procurava abafar por todos os modos. Castilho também escreveu dessas tragédias à João Baptista Gomes, temperadas com todas as figuras e tropos do *elmanismo.* O teatro nesta crise política adquire certo interesse entre os estudantes e os filhotes. Em casa do Dr. José Feliciano de Castilho, que então morava ao Arco de Almedina, onde é hoje o clube, fizeram-se bastantes representações particulares de 1824 a 1825; tomavam parte nestas representações os filhos do catedrático, e Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos, com António Dias de Oliveira, que foi ministro em 1837, e actualmente ainda juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Castilho, que seguia as pisadas de Monti, traduziu deste poeta a tragédia *Aristodemo,* em verso, cujo tipo era desempenhado por Augusto Frederico de Castilho, que foi padre. Castilho escreveu depois outra tragédia em verso, em cinco actos, intitulada *Cánace,* que ficou ignorada, e *A Festa do Amor Filial,* drama em dois actos, também inédito.

De 1825 para 1826 arranjou-se um novo teatrinho na Rua do Sargento-Mor, em Coimbra, em casa de José António Rodrigues Trovão, com frente para o cais; a tragédia de La Mothe, os *Macabeus,* traduzida por João Baptista Gomes, e as comédias de Goldoni, *A Mulher Amorosa, O Pai de Família,* e um auto moderno de Santo António formaram o principal reportório; em uma destas récitas é que um tal Francisco Inácio de Almeida veio à cena recitar uma ode de Castilho. Feitas estas representações, conflitos íntimos dissolveram a sociedade dramática, e uma nova se organizou para levar à cena a ópera cómica *Os Tamanqueiros,* escrita por Pigault Lebrun. Neste tempo, como sabemos pela confissão de Garrett n'*O Cronista,* Pigault Lebrun era considerado em Portugal como o terceiro homem de génio do século, ombro com ombro com Walter Scott; a sua ópera cómica foi traduzida na parte da prosa por António Ferreira de Seabra, e na parte métrica por António Feliciano de Castilho. O lente de música da Universidade e mestre da capela da Sé, Francisco da Boa-Morte regia a orquestra; a música da ópera era arranjada pelo organista João José Borges;[190] o estilo da *modinha* do século XVIII predominava despoticamente, a ponto de algumas chegarem até nossos dias, como a *Jovem Lília,* agarrada à música de *Semíramis* de Rossini, ou a de Garrett, *Sobre Um Rochedo, Que o Mar Batia,* etc.

A poesia, que não era então outra coisa mais do que o artificio da metrificação, tornou-se uma parte obrigada das festas reais; casamentos, aniversários, coroações, exéquias, eis os assuntos obrigados das Musas. Em Espanha este hábito servil tomara o nome de *certamen,* e em Portugal chamava-se-lhe *outeiro*; nas festas religiosas, como milagres, canonizações, padroeiros, era uma cerimónia indispensável o congresso dos poetastros, a que se chamava também à maneira italiana uma *academia.* O uso deste divertimento literário, pela sua frequência na Itália, Espanha e Portugal, foi introduzido pela educação dirigida pelos Jesuítas, que impuseram à Europa uma absoluto humanismo. O *outeiro,* pela sua origem religiosa, conservou quase sempre esse carácter e era essencialmente freirático; servia para celebrar as eleições dos abadeçados, foi usado também entre as pompas búdicas da procissão do Corpo de Deus,[191] desde 1719, e nos regozijos políticos, como no célebre outeiro da Sala dos Capelos em Coimbra em 1822. O último representante dos outeiros poéticos foi Castilho, que ainda em 1867 propunha a sua restauração, a propósito da estátua a Bocage: «Vão longe aqueles dias dos tão afamados *outeiros poéticos* de Portugal; já também agonizavam quando os eu alcancei; mas eram donosa ocupação e bom estímulo de engenhos, enquanto a

---

[190] O *Teatro em Coimbra* (1550-1830), por Francisco Martins de Carvalho. *(Conimbricense,* ano XXXII, 1870.)

[191] Dr. Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História,* t. IV, p. 39.

juventude era juventude, e a política nos não tinha a todos e de todo dessalgado; mas quem nos diz que ao pé do vosso Bocage ressuscitado, não poderiam, se os evocásseis vós, ressuscitar igualmente aqueles certames nocturnos dos engenhos, no dia ou no tríduo do aniversário do monumento? E se ressuscitassem não seria esse um facto bem fecundo?...»[192] Castilho seguira a primeira vibração liberal de 1820, e dessa época restam dele documentos literários, como *O Tejo,* elogio dramático aos anos do Sereníssimo Sr. D. Pedro, príncipe real, em 1820, e uma *Ode à Morte de Gomes Freire,* a primeira vítima da liberdade portuguesa. Também pagou homenagem a essa deplorável forma literária dos elogios dramáticos, em um que se intitula *A Liberdade,* e nos versos que se distribuíam pelos teatros nos espectáculos de gala, tais como a cantata: *Os ais do povo luso enfim venceram,* que se espalhou no teatro da Rua dos Condes por ocasião do regresso de D. João VI do Brasil, em 1821. É também deste mesmo ano o canto: *Agora que dos Céus o longo espaço,* no qual faz a descrição das festas pelo aniversário da Revolução de 15 de Setembro de 1820; e a cantata: *Enquanto a pátria docemente goza,* que se distribuiu no jantar constitucional dado na Sala do Risco, no Arsenal da Marinha em comemoração do dia 24 de Agosto de 1820.

A morte de D. João VI em 1826 veio truncar repentinamente os planos do despotismo, por meio de uma conciliação da soberania nacional com a monarquia da *graça de Deus,* com esse produto híbrido da Carta outorgada por D. Pedro IV. Neste ano Augusto Frederico Castilho, ordenado de presbítero, fora despachado pároco da igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga, do bispado de Aveiro; Castilho refugiou-se da transformação constitucional junto de seu irmão, onde se conservou até ao fim do cerco do Porto. Desta época da sua vida fala o poeta autobiograficamente: «Enquanto nos aí desfrutámos em ócios quase sempre estudiosos as delícias da natureza, da confraternidade, e de geral estima, as nuvens das tempestades políticas amontoadas ao longe, depois de largas assolações por todas as outras partes começaram também de ameaçar um monte, que por tão inacessível houvéramos...»[193] «De oito irmãos que ao todo éramos, só dois, ele e eu permanecíamos ainda intactos das perseguições, fruto amargo, mas indispensável das grandes crises dos estados. A hora da perseguição era pois inevitável e soou; meu irmão, que a tempo a pressentiu, desampara comigo o seu remanso de oito anos (1826-1834), a amizade entranhada de todo um povo, e o templo onde o cadáver, sempre chorado de nosso pai nosso ficava sob a luz perpétua da alâmpada...» Na vida solitária de S. Mamede da Castanheira do Vouga «dormia descansado, traduzindo Ovídio, romatizando, fazendo os seus castelos – bebendo nesse retiro o vinho da frasqueira de um cónego, aprendendo do seu criado Francisco[194] quando se plantavam as couves...» Era uma vida perfeitamente arcádica «catequizado pagão por Chompré».

A vida na residência de S. Mamede da Castanheira do Vouga foi um período de remanso mental que confinou Castilho no mundo do idílio; partiu de Coimbra para a serra com seu irmão padre em 23 de Outubro de 1826, indo habitar o passal na antiga quinta das Limeiras dos Condes da Feira.[195] Namorado da Eco misteriosa do Convento de Vairão, Castilho identificava-se com a Antiguidade; escrevia no Templo das Musas, que era uma palhoça no Alto da Pedra Branca, fora do passal, à beira do sobreiral de S.

---

[192] Cartas do Exº Sr. A. E. de Castilho e da Câmara de Setúbal, p. 10, Lisboa, 1867.

[193] *Memórias do Conservatório,* p. 48.

[194] Deste criado e caseiro de S. Mamede, Francisco Gomes, grande borda d'água, que havia enterrado três priores, aprendeu Castilho esse sabor vernáculo da sua linguagem, que às vezes chegava ao plebeísmo. *Escavações,* p. 16, nota 10.

[195] *Amor e Melancolia,* p. 204: *A Chave do Enigma.*

Sebastião;[196] estava inteiramente ocupado em fazer traduções dos clássicos latinos: «A esses anos da serra pertencem pois, como já noutras partes declarei, as traduções das *Metamorfoses* e dos *Amores* de Ovídio, muitas das bagatelas incorporadas nas *Escavações Poéticas, A Noite do Castelo* e *Os Ciúmes do Bardo*.»[197] O campo influi no carácter idílico do escritor, pendendo para a frivolidade, e ele o confessa: «Todas quantas aspirações benévolas eu vim a patentear nos dois livrinhos que ainda hoje amo, *Felicidade pela Agricultura* e *Felicidade pela Instrução* não são reminiscências daquele prazo da minha vida. Era no retiro do Templo das Musas, que Castilho escutava o ruído da artilharia na acção da Ponte do Marnel, e o bombardeamento contínuo do cerco do Porto; o poemeto de *A Noite do Castelo* traz a assinatura da «Residência paroquial de S. Mamede da Castanheira do Vouga, 4 de Junho de 1830». Com o triunfo da causa dos liberais, Castilho saiu do seu retiro para acompanhar o irmão padre que se envolvera na política parlamentar; pelo seu lado proclamou-se também liberal, publicando um opúsculo com a *Epístola ao Usurpador na Saída de Portugal,* onde mimoseia o vencido com estas frases:

Em hora mó, do porto desaferres
Ó príncipe das trevas .....
.....

Em três vezes má hora a proa infanda
Cometa o mar, co'as Fúrias por Nereidas,
Por galerno os tufões, e ao leme a porca.
.....

Sequioso o cadafalso te pedia;
Mas foi lei do Senhor na infância do homem:
Não matarás Caim! – Deram-te a vida,
Porque enchentes de sangue generoso
Co 'um pouco sangue vil se não remiam...

Este opúsculo vendia-se a sessenta réis; nesse mesmo ano publicou outra *Epístola ao Povo nas Eleições de 1834,* onde proclama:

Povo, oh nobre sem fausto, oh rei sem jugos,
Vate plebeu, que de plebeu se preza
Te envia o pensamento, o amor, os sustos.

O *vate plebeu* encarregou-se de desmentir estas palavras organizando uma remotíssima genealogia no drama *Camões,* e fazendo-se no fim da vida visconde do seu nome. Nesta epístola Castilho indica ao povo em quem há-de votar, lembrando que fujam daqueles que trouxeram da emigração o estrangeirismo:

Procura os que já bane, entrando em ferros
Mais dos ferros no horror se acrisolaram;
Procura os que deixando os pátrios muros,
Peregrinos por terras de estrangeiros,
Nos andaram ciência entesourando,

---

[196] *Ibidem* p. 349.
[197] *Ibidem,* p. 348.

Enquanto os mais ou fofos volteavam,
Ou com o feio de acções nos desluziam,
Ou supondo polir-se o único estudo
Punham no perverter seus pátrios modos,
O trajo, a mesa, o sono, o amor e a língua;
Estes, do chão natal profanadores,
Longe do pensamento, os outros se amem
Que amaram só do Estranho o que nos sirva,
Nunca o seu jugo!

Castilho, no tirocínio da Universidade, filiou-se na escola, para a qual tinha já tão bons preparativos. Acreditou-se nos outeiros de Santa Clara e Teresinhas; mais tarde, quando os outeiros passaram para o teatro, também lá foi colher seus louros, exaltando a grandeza com que D. João VI jurou as bases da Constituição e em seguida como as rasgou; parece que se jurara ou encartara poeta cesáreo da casa Bragança-Bourbon, pelo que vemos do *Tributo Saudoso à Memória do Libertador,* e no *Trânsito do Sr. D. Pedro V* Tudo verduras de uma infância perpétua, que se desdobra em uma prolixidade de frutos.

Vejamos agora como Castilho sente e ama a natureza; deve-lhe aparecer com aquela transparência e graça dos sete anos. Já dos trabalhos anteriores se discrimina qual há-de ser o género de assuntos da sua predilecção.

A *fábula* desenha-se-lhe à fantasia graciosamente, como um brinco infantil; escolhe o mais infantil de todos os assuntos – o amor não correspondido de uma terna ninfa por um mancebo cruel. Foi numas férias de Coimbra, que deu começo ao poemazinho florianesco das *Cartas de Eco e Narciso,* que influenciou na sua vida.

A mitologia é de todas as criações a que tem menos recursos poéticos, quando se ignora a concepção que ela traduzia. O sentimento do *maravilhoso* é o primeiro que se manifesta no homem, é o primeiro também que dá forma à sua poesia. Esses tipos do velho Olimpo são como conchas sem pérola para os que só conhecem a mitologia pela rotina das academias; no fogo da inspiração o muito que consegue é deixar-nos somente um pozinho calcinado que qualquer sopro espalha. Era e foi assim que Castilho compreendeu a Antiguidade, através de Ovídio que só procurava engraçadas aventuras, cenas lascivas, jogos, brincos, transformações de amores, para divertir uma sociedade sem crenças, e uma corrupção ameaçada pelo tédio; a mitologia pelas *Cartas a Emília* é uma galantaria, um tema para requebros de frase e ternos versinhos de Demoustier, pior ainda que as secas e absurdas indicações do Dicionário de Chompré. Um falso conhecimento das formas e das imagens falsificou-lhe a expressão do sentimento.

A mitologia é uma fase dos símbolos materiais que exprimem o sentimento religioso, depois de ordenados e de determinada a unidade deles. É um facto humano, inconsciente, que Pitágoras, Empédocles, Xenófanes e Tales procuraram interpretar; umas vezes o simples nome de um fenómeno constituía-se em realidade independente pela audácia da metáfora: *Nomen, numen.* Outras vezes a lei dos fenómenos naturais vela-se sob uma forma dramática, sacramental dos mistérios eleusinos; as diferentes interpretações de um mesmo facto considerado em civilizações diferentes dão-lhe uma existência múltipla; o modo de perpetuar um sucesso, e pelo decurso do tempo perdida a memória dele e conservada apenas a forma que o lembra, tudo isto encerra as causas de transformação e o sentido do politeísmo grego. O orfismo de Pitágoras, o sistema evemerista, o exclusivismo de Dupuis e de Creuzer, a erudição de Voss e de Lobeck, elevaram à altura de uma ciência antropológica isto que para alguns desassisados parece uma curiosidade, uma ficção divertida criada pelos poetas, como um *deus ex machina*

para valer aos seus heróis nos lances difíceis.

A mitologia comparada tem encontrado nos símbolos religiosos de todos os povos uma unidade que leva à lei da sua formação; e esses tipos ideados na Índia, na Pérsia, na Grécia, na Etrúria exprimem uma poesia, a da primeira impressão do mundo, do regozijo da vida, da aparência das realidades, um sentimento puro não viciado por nenhuma teologia convencional e arbitrária. É o que não sabem os poetas das arcádias, os Mémnides Eginenses.[198]

As *Cartas de Eco e Narciso,* a primeira obra que Castilho escreveu intencionalmente para o público, fruto das lições de José Peixoto, seu mestre de Latim e de Poesia «e muito bom poeta latino e português». Foi esse exímio intérprete do Lácio Pindo, que lhe excitou na alma o primeiro amor das Musas da sábia Roma; foi ele que lhe fez exprimir na pátria língua, os altos versos de Virgílio, o cantor de Eneias, e os sons da lira venusina, e os ternos queixumes do amante de Corina. Oh! bem hajas intérprete facundo, exímio Peixoto.[199] Ensinou-lhe a conhecer a Antiguidade, as nobres e vetustíssimas tradições dos homens primitivos, como engraçadas alegorias, finos tropos, que se prestavam facilmente à mecânica do verso. Andava neste tempo em voga o chato e açucarado livro de Demoustier intitulado *Cartas a Emília sobre a Mitologia.* Era também moda o sistema de cartas a Sofia, a Heloísa, restos do século XVIII. Olhada a mitologia por outra qualquer face, a não seguir os trabalhos de Vossio, Dupuis, Creuzer, Guigniaut, Preller, ou Otfried Müller, ela só apresenta uma série de puerilidades engenhosas, que deleitam a imaginação e nos desenfadam dos cuidados da vida. Aqueles vultos serenos de Olimpo helénico desenharam-se-lhe na fantasia como figurinhas recortadas, visualidades caprichosas do paganismo.

É esta a tendência infantil; Castilho procurou reproduzi-las, como quem aviva uns traços mal debuxados que se apagam. A escolha da acção mede o artista: *Eco* é a alma do poeta, solitária, não tendo no mundo quem lhe responda à expansão que a lança para a natureza que se lhe esconde.

Castilho tinha um sentimento vulgar, e as tradições clássicas da escola não o deixavam compreender as coisas. O amor grego, indefinível, artista, como o achamos na *pederastia,* não o podia fazer sentir o José Peixoto; ainda Otfried Müller não tinha encetado esse trabalho. Há na mitologia helénica o amor com um carácter de fatalidade invencível, é um destino diante do qual se verga. O forte, o herói triunfa dele, não o conhece; ama o fraco, aquele não sabe resistir e se deixa ferir; ali a mulher conserva ainda o seu ideal indiano de perfeição, a *fraqueza;* é ela quem é vencida pelo amor.

Esta é a base de todos os mitos, é o que explica as uniões desnaturais de Pasífae, de Bíblis, os ímpetos vertiginosos de Fedra, de Safo; Eco entra também no coro das suas irmãs prostradas pelo amor.

Na paixão de *Eco e Narciso* é que aparece o *pathos,* que 50 se encontra mais tarde

---

[198] Nome poético de Castilho na Arcádia de Roma.

[199] Graças, graças a ti, Peixoto exímio,
Do Lácio Pindo intérprete facundo!
Tu foste, quem primeiro o amor das Musas
Da sábia Roma me excitaste n'alma!
Os altos versas do cantor de Eneias,
Os sons da lira, que afamou Venúsia,
Do amante de Corina as ternas queixas,
Me fizeste exprimir na pátria língua.
Em cantos que inda então soltava a custo.
Oh vate, cuja mão plantou meu estro,
Olha com brando rosto os frutos dele.
Cartas de Eco, p. 10, 4ª ed.

nas obras de arte; a verdade da alma da Grécia transparecia brilhante nas criações populares. A educação literária de Castilho, a tutela forçada em que se achava sob a *virga férrea* da autoridade magistral, empeciam-no de descobrir estas coisas, achadas pela crítica moderna. O Ovídio, cujas *Metamorfoses* estava já traduzindo (1836), apresentava-lhe a série destes violentos amores, não como um acesso natural e franco da alma antiga, mas como enredos licenciosos, devaneios lúbricos dialogados declamatoriamente para excitar a sensualidade das damas romanas enquanto as escravas liam no toucador delas.

Os mestres, e os mesmos poetas iludiram-no; acreditou neles com a boa-fé de criança. Sem se lembrar de que nos tempos ante-homéricos era desconhecida a escrita, e que nos poemas homéricos nem uma só vez é claramente citada, concebeu abstrusamente *Eco* pelo tom da pastoral de Longo, e pô-la a escrever os seus requebrados galanteios pela casca das árvores do bosque.

A forma de carta tinha sido adoptada por Pope, para os insulsos anelos que pôs na boca de Heloísa e Abelardo. A carta presta-se ao monólogo vago, cismador, tempestuoso, como é a poesia romântica; era a forma menos grega que podia escolher. A serenidade da arte clássica, a harmonia de todas as partes absorvendo-se na perfeição do conjunto, a nitidez dos traços, das cores, deixando predominar em todas as criações um aspecto visível, particularmente escultural, nada disto se encontra nesse inocente livro das *Cartas de Eco*; a frescura primitiva, a suavidade, a natureza espontânea e simples, está ali substituída com um colorido de adjectivos – de gentil, amável, formoso, lindo, belo, juvenil, doirado, cruel, tirano, ingrato, e isto variado segundo as exigências da metrificação.

Os versos nem uma vez se quebram, estão inteiriçados pela prontidão dos epítetos. Aquelas iras, ameaças, arrojos e esperanças são ainda de uma alma infantil; é por isso que o assunto se esgota depois da primeira carta, até à puerilidade. Eco *escreve* no tronco de um choupo, que cresce nas *verdes* margens de um *sereno* rio aumentado pelas *ternas* lágrimas que chora. No delírio da paixão, ela não se esquece das figuras da retórica do mestre Maximiano para medir as emoções:

Em lágrimas, em ais consumo os dias,
Em lágrimas, em ais as noites velo.

Eco vai queixando-se, e invocando o exemplo dos animais que também amam; o rei dos animais não se envergonha de arrastar os grilhões que o amor lhe lança. É uma comparação de maior para menor, mas não importa; o que Eco aspira é encher os campos com filhos formosos como Narciso e ornar as florestas com novas Ninfas que vençam as Ninfas suas rivais.[200] Desculpe-se pela candura e ingenuidade da alma do poeta; as circunstâncias foram-lhe prolongando a infância; faz ideia da vida, pelo arranjo doméstico; privado da vista nunca pode abandonar o lar, ama-o, enfeita-o como um tipo de um quadro flamengo. Tem um ideal burguês de comodidade, que lhe faz escolher de preferência por mecenas D. João VI, o mais completo de todos os alarves.

Narciso, não sei porque influição amorosa, foi ler a epístola da sua incógnita Amadora, e lhe envia paz e saúde, ao fazer da resposta. Depois começa a tirar-lhe da

---

[200] *Tu que podes encher os nossos campos*
De filhos, como tu, formosos todos;
Tu, que podes ornar estas florestas
De Ninfas novas, que estas Ninfas vençam,
Esta glória a ti mesmo hás-de negar-te?
P. 34, 4ª ed.

cabeça essa alucinação. Dá graças ao céu, porque desconhece o amor, o Monstro, de cujo facho tem ouvido citar os bárbaros efeitos. Pede-lhe que não se fie nele; que é pequeno infante mas é buliçoso e amigo de brincar; que só tem alegria em cravar fundas setas, e exulta com o pranto e os ais que arranca. Ele gera cuidados, e faz murchar os prazeres, faz do sono pacífico uma guerra, e anda acompanhado do receio, da inveja, do ódio e do ciúme voraz. O amor é filho da rocha caucásia, do tigre hircano e de Megeras. À vista disto pede-lhe que se deixe de imaginações: e para mostrar em factos a verdade, não se esquece de retorquir também com a sua figurinha de retórica:

O mundo para mim é todo graças,
Angústias para ti é todo o mundo.[201]

Neste ponto está esgotado o assunto; tudo o mais não tem movimento; gira sempre no mesmo eixo; o poeta continua os monólogos como uma criança inquieta, que se não cansa de assoprar freneticamente em um assobio de feira até quebrá-lo. O poema é todo deste feitio do mais teimoso elmanismo. O amor ali é uma coisa ainda não sentida, nem tão-pouco adivinhada. O esmero dos versos, regrados, cadenciados, adjectivados, metaforizados, tem uma doçura que nauseia; são como a linguagem de uma criança que dá uma lição bem sabida. Foi este o livro que lhe deu nome em Portugal e no Brasil, e aquele que serve sempre de antonomásia; foi por isso que nos demorámos na apreciação dele. Apesar de toda a mitologia académica deste livro, o autor ousou chamar-lhe *romance*.[202] O resto do livro é digno de compaixão pelas futilidades da puerícia.

A carta que o autor recebeu de uma senhora, pelo correio de Lisboa, defendendo o seu sexo atacado nas *Cartas de Eco,* forma uma lenda revelada *n'A Chave do Enigma,* do *Amor e Melancolia.*

O *Processo de Citera,* em que a mais nova das graças, Aglaia, vem acusá-lo, servindo de representante das senhoras portuguesas toca o ridículo; o autor defende-se em outros discurso, e depois escuta a sentença concebida nestes termos:

«O Supremo Tribunal de Citera depois de haver atentamente ouvido o discurso recitado por Aglaia, contra o poeta autor das *Cartas de Eco e Narciso,* assim como a sua defesa apresentada pela sua Musa, declara que o acusado está inocente; e como tal determina que o seu crédito público lhe seja restituído por todo o Império de Amor: ordenando igualmente, que a acusadora convencida, como o foi, da calúnia, seja por três dias privada de tomar parte nas Festas de Citera, e nunca mais seja vista por mancebo algum durante a sua estada no banho. Citera, 1 de Abril. – Vénus. – Os Prazeres. – Os Jogos. – Os Amores.» Eis o resultado de um espírito que não pôde soltar-se livre das faixas; é esta a causa de tudo aquilo de que a gente hoje se ri. Foi uma boa sociedade a desses tempos; estas graças fizeram as delícias dos serões nas famílias. Sobre este pedestal o proclamaram génio. Não faltaram imitações dos poetastros do reino, *Mércias* e *Branderinos* escrevendo suas confidências. Era mais um passo além de *O Piolho Viajante* e do *Feliz Independente.*

Castilho não concebia a poesia como a expressão subjectiva dos sentimentos; estava privado de contemplar o mundo exterior, e tendia constantemente para ele. Imaginava a natureza como a vira aos sete anos, por isso a sua poesia tinha «por objecto apresentar-nos os mais risonhos quadros campestres animados com toda a doçura e sublimidade do sentimento».

Castilho não imagina a diferença na ordem de factos que exprimem o *belo,* ou que

---

[201] Pág. 42.
[202] Pág. 165.

exprimem o *sublime.* Dá-nos metáforas e imagens de semelhança por ideias; assim a poesia é a «Primogénita das Musas; nasceu no meio das florestas, criou-se entre os Amores ao seio da Natureza, cresceu nas cabanas símplices dos primeiros homens. A sua fronte sempre risonha e serena não se coroou de louros, mas de rosas e de murtas; os seus passos eram ligeiros, o seu ar elegante, sem afectação de majestade, o seu trajo um véu transparente. Foi ela e não Pã, quem ofereceu a primeira flauta aos pastores, quem lhes ensinou a tirar dela sons fáceis e harmoniosos. Os primeiros cantos que ela inspirou, tiveram por objecto descrever o amor em todas as suas diferentes situações, e pintar os campos em todos os seus pontos de vista mais agradáveis».[203] Quem faz esta ideia da poesia não podia elevar-se acima das *Cartas de Eco e Narciso.* O poemeto afectado produziu uma grande emoção na sociedade portuguesa, atrasada e piegas, que vira sempre na leitura um perigo.

Castilho já então aconselhava à mocidade que evitasse o movimento *romântico,* dizendo-lhe: «Cantai a ternura, o amor, o prazer e a felicidade.» Eis o ideal do bucolismo estafado das pastorais calcadas sobre a *Dáfnis e Cloé* de Longo; é um género falso, impossível, ridículo, insípido.

Castilho sente de vez em quando uma saudade da natureza que se lhe furta; vai para ela, e engana-se, sonha em toda a parte um rio que corta os prados ao longe, um rebanho que pasce no vale, um bosque extensíssimo e frondoso cujas cimas são meneadas por um zéfiro; agora ouve as aves a saltar de ramo em ramo ou por entre as flores tão gentis como elas; além vê um pastor coroando com murta e rosas as tranças da sua bela pastora. Finge vales ornados de violetas, florestas onde as ninfas estão juntas, e mil faunos que habitam as grutas.[204]

Depois dos sete anos Castilho não tornou a comunicar com a natureza senão através de Florian, e dos idílios artificiais e de uma ingenuidade tola de Gessner. Ele nos diz que é pela estrada florida de Gessner que se pode ir até ao seio da natureza.

---

[203] *Cartas de Eco*, p. 19.

[204] *Se a natureza me negou seus quadros;*
Se os fracos olhos meus não descortinam
O sublime espectáculo dos campos;
Se de uma rocha no elevado cume
Não me é dado sentir, gozar prazeres,
Vendo um rio, que ao longe os prados corta,
Vendo um rebanho, que no vale gira,
Vendo um bosque extensíssimo e frondoso,
Cujas cimas um Zéfiro meneio,
Vendo as aves voar de um ramo em outro
Por entre as flores tão gentis como elas,
Vendo como um pastor de murta e rosas
Coroa as tranças da pastara bela,
E um beijo em prémio docemente furta,
Se não me é dado, contemplando o mundo
Ver, ah! ver quanto é grande a Natureza,
Co'as Musas meditando eu sinto o gozo
Novas cenas, fantásticas, risonhas.
Finjo mil vales, que violetas ornam,
Planto florestas, aonde ajunte as Ninfas,
Faço um rio correr por entre um bosque,
Que em si retrata a abóbada pendente
Que o tolda e guarda, e donde cheiram as flores;
Mando mil faunos habitar as grutas,
Dou rebanhos ao campo, aves à relva,
E graça a todo o mundo, e luz ás sombras.
Cartas de Eco, p. 16.

A falta de individualidade facilita-lhe o falar pela boca dos ternos pastores, não é preciso sentir quando o som das frautas, o aroma dos festões, os gemidos das grutas vêm encher sonorosamente o verso. É tudo quanto pode dar a poesia chamada pastoril. Agora entendem-se melhor as harmonias brandas, melífluas da sua *Primavera.*

É um destes livros que trazem o selo do esquecimento, como os insectos de um dia de calor, que bailam em uma réstia do sol vinda por entre a folhagem do arvoredo; é uma *Primavera* breve e duvidosa como a de um país sem vida. Cita-se por ser uma das coroas da glória de Castilho; não se ataca a glória do homem desmerecendo o livro que teve uma influência funesta sobre o gosto de todos e é preciso modificá-la. Há nas *Cartas de Eco e Narciso* um lado real, que tornou simpático o poemeto.

Este livro liga-se à história intima de Castilho, e deu causa ao seu casamento com uma senhora reclusa do convento de Vairão, a qual, como se lê na biografia espanhola: *«Se arrojó a escribirle a Coimbra donde residia, estas palavras:*

«Si se os presentase una Eco
Imitarieis vos a vuestro Nasciso?»

puso después una firma supuesta y las señas, para que si quería le dirigiese la respuesta... La respuesta fue cual merecía una declaración que así lisonjeaba el amor propio dei poeta; entablaron los dos amantes correspondencia, sin saber el afortunado ciego quien era la que se había pagado dei, hasta que al cabo de mucho tiempo hubo de descubrir el nombre de su embozada amiga...;[205] *no obstante varios obstáculos en que no tuvo parte alguna la voluntad, retarda ron su himeneo hasta el año 1834... Vivió con ella poco mas de dos años... Murió su esposa en 10 de febrero de 1837, y él ha prometido escribir un libro entero dedicado a su memoria.»* (P. 6 e 7). Foi na constância deste matrimónio que escreveu *Os Ciúmes do Bardo.* Este sucesso começado pela puerilidade inocente das *Cartas de Eco e Narciso,* terminou com uma cerimónia também pueril da hecatombe da correspondência amorosa, sobre as cinzas da qual mandou pôr uma pequena lápide que está em um quintal de uma casa de aluguer em Lisboa; o livro prometido reduziu-se às prosas piegas do *Amor e Melancolia.*

Castilho guardou fielmente a tradição arcádica; sempre criança, e de passo tíbio e mal seguro, teme aventurar-se pelos mundos da literatura subjectiva do romantismo, que se aproveita dos sentimentos novos da idade moderna para as suas criações artísticas. Todas as alusões dos seus prólogos referem-se ao movimento de Garrett no impulso dado à literatura nacional. Fazendo profissão de fé mitológica, lembra-se da invocação de *D. Branca* e da inspiração que abjurava os «áureos numes de Ascreu, ficções risonhas – da culta Grécia amável» e diz que não se alista «debaixo das bandeiras triunfais dos modernos espanca-numes».[206]

O renascimento da crítica, da história, da filosofia, do direito político, as invenções, as revoluções que agitaram o século que se abria, tudo para o poeta dos idílios eram loucuras, desvairamentos, ruínas. Ele mesmo se sente infante no meio deste ruído de ciclopes:

«Quando me olho e me vejo a brincar com flores e cordeiros, ao tempo que em redor de mim estão no choco tão grandes destinos do mundo, não me lastimo, porém rio-me, e cuido estar vendo *em mim próprio um menino,* que por um dia de tempestade,

---

[205] N*'A Chave do Enigma* explicam-se melhor estas alusões; a carta recebida por Castilho fora de 27 de Setembro de 1824, remetida de Azurara, correio de Vila do Conde. (P. 222.) O nome suposto era Maria da Expectação Silva Carvalho, e o nome verdadeiro D. Maria Isabel de Baena Coimbra Portugal. (P. 244.)

[206] *Primavera*, p. 41 (1837).

entesoura conchas e forma lagoazinhas na praia, enquanto andam à vista galeões alterosos à luta com os elementos, e na mesma praia uns pasmam, outros se aterram, outros suspiram pelo instante do naufrágio para se arremessarem aos despojos, apenas o mar os cuspir.»[207] Fique embora na doce ilusão da sua poesia pastoril; é aí, nesse mundozinho, reminiscência da quinta ajardinada dos arrabaldes de Lisboa onde lhe correu a infância, que ele se mostra aos amigos. Na *Primavera* diz que teve a intenção de retratar-se na sua face moral, conservando-a tal como cantara aos vinte e cinco anos.[208] De vez em quando o poeta torna-se intolerante com o seu bucolismo; maldiz o tempo, porque se não volta para as cabanas das serranias. Quando o género bucólico era deslavado mas inocente, suportava-se; assim, violentando a que, o admirem, dá vontade de limpar o rosto dessas falsas caracterizações.

A verdadeira, a íntima poesia da natureza só se encontra reproduzida na primeira impressão virginal nos poemas da Índia. O divino poema do *Ramaiana* eleva, beatifica o que o escuta; sudra que o ouvisse ler, ficava nesse instante livre.

Na Grécia, a poesia da natureza não foi achada nem por Dáfnis, Estesícoro ou Teócrito; a vida pastoral tem ali também um carácter ariano, profundo; o boi, cantado nas teogonias orientais, entra nas legendas da vida pastorícia dos reis da idade heróica. Anquises era pastor da Tróada, Páris do monte Ida; o ceptro era o cajado desfolhado; os heróis derrubam os monstros que andam roubando os bois. Assim foram as velhas lendas de uma vida que passara, avivando as saudades do passado, e dando expressão a esse sentimento. A poesia veio revelá-lo na sua forma mais ingénua; um diálogo de pastores sobre a lavoura, sobre os rebanhos, uma aposta, a alegria das searas, as torrentes, as calmas, compunham os sucessos de uma vida tão simples como pacifica. Supôs-se assim uma *idade de ouro,* hipótese gratuita que deu origem à tradição literária do bucolismo. O poema de Hesíodo, os rudimentos do teatro helénico, alguns personagens da tragédia clássica são o fundamento da arte de Teócrito! arte convencional e estreita, com que o vate de Siracusa chega, à custa de muito esforço, a tocar a brandura e amenidade campestre. Ele não copia directamente da natureza; canta sobre as reminiscências da Sicilia, no bulício de Alexandria, no palácio dos Ptolomeus, com os outros poetas a quem Tímon, *o Silógrafo* chama melros fechados em uma gaiola. Teócrito obedece a toda a metralha de preceitos impostos pelos gramáticos, e no meio das adulações, poeta da corte de Hieron e de Ptolemeu, vem aliviar-se e desabafar, aspirando a vida desassombrada dos campos. Egger, nas *Memórias de Literatura Antiga,* diz que é favor demasiado o chamar-lhe génio pelos seus idílios.[209] Todos os poetas pastoris seguiram as pisadas de Teócrito, serviram-se do mesmo molde; viram a natureza através do prisma baço dos seus idílios. Na renascença dos modelos da Antiguidade, com as tragédias, com as epopeias, com a comédia, floresceu também o idílio; por si chega a formar um género dominante, infectando a literatura italiana, francesa, espanhola e portuguesa. Todos os nossos poetas lhe sagraram suas liras; Bernardim Ribeiro domina o bucolismo; os poetas franceses imitam os antigos e fazem dos quadros campestres uma aguarela descorada que serve de tipo nesta tradição literária; Racan, Sagrais, Mad. Deshoulières e Fontenelle lançam as balizas ao género pastoral.

Estes diálogos de pastores absorviam sempre a musa dos poetas cesáreos. O próprio Salomão Gessner, o génio pastoril da Alemanha, é acusado pelos seus de ter imitado os Franceses, que também o reproduziram mais tarde.. Com uma alma sempre infantil, e já de si também poeta cesáreo, Castilho não podia faltar à tradição bucólica;

---

[207] *Ibidem*, p. 43.
[208] *Primavera*, p. 30.
[209] *Op. cit.*, p. 267.

ele confessa abertamente essa predilecção pelo género, e declara todo o desvanecimento que tem pelos seus mestres Florian e Gessner: «Alguma coisa farão para aqui palavras do meu Florian, que, porque dele são, as verterei de muito boamente. Oh, se nós pudéssemos ler em seu original texto os bons autores dessa Alemanha, enlevar-nos-ia a tanta singeleza, a tanta doçura por onde de todas as outras se extremam suas obras! Em conhecer a natureza, e especialmente a natureza campesina, levam-nos eles uma infinita vantagem; amam-na mais deveras, retratam-na com tintas mais fiéis. Todos os nossos poetas pastoris nada têm que ver com as meras traduções de Gessner. Ninguém jamais fecha .a *Morte de Abel,* os *Idílios* ou *Dáfnis,* sem já se sentir mais sofrido, mais terno, mais mavioso, e porque tudo diga, mais virtuoso que antes da lição. Não respira senão moral pura e fácil, e virtude daquela que logo vem trazendo bem-aventuranças. Fosse eu pároco de aldeia, que sempre à estação da missa, havia de ler e reler Gessner aos meus fregueses: e por certíssimo tenho que todos meus aldeões se fariam probos, todas minhas paroquianas castas, e ninguém me havia de ao sermão adormecer. Isto dizia de Gessner Florian, digno de o louvar pelo mui bem que o sabia compreender e seguir. Isto não o escrevia eu, nem o dizia, mas amplamente o sentia nesse bom tempo que já lá vai. Gessner não era para mim um nome, senão um indivíduo presente, um suavíssimo contubernal; nem já as suas obras me eram livros, mas realidade, vida e mundo.»[210] Estes poetas pastoris têm uma inocência de leite, navegam em mar de rosas, vêem uma deusa em cada nuvem.

Castilho descreve a influência de tão miríficos modelos: «Muito aproveitei em tão boa escola: como poeta não, que bem o sabem, meus leitores; como homem sim, que disso tive mui cabal e experimentada certeza. Minhas nativas propensões benéficas se arraigaram; *minha interior aspereza,* que todos de si a têm, se amoleceu; sentia-me palpitar no peito um coração da idade de ouro; esvoaçava-me na cabeça uma alma inteira de árcade; compunha todo o meu económico futuro de uma choupana, um pomarinho e pombas mui brancas e cordeiros mui nédios; em suma, se Florian fosse meu pároco, propor-me-ia nas suas homilias como um santo da sua bem-aventurança.»[211] Que engraçada infância! prolongada ainda até aos trinta e cinco anos de idade do poeta! Mas Florian é um eco amortecido de Gessner; o mesmo poeta pastoril da Alemanha, na opinião do profundo Herder,[212] de Augusto Schlegell, e de João Paulo Richter não dá pelas plantas de Teócrito. Ele não tirou dos Alpes, nem das cabanas, nem das buzinas dos pastores o delicioso colorido da natureza; segundo João Paulo é uma espécie de requeijão fresco da aldeia, que os Franceses aclimaram ao pé do *superfino, idílico de Fontenelle*.[213] O primeiro erro de todos estes poetas bucólicos estava em não colocar o mundo pastoral fora da decantada idade de ouro; estavam fora da sociedade civil, sem paixão, numa beatifica monotonia. Quando se concebeu que a poesia do idílio não consistia em frescas fontes, esconsos vales, frondentes arvoredos, ciciosos regatos, fissípide armento, e ternas queixas de enamoradas pastoras, mas na simplicidade e no remanso da vida, então é que puderam haver escritos como *Hermann e Dorothea* de Goëthe, foi então que Schiller pôde abrir o seu poema da *Resignação* com este verso: «E eu também nasci na Arcádia», não menos enérgico que o «E eu também sou pintor» de Corregio. Estas são as criações puras do romantismo; mas Castilho desatou com ele, odiava-o de morte. Até disse: «Quando será que outro homem, da laia e costumes dos nossos velhos, possa dizer na sinceridade da sua alma: – Se fosse pároco, leria Byron ou Schiller à estação da missa, para tornar castas e probas

---

[210] *Primavera*, p. 10 (1837).
[211] *Primavera*, p. 14.
[212] *Obras completas,* 2ª parte, p. 127, 142.
[213] *Poética,* t. II, p. 140.

as minhas ovelhas?»[214] A imensa felicidade cansa; é preciso contrastes, agitações, para que a criação do artista corresponda às multímodas volições, e encontradíssimas impressões que se passam no indivíduo.

Os idílios gessnéricos, e os dos seus imitadores estafam pela monotonia da felicidade; é sempre o mesmo tom, a vibração da mesma corda; nos de Castilho este defeito torna-se insuportável pela prolixidade e abundância dos versos e minúcias dos detalhes; é como estas carícias forçadas de uma pessoa que nos está incomodando; é como quem mata uma sede vivissima das calmas com um copo de água morna.

A *Primavera* foi escrita (1822) sob o influxo dos pastores Elmiro, Anfriso, Josino, Auliso, Salício, Albano, Francino, que ornavam de grinaldas e festões a cabeça do Mémnide Eginense, entre o descante da *Minha Lília Morreu* ensoado no violão do padre Leitão. É neste livro, de todos, aquele em que o poeta se mostra mais criança. Causa dó o lembrar que foi preciso lê-lo; uma página avulsa qualquer, basta para ficar odiando para sempre o *género pastoril.* As qualidades de criança, a frescura, a graça, a espontaneidade e uma ignorância feliz, a candidez, a expansão e alegria, deviam realçar neste assunto; o poeta teve a força de dominar todos estes instintos, e com o intuito de imitar Florian e Gessner, deixou aparecer somente a loquacidade e a indiscrição.

A predilecção por Gessner e Florian, na França explica-se pelo exagerado *sentimentalismo* propagado por Jean-Jacques Rousseau, que fazia dizer a Voltaire, que o autor da *Nova Heloísa* desejava andar de quatro pés. Foi quando se viu a poesia separada da religião, e em lugar dela fabricado um Olimpo, não com a simpatia sensual da Renascença, como diz Taine, nem com o espírito arqueológico moderno, mas por conveniência; era uma espécie de gíria grega e latina tão necessária como um chinó; citavam-se as musas e as graças, como quem faz cartinhas de namorado; havia um dicionário mitológico como um código de pragmática palaciana.[215]

A inspiração de Castilho alentava-se exclusivamente da tradição do século XVIII; exagerou ainda mais todos estes defeitos; ele próprio nota em si um *estiramento de períodos*.[216] Ali a natureza está revestida de páfias alegorias; povoam faunos os montes, andam Dríadas à escuta pelos arvoredos, brinca com Flora um Zéfiro inconstante, a Aurora abre o roxo mês das flores, Hamadríades, Náiades, Silvanos, os ledos Eisos, a amorosa Vénus, Vertumnos insofridos, Castálias fontes, Favónios subtis, todo o sacro povo morador do Olimpo, com os dons de Pomona enfeitam a natureza inteira. Na sua ingenuidade *infantil,* com que, na ebulição do pleno século XIX, o poeta procura chamar para o mundo dos idílios, não se contenta só em aconselhar o leite e o mel dourado, ele mesmo se transporta a esse mundo: «Meti-me pitagórico aos vinte e três de Agosto do ano de 1822, tendo sido gastos os meses, que desde a feitura do poema decorreram até esse , em acabar de me resolver e aparelhar para tão grande façanha; e permaneci na observância do voto até vinte e três de Agosto do seguinte ano. Acabei o noviciado, e em lugar de professar, despedi-me.»[217]

A impossibilidade da vida aconselhava, tornava evidente a falsidade do ideal.

---

[214] *Primavera*, p. 14.

[215] «*On vit alors te spectacle le plus extraordinaire et le plus ridicule, la poésie séparée de la religion, dont elle est le fond naturel et l'élément intime, l'Olympe restauré non par sympathie archéologique, comme aujourd'hui, mais par convenance, pour remplir un cadre vide et ajouter une parade de plus à toutes celles dont ce siècle s'était affublé. Il y eut une sorte de jargon grec et latin convenable au mime timbre qu'une perruque; on employa Appollon et les Muses comme l'hémistiche et la césure; on mit en oeuvre l'Amour et les Graces comme les cédrats confits et les billets doux; il y eut un dictionnaire mythologique comme un cade du savoir-vivre et les pauvres dieux antiques arrivèrent à cette humiliation extrême de servir de pastiches et de paravents.*» Taine, La Fontaine et ses Fables, p. 224.

[216] *Primavera*, p. 36.

[217] *Primavera*, p. 284.

Castilho é como um destes poetas da decadência clássica na literatura do Império em França; pertence à escola descritiva, didáctica, e com uma procurada melodia de versificação embala os ouvidos para não ouvirem as pequeninas comparações de coisas fúteis; Delille, o mestre de todos estes pseudo-poetas, passava em revista todas as descrições e ufanava-se de ter feito doze camelos, quatro cães, três cavalos, seis tigres, dois gatos, muitos invernos, imensos estios, inúmeras primaveras, cinquenta e seis ocasos, uma infinidade de auroras: Castilho faz também o seu inventário.

A sua *Primavera* é uma *bem-aventurança* de fátuos; não tem acção, e como pode tê-la um livro que se compõe de «Todos os amores de que se urde e tece a doméstica felicidade, se acham aqui representados por um modo que se recomendam e deles se embai de mui bom grado o animo: o amor filial, o paterno, o materno, o conjugal, a amizade, até o afecto aos animais, árvores, flores, e mais criaturas de Deus, companheiras nossas neste mundo, que vem de envolta com a recreação».[218]

Sempre uma nauseabunda doçura, uma linfática brandura! Fiquem por uma vez destruídas estas funestas influências dos poetas didácticos do Império. A *Primavera* deveu o acolhimento à falta de leitura que sofreu a nossa sociedade. Tínhamos apenas crónicas suculentas de frades! O pobre livrinho era um maná. Depressa mereceu as honras de ocupar um lugar no açafatinho de costura, ao pé dos romances morais, enternecidos, graciosos da Cotin e da Montolieu, que então se traduziam por cá, e andavam em moda. As leitoras amáveis estavam restritas às *Mil e Uma Noites,* ao *Grandisson,* às *Novellas* em que não aparecia uma dada vogal, e nas faltas supria o *Fios Sanctorum* ou tragava-se a Bíblia em família.

Foi isto o que deu largas ao poeta: festejaram-no com cartas anónimas, a ponto de não poder sustentar o papel do Narciso. É este caso a origem do *Amor e Melancolia* ou a *Novíssima Heloísa* (1828), que o autor mais tarde explica loquaz e puerilmente n'*A Chave do Enigma,* na prosa que acompanha as insonsas quadrinhas. Castilho não conhecia a Heloísa da legenda, nem o livro de Rousseau, senão, não se atreveria a baptizar com esse titulo comprometedor um livro banal, frio e mal feito; as quadrinhas parecem sortes da noite de S. João, ou destes ternos dísticos que então era de costume bordar nos lenços de assoar ou pôr no papel dos rebuçados; exprimem cismáticos enlevos e brandos queixumes que levavam à piedade os meigos corações dos quinze anos, e se cantarolavam em *modinhas.*

Kinsey, capelão de Lorde Aukland, que viajou em Portugal em 1827, no livro que escreveu desta viagem, precioso pela grande quantidade de informações coligidas, que hoje são para nós históricas, descreve como neste tempo estavam ainda em todo o seu vigor as modinhas brasileiras; cantava-se a letra da *Jovem Lília Abandonada,* de Castilho, adaptando-a a uma ária da *Semíramis,* de Rossini. Kinsey, que julgou Castilho sem a influência das lendas domésticas, fala deste costume da sociedade portuguesa: «As modinhas portuguesas são peregrinamente belas e simples, não só enquanto às palavras, mas até pela composição da música. São geralmente expressão de algum sentimento amoroso, terno ou melancólico, de desespero ou esperança, e seu efeito é tal que, quando bem acompanhadas pela voz à guitarra, chegam a arrancar lágrimas dos ouvintes, apesar de acostumados à sua frequente repetição.»

Este mesmo entusiasmo achamos nos viajantes com relação aos cantos líricos peruanos. As relações de Portugal com a corte do Rio de Janeiro durante o governo de D. João VI fizeram reviver a *modinha brasileira,* mas tendia já para a sua decadência pela confusão das árias tradicionais com as *fioritures* das óperas italianas. O *Amor e Melancolia* de Castilho é uma série de quadras amorosas em estilo de modinha, que se

---

[218] *Ibidem*, p. 44.

vulgarizou na sociedade burguesa por ter aparecido nesta corrente de um género que se extinguia.

Melhor lhe fora ter subido à pira fumegante com as doces cartas a que respondia; o seu fumo iria formar em volta do autor um vago nebuloso, uma lenda engraçada, já que a realidade o humilha. Mas em roda do poeta levantava-se uma arte turbulenta, devastadora; havia um excesso de vida que ele não sentia, era o *romantismo.*

2. – (1834 a 1854.) – Castilho faz uma transigência provisória com o romantismo: *A Noite do Castelo.* – Imprecações contra as doutrinas literárias do romantismo. – Castilho regressa de novo aos estudos clássicos. – Os *Quadros Históricos.* – As *Metamorfoses* de Ovídio traduzidas. – A poesia arcádica nas *Escavações Poéticas.* – Castilho, antigo setembrista chasqueia o movimento de 1846 no opúsculo cómico da *Crónica Certa de Maria da Fonte.* – No meio das perturbações políticas de 1847 vai à ilha de S. Miguel. – Fundação da Sociedade dos Amigos das Letras. – O drama *Camões* e *Felicidade pela Agricultura.* – A propaganda da *Leitura Repentina.* – Polémicas virulentas. Vai ao Brasil em 1854. – Consequências da morte do Garrett: Castilho impõe as traduções do latim, e funda a pedantocracia portuguesa do elogio mútuo.

Não vale apresentar novamente o quadro do renascimento de todas as literaturas da Europa na abertura do século XIX; era preciso o hino do *Secuol si rinuova.*

A grande individualidade alcançada pelas revoluções liberais e pelo desenvolvimento dos estudos científicos, assinala uma transformação brilhante de que a humanidade só teve consciência nas suas criações – na literatura. Como *subjectiva,* realizando sentimentos que se não previnem, e cujos impulsos não podem ser calculados nem medidos, a arte romântica não teve modelos, era essencialmente livre. Foi desta liberdade que cada literatura tirou forças para *nacionalizar-se.* O romantismo não se implantou sem luta; luta travada, renhida, como provocam sempre as ideias novas; ao cabo viu-se ao sol da verdade que os que debatiam contra eram velhos académicos, que já se não podiam desacostumar da senda aristotélica. Estes se chamaram os *clássicos,* não com o nobre sentido que lhe deu Goëthe, mas como simples contraposição aos *românticos.* Diz Goëthe na sua correspondência com Eckermann: «A determinação da poesia *clássica* e da poesia *romântica,* que agora se adopta por esse mundo, e que é causa de tantas discussões e dissensões, é, no que respeita à essência, minha e de Schiller. Eu tinha adoptado para a poesia o processo objectivo, o único que me pareceu bom. Schiller, que pelo contrário, procedia de um modo todo subjectivo, julgou seu método melhor, e foi para se defender contra mim, que escreveu o seu tratado da poesia sentimental e da poesia simples. Os Schlegell apoderaram-se desta distinção e levaram-na mais longe, de forma que hoje se estende por todo o mundo.»[219]

As belas traduções dos romances de Walter Scott por André Joaquim Ramalho e Sousa, a tradução do *Oberon* de Wielland por Filinto e pela marquesa de Alorna, foram as primeiras disposições para o romantismo; passaram por assim dizer desapercebidas. É a Almeida Garrett que se deve a renovação da moderna literatura portuguesa. Castilho viu-se no meio deste espírito novo, como o dormente da Roma pagã que acorda na Roma do cristianismo. As suas primeiras palavras foram de maldição aos perturbadores da serenidade da velha Arcádia. Viu que não podia dizer deles, nem de Schiller o que Florian dizia de Gessner; essa leitura não podia tornar castas e probas as suas ovelhas. Vejamos o pavoroso quadro dessa invasão nos vales e amenidades do seu idílio, tal como no-lo descreve circunstanciadamente no prólogo dos *Quadros Históricos de Portugal* (1838):

«A actual literatura (onde a há) em desconto de seus outros grandes pecados de cepticismo religioso e, o que mais forte e indesculpável é, de *cepticismo moral*,[220] tem

---

[219] *Ejespraeche unt Eckermann,* 203; João Paulo, *Poética,* t. II, p. 436.

[220] No prólogo da 2ª ed. das *Viagens na Minha Terra,* respondeu a esta alusão Garrett com as seguintes linhas: «Tem sido acusado de *céptico,* é uma acusação mais absurda, que só denuncia, em quem a faz, ou grande ignorância ou grande má-fé. Quando o nosso autor (Garrett) lança mão da cortante e destruidora arma do sarcasmo, que ele maneja com tanta força e dextridade, e que talvez por isso mesmo, cônscio do seu poder, ele rara vez toma nas mãos – veja-se que é sempre contra a hipocrisia, contra os sofismas, e contra os hipócritas e sofistas de *todas as cores,* que ele o faz. Crenças, opiniões, sentimentos,

introduzido e refinado muito conhecimento de relações das partes e indivíduos do mundo entre si; e daí nos ter exprimido para o coração uma quinta-essência mui pura de interesse e afecto universal, misturada com uma décima-essência subtilíssima de egoísmo esterilizador (não sei como diga, para que a entendam a verdade que me abafa).

«Depois que a Musa se crismou em Natureza, e largou por velhos os graves coturnos e fidalga fala do seu tempo; depois que se fez cosmopolita, *liberal* e *plebeia,* prestes para tudo, para banquetes de cínicos sobre a lamagem nas tabernas, para a adoração profunda do Eterno; para dançar nua com as prostitutas, ou voar pelos alcantis e espinhos de todas as dificuldades ou de todas as virtudes; depois que disse na sua nobre ou delirante ambição: *Tudo é meu,* e cravou no meio do mundo espantado bandeira livre de conquistadora que, remontada pelos céus, vai tremular por cima da cabeça de Deus; depois que olhou para o espectro do Passado, e lhe cuspiu na face e riu; para o embrião do Futuro, e lhe atirou veneno e riu; e disse ao Presente: 'Dança ao redor de mim, porque eu te abri o majestoso manancial de todas as dores ímpias', e riu; levantou-se entre todos os seus ministros uma grande confusão, porque se ouviram os gemidos do Porvir, os lamentos do Passado, as blasfémias do Presente.» Estes dislates, com pretensão a estilo bíblico, enojam. «Uns, almas generosas nascidos para amar, disseram: 'Nós procuraremos salvar tudo isto pelo amor.' Outros, almas indomáveis nascidas para o triunfo, disseram: 'Nós assinalaremos as rodas do nosso carro sobre estes três cadáveres do Tempo.' E a poesia lhe disse: 'Ide', e os bafejou a todos.

«O povo, que só das palavras alheias compõe a sua sabedoria (absurdo), corre aos teatros a aprender, como se consuma, explica e defende o adultério, o incesto, a traição, o perjúrio, o parricídio, o fatricídio, c infanticídio, o regicídio, o deicídio, horrores que o grande Sólon nem quisera se julgassem possíveis, para lhes prevenir penas em suas leis; palavras de agouro e maldição, que semelhantes às que uma antiga religião defendia, nunca haviam sair de humanos lábios.» E com estas mesmas palavras que o clero fanático tem amotinado as turbas contra todos os progressos. «O mesmo povo abre livros, e neles se encontra com os mais famosos quadros de toda a imaginável brandura.» Aqui a jumenta de Balaão obrigou o falso profeta a falar verdade. «Por um ouvido um demónio lhe inspira como se embotam os punhais, para que a ferida seja mais vagarosa; como se farpam, para que mais doa; como se ervam, para que não sare; por onde se hão-de embeber e quanto sangue há-de manar, quantas fibras descoser-se, quantos gemidos e arrancos ouvir-se, com que gestos, com que sorrisos e palavras se há-de desesperar a agonia, como é que o pé se lhe há-de pôr sobre os olhos para que não veja o céu. No outro ouvido, um anjo lhe insinua que a felicidade toda assenta na paz interior, a paz interior na virtude, a virtude no amar sempre a todos e a tudo, no amar sem outro fim senão o próprio amar. Apareceram à porfia os sofismas do parricídio *n'Os Salteadores* de Schiller (este não podia tornar com os seus poemas mais probas e castas as ovelhas de Florian) e os extremos da afeição a um pobre cão no *Jecelyn* de Lamartine (admirava-se, porque entendia como cristão que os cães devem ser tratados como os tratava Malebranche); os horrores de uma *Justina,* e as piedosas mágoas de um

---

respeita-os sempre. As mesmas suas ironias que tanto ferem, não as dirige contra indivíduos: vê-se que despreza a fácil vingança que, com tão poderosas armas, podia tomar de inimigos que o não poupam, de invejosos que o caluniam, e a quem, por cada ditério insulso e efémero com que o têm pretendido injuriar ele podia condenar ao eterno opróbrio de um pelourinho imortal, como as suas obras. Ainda bem que o não faz! mais importantes são as suas obras, e quanto a nós, mais punidos ficam os seus émulos com esse desprezo do homem superior que se não apercebe de sua malignidade insulsa e insignificante.

«Voltando à acusação de *cepticismo,* ainda dizemos que não pode ser *céptico* o espírito que concebeu, e em si achou cores com que pintou tão vivos, caracteres de crenças tão fortes como de Catão, de Camões, de Frei Luís de Sousa – e aqui nesta obra *(Viagens)* os de Frei Dinis, de Joaninha, da Irmã Francisca.» P. VII.

Leproso de Aoste; *Catherina Howard* e as *Prisões* de Sílvio Pélico. Que digo? o mesmo livro, e quase o mesmo momento, muitas vezes combina estas repugnâncias: o famoso monstro literário intitulado *Nossa Senhora de Paris,* por Vítor Hugo, é um libelo difamatório e infernal contra a natureza humana, e juntamente um Evangelho do amor materno. E a luta perpétua do Bom e do Mau Princípio: são os dois extremos do homem, nefandamente amarrados entre si pelo génio do homem; imagem daquele suplício, inventado por um antigo rei de Itália, o desprezador dos Deuses, como lhe chama Virgílio, o vivo abraçado com um cadáver, os lábios que respiram e gemem pregados nuns beiços mudos que exalam morte, e os olhos que vêem sobre dois globos que olham sem verem. Esta é a incompreensível, a espantosa literatura da nossa idade! Oh quem soltasse este vivo, porque o contacto deste defunto o não contaminasse! Oh quem enterrasse este morto, porque a presença deste vivo lhe não agravasse a condenação! Homens inovadores, sublimes, infernais, *românticos,* algozes do coração, *da alma e da fé,* que resplandeceis na vossa glória como Satanás em seu trono de fogo, *eu* escritor desconhecido do mais pequeno recanto do mundo; *eu,* cujas galas poéticas são tão mesquinhas que por minhas mãos as rasgo sem dó; *eu vos desprezo,* e por uma fama sete vezes mais alta do que a vossa, por tesouros sete vezes mais fartos de que vos rendem as vossas frases mágicas, não quisera ser o que sois; que assim como inventastes um veneno infalível para cada virtude, não inventastes outro para a vossa própria consciência, temerosa tem de ser a vossa última hora na vida.»[221] Se o escritor tivesse consciência do que diz, responder-se-lhe-ia, que os *contrastes* que formam o processo artístico do romantismo, não são filhos de um sistema exclusivo de elocução quintilianesca; os *contrastes* aparecem sempre onde há verdade na arte. Mesmo em Homero, Aquiles apresenta esta doçura de carácter: «Porque choras tu, Pátroclo, como uma criança que ainda não sabe falar, que corre atrás de sua mãe e que a segura pela saia, a detém e a contempla chorando para que a leve ao colo.»[222]

E o mesmo herói diante de Heitor mostra esta impetuosidade indomável: «Cão, não me supliques de joelhos, nem pelos meus parentes. Oxalá que a minha cólera e o meu coração me levassem a dilacerar e a comer a tua carne crua, pelo mal que tu me fizeste.»[223] Os *contrastes* na poética moderna, como se acham principalmente em Vítor Hugo, não têm este fim imoral que lhe acha o clássico agoureiro; tendem constantemente a mostrar-nos que a natureza não conhece o feio, nem produz aleijões; o que há de mau é uma criação nossa, das nossas circunstâncias, e por isso no fundo das coisas repugnantes, onde existirem ainda alguns vestígios da natureza, lá pode transluzir o belo. É a isto o que se chama um *ideal de reflexão,* enquanto o bonito é um ideal imediato, evidente em si mesmo.

Falando do *Roi s'amuse,* explica Vítor Hugo o pensamento deste modo: «Tomai a disformidade física a mais feia... iluminai por todos os lados, pelo clarão sinistro dos *contrastes,* esta miserável criatura; e depois dai-lhe uma alma, e dotai esta alma com o sentimento mais puro que seja dado a homens, o sentimento paternal; o ser disforme tornar-se-á belo.» E quem negará a perfeição moral, a sublimidade da alma de Triboulet, o degradado bobo, sempre verdadeiro, mesmo interpretado na música por Verdi?

O *romantismo,* denominado por Vítor Hugo o *liberalismo na literatura,* foi condenado na sua essência por Castilho: *«A liberdade* e *igualdade* que, para nivelar a face da terra, vão apagando a figura e pulverizando o ser próprio de tantas coisas, já invadiram e senhorearam a literatura.»[224] Em França a luta do *romantismo* tinha levado

---

[221] *Quadros Históricos,* p. 4, 5. Edição brasileira.
[222] *Ilíada,* XXII, 345.
[223] *Ibidem,* XVI, 6.
[224] *Quadros Históricos,* p. 6.

Baour-Lormian, Jouy, Arnault e Etiènne, a pedirem ao rei Carlos X, em Janeiro, a proscrição do *romantismo;* entre nós Castilho ameaça os românticos, que afligem a banalidade entronizada, com as penas do fogo eterno e com agonia da hora da morte. Quando Castilho proscrevia Schiller por não servir para tornar probas e castas as suas ovelhas, um folhetinista francês, falando desdenhosamente do teatro de Schiller, dizia que quem escreve a *Donzela de Orleães* merecia ser açoitado no pelourinho. Em toda a parte o *romantismo* sofreu uma luta assim ridícula; as *xénias* de Goëthe e Schiller, as digressões sarcásticas de Byron, os epigramas de Vítor Hugo, foram confirmando aquele aforismo oriental:

«A verdade é grande, ela prevalecerá.» Contra a bagagem de regras desligadas como os ossos de um esqueleto, e mais que tudo mal compreendidas pelos que se arrogaram o nome de clássicos, apresentou Vítor Hugo o prólogo de *Cromwell*; ali os esmaga com o peso da ignorância deles; aos discípulos de La Harpe, que ainda se regulavam nas suas composições pelo código épico do padre Le Bossou, e traziam presentes a definição de Voltaire, que o gosto não é para a poesia outra coisa mais do que os enfeites para as mulheres, mostrou-lhes que o gosto era a razão do génio, que se revoltava contra a poesia amaneirada, arrebicada, empolvilhada, já velha no século XVIII, e que vinha disputar competências de mocidade com a alma que se renovava.[225] Em 1837, quando o *romantismo* entre nós tinha sido implantado por Garrett, quando a nossa literatura havia sido enriquecida com um teatro nacional, com o *Camões, D. Branca,* e estava em elaboração o *Alfageme,* com *A Harpa do Crente* de Alexandre Herculano, com o *Eurico* e *Monge de Cister,* Castilho descrevia os estragos do *romantismo* neste tom:

«A poesia amável, a que nas mãos e seio nos vinha oferecendo ramilhetes, frutos no regaço, amores nos olhos, e nas falas consolações, afastou-se dentre nós, onde ainda a alguns poderia aproveitar, e assim como outras muitas boas artes e prendas, foi reclinar-se à espera na beira da torrente dos dias, de onde não volverá, sem que primeiro se restaurem muitas óptimas coisas e todas suas, que o mundo velho tinha produzido. Mas donde virão estas coisas? Do mesmo mundo velho? mal o creio, que o novo quebrou a ponte que os juntava, e riu de ufania vendo abismar-se fábrica que assim parecia eterna. Renascerão portanto da própria natureza da terra, da índole da alma humana que já uma vez as produziu, ou do sopro do céu: renascerão tarde; renascerão quando nós já não formos; renascerão talvez diversas, mas renascerão. E quais são estas coisas do mundo passado cuja perda tanto dói às Musas e à Virtude? são as formosuras e magnificências da religião, o respeito aos finados e a seus sepulcros, às lições da experiência, às obras dos antigos homens, a veneração às cãs, o quase culto às mulheres, a benevolência e sociabilidade, o aferro dos usos e modas pátrias, o amor do estudo, que nós dissipámos com as leituras efémeras, e o amor do torrão natal, nobre, fecundíssimo sentimento, mas impossível onde se vive sem muita brandura, e sem firme certeza de permanecer. Tudo isto se perdeu para nós e não sei que bens haja em seu lugar posto a *Filosofia*.»[226] É deste modo que nas aldeias se revolta o povo contra qualquer ministério; estas palavras são malevolentas.

O género pastoral absorvera-lhe todas as predilecções; pela inocência imbecil do mundo dos idílios, procurou Castilho sustentá-lo dilatando ao público fanático e nada instruído, as criações *românticas* como imorais e cépticas. Em verdade, o género pastoril leva a este refinamento, como se pode observar na velha farsa do *Advogado Patelin,* onde o tipo astuto, vesano, solerte do camponês Agnelet, chega a pregar um logro ao trapaceiro advogado, que acabava de enganar o honrado burguês comerciante.

---

[225] *Cromwell,* p. 54, ed. de 1580.

[226] *Primavera,* p. 20, 2ª ed. Herculano também concebia assim a filosofia. *Vide supra,* p. 167.

Levam a isto os idílios do campo. Demais, quando menos se esperava, o poeta, falto de individualidade, e transigindo com todos os poderes, declara-se alfim *romântico* no poema de *A Noite do Castelo* e no poemeto de *Os Ciúmes do Bardo.* Escreve com as exigências do público, e porque vê *que as passadas* obras *não ocupam meia hora os homens graves e bons juizes;* o partido horaciano e caturra dos contubernais pede *que torne* ao seu *primeiro caminho;* por fim sem inspiração própria não sabe *como contentar a todos.* Conhecendo que as suas obras tinham o defeito da prolixidade desconexa, a que chama *estiramento do período,* Castilho conta-nos assim a primeira tergiversão da sua Musa:

«Saíram *A Noite do Castelo* e *Os Ciúmes do Bardo* muito mais contraídos e apanhados em coisas e palavras (sujeitos a um plano, quer dizer com isto) do que estes poemetos *(Primaveras* e as *Cartas de Eco)* pois contudo muitos houve e há, que por isso mesmo ficaram preferindo os antigos e até os velhos opúsculos (epicédios a D. Maria I, e o poema à *Aclamação de D. João VI*). A cada hora me diz um, que torne ao meu primeiro caminho; outro que não desampare o novo: uns, que estas últimas obras se não lêem senão de escasso número; outros, que as passadas não ocupam meia hora os olhos dos homens graves e bons juízes. Oh! quem reconheceu nunca a verdade da fábula do Velho, do Rapaz e do Burro, como o triste, que para expiação talvez de algum grande pecado, entrega e desampara a público os partos do seu tinteiro! Pois que não pode ser contentar a todos, ir-me-ei como e por onde o meu juízo, gosto e natureza me levarem.»[227] A arte deste modo não tem elevação, nem um fim sério; é um caminhar ora a cavalo, ora com um burro às costas, segundo o exige o gosto do público; deste modo o artista é ainda o que pede esmola em verso, como os velhos poetas palacianos. A arte assim dá só estiramentos de períodos, e a dependência dos modelos para imitar, e o culto das tradições de escola com que se proteger. O artista é o que faz o gosto, o que domina e educa o seu tempo; a mediocridade anda tacteando as conveniências, evitando ir contra as rajadas que lhe podem arrancar as penas fingidas com que se empavona.

No prólogo de *A Noite do Castelo,* de 29 de Novembro de 1835, confessa a sua deserção literária: «Cometi sim compor um poema *romântico*; mas não abjurei o *clássico.* Não sou trânsfuga dos velhos para os novos arraiais; mais depressa como explorador os entrei.»[228] E no prólogo do *Amor e Melancolia,* da edição de 1861 acrescenta:

«Nascido, criado, ajuramentado na escola clássica, devendo só a ela o primeiro favor que achei no público, fanatizado pelos velhos génios da Antiguidade, só cheguei mais tarde a fazer justiça a este livre e criador movimento da nossa era. Rendi-me fascinado pelos seus prestígios, arrastado pelo caudaloso exemplo, inspirado pelos ditames da própria razão.» É de 1836 a tradução das *Palavras de Um Crente,* de Lamennais, por Castilho, o que significa que o seu romantismo em literatura correspondia ao *setembrismo* em política.

A *Filosofia* ou a independência intelectual, e a *Liberdade* ou a independência política, levantaram ao brilhantismo que hoje tem em toda a Europa, a literatura moderna. Castilho olha a filosofia como uma causa de ruínas,[229] e diz que os que sonham com liberdade mentem ou deliram.[230] Vejamos quem assim pensa como pode contrafazer a poesia de um século agitado pelas conquistas dos eternos princípios, pelas grandes aplicações nas maravilhas das descobertas: a poesia das almas fortes e das almas doentes, a poesia suave e crente de Lamartine e dos laquistas, e a poesia

---

[227] *Primavera*, p. 36.
[228] Ed. de 1864, p. 9.
[229] *Primavera,* p. 21.
[230] *Quadros Históricos,* p. 9.

tumultuosa, desoladora, aflitiva, vertiginosa de Alfred Musset, Heine, Espronceda e todos os da escola chamada «satânica»! Castilho deu justamente, sem o saber, um poema romanesco, *A Noite do Castelo,* e um poemeto impetuoso, byroniano, *Os Ciúmes do Bardo;* o primeiro é uma idade media recortada, cujos sentimentos são inspirados pela impressão que então exerciam os romances de Madame de Radcliffe; *Os Ciúmes* são uma página íntima e sem grandeza; o sentimento que procura comunicar, em vez de tomar uma forma natural e sublime, como o compreendeu Shakespeare, esvai-se em imprecações e pragas e monólogos de fraqueza. No ciúme do Otelo, não se vê a ofensa pessoal; ele vinga não a afronta própria, mas a justiça e o dever que foram ultrajados; é executor bem contra sua vontade, mas obedece a uma força moral que lhe vem da consciência. O pobre *Bardo,* traça o manto de uma maneira chateaubrianesca e vai bravejar aos ventos, ameaçar os ares, vendo o mundo através de um vexame que em parte talvez o merecia. *Os Ciúmes do Bardo,* pela sonoridade do verso, lêem-se uma vez; daí lhe vem o acolhimento do público; lidos segunda vez desfazem-se como um papel doirado que se descola. O defeito provém todo de o autor ter renegado da católica religião do classicismo e transigir com a seita dissidente que tomara a literatura de assalto.[231]

Nas lutas da escola romântica existe um homem de talento, que empregou a sua autoridade a favor dos cânones antigos, e veio depois queimar os incensos do seu estro às conquistas da liberdade e da inteligência. É Monti; ele foi em ponto grande o que é Castilho em proporções mais acanhadas. Como Monti, Castilho é o último representante da Arcádia, com um idílio açucarado, de forma alindada, celebrando todos os pequenos interesses dos epitalâmios dos altos personagens; a sua elegância e correcção têm o quer que é de receita, a que se chama «elmanismo». Monti celebra a morte do republicano Basseville, para tirar daí condenações contra a França; Castilho maldiz por seu turno a Revolução Francesa para exaltar D. João VI. Monti faz-se o poeta dos sucessos da corte imperial, obtendo por essas bajulações pingues tenças, honras de historiógrafo e outras achegas: Castilho recebe também de D. João VI a pensão de uma rendosa escrivaninha. Monti depois de amaldiçoar a República, chorando *o maior dos reis e o rei mais doce,* revolta-se contra *o sangue do vil Capeto,* sugado nas veias dos filhos *da França,* mas Bonaparte triunfa em Marengo, e já o poeta saúda o *rival de Júpiter.* Pela sua parte Castilho depois de prebendado pelo despotismo, obriga a sua Musa a cantar também a liberdade, nos versos a Gomes Freire, e depois do triunfo do cerco do Porto, no *Tributo Saudoso à Morte do Libertador.* Monti perde o seu título de historiógrafo; Castilho com a queda dos privilégios no sistema liberal ficou também sem a tença, como se lê na sua biografia em espanhol *«pues el oficio dado por D. Juan VI a nuestro poeta se abolió, sin que el gobierno actual le haya dado la indemnización que se acostumbra en casos tales».* (P. 5.) Na sua velhice, Monti arrepende-se de ter adoptado a melancolia de Ossian desprezando os deuses da mitologia; Castilho também na velhice abandona as pastorais para traduzir com afectada vernaculidade as obras capitais do romantismo. Monti e Castilho primam pelo bem acabado da forma e pela versatilidade das ideias, das convicções e do carácter, pela pretensão a puristas da língua e pela incapacidade de tratarem cientificamente os problemas da filologia.

O *romantismo,* ou a revolução moral e sentimental que se deu nas literaturas modernas da Europa, no princípio deste século, foi como um renascimento do espírito livre, espontâneo e criador da Idade Média. O génio da revolta, que inspirava os

---

[231] A falsidade deste poemeto pode explicar-se por este facto da biografia espanhola de Castilho atribuída a Tomás Gomes, impressa em Cádis, e reproduzida na *Gaceta de Madrid,* e no *Eco del Commercio: «En este corto espacio (1834-1837) gosó Castilho de todos los atrativos de la vida de los amantes... su esposa le sirvió de madre, de amiga y hasta de maestro.»* (P. 7.)

fabliaux e as grandes legendas seculares, reapareceu na forma de um exagerado *subjectivismo.* Os escritores servis, aferrados às praxes académicas, limitados à imitação do clássico, opuseram-se com todas as forças à nova manifestação do sentimento. «A característica da Idade Média em literatura», segundo Frederico Schlegel, «é a luta entre o espírito antigo, refugiado na língua latina, e o espírito novo, que transparece nas línguas nacionais.» No *romantismo* dá-se a mesma luta; mas em vez de ser a emancipação das línguas vulgares, é a liberdade do sentimento, que procura manifestar-se sem convenção.

Travou-se a luta na Alemanha nos fins do século XVIII, comunicou-se à Inglaterra e à França, e só chegou a Portugal o eco do que ia lá fora muito depois da emigração, em 1835. Os embaraços para a introdução do *romantismo* em Portugal acham-se resumidos em Castilho, a retórica velha e cansada condenando o ideal da arte determinado pela filosofia.

É por isso que lhe cabem algumas páginas neste livro, como ao que mais contribuiu para a decadência e esterilidade da literatura portuguesa, não só pelos seus constantes protestos académicos, como por ter apadrinhado uma geração de medíocres que tanto custa a extinguir.

Hoje a literatura não é já uma nobre ociosidade, de aparato brilhante, com que se entretém a pompa das academias, e se engrandece o luxo das cortes dos monarcas magnânimos; não é também aquilo que Cícero julgava, quando a definia como uma distracção liberal, um consolo íntimo, doméstico. Enquanto se pensou assim, não se passava das formas pautadas, dos panegíricos, das dissertações fúteis, da arqueologia de curiosidade, de sentimentos convenientes, das tragédias regulares não ultrapassando as três unidades; discutia-se o mérito comparativo dos antigos e modernos, serviam-se da erudição homérica para demonstrar que Mentor já invocava com saudade os tempos antigos; havia um certo número de metáforas convencionais, um *Deus ex machina* para os poemas; via-se apenas as formas externas, os processos mecânicos com que os melhores escritores, mais clássicos por assim dizer, tinham o segredo de mover, de deleitar, de arrebatar, como quem tem os fios com que se fazem saltar os bonifrates. Quem via a literatura deste modo fazia uma ideia falsa, e por isso todas as suas criações eram falsas na origem. Hoje viu-se que a literatura era mais do que isto, era uma criação humana, e como tal revelava o carácter do povo que a tinha sentido. Esta compreensão nota-se na tendência geral de todos os espíritos em voltarem-se ao estudo de todos os livros em que o génio do homem aparece mais independente das regras artificiais, os poemas seculares, anónimos, as formações das legendas, o estudo dos mitos.

Sob este ponto de vista, a literatura estuda-se para satisfazer a necessidade do espírito, que procura constantemente descobrir o homem tornando os seus actos conscientes. Taine, na *História da Literatura Inglesa,* abriu este plano, fazendo as aplicações das descobertas recentes; determina as duas raças, saxónia e normanda, uma terrível, violenta, batalhadora, a outra branda, susceptível de todas as modificações; o carácter impetuoso do Norte acha-o representado em Shakespeare, Marlow, Ben Johnson, Milton e Byron; o carácter normando, imitador, com tendências clássicas, reflecte-se em Pope, Addison, Dryden. A literatura tem hoje esta importância; a filosofia da arte, a Estética veio dar-lhe altura e consciência. Pela literatura chega a definir-se o carácter histórico de uma época, muitas vezes melhor do que pelas crónicas oficiais que mentiam à verdade para não divulgarem as intrigas que formavam as efemérides da corte.

As obras de arte têm o poder maravilhoso de não poderem ser falsificadas; falam mais alto do que todas as opressões, delatam os crimes mais escondidos à posteridade pela influência que sentem.

Os Jesuítas, que inventaram uma teologia no século XVI, e uma moral no século XVII, como diz Michelet, não produziram apesar dos maiores esforços uma obra de arte. O despotismo de Carlos V e de Filipe II, infunde um abaixamento da dignidade, acanha o voo espontâneo da inspiração, e a literatura do seu tempo é como um aleijão de um homem que sai da polé e se ri para desarmar os seus algozes; a literatura *picaresca* não é mais do que isto, é uma delação da atrocidade política contra o desenvolvimento social. Assim a literatura é como o templo onde ficam impressas as pegadas dos falsos sacerdotes que entram de noite e às escondidas para comerem as viandas postas diante dos ídolos de barro. É pela literatura que procuramos a decadência sucessiva do carácter português, como uma manifestação local de um grande mal orgânico, o constitucionalismo bragantino. Para este fim basta-nos tomar como tipo o poeta e prosador Castilho; todos os defeitos dos últimos escritores acham-se nele em germe.

As formas particulares da arte têm uma analogia íntima entre si; na arquitectura, escultura, pintura, música e poesia, a lei das transformações de uma explicam a transformação de todas as outras; em Miguel Angelo se encontra a sucessão natural e lógica na marcha ascendente da sua inspiração; depois de escultor descobre a pintura, espiritualiza as aspirações vagas na poesia, e é por fim arquitecto. É por isso que nos serviremos de um exemplo da pintura, para fazer compreender qual é a posição de Castilho neste último período da literatura portuguesa.

Ele aparece-nos como Lebrun na corte de Luís XIV. Lebrun tem a inspiração do século do monarca que se dava o sol por símbolo; no meio de uma pompa fictícia as suas criações são também falsas; o colorido é como o dos cosméticos que purpureavam a face das velhas marquesas que provocavam acintosamente a sensualidade do monarca; as composições têm o arranjo de uma pequena intriga de amores de alcova; ele borda e entretece com as flores fingidas da sua palheta esta festa lúgubre e forçada do despotismo devasso. A corte admirava-o, a Academia respeitava-o, as tapeçarias pediam-lhe rascunhos, os estofos, os monumentos eram segundo o seu alvitre, era ele que corrigia os planos.

A época não via no artista uma única repreensão, não a despertava da letargia moral em que caíra, não a incomodava, antes a lisonjeava, e lhe acerava os desejos. Em paga desta transigência, dava-lhe a glória e rendimentos pingues, e o despotismo sobre os outros artistas que queriam competir com ele. Todos estes caracteres se encontravam reproduzidos em Castilho como poeta e prosador. Tanto a Lebrun como pintor, e a Castilho como literato, o que faz iludir algum tanto com uma grandeza ou superioridade aparente, é a pequeneza e vulgaridade daqueles que se deixaram influenciar, e não tiveram ao menos a força para renegarem os mestres, e abjurarem da autoridade. Mas sobem de ponto cada vez mais as analogias da comparação.

Aquele génio terrível, de criação profunda, alma de Miguel Angelo baldeada na corte de Luís XIV, Puget, foi perseguido porque as suas composições tinham um quê de forte e enérgico no meio da malícia que o despotismo do monarca gerara; Luís XIV chamava-lhe um *obreiro mui caro;* Lebrun ao menos sabia condescender com as vilanias, era por isso o inimigo nato de Puget.

Uma sociedade decadente não pode compreender a alta inspiração de um verdadeiro artista; o *Milão de Crotona* só foi apreciado por uma mulher, que ao vê-lo disse somente: «Coitado!» O grupo de *Andrómeda* libertada por Perseu, cuja beleza consiste nas formas delicadas, pequeninas da mulher, foi desdenhado justamente no que ele tinha de mais belo e de verdade. Não era para aqueles olhos costumados às trevas das pequenas intrigas o verem o «mármore de uma alvura de neve».

Assim a arte convencional de Lebrun, de etiqueta, respeitadora dos usos constituídos, conservadora da rotina, imobilizadora de todas as tendências, era uma maldição contínua a toda a inovação, a todo o espírito independente. Ela luta para apoucar os génios firmes de Le Sueur, Claude Lorrain e Poussin, o que a arte francesa tem de mais belo. As transformações artísticas levam aos mesmos resultados; depois de todos os esforços para a formação de uma literatura no seio de um povo que aspirava, ao cabo da luta, a liberdade da moderna Europa, Castilho, como estes espíritos inertes e sem coragem que desanimam os outros, resume em si todos os caracteres de Lebrun, proclama-se o pontífice da imobilidade e da rotina. Tendo procurado a formação do seu talento literário, como e em que tempo apareceu nas letras, qual a sua primeira inspiração, qual o seu ideal da poesia, as qualidades que o fizeram estilista, como o estilo é o mais alto grau a que o elevou o esforço, como compreendeu a antiguidade que adoptara, renegando as ideias do seu tempo, determina-se a influência que exerceu na literatura, e pela mediocridade dos discípulos, apresentaremos os sintomas de uma degeneração lenta que se operou de dia para dia em Portugal.

Assim cabe perfeitamente a Castilho a parte que tomou na literatura moderna, ser o último e mais declarado inimigo da revolução moral chamada *romantismo,* e ao mesmo tempo o que mais corrompeu a geração moderna pela sua falta de consciência literária.[232]

Em todas as composições de Castilho aparecem sempre os caracteres daquela *infância* de sua alma; não envelhece, parece-se com esses monges bretãos que tinham recebido o bastão do peregrino que dava uma perpétua mocidade. Porém esta infância foi sempre desbaratada, ou melhor, nunca nos deixou ver dela mais que os seus defeitos. Como criança ama o descritivo e o excesso de colorido; não forma plano, vai ao acaso da inspiração; é digressivo e interrompido de incidentes do discurso o estilo; é imitador e de preferência tradutor. A mesma *infância* nunca lhe deixou ter uma individualidade própria, a dependência de amparo tornou-o também moralmente fraco; bem o conhece e defende-se com ela, respondendo a este juízo de um estrangeiro:

«Entre os poetas hoje vivos em Portugal (1829) notaremos Castilho, que apesar de cego desde a meninice, se tem todavia incessantemente aplicado às belas-letras e ao cultivo das Musas. As suas *Heróides,* no estilo de Ovídio, é uma das suas obras mais notáveis. Dá provas de notável talento em alguns outros trechos poéticos, que todavia não são em geral considerados como bons; de facto é muito pobre a originalidade, e o seu modo de colorir não é conforme à verdade da natureza; as suas frases, posto que habilmente torneadas, são talvez monótonas, e é apenas à harmonia dos seus versos que deve a sua fama como poeta.»[233]

Quando no *Portugal Ilustrado,* M. Kinsey disse, que Castilho não tinha o

---

[232] Esta missão parece ter sido adivinhada admiravelmente por Quinet ao descrever o movimento de inspiração *nacional,* na literatura portuguesa de 1824 a 1846: *«que cette littérature n'était pas une oeuvre d'académie, mais un cri d'espérance, qu'elle s'accordait trop bien avec les instincts de la foule pour ne pas concourir á ranimer ce peuple – à moins qu'il ne se trouvât à point nommé quelque grand meurtrier pour l'assassiner au préalable.*» *Oeuvres,* t. X, p. 59.

[233] W. M. Kinsey, Portugal illustrated; in a series of letters. London, 1829; «Among the living poets of Portugal may be remarked Castilho, who though blind from his cradle, has nevertheless incessantly applied himself to the belles-lettres and the cultivation of the Muses. His Heróides, in the style of Ovidis one among the most remarkable of his works. He displays considerable talent is some other pieces of poetry which, however, are not generally regarded as good; in fact he is very deficient in originality, and his mode of colouring is not after the truth of nature; his lines, though they are happily turned, perhaps, are monotonous, and it is only to the harmony of his verses that he is indebted for his poetical fame.» Review of the literary history of Portugal. (P. 525-564.) Extraímos esta citação do livro de J. de Vasconcelos O Consumado Germanista, p. 25, por isso que o livro de Kinsey é extremamente raro.

sentimento da natureza e que pintava mal, o poeta defende-se deste modo: «Este descritivo é desbotado e de cores pouco vivas e próprias se com o de Gessner ou Kleist se compara, mas é o melhor que eu soube; eu que nem podia ir-me pelos campos fazendo, como de si dizia Kleist, caçadas poéticas de imagens, nem discorrê-los como Gessner, de lápis na mão. Já pode ser que padre Kinsey, ou o seu ponto (informador) não houvessem de se me avantajar muito, se lhes coubesse tirar às escuras, ou quase, o retrato da natureza.»[234] Castilho descobre em toda a parte esta fraqueza, com uma simplicidade que desarma; na sua vida doméstica parecia ver-se aquele quadro de interior, Milton entretido pela leitura das suas filhas:

«Uma mulher, toda boa, toda extremosa, tomou unicamente a peito o vingar-me da natureza; cerca-me de contínuo, como um anjo, de amor e de luz; empresta-me olhos para eu ver o mundo e as obras dos séculos...»[235]

A perda de sua esposa (1 de Fevereiro de 1837) foi como diz em um *post scriptum* de um prólogo, o maior infortúnio da sua vida, uma perda de que em nenhum tempo o coração se poderá consolar: «Quebraram-se as forças para continuar no trabalho, bem como se esvaíram muitos, antes todos, meus projectos.»

Nos *Quadros Históricos* (1839) lamenta a morte de um modelo de irmãos, que o coadjuvava no que dizia respeito ao revolver, apurar e digerir todos os sucessos, deixando-lhe o estilo e a poesia, que é o quem tem principalmente a obra.[236] Todas estas circunstâncias o privaram da virtude masculina e superior da individualidade; fizeram-no um espírito pueril, entretido com combinações de *mnemónica,* fazendo-o apaixonar por bagatelinhas como um *Tratado de Metrificação,* e o uso dos versos com letra pequena. O *método repentino* é nobre na intenção, mas piegas.

Por toda a parte as traduções ocupam um valor secundário na literatura; reconheceu-se a impossibilidade de trasladar com uma precisão geométrica para uma língua os sentimentos, por si indefinidos, expressos nas diferentes cambiantes das palavras e formas prosódicas de outra língua. Todas as traduções modernas são em prosa, porque servem para estudo, e é a prosa que dá a mais ampla liberdade ao pensamento. Para traduzir uma obra de arte é preciso senti-la novamente, e quem sabe sentir é criador também, e inventa por si.

Com esta esterilidade de alma e sem recursos de imaginação, Castilho lançou-se aos poetas antigos; serviu-se desta abundância de frases que trazia de memória ordenadas em forma de vocabulário, ia-as baralhando pacientemente, e com o acinte de quem pensa entreter o vazio do espírito e a solidão do isolamento, seguia ora *verso a verso* o poeta que torturava, ora lhe dava tratos de polé na redundância de *paráfrases.*

Traduziu, como um gramático sem ver o intimo das palavras;[237] começa por não

---

[234] *Primavera,* p. 40.
[235] *Primavera,* p. 290.
[236] *Quadros Históricos,* p. 245.
[237] Na tradução que fez dos *Fastos* de Ovídio, livro vi, v. 660, aceita o texto nesta forma:

Adde quod Edilis *pompa qui funeris irent*
Artifices solos jusserat *esse decem,*

quando desde o tempo de Godofredo *(Fontes Quatorjuvis,* nota à X tábula) se restituiu o texto historicamente:

Adde quod Edictis *pompa qui funeris irent*
Artifices solos jus erat *esse decem,*

por isso que se referiam ao direito consuetudinário das Doze Tábuas. É esta a crítica que falta nas traduções de Castilho, e é por isso que o reconhecem como um verboso parafraseador.

compreender o poeta que traduz. Ovídio foi o primeiro que lhe veio à mão, sem escolha, casualmente; versando-o com mão diurna e nocturna chegou a apaixonar-se por ele, a torná-lo o seu dilecto. Para os que não são latinistas, para lerem Ovídio bastava-lhes qualquer tradução ou de Panckouke ou da colecção Nisard. Castilho diluindo cada hexâmetro do sulmonense em três endecassílabos portugueses, tornará mais conhecido o exemplar antigo? Se ele mesmo não compreende mais do que as palavras; e essas mesmas palavras são como senhas sacramentais cujo valor não alcançam os profanos que as repetem. Castilho começou pelas *Metamorfoses* em 1841. *«As Metamorfoses»,* diz um profundo crítico moderno, «nenhum livro melhor do que elas mostra quanto se ignorava a antiguidade heróica e divina. Estas nobres legendas, todas animadas de vagas ideias filosóficas, da mais larga e da mais pura poesia, tornaram-se nas mãos de Ovídio lindos contos ornados de felizes antíteses, perfumados de espírito e galantaria, que uma dama romana despenderia voluntariamente no seu toucador.»[238] Agora compreende-se como Castilho obedeceu à simpatia que o uniu a Ovídio; espírito fútil, sem profundidade, conhecendo a fábula pelas explicações do Dicionário de Chompré, não vendo mais do que brilhantes nadas das imaginações antigas que adoravam falsos nomes, era-lhe fácil pôr em vulgar essas personificações alegóricas, cujo processo de poetização já estava ensinado pela rotina da estafada retórica das academias dos séculos XVII e XVIII. Que esses poetas .académicos não compreendessem a *fábula,* e a reduzissem a um armazém de metáforas donde extraiam todos os tropos para as suas odes sáficas, pindáricas, epódicas, alcaicas, percebe-se, porque, inteligências vulgares, desbaratadas em frivolidades, não tinham assistido à descoberta dos grandes poemas da Índia, da epopeia germânica, das teogonias do Norte, factos que engrandecem o século; não podiam por isso partir da unidade das tradições para a lei da sua formação, nem descobrir como os povos perpetuam os dogmas religiosos, o direito, as descobertas, os sucessos nessas criações espontâneas de símbolos, legendas e mitos. Castilho vive num mundo fantástico, ignora o presente e amaldiçoa-o. O espírito moderno ri-se dele, como o povo de Roma se riu dos dormentes que despertaram em meio de uma sociedade nova, com outros usos e costumes. Depois dos trabalhos de Kreutzer, de Guigniaut, de Preller sobre a mitologia, a opinião de Taine sobre Ovídio não precisa de demonstração. O século XVI, a *moderna antiguidade,* compreendeu Ovídio como simples pagão, e tratou de lhe salvar o texto e de apurá-lo com comentários eruditos; no século XIX este homem esforçou-se em voltar ao passado, até se tornar um retórico da decadência. De um gosto convencional, sente-se pela inclinação do carácter um literato bizantino; *A Arte de Amar* é uma composição erótica sem valor, uma lisonja à depravação romana. Na tradução de *Os Fastos,* melhor do que em nenhum livro, se encontra o grau de ignorância dos homens que em Portugal escrevem; Castilho convidou mais de cem escritores para comentarem o texto; tudo o que ali se lê é ou traduzido das enciclopédias, tirado de Jacou, das notas dos escoliastas; há muita minúcia, muita citação, mas faltam só vistas novas; não aparece um único resultado da crítica moderna, nenhuma apreciação da filosofia de arte, nenhuma interpretação da moderna ciência da Mitologia; ainda cá não chegara esse movimento. Castilho maldiz todos os tradutores de Virgílio: João Franco Barreto, Leonel da Costa, Lima Leitão, Barreto Feio, Odorico Mendes, todos o interpretaram mal; Castilho insulta-os, deprime o trabalho destes homens, e ameaça-nos com uma nova tradução. E como poderia ele compreendê-lo, quando só se achava capaz de traduzir melhor os termos da lavoura, e em menor número de versos? Virgílio não é isto que entre nós se pensa. É preciso uma alma pura de toda a inveja, simples, boa por natureza para avaliá-lo, para aspirar àquele perfume de

[238] Taine, *Essai sur Tite-Live,* p. 17.

melancolia que fez com que ele pressentisse o cristianismo. Como é que um gramático pode traduzir este hemistíquio divino: *«Sunt lacrimae rerum»,* quando para ele a arte é um mister e uma lisonja à corrupção de um novo Baixo Império? Ao menos o gramático de Ravena, que jurava pela infalibilidade de Virgílio, tinha mais alma para compreendê-lo do que um que o parodia em palavras mentidas.

O sentimento de Virgílio só pode ser compreendido depois de se conhecer como ele alimentou e por assim dizer refrescou a alma humana durante todo este período de aridez teológica, de sevícias feudais, que formam o decurso da Idade Média. A Igreja chegou quase a levantar-lhe altares; S. Paulo vem ao túmulo de Virgílio, e chora por não ter chegado mais cedo, para salvar uma alma tão pura, tão apta para receber a doutrina do cristianismo. Depois de se haver estudado a Renascença é que se achou desenvolvido nela o génio de Virgílio; foi, por assim dizer, um conhecimento *a posteriori.*

Dante diz num dos tercetos de *A Divina Comédia,* dirigindo-se ao seu guia: «Por ti eu fui poeta, por ti eu fui cristão.» E Virgílio adiante, vendo-o perturbado e querendo fortalecê-lo, diz-lhe que um espelho não reflectiria melhor todas as emoções que lhe vêm à face. É a alma da Renascença, o espelho em que se viu representada. Castilho não formou ideia do que seja a Renascença moderna, nem da acção que ela teve na Europa; ficou deste modo privado de ler o melhor e o mais profundo comentário de Virgílio. Uma palavra de Dante, uma legenda grotesca de Virgílio na meia-idade, fazem-no-lo compreender melhor do que todos os escólios de Donato, Sérvio ou Despautério. Até somente com a bondade natural se compreende melhor Virgílio, do que com toda a ferramenta de palavras e sinonímias. Como a raça céltica o compreendeu!

Que melhor comentário de Virgílio do que esta bondade céltica, feminina, incompatível com a índole vaidosa e acerada por uma inveja incessante. Castilho ficou privado do melhor critério para avaliar Virgílio;[239] é um tradutor fiel, e tanto como estes pintores chineses que entendem que a verdade da pintura está em saber o numero de nervuras que tem uma folha, e limitam toda a sua arte a um processo mecânico de reprodução servil. Muitas vezes as analogias dos caracteres fazem com que conheçamos melhor o que estudamos. Castilho modernamente representa-nos o mesmo que Pope na literatura inglesa; o tradutor do *Homero,* tinha uma maledicência de homem raquítico e descontente, não conhecia amigos, nem afeição diante do seu orgulho e vaidade literária; para ele a poesia não é mais do que uma ginástica de palavras, em que, com aparências de propriedade de expressão, encobre o vazio do artifício. Castilho, entre nós tem também a perfeição da simetria, da lima que desgasta as saliências do diamante, procurando contorná-lo para meter dentro do engaste da retórica mesquinha.

Causas fatais e irremediáveis obrigaram Castilho a permanecer em uma perpétua infância. Quem o acusa por isso? o que obriga a pô-lo em relevo, é o apresentarem isto que é uma incapacidade como faculdades superiores. Do seu génio pueril e infante provêm todas as suas obras literárias, tais como o *Tratado de Mnemónica, O Cérebro Artificial,*[240] *O ABC Repentino,* os versos de letra pequena, o seu anacronismo idílico, a tendência irresistível para tradutor, isto é, a necessidade de ir pela mão de quem teve primeiro o trabalho de pensar; a abundância estéril do seu estilo, e sobretudo uma necessidade absoluta de adulações. O meio influiu também na sua mediocridade.

As profundas perturbações políticas causadas pelas tendências absolutistas de D. Maria II, que de 1842 a 1846 iniciara pela facção cabralista um regime de violência,

---

[239] *Vide* o admirável livro de Comparetti *Virgilio nel medioevo,* verdadeiro modelo de erudição em que as lendas virgilianas são explicadas sob o ponto de vista das origens.

[240] Esta invenção, acha-se a páginas 136 de *A Noite do Castelo,* em nota. Edição de 1864. N'*A Questão do Fausto,* p. 69, o Sr. Graça Barreto queixa-se de nunca ter encontrado esta novidade nas obras de Castilho; é por isso que a indicamos.

produziram um levantamento popular nas províncias do Norte, conhecido pelo nome de *«Maria da Fonte».* Por este tempo Castilho escreveu um opúsculo de cinquenta e sete páginas intitulado *Crónica certa e muito verdadeira de Maria da Fonte, escrevida por mim, que sou seu tio, o Mestre Manuel da Fonte, sapateiro do Peso da Régua, dada à luz por um cidadão demitido que tem tempo para tudo.* É um folhetim político. A tempestade do absolutismo desencadeou-se com o golpe de Estado chamado a «Emboscada de 6 de Outubro», e seguiu-se o levantamento nacional, contra o qual a rainha chamou uma intervenção armada estrangeira em 1847.

É uma das infâmias da monarquia. No meio destas agitações Castilho foi residir na ilha de S. Miguel, por convite do visconde da Praia, o homem a quem a cultura açoriana mais deveu. No remanso da ilha, Castilho ocupou-se em colaborar no *Agricultor Micaelense,* onde escreveu umas prosas poéticas intituladas *Felicidade pela Agricultura*; cooperou para a fundação da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, em Ponta Delgada, para cujas escolas escreveu os *Primeiros Exercícios de Leitura,* e as *Noções Rudimentares,* com vários hinos, sendo a música de alguns composta pelo amador João Luís de Morais Pereira. Logo em 1848 levantaram-se em volta de Castilho ruidosos conflitos literários, que motivaram folhetos, hoje desconhecidos, como o *Thecel ou o Castilho em Zero,* e a virulenta réplica *Ou Eu ou Eles.* Desta época de permanência na ilha de S. Miguel resultou a tradução ou apropriação do drama francês *Camões* de Victor Perrot e Armand Dumesnil, que Castilho quis fazer passar por original até 1849. No opúsculo de Antero do Quental *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais,* acha-se um extraordinário juízo critico deste trabalho, supondo-o original: «É um dos mais formosos dramas do teatro português e a única admirável e inatacável obra do Sr. Castilho – o drama *Camões.* Nunca se dirá bastante desse livro surpreendente, que excede muito o *Camões* de Garrett no estudo da época, na interpretação do verdadeiro carácter do herói, na inteligência intuitiva do génio da nação, e no grande espírito poético e dramático que anima todas as cenas, salas amplas e luminosas de um maravilhoso palácio de poesia.»[241] Chama-se a isto impor como opinião uma primeira emoção irreflectida. Confrontou o crítico o texto francês com a paráfrase portuguesa? Nem suspeitava da existência do drama de Perrot e Dumesnil, e por isso as deturpações de Castilho pareceram-lhe surpreendentes intuições de génio! O drama é falso diante da história: Camões não conhece sua mãe que morrera de parto! ama uma filha do conde da Castanheira, que ainda encontra viva no regresso da Índia! recebe esmola de uma preta, que o sustenta; Castilho contentou-se em intercalar na sua paráfrase uma pequena comédia em redondilhas, *o Auto da Boa Estreia,* composto sob o nome do Dr. António de Castilho, guarda-mor da Torre do Tombo e amigo do quinhentista António Ferreira, composição que fingiu achada por Luís Filipe Leite e que serviu para iludir a boa-fé crítica de José Maria da Costa e Silva. Conseguido este fim, como se vê no artigo o Dr. António de Castilho, do *Ensaio Biográfico Crítico,* o *Auto da Boa Estreia* foi então intercalado na paráfrase do drama *Camões*.[242] Eis aqui a única obra inatacável de Castilho, segundo a crítica de Antero do Quental.

Durante os dois anos de residência na ilha de S. Miguel é que Castilho se apaixonou pelas questões de pedagogia e em 1850 transforma o *Méthode de Lecture,* de Mr. Lemare, no seu pequeno livro intitulado *Leitura Repentina, Método para em Poucas Lições Se Ensinar a Ler com Recreação de Mestres e Discípulos.* Com o tempo Castilho persuadiu-se da própria originalidade, e a sua tentativa começou a ser chamada *Método Português Castilho.* Nós seguimos a crítica de Herbert Spencer contra a supers-

---

[241] *Op. cit.,* p. 45.

[242] Ainda em 1870 o Sr. Romero Ortiz no livro *La Literatura en el Siglo* XIX, caiu no mesmo engano.

tição usual que faz julgar a leitura como o fim da instrução; se os que dirigem a instrução pública, governos e padres, são os primeiros a impedirem tudo quanto possa embaraçar a emancipação intelectual e moral, a leitura ficará sempre uma arte estéril e uma aptidão sem destino. Mas aproveitando a superstição usual, Castilho fez um grande ruído sobre a *Leitura Repentina,* envolveu-se em polémicas virulentíssimas, como a *Tosquia de Um Camelo* (José Crispim da Cunha) em 1853, 1855 e 1856, arvorou-se em apóstolo indo ao Brasil em 1854,[243] e conseguindo por fim ser nomeado comissário-geral das escolas do método repentino, pelo que recebeu até à sua morte um conto de réis de ordenado anual. Da sua invenção dizia Castilho: «Também eu fiz uns *Lusíadas*; só uns; foi esta carta de alforria da puerícia. Não cantei os portugueses passados, mas forcejei por que houvesse portugueses futuros, o que não vale menos, se é que não vale mais.»[244] Infelizmente Castilho sobreviveu o bastante para ver provada a ineficácia da apregoada maravilha, e notando que *Os Lusíadas* continuavam a ser o que eram, atacou o poema como não servindo nem sequer para cartilha de escola.[245] João de Deus, que se tornou também um apóstolo da leitura, foi atacado como imitador do método de Castilho nestas frases: «Faremos ver que tudo, que por aí tem aparecido de metódico e racional, é essencialmente filho do *Método Português.»* João de Deus replicou com uma fina ironia, que encerra a crítica do processo para a leitura repentina: «Do *Método* apenas sei uma regra, que .um dia me recitou com admiração um fervoroso apóstolo do célebre pedagogo:

A, e, i, o, u, vozeiam
Quando em cima o pau lhes vem;
Mas vão quase caladinhas
Quando carapuça têm.

«Sem querer por esta particularidade julgar da análise que presidiu ao trabalho do Sr. António Feliciano de Castilho, é certo que *vozeando* as vogais tanto com pau como sem pau em cima (sem pau, mais vezes incomparavelmente), e não indo quase caladinhas quando têm carapuça; nem a forma nem a ideia me convidavam a utilizar-me.» Castilho no meio da sua estéril propaganda, foi eloquente nos protestos contra a *pancada,* que era parte obrigada da pedagogia portuguesa, e resto persistente da tradição do ensino jesuítico, que ainda sob outras formas se conserva nas nossas escolas. A *pancada* passou de moda, e não foi pequeno progresso, porque a nossa infância foi passada sob a pressão desse terror branco da disciplina das primeiras letras.

Conseguido o comissariado do método repentino, Castilho visou a uma acção directa sobre a literatura portuguesa; achava-se só em campo. Garrett falecera em 1854, e desde 1859 Herculano fechara-se em um silêncio sistemático, odiando todas as manifestações literárias. Com a propaganda a favor do monumento a Bocage em Setúbal em 1857, e com a anedota filantrópica que se liga à epístola à imperatriz do Brasil, o nome de Castilho avocava a si a admiração dos novos; em 1861 foi a Coimbra visitar os sítios poéticos da sua mocidade, e em um sarau literário no teatro académico recebeu as homenagens da nova geração. Faltava-lhe tudo para ser dirigente; o trabalho da sua última época literária (1858 a 1875) foi exclusivamente de traduções, de livros atrasados, como *Os Amores* de Ovídio (1858), *A Arte de Amar* (1862), *Os Fastos* de Ovídio (1862, *Lírica* de Anacreonte (1866), *As Geórgicas* de Virgílio (1867), sem a mínima acção sobre o espírito público. Uma coisa lhe restava para impor a sua

[243] A *Chave do Enigma,* p. 212.
[244] Carta de 29 de Março de 1867 à Câmara Municipal de Setúbal.
[245] Carta preambular do poema *D. Jaime.*

supremacia literária em ambos os hemisférios – o estilo.

Um dos seides que o cercava chegou a sustentar na *Revista Contemporânea,* que era ele e não Garrett o verdadeiro príncipe da poesia moderna;[246] por uma doce ilusão da idade veio a considerar-se um pontífice literário, passando bulas de indulgência aos que se apresentavam nas lides da imprensa. Era moda trazerem todos os livros que se publicavam uma carta ou breve da infalibilidade do mestre; ninguém podia ser lido sem trazer a chancela sacro-santa só obtida por bajulações e negação absoluta de novidade. Reinava a doce paz no santo mundo das letras, Castilho e o seu rebanho todos conformes em dar e receber o incenso de aparatosos ductos. Contudo a literatura da Europa avançava, e novos princípios foram introduzidos no mundo pelos pensadores, tendo fatalmente de produzir em dado tempo os seus resultados.

Foi então que apareceram alguns escritores desconhecidos, que pensavam e escreviam com independência; era preciso detê-los nos seus ímpetos iconoclásticos (1865); já se não podiam fazer acusações de *galicistas,* descobriram outra – de *nebulosos.* Acusaram-nos do crime de introduzir o espírito alemão na literatura. Crime estupendo. A Alemanha, há mais de sessenta anos, tem-se tornado a iniciadora da actividade intelectual da Europa; os estudos históricos, a crítica sobretudo, a filosofia, as ciências naturais, têm experimentado um impulso brilhante; os sábios de além do Reno deixaram a língua latina, usada nos trabalhos eruditos pelos Scaligeros e Wolfius, pela linguagem vernácula, mais susceptível de exprimir todas as cambiantes do pensamento, por isso que era aquela em que se pensava; tornou-se uma espécie de álgebra, como tal incompreensível ao vulgo. Num estudo sobre Otfried Müller, diz Hildebrand, o tradutor da *História da Literatura Grega*: «Por muito tempo ainda, franca e altamente se reconheceu há alguns anos para cá, que o principal trabalho dos filólogos franceses, ingleses e italianos será com efeito o de implantar e aclimar nas suas pátrias as conquistas positivas da ciência alemã, antes de curar em continuar esta corrente de estudos; e a vereda que ainda se conhece tão imperfeitamente, tem necessidade de ser seriamente preparada. É o que se compreendeu, e o de que se ocupam com um notável desinteresse. Grandes talentos que pareciam destinados a abrir vias novas, dedicam-se a esta obra de interpretação e de iniciação; estendendo à Europa civilizada riquezas que só pertenciam a um povo, exaltam-lhes o valor pela clareza e com essa forma com que as revestem, de quem têm sós o segredo.»[247]

Estas palavras de Hildebrand exprimem o facto que caracteriza a transformação do romantismo na Europa, e que mais cedo se operou na Alemanha, como vimos nas palavras de Gervinus: «Transição da poesia para a ciência e do romantismo para a crítica...» Foi em 1865, que o romantismo emanuélico recebeu em Portugal o primeiro ataque da crítica, e a poesia a primeira aproximação da ciência e da filosofia, na luta literária conhecida pelo nome de Escola de Coimbra. Estavam acostumados entre nós a considerar a literatura como um divertimento, sem relação com o meio social; escrevia-se por uma hábil curiosidade, e a síntese do talento resumia-se nesta frase: «Um estilo à procura de uma ideia.» O movimento desse espírito novo foi acompanhado enquanto deu escândalo; como não provinha dos indivíduos mas da época, o seu triunfo consumou-se apesar da indiferença pública e das conspirações do silêncio. É por isso que pode já ser historiado nas suas três fases: crítica, democrática e filosófica.

Como todos os homens que ultrapassam a média da existência se tornam retardatários nas suas opiniões, Castilho condenou a manifestação da moderna inteligência portuguesa, e arvorou-se em chefe, desde 1865 até 1875, em que morreu, do

---

[246] No 1º vol. das *Lendas e Narrativas* Herculano reclama para Garrett esta primazia, como quem sabe que se lhe disputa arteiramente o seu lugar.

[247] *História da Literatura Grega,* Introdução, XXVI.

grande grupo dos autoritários que constituem a *pedantocracia portuguesa.* Tudo quanto era medíocre achou apoio em Castilho, não com o intuito de animar os talentos indecisos, mas de perverter o juízo e amesquinhar os talentos provados. Castilho nunca disse uma palavra do grande lírico João de Deus, e dos que se lhe seguiram só deixou cair equívocos monossílabos. Diante dos impulsos de iniciação literária, tornou-se mais ferrenho tradutor, e tradutor na forma quase inútil de parafrasta. As traduções não tinham um fim, um intuito, um qualquer espírito de revelação artística; agarrava-se ao primeiro livro que lhe caia debaixo da mão. Hoje era espalmado Anacreonte de uma tradução francesa em prosa para sonorosos versos portugueses, mas sem nos darem uma comunicação com o ideal da Grécia; amanhã atacava as comédias de Molière recebendo da Academia das Ciências os proventos de metade das edições, que se espalhavam com abatimento por todos os alfarrabistas; por fim lembra-se de Goëthe, e para afirmar que também tinha o sentimento romântico, traduz o *Fausto* de uma qualquer edição francesa, sem a mínima preparação prévia, e com a mais ingénua confissão de ininteligência da obra. Esta versão foi-lhe fatal; a nova escola revolucionaria esmagou-o, e a todos os seus defensores, na chamada «Questão Faustiana», a que adiante aludiremos. Não se querendo dar por vencido, abalançou-se à tradução do drama de Shakespeare, *Sonho de Uma Noite de S. João*; imagine-se como um acanhado humanista de convento, sem saber inglês, compreenderia a elevação artística dessa concepção baseada sobre as tradições celto-saxónicas! Castilho sentiu perder-se-lhe o seu poder espiritual, e que a mocidade o evitava; a sua morte teve essa oportunidade, que Augusto Comte considera uma condição necessária de todo o progresso humano. O juízo acerca do seu mérito resume em uma palavra, que se conservará como a fórmula definitiva da sua individualidade literária – era um *árcade* póstumo.

3. – (De 1865 a 1872.) – A pedantocracia portuguesa dirigida por Castilho. – Dissolução metafísica da Escola de Coimbra Contra a apatia mental do atrasado meio romântico. – Fases da escola dissidente de Coimbra: a) Período da indisciplina poética na Universidade, e sua persistência actual; b) – Período de crítica histórica e comparativa, propagado ao Porto; c) – Período de sentimentalismo democrático em Lisboa, e disciplina em opinião positiva. – O advento da filosofia positiva.

Sob a influência dos três principais vultos da transformação romântica da literatura portuguesa, formou-se em Lisboa uma sociedade com o título de Filomática, à qual pertenceram Rebelo da Silva, Mendes Leal, Lopes de Mendonça, Luís Augusto Palmeirim, António de Serpa, Latino Coelho, Andrade Corvo, então ainda jovens, e cheios de esperanças. A esta mesma falange pertenceram os jornais literários *A Época* e *A Semana.* Em vez de se porem ao corrente do movimento cientifico da Europa, trataram de seguir as pisadas dos mestres; continuou-se a escrever *romances históricos,* à maneira de Herculano, *críticas literárias* à maneira de Castilho, poesias pelo gosto da escola do Trovador de Coimbra. A Sociedade Filomática teve o vício orgânico da ênfase retórica, e do fetichismo literário; não tratou nenhum sócio de adquirir para o seu espírito uma qualquer disciplina filosófica, e em filosofia contentavam-se com o teologismo metafísico cristão; em política eram todos monárquicos e idolatravam sem motivo a casa de Bragança; nos estudos históricos contentavam-se com frases de um patriotismo banal, que se reflectiu essencialmente no lirismo desse tempo. Faltou à Sociedade Filomática o conflito de opiniões, e uma clara compreensão das necessidades morais da sociedade portuguesa; os jovens escritores não a elevaram, mas elevaram-se a si, tornaram-se jornalistas do mesmo partido monárquico, e representantes do povo por chancela oficial, esterilizando-se nas transigências da ambição do poder, que escalaram por turno. A Sociedade Filomática converteu-se espontaneamente numa liga de ambições políticas pessoais; perante o país fez-se por muitos anos um simulacro de oposição parlamentar, e sem trabalho científico apoderaram-se de todas as comissões rendosas da Academia das Ciências e dos diferentes ministérios; Rebelo da Silva publicava uma *História de Portugal* subsidiada pelo Governo; Mendes Leal continuava na Academia as colecções encetadas pelo visconde de Santarém; Latino Coelho seguiu a mesma vereda pelo Ministério da Guerra, etc. Todos se julgaram grandes homens e talharam-se entre si púrpuras do génio; o público costumou-se às celebridades não discutidas, porque a imprensa de Lisboa iludia sistematicamente a província. O período do *elogio mútuo* corria sem protestos. Quando um dia a província reagiu contra este marasmo mental, o facto foi repelido em Lisboa com uma virulência desesperada.

Todos os movimentos sociais provêm na maior parte das noções que motivam os actos da vontade individual; se uma sociedade estaciona, se uma forma de governo se esteriliza, se uma literatura decai na corrente da mediocridade, é porque essa sociedade, esse governo, essa literatura não têm ideias. É o que se observava em Portugal, vítima de um constitucionalismo conservado pela ausência de critério político, e com uma literatura banal e sem intuito, inspirada por uma ignorância absoluta de qualquer aspiração da sociedade. Como provocar nestas condições interesse ou curiosidade pelas ideias? Agitando os espíritos, dissolvendo as admirações, quebrando os velhos modelos ligados a ideais de convenção; era o legítimo *Sturm und Drang* do romantismo.

Proclamar qualquer ideia no meio desta beatitude intelectual do *elogio mútuo;* contraditar a crítica dogmática dos paralelos literários, era como um atentado contra a pátria, contra a ordem política e até contra a moral. Diz Spencer: «Nenhuma revolução

nas ideias se faz sem dilaceração»;[248] por isso algumas afirmações dos escritores dissidentes de Coimbra em 1865 provocaram sarcasmos dos velhos mestres, que se converteram em polémicas acerbas e em violências materiais, chegando até a ecoar no Parlamento português os presságios por esse sintoma de dissolução![249] É tempo de se estudar este movimento de dissidência, originado pela introdução de um espírito novo em Portugal, e que foi por algum tempo conhecido pelo nome de Escola de Coimbra. Divide-se em três fases características esse movimento inaugurado pela renovação de um critério intelectual: a primeira fase, que começa em 1865, foi exclusivamente poética e metafísica, concentrada em Coimbra; a segunda fase, que começa em 1868, manifestou-se no Porto com a propagação de trabalhos históricos em que se aplicavam os novos processos da crítica comparativa; a terceira fase, data de 1871, iniciada em Lisboa pelas Conferências Democráticas do Casino, em que preponderava ainda a indisciplina metafísica, que foi inutilizar-se no misticismo societário, até que começa a nova orientação mental pela propagação da filosofia positiva, que levou os fenómenos aparentemente desvairados da política a subordinarem-se ao critério da sociologia, acabando com a perturbação revolucionária.

O único ponto do país onde se julgaria encontrar alguma actividade mental, alguma aspiração generosa, era neste foco de mocidade e de eflorescência moral, em Coimbra, entre as gerações académicas, formadas do que há de mais vigor e de mais futuro em cada província. Infelizmente a morte política infligida a Portugal com a intervenção armada em 1847, pesava também sobre a mocidade de Coimbra, trocista e sem compreensão das necessidades do seu tempo; quando entrámos em Coimbra em 1861, ainda chegámos a ver coladas pelas paredes proclamações impressas que diziam:

«Viva D. Pedro V absoluto.» A mocidade percebia assim a história, e afirmava a sua afeição aniquilando o futuro. Quando depois da morte de D. Pedro V, o seu sucessor passou por Coimbra, a mocidade académica jazia então na mesma insensatez, e por uma comissão composta além de outros estudantes, de Vieira de Castro, foi-lhe entregue uma felicitação onde se lêem estas assombrosas palavras: «Os filhos da Universidade de Coimbra, ao tactearem nesta hora com a mão o solo do seu pais, sentem lá dentro no coração de todo ele a febre vertiginosa do entusiasmo, e o ansiado estremecimento dos grandes júbilos! Passa o rei e a rainha de Portugal!... Lugar pois à Academia de Coimbra, alma de vinte anos, alma também enamorada, que tem uma crença, um braço e uma ideia para vir depor como oblata nesse trajecto, aos pés da sua rainha e do seu rei!» A baixeza excede os disparates, da Academia com as mãos pelo chão, e das frases incisivas em estilo de canto de papagaio. A Academia de Coimbra estava em tal grau de inconsciência. O rei respondeu à felicitação, arvorando-se em antigo poder paternal, do velho estilo da chancelaria de D. João VI: «Saem do coração as manifestações da vossa dedicação. Do coração as agradeço e retribuo. Retribuo-as e agradeço-as tanto mais, quanto mais espontâneas, tanto melhor, quanto abrangem tudo o que no mundo *Me* desvela – *a Minha família como homem, a Minha grande família como Rei*.» E antes de concluir afirma, que «*os mais invejáveis títulos dos soberanos são hoje* (1863!) *os de pais e amigos do seu povo.*»[250]

Ninguém poderia suspeitar que no meio desta geração nula, existiam consciências

---

[248] *Primeiros Príncipes,* p. 122.

[249] Referimo-nos a um discurso do Sr. Tomás Ribeiro.

[250] Um documento ainda mais vergonhoso para a mocidade académica, é essa Representação de Abril de 1864 ao rei, pedindo-lhe o *perdão de acto,* com o seguinte fundamento: « *Voar depressa ao centro da família para juntos orarmos a Deus pela dilatação das vidas do rei e da rainha de Portugal; para o céu deixar cair orvalho benéfico sobre a existência tão cara e tão necessária do príncipe D. Carlos.»* Os poderes públicos não se achavam então neste grau de idiotia, e a representação não foi atendida.

isoladas que se insurgiam, e que reagiam ousadamente contra a dissolução desse deplorável meio. Essa reacção manifestava-se pelo protesto, como o da Sala dos Capelos em 1862 contra a disciplina inquisitorial da Universidade; pela formação de sociedades de livres-pensadores como a do Raio; por uma linguagem cheia de aspirações servidas por uma metafísica, que se aplicava à crítica literária, à poesia, à política, a tudo. Vivia-se em uma atmosfera de ideias recebidas de Proudhon e de Hegel, e compreendia-se a história pelas narrativas emocionadas de Michelet, e a poesia pela audácia descritiva de Vítor Hugo. Castilho pressentiu que não podia ser adorado nesse meio mental, e lançou-lhe um raio da sua cólera clássica, destituindo os *nebulosos,* confundindo as novas ideias com os disparates de linguagem dos universitários que «tacteavam o solo do seu país». Antero do Quental, pretextando abstenção de intuitos literários, replicou de um modo directo aos ápodos de Castilho; tinha ainda a incoerência de ideias e preocupações do estilo, de que nunca se libertou, mas essa réplica em forma de carta produziu uma grande impressão sobre o público.

Na carta *Bom Senso e Bom Gosto* escrevia Antero do Quental atacando a pedantocracia: «Refundem-se as crenças antigas. Geram-se com esforço novas ideias. Desmoronam-se as velhas religiões. As instituições do passado abalam-se. O futuro não aparece ainda. E, entre estas dúvidas, estes abalos, estas incertezas, as almas sentem-se menores, mais tristes, menos ambiciosas de bem, menos dispostas ao sacrifício e às abnegações da consciência. Há uma Humanidade em dissolução, de que é preciso extrair uma Humanidade viva, sã, crente e formosa. Para este trabalho é que se querem os grandes homens. Sairão esses heróis das academias literárias? das arcádias? das sinecuras opulentas? dos corrilhos do elogio mútuo? Sairão as águias das capoeiras? Saltarão as ideias salvadoras do choque das maledicências e dos doestos? Nascerão as dedicações do cruzamento das vaidades? Darão a grande novidade os ledores de Horácio? Inventarão as novas fórmulas os que decoram as frases rabugentas dos livros bolorentos que chamam clássicos? E os Sócrates e os Epictetos descerão para as suas missões das cadeiras almofadadas, das rendosas conezias literárias, das prebendas, das explorações? Fora dessa atmosfera corrupta, e, quando não corrupta pelo menos esterilizadora, é mais provável encontrarem-se as condições que precisam para viver e crescer os homens úteis e necessários às transformações do espírito humano.» A carta produziu um grande efeito pelo que tinha de vagas generalidades envoltas em uma deslumbrante pompa oratória; era a idade das expansões líricas, e nelas se despenderam os primeiros esforços. Tinham o seu tanto de evolutivo; nada há mais eficaz para estimular a apatia mental do que a sedução artística.[251]

A indisciplina metafísica iniciada pela Escola de Coimbra na forma de aspiração revolucionária acentuou-se principalmente na poesia; pela primeira vez na literatura portuguesa deixou a poesia de inspirar-se do ideal dos cristianismo, foi rasgadamente anticlerical, socialista, republicana vermelha, humanitária. O lirismo pessoal

---

[251] O Dr. Correia Barata, na *Revista de Coimbra* (nº 1, 1ª série, 1879) escreve sobre esta época: «Em que pese a muitos é forçoso reconhecer esta grande metamorfose. E não nos percamos em especulações filosóficas sobre as origens, as causas ou os antecedentes deste facto, nem sobre os perigos, as esperanças que daqui podem advir. Estejamos certos de que na determinação serial do futuro que se prepara há mais lógica, de que na confecção artificial dos nossos sistemas.

«Eu já quase não fui de uma época que era considerada entre os académicos como a idade heróica do pensamento. Então degladiavam-se *escolas,* e andava em voga a filosofia dos Kant, dos Hegel e dos Fiebte. Diz Jules Soury, que estes filósofos também foram no seu país como que os semideuses de uma era mitológica. Cá como lá passaram essas imaginosas teorias do mundo, do homem e das coisas. Dos brilhantes espíritos que saíram então da Universidade, alguns aí estão bem conhecidos, os quais se me não engano, já sofreram esta transfiguração que os aproxima do positivismo das concepções hodiernas. Desse tempo são, entre outros, os Srs. Antero do Quental, e etc.»

envergonhou-se das pequenas emoções do indivíduo e vibrou os grandes protestos humanos; o erotismo amoroso substituiu-se pela paixão do sacrifício, pela alucinação e entusiasmo pela liberdade. Cantaram-se as dores dos povos opressos, como a Polónia e a Irlanda, cantaram-se as revoluções sociais, e as novas formas políticas da Espanha e da França. Para uma mocidade que não estava acostumada a pensar, que não sabia converter a sua aspiração revolucionária em opinião democrática, a poesia era o único meio de exprimir irresponsavelmente essa aspiração, e o modo mais eficaz de orientar os sentimentos no sentido de um mais elevado intuito. No Parnaso português moderno está representada esta fase revolucionária mas importantíssima da poesia portuguesa, que precedeu a adesão consciente e positiva às ideias democráticas; a fase foi provisória, e nem podia deixar de sê-lo, mas exerceu a acção fecunda de um impulso novo, para tirar a poesia do sentimentalismo egoísta, para dar-lhe formas mais espontâneas e vigorosas, imagens mais profundas, verdadeiras e pitorescas, enfim alargar-lhe os espaços da idealização. Assim ficou a poesia transformada nas suas normas para receber as sugestões altruístas provenientes da moderna concepção positiva do universo; depois dessa fase revolucionária, metrifica-se bem, com vigor, com audácia, com colorido, a poesia paira em vez de arrastar-se, e só lhe falta que os talentos que a modulam se fortifiquem por uma educação intelectual. As *Odes Modernas* de Antero de Quental representam o primeiro impulso revolucionário; muitos outros livros e inúmeras poesias dispersas pelas efémeras revistas literárias dos últimos quinze anos, pulsam a mesma corda sem monotonia, com uma certa unção mística de justiça, e pode-se já dizer com alguma influência sobre o espírito público.

A escola revolucionária de Coimbra, inaugurada na poesia, estava sujeita a uma grande responsabilidade – o trabalho sério; não se pode ficar inertemente rapaz de esperanças, e era preciso aproveitar uma certa hostilidade da opinião pública para lhe falar a verdade sem rodeios. A primeira coisa a fazer, era fundar uma *disciplina crítica* para dissolver a falsa admiração, uma das principais causas da nossa decadência intelectual. No começo deste século, quando os factos da Revolução Francesa tinham desorientado os espíritos, Francis Jeffrey, o fundador da *Revista de Edimburgo,* compreendeu primeiro do que ninguém a necessidade de dirigir o senso critico, e a ele se deve o desenvolvimento e triunfo do partido liberal em Inglaterra. Philarète Chasles, historiando a vida desse homem extraordinário, parte deste seguro ponto de vista: «O senso critico ligado ao senso moral por liames profundos, ou antes, sendo um o modo intelectual do outro, ambos são acordes em negar a mentira, para que cada um possa assegurar as bases do verdadeiro, acreditar no que merece crença, amar o que merece ou impõe o amor, enfim dar à vida humana o seu fim sério, e o seu destino real de fé, de pensamento e de acção.» Na história intelectual da Alemanha, como observa Gervinus, a elaboração poética do romantismo dissolveu-se em crítica e ciência, e foi por essa via, que o povo alemão caminhou para a consecução da liberdade política. Na luta do espírito moderno contra a reacção estúpida da Restauração em França, que pretendia restabelecer na sua forma exterior o antigo regime, foi pelos processos críticos iniciados pela mocidade do *Globo,* dirigida por Dubois e Jouffroy, que esse espírito orientado pelos princípios de 1789 pôde manter as conquistas da liberdade civil. As leis psicológicas exercem-se com a mesma fatalidade. Depois da transformação da poesia, era essencial fundar a *disciplina crítica;* para as literaturas, a base crítica consiste em começar o seu estudo pelo elemento tradicional, partindo daí para avaliar as concepções individuais segundo a mais alta compreensão desse elemento;[252] para a política, a disci-

[252] Tal foi o pensamento da coleccionação do *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português* (1867-1869), da realização da *História da Literatura Portuguesa* (1869 a 1874) e da crítica comparativa na revista *Bibliografia da Histórica e Literatura.*

plina consiste em restabelecer o encadeamento histórico, e ver até que ponto está de acordo com as ideias, muitas vezes realizadas nas instituições de outros povos.[253] Para reagir contra o fetichismo das individualidades, que exercem sobre a opinião pública um poder de perversão, o processo crítico consiste em seguir o sistema empregado por Eckermann, pintar o indivíduo no que ele tenha de mais íntimo ainda, contanto que se descubra o determinismo dos seus actos. A Escola de Coimbra manifestou-se no Porto em uma fase exclusivamente crítica.

Os factos são como os objectos, precisam de uma distância conveniente para serem bem compreendidos; enquanto a pedantocracia portuguesa atacava com a sua longa autoridade os esforços daqueles que tentavam uma renovação literária e científica neste pais como que afastado das correntes de civilização, os grandes escritores franceses, italianos e alemães viam o que esses mesmos inovadores não se atreviam a ver, viram na unidade dos seus esforços individuais a manifestação de uma escola vigorosa pela afirmação revolucionária, embora pequena pelo número. Essa escola chegou neste pais a ter um nome de ludibrio; chamaram-lhe «Coimbrã», por causa da dissidência da sua origem; só os escritores estrangeiros, que a conheceram no seu período de desenvolvimento logo que se propagou ao Porto, é que a consideraram na sua força evolutiva e organicamente transformadora, chamando-lhe «Escola Crítica». A contar de 1872 é que começa o verdadeiro interesse da imprensa estrangeira pelo que se estava passando na literatura portuguesa; em Portugal só muito tarde se sentiu a realidade de uma transformação nos sentimentos, nas ideias, na linguagem e nas afirmações políticas e literárias da geração moderna; tacitamente se aceitou a sua superioridade, e só em 1876 e 1877 foi reconhecida com franqueza. Alexandre da Conceição na *Evolução*[254] de Coimbra, Ramalho Ortigão nas *Farpas*,[255] e Horácio Esk

---

[253] No desenvolvimento das doutrinas democráticas interrompidas com a morte de Henriques Nogueira, o restabelecimento da continuidade histórica faz prevalecer o critério étnico do federalismo.

[254] «A literatura despe a desbotada túnica romântica, expressão artística das eterizações incoercíveis do espiritualismo filosófico, e cônscia da sua grande missão evangelizadora, apossa-se das altas verdades da filosofia e do movimento científico contemporâneo para as mostrar, adornadas com todos os primores da poesia e com todos os esplendores do entusiasmo, às multidões sequiosas de novos ideais.

«Em Portugal, digamo-lo sem devaneios de patriotismo obscuro, mas também sem pessimismo rabugento – esta imensa transformação nas ideias e no ponto de vista crítico acha-se já brilhantemente afirmada nos estudos históricos e literários, e nas concepções poéticas e artísticas; para o demonstrar bastará, entre muitos; citar os nomes dos Srs. Antero do Quental, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, etc.

[255] «Há dez anos que se manifestaram os primeiros sintomas desta formosa evolução literária, e já hoje a *nova escola* conquistou os direitos de cidade, posto que seja ainda olhada como suspeita pelos espíritos tímidos e educados no velho regime autoritário.» *(A Evolução,* nº 1º, Introdução, Coimbra, 1876.)

«Sendo os homens que escrevem ordinariamente superiores aos homens que lêem, a função da publicidade é predominar nos espíritos – ou seja lisonjeando-os, ou seja combatendo-os. Toda a obra literária dá um desses resultados; ou se adapta às opiniões existentes e as consolida, ou reage sobre elas e as decompõe. Toda a literatura ou é *conservadora* ou é *revolucionária.* Queremos dizer: ou transige passivamente com as condições do meio social ou se debate contra o obstáculo que a influência desse meio lhe impõe.» Em seguida Ramalho Ortigão caracteriza de um modo lúcido estas duas correntes literárias em Portugal:

«Nos tempos modernos, sob os domínios despóticos, enquanto a obra do pensamento foi disciplinada pela polícia clerical e monárquica, como sucedeu em Portugal durante o império do Santo Oficio, a literatura deixou igualmente de ser o livre produto artístico e converteu-se num poder do Estado, o mais enervante para a imaginação, o mais dissolvente da inteligência e da dignidade humana.

«Portanto: a primeira condição social para a existência de uma literatura compatível com o progresso é a liberdade.

«Todo o escritor português actual nasceu nesse meio propicio. Todavia, por uma fatalidade

Ferrari, na *Hegemonia Portuguesa*,[256] proclamam a supremacia da nova escola. Apoiemos os seus juízos com a autoridade dos sábios estrangeiros, que primeiro souberam compreender este movimento.

A propagação da Escola Revolucionária no Porto começou propriamente em 1868; em 1873, na imprensa portuguesa, fundou-se a *Bibliografia Crítica de História e Literatura,* como um órgão directo de combate. Os intuitos são bem claros: «A publicação da *Bibliografia Crítica* parte apenas de um desejo: o de vermos o nosso pais entrar no grande movimento científico europeu, de que anda tão afastado, principalmente no que diz respeito às ciências históricas e filológicas.» Acerca dos obreiros, dizia a introdução: «É muito pequena a colaboração que esperamos dos nossos conterrâneos; mas ainda assim *teremos sempre ao nosso lado o pequeníssimo número de mancebos portugueses que têm compreendido a seriedade da ciência;* etc.» A *Bibliografia Crítica* foi generosamente acolhida na Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Rússia e Espanha. Transcrevendo aqui as palavras de alguns sábios estrangeiros, deixaremos autenticada com a sua voz autorizada esta fase da Escola Revolucionária, desenvolvida no Porto.

Na *Revue Critique de Histoire et Littérature,* dirigida pelos professores eminentes Michel Bréal, Gaston Paris, Monod e Morei Fatio, no número do 1º de Janeiro de 1873 escreve o grande romanista Paul Meyer:

«Portugal é hoje o pais da Europa em que os estudos científicos estão mais atrasados. A influência de Inglaterra não se faz lá sentir senão sob o ponto de vista político e comercial, o movimento literário do estrangeiro é ali pouco conhecido, e a cultura nacional acha-se em decadência. Seguramente no que respeita o estudo da Antiguidade ou do Oriente, a Espanha ocupa um lugar pouco elevado relativamente aos outros países europeus; mas, ao menos no que toca à história nacional há em Madrid e em Barcelona um movimento científico importante. Portugal, que não tem como a Espanha a desculpa de um estado político pouco favorável aos tranquilos trabalhos da

---

fisiológica, por um efeito de hereditariedade, falta-nos a orientação cerebral da independência. O nosso espírito conserva o estigma servil, o sinal da marca que, em muitas gerações que nos precederam, foi deixando a grilheta da opressão mental. A nossa tendência de escritores é ainda hoje geralmente, para lisonjear a rotina, para comprazer com o vulgo, para seguir as correntes da credulidade geral. A maior parte dos indivíduos que fazem um livro, tem nas precauções da forma, no rebuço das opiniões, na doblez do estilo, o ar miserável de pedintes que solicitam vénia para divertir inofensivelmente o respeitável público.

«Entre as aberrações eminentes dessa tendência geral, como por exemplo os Srs. Antero do Quental e Guerra Junqueiro na poesia, o Sr. Teófilo Braga na história e na critica, o Sr. Oliveira Martins na economia política, a srª D. Maria Amália Vaz de Carvalho no folhetim – aparece-nos o Sr. Eça de Queirós no romance. Na pequena literatura portuguesa destinada a ser um agente na evolução das ideias e dos costumes, um elo no grande encadeamento das causas e dos efeitos sociais, *O Crime do Padre Amaro* representa a obra mais profundamente característica, etc.» *As Farpas,* nova série, t. VIII, p. 79 a 81. Lisboa, 1877.

[256] A influência deste progresso científico (a fase essencialmente evolutiva por que está passando a nossa instrução superior) cada vez é mais sensível na literatura. É interessante o que a este respeito diz no seu livro *Mi Missión en Portugal,* o Sr. Fernandes de los Rios, escritor em tal caso insuspeito, e o modo como ele chama a atenção dos Espanhóis para este novo movimento literário que se opera em Portugal, a exemplo, diz, do que se passa em França e na Alemanha.

«Se a literatura influi poderosamente no viver íntimo das sociedades modernas, delas também é certo que recebe a inspiração e a índole. Ao ler as mais notáveis produções dos nossos primeiros escritores contemporâneos, ninguém dirá com verdade que esta última fase da nossa literatura revela a desorganização de uma sociedade.

«É esta a opinião que fazem de nós as nações civilizadas, é esta a opinião que à própria Espanha se impõe, como uma verdade que conta, por os dias que passam, os argumentos que a confirmam.» *A Hegemonia de Portugal na Península Ibérica,* p. 20. Lisboa, 1877.

erudição, fez pouco para a sua própria história. É, graças aos trabalhos de M. Ferd. Denis, em França, de F. Wolf, de Bellermann, de M. Fried. Diez, na Alemanha, que a literatura de Portugal é conhecida; foi na Alemanha (em Estugarda, na biblioteca do *Literaturischer Verein),* que foi impresso o *Cancioneiro* de Garcia de Resende, cuja edição original, publicada em 1516, é por assim dizer inacessível, pois que se não conhecem senão quatro ou cinco exemplares. Enfim, era em Paris (na Casa Aillaud) que os sábios portugueses que tinham conservado o culto da sua literatura e da sua língua, faziam há vinte ou trinta anos imprimir as suas obras. É pois com verdadeira satisfação que anunciamos uma revista publicada no Porto, a *Bibliografia Crítica de História e Literatura,* que se propõe exactamente o fim que prosseguimos do nosso lado há sete anos, e que desde os seus primeiros passos, a julgar pelos dois fascículos que temos à vista, se coloca a uma altura que não foi certamente nunca atingida por nenhum periódico de Portugal, nem de Espanha. A advertência pinta sob cores sombrias o futuro que prepara para si um país cujo nível intelectual desce: a sua prosperidade desaparece, a sua nacionalidade mesmo está em perigo. Todavia não há razão para se entregar a vistas pessimistas. Sem dúvida é triste ver um distinto literato, o visconde de Castilho, produzir uma tradução do *Fausto* e declarar no seu prefácio como a coisa mais natural do mundo, que não sabe alemão e executou a sua versão sobre traduções francesas. Mas o remédio está ao lado do mal. Esse remédio é aquele que temos muitas vezes empregado aqui mesmo e a que não estamos próximos a renunciar: uma crítica severa, sem piedade para os presunçosos. E nós vemos pela *Bibliografia,* que essa crítica não faltou à obra do aludido tradutor, porque lemos no primeiro fascículo dessa revista um exame muito apropriado dessa tradução, e no segundo a análise de um largo livro sobre o *Fausto* escrito por um erudito português que parece muito competente...

«Os redactores da *Bibliografia* não se iludem provavelmente acerca do género de sucesso, que os espera: não metamorfosearão em verdadeiros sábios os que julgam sê-lo já; – o exercito de professores na maioria insignificantes – de que se fala na advertência, ficará o que é. O mesmo sucede entre nós, e sem dúvida noutras partes.

«Uma experiência já longa demonstrou-nos que a crítica é sem efeito sobre aqueles que não estão preparados para receber o seu ensino. Mas, apesar disso não se deve menos apreciar sem franqueza os maus livros; em primeiro lugar chega-se assim às vezes a fazer-lhe diminuir a produção, o que é já um resultado desejável. Depois sobretudo, uma crítica rigorosa, procedendo metódica e dogmaticamente, é de um excelente efeito sobre aqueles que não são objecto directo dela. Fornece em forma de demonstração um ensino prático dos mais úteis, e assim se forma uma escola de homens novos que podem um dia contribuir utilmente para a regeneração de um pais.»

Mr. Paul Meyer não conhecia a marcha da escola revolucionária portuguesa senão pela forma disciplinadora da *Bibliografia Crítica;* Mr. Gaston Paris, na *România* (nº 6, de 1873) já conhecia mais amplamente os produtos da geração nova, e apreciando a severidade e justiça da crítica, exclama: «*Il faut bien augurer du succès de l'oeuvre de régénération intellectuelle à laquelle se sont voues en Portugal, avec autant de courage que de talent, MM...*»

E acrescenta: *«L 'école critique a à lutter non seulement contre la malveillance qu'éveille partout une critique indépendante et rigoureuse, mais contre une inintelligence satisfaite qui oppose a ses efforts le plus relutant des obstacles, l'inertie; mais il est impossible qu'elle n'exerce pas, par sa science, par sa bonne foi, par son énergie, une influence considérable sur la jeunesse, et qu'elle ne se trouve pas tôt ou tard en nombre suffisant pour mépriser les attaques ineptes dont elle est l'objet.» (Loc. cit.,* p. 278). Em nota acrescenta: *«On ne peut en avoir une idée quant on ne les a pas vues. La plupart des injures adressées à nos amis sont celles que servent en tout pays*

aux défenseurs de la routine. les auteurs manquent de politesse, de goût, de style, et surtout de patriotisme; ce sont des fils adoptifs de l'Allemagne, ils feraient rougir leurs aieux, etc.»

Na Alemanha também foram saudados com entusiasmo os esforços da escola revolucionária portuguesa; o Dr. Edmundo Stengel, da Universidade de Marburgo, publicou na *Algemeine Zeitung,* de Ausburgo:

«Portugal oferece-nos também agora uma prova evidente e agradável da propagação da nova ciência (a baseada sobre o método histórico comparativo) – e é este o mesmo país que até hoje era adverso e antipático às relações científicas com as outras nações e que até havia cercado o seu mercado de livros com uma muralha da China, pois que era impossível obter por intermédio dos livreiros as novas publicações portuguesas. A *Bibliografia Crítica de História e Literatura,* cujos primeiros três fascículos tenho presentes, resolveu-se finalmente a propagar de uma maneira decidida o método científico iniciado na Alemanha e os resultados por ele obtidos, e combater por outro lado a escola que até agora tem dominado em Portugal, a qual não tem critério científico. É este um propósito louvável, e tanto mais, quanto é pequeno o número daqueles seus compatriotas que hão-de auxiliar o redactor, manifestando ele demais na aplicação prática do seu propósito um tino critico seguro, independentemente de toda e qualquer simpatia ou antipatia pessoal. O valor principal da *Bibliografia,* para o leitor estrangeiro consiste decerto nos artigos que tratam de produtos de literatura portuguesa, todavia merece o juízo dado sobre os outros livros, em geral à altura das questões tratadas, a atenção dos sábios estrangeiros, assim como os eruditos aditamentos espalhados aqui e acolá.» (Suplemento ao nº 30 da *Gazeta Geral de Ausburgo,* de 30 de janeiro de 1873.)

A missão da *Bibliografia Crítica de História e Literatura* consistiu em estabelecer relações com a ciência europeia, dando a conhecer os trabalhos da moderna escola, que em Portugal estavam abafados pela *conspiração do silêncio.* Na inauguração dos estudos na Universidade de Berlim em 1875, o Dr. Goldbeck referiu-se louvavelmente à transformação literária que se passava em Portugal, bem como o eruditíssimo Gubernatis na *Revista Europeia.*

Muitos escritores estrangeiros, correspondendo ao intuito da *Bibliografia Crítica,* ofereceram algumas das suas obras aos colaboradores deste jornal, estabelecendo-se assim uma admirável fraternidade literária; citaremos os nomes de Mr. Littré, Coussemaker, August Reissmann, Carolina Michaelis, Wilhelm Storck, D'Avezac, Asenjo Barbieri, Emilio Hubener, Theodoro Mommsen, Platão de Vaxel, Reinardsttoetner, Ascoli, G. Müller, Stengel, E. Teza, Pasquale Garafolo, Monaci, Adolf Gaspary, Giuseppe Pittré, Mortillaro, Ad. Mussafia, Amador de los Rios, Hermann Suchier, Dr. Lucking, Dr. Grober, Gaston Paris, Paul Meyer, Bataillard, e outros não menos distintos, para quem a evolução literária portuguesa mereceu apoio e franca simpatia. A *Bibliografia Crítica* acabou com o primeiro volume (1873-1875, p. 1 a 390, in-8º grande) por dificuldades económicas, mas ficou o impulso; pode-se dizer que a Escola de Coimbra fortalecida pelo trabalho científico e literário no Porto, assegurou o seu triunfo decisivo, entrando no Magistério.

No livro de Fernandes de los Rios, *Mi Misión em Portugal,* ao referir o desenvolvimento da escola revolucionária, alude aos *«pontífices que excomulgaran iracundamente a Quental, Braga, Oliveira Martins y otros hombres de la escuela nueva, por haber revelado la verdad critica».*[257]

Fernandes de los Rios desculpa-se de não historiar largamente esta transformação

[257] *Op. cit.,* p. 654. Paris, 1877.

literária, que passava desapercebida à pedantocracia portuguesa; as suas palavras têm um grande valor, não só porque nos apresenta como exemplo à Espanha, mas porque deixa provada a realidade de uma escola com unidade moral, embora os seus obreiros se achem desmembrados por efeito de uma longa indisciplina mental. Eis as palavras do severo diplomata, que assistiu em Portugal a este movimento no período em que a pedantocracia mais o desvirtuava:

«La forma que me he visto obligado a dar a este libro y la necesidad de hacerme cargo hasta de las miserias puestas en juego para que el pueblo portugués me crea, distinto de lo que soy, ha robado a estas páginas el amplio lugar que debía tener en ellas el estudio de la evolución literaria, que se está operando en el occidente peninsular. Para la nación que en los albores del siglo XIX produjo a Quintana, a mediados dei a Espronceda, y que hoy se halla entregada, a las corrientes de un lirismo banal, reducido a madrigales inspirados en los salones de un mundo gastado, viejo, absurdo, farsante y testarudo como los alquimistas de la edad media – había de ser altamente sorprendente la noticia de la regeneración literaria nacida en Coimbra, en un estrecho circulo de jóvenes, extendida a Oporto, de allí a todo Portugal, y que algún día llevará a España la tendencia nueva de Francia y principalmente de Alemania, a abandonar las queridas pero ya secas fuentes de una inspiración gastada, para descubrir en los principios que agitan a la edad contemporánea la base de un sentimiento, que en vez de alimentarse de sueños e instituciones caducas, busca en los hechos luminosos de la razón la inspiración social y naturalista, la aspiración a la verdad y a la justicia; que en lugar de dudar y fantasear afirma y combate; que halla en las acciones, triviales a primera vista, de la vida ordinaria, un carácter y una significación universales, una tendencia general a obedecer el mandato de nuestro tiempo, las exigencias de la civilización. Si no me queda espacio para revelar esa evolución de las letras portuguesas*, completamente ignorada en España; sino puedo hacer un paralelo entre nuestro estancamiento literario y el movimiento de nuestros vecinos; entre el camino, que ha hecho y hace su escuela nueva y el justo tedio que nuestro público siente, a los que intentan entretenerle con ayes melancólicos o afectaciones humorísticas, a los que sienten, piensan, creen y esperan como en la edad en que nuestros mayores se consagraban a la ímproba tarea de matar el tiempo, tampoco he de omitir esta indicación que sirva de buscapié, a los que quieran saber, y no se arrepentirán de averiguarlo, lo que literariamente está pasando en Portugal.»*[258]

Fernandes de los Rios estivera por embaixador em Portugal durante o reinado de Amadeu; ele tratara com todos os nossos literatos, e os seus esforços constantes para estabelecer as relações literárias entre Portugal e Espanha, tornaram-no capciosamente suspeito de *iberismo.* Fernandes de los Rios em 1871, no último de Março, reuniu a maioria dos literatos portugueses, e foi o objecto principal desse certame auspicioso a leitura da tradução por Castilho do *Fausto* de Goëthe. Os jornais desentranharam-se em toda a espécie de elogios hiperbólicos à tradução, mas nenhum soube mais tarde defendê-la das severas criticas de Graça Barreto, Adolfo Coelho e Joaquim de Vasconcelos, com que acabaram de demolir o pretendido mestre. Fernandes de los Rios teve, nessa noite esplêndida do Palácio do Calhariz, ensejo de ver em toda a sua imbecil ingenuidade a pedantocracia portuguesa, e alguns dos cooperadores da nova escola revolucionária. Um facto lhe não escapou, e foi quando começou *«a creer que ni los literatos nacidos en Portugal y estabelecidos en Lisboa se conocian unos a otros»* (p. 646). O motivo desta separação era orgânico; havia uma dissidência nos espíritos e nas concepções que já se revelava nas obras literárias. A dissidência dava-se no campo

[258] *Mi Missión en Portugal,* p. 654.

político, pela proclamação franca das ideias democráticas, nas conferências e no lirismo; dava-se na história pela crítica filosófica, e pela consistência dos factos que conduziam à emancipação do passado; dava-se na filologia, pela inauguração de novos métodos, na arqueologia artística pela investigação das tradições, e na criação do romance pela observação realista. Era esta a *evolução da literatura portuguesa,* rapidamente entrevista pelo embaixador espanhol, e que ele veio a conhecer melhor ao passo que foi verificando o valor dos ataques da pedantocracia, já na *conspiração do silêncio* da parte dos velhos, já pelos ultrajes sem trégua da parte dos jovens que eles açulavam contra os novos obreiros. Quando se dera a reunião literária do Calhariz já o movimento da *nova escola* se desenvolvia no Porto.

A dissolução metafísica, iniciada em Coimbra pelo lirismo byroniano, com ideal político e humanitário, que se substituiu ao romantismo emanuélico, reapareceu em Lisboa sob a forma de *aspiração revolucionária;* a fundação da Terceira República francesa produzia esta corrente dos espíritos, que se manifestou pelas Conferências Democráticas do Casino em 1871. Nas bases dessas Conferências, se pretendia: «Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada. Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa. Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna. Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa.» Este programa foi truncado pela autoridade, que mandou fechar as Conferências, ficando assim reconhecida a existência da ideia revolucionária. Sem esta consagração proselítica, as Conferências cairiam no vago, porque se flutuava ainda nesse estado de metafísica revolucionária da tradição de 1848, e a prova está no facto de terem os seus promotores abraçado o misticismo societário, que enfraqueceu até hoje todos os esforços para a transformação política. Na democracia europeia dera-se felizmente a alteração do critério, sentimental de 1848, pela noção da relatividade em política, pela substituição das aspirações indisciplinadas em opiniões positivas.

A Revolução de 1848 fundava-se sobre aspirações socialistas e não sobre opiniões políticas; o sentimentalismo democrático aliado à metafísica revolucionária, fez renascer as tradições do deísmo de Robespierre, e a lenda napoleónica da guerra como um poderoso elemento de civilização; aproveitando-se dessa dupla corrente, é que um Bonaparte pode cometer o mais execrando perjúrio à face da Europa, destruir a República que lhe estava confiada, perseguir os representantes do poder legislativo, metralhar os cidadãos nas ruas de Paris, fazer as proscrições das consciências justas, e assentar sobre estas bases o seu Império, que foi reconhecido de pronto pelas monarquias da Europa. Aproveitando-se das teorias socialistas, e ele mesmo declarando-se socialista, obteve essas estupendas manifestações plebiscitárias, com que o sufrágio universal foi sofismado, e com que legitimou o poder roubado à nação; acobertado com a lenda napoleónica, quis segui-la e lançou a Europa no regime da guerra, nessa série de carnificinas que envergonham a história da última metade do século XIX, desde a guerra da Crimeia até à guerra da Prússia. Neste conflito de uma política cesarista e de uma metafísica revolucionária, o espírito francês foi tomando consciência da sua ignominiosa situação, e debalde procuraria libertar-se dela de repente, se essa política cesarista com uma preocupação dinástica não lançasse a nação em uma aventura de guerra, e essa metafísica revolucionária não secundasse o grito: «A Berlim, a Berlim!» Foi no meio das ruínas do Império, nas lutas das três monarquias que sonhavam uma restauração, que as noções da filosofia positiva começaram a exercer a sua poderosa disciplina. Eis o que diz Laffitte: «Seja como for, uma transformação considerável se deu desde 1870, quer sob a influência dos graves acontecimentos que acabavam de ter lugar, quer pela acção lenta e desapercebida da

doutrina positiva, fazendo recuar gradualmente a metafísica democrática. O espírito relativo penetrou nas massas populares, e graças à intervenção preponderante de um homem de Estado de alta valia, M. Gambetta, prevaleceu de uma maneira mais ou menos confusa sob o nome de *oportunismo*.»[259] As relações de Gambetta com Littré, e a aplicação constante do critério positivo nos discursos do grande estadista, revelam que se procurou fundar a República não em uma mudança instantânea mas por uma evolução gradual; deste modo as classes conservadoras viram na República uma condição de paz e nos novos republicanos homens de governo. Abandonado o sentimentalismo democrático, a República deixou de ser proselítica, não exerceu perturbação sobre os estados monárquicos, e desta forma a diplomacia europeia não maquinou conflitos contra a sua existência. A democracia entrou em uma fase nova, convertendo as aspirações revolucionárias em opiniões, e é por este claro exemplo que está actuando em todos os países.

Em Portugal os vários elementos do Partido Republicano vão compreendendo isto, substituem a agitação pela doutrina; deve-se isto em grande parte também à propagação da filosofia positiva.

No seu livro, *A Filosofia Experimental em Itália,* o professor Espinas apresenta o seguinte problema: «Não é sem interesse o saber se o positivismo, tomamos a palavra na sua mais lata significação, depois de ter atraído a aquiescência de uma grande número de espíritos eminentes em França, em Inglaterra e Alemanha, obterá as mesmas adesões nos dois países onde encontra adversários os mais solidamente estabelecidos, a Itália e a Espanha, à medida que estes dois países de antiga cultura retomarem o curso de seus destinos intelectuais.» A Itália, apesar de estar ainda infecta pelo papado, entrou no regime de mentalidade positiva depois da dissolução espontânea do idealismo alemão, que viera emancipá-la da teologia; foi pelos pacientíssimos trabalhos experimentais que se fundou o critério científico que traz os espíritos superiores à disciplina positiva. A renovação científica de um Moleschott, Herzen, Mantegazza, de Lambroso, Tamburini e Luciani, preparou o caminho para a elaboração filosófica da síntese positiva; proclamou a nova doutrina na Itália, Villari em 1866, no estudo *A Filosofia Positiva e o Método Histórico,* seguindo-se os dois potentes espíritos Angiulli e Ardigo; este último, é considerado o Herbert Spencer da Itália, pela vastidão das suas sínteses. Vê-se portanto como o positivismo se expande na Itália por uma evolução natural: dissolução da mentalidade teológica pelo idealismo metafísico, e dissolução deste pelo regime experimental científico.

Na Espanha continental ainda se está no conflito das emoções teológicas com as idealizações metafísicas; e embora comecem a vulgarizar-se as descobertas da ciência experimental, a filosofia positiva está ainda longe de encontrar adesões nos espíritos por falta de uma garantia de liberdade, e pelo atraso da educação pública. Contudo na língua espanhola existem belos livros de filosofia positiva, como *A Política* de Lastarria, mas o seu aparecimento nas repúblicas espanholas basta para explicar essa actividade mental.

Em Portugal a filosofia positiva foi inaugurada em 1872 em um curso de Estética, no Curso Superior de Letras; a sua fácil propagação proveio da sua oportunidade. A educação politécnica e médica, prosseguida como um modo de vida, não fundou entre nós uma actividade científica, mas deixou muitos espíritos em dissidência profunda com os vestígios da mentalidade teológica que se conservam nas instituições, e com a inanidade metafísica das faculdades humanistas. A filosofia positiva foi abraçada entre nós como uma forma de emancipação intelectual, e tende a radicar-se como base crítica, sobretudo naquilo que Augusto Comte mais recomendava para propagação dessa

---

[259] *La Revue Occidentale* (III ano, nº 1, 1880), p. 156.

filosofia , as *aplicações*.[260]

A análise da vida contemporânea, o romance, a poesia, a crítica literária, a síntese histórica, a pedagogia, as noções políticas, tudo se revivifica por essa poderosa filosofia; escusamos de citar aqui os nomes dos obreiros desta nova orientação, porque eles são os primeiros no Magistério português, na própria Universidade estacionária, nas escolas de medicina, e assinam os livros mais actuais da literatura contemporânea. Enfim a unanimidade produzida pela base científica disciplinada pelo critério filosófico revela-se esplendidamente em um facto que há-de ser na história da nacionalidade portuguesa o marco de uma era nova – o Centenário de Camões, em 1880.

---

[260] Na revista *Philosophie Positive,* Mr. Littré dá conta desta renovação mental:

«En Portugal, comme en Espagne, la théologie dessécha l'intelligence national, e comprima l'essor des sciences positives. Les grands événements qui s'accomplirent au début de l'ère contemporaine, dissipèrent sans retour, même dans les deux pays tenus si longtemps à l'écart, un régime attardé; et ce qui y succéda, ce fut la métaphysique, surtout celle que nous connaissons ici aussi, et qui cherche une conciliation entre les sentiments catholiques et les évidences scientifiques. Enfin la philosophie positive y pénétra en s'emparant d'abord de quelques esprits tout préparé par le milieu général où vit l'Europe moderne. De sorte que, dans un intervalle de temps très court et sans l'empire de circonstances particulières, on voit se succéder le régime théologique, le régime métaphysique et le régime positif selon la formule de AS. Comte. Notez bien ceci: l'Espagne et le Portugal furent arrêtés court par la théologie, é l'approche des sciences positives, qui, partout ailleurs, firent de si étonnants progrès dans le courant du XVI siècle e du XVII. L'effet de cet arrêt fut désastreux; rien plus ne germa dans ces deux pays, qui à juger par leur grand éclat au XVIII siècle, aurait apporté un puissant contingent à l'oeuvre commune. C'est du reste une expérience sociale complète: le régime théologique indûment prolongé, a tout stérilisé; mais il a été vaincu par la situation générale; les esprits, bénignement mis en possession d'une liberté relative, se sont portés, par transition, vers la doctrine la plus voisine, à savoir, la métaphysique; et enfin la science, qui s'y transplante de toute part y amène sa fille unique et légitime, la philosophie positive.»

****

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2001

http://www.ipn.pt/literatura

****